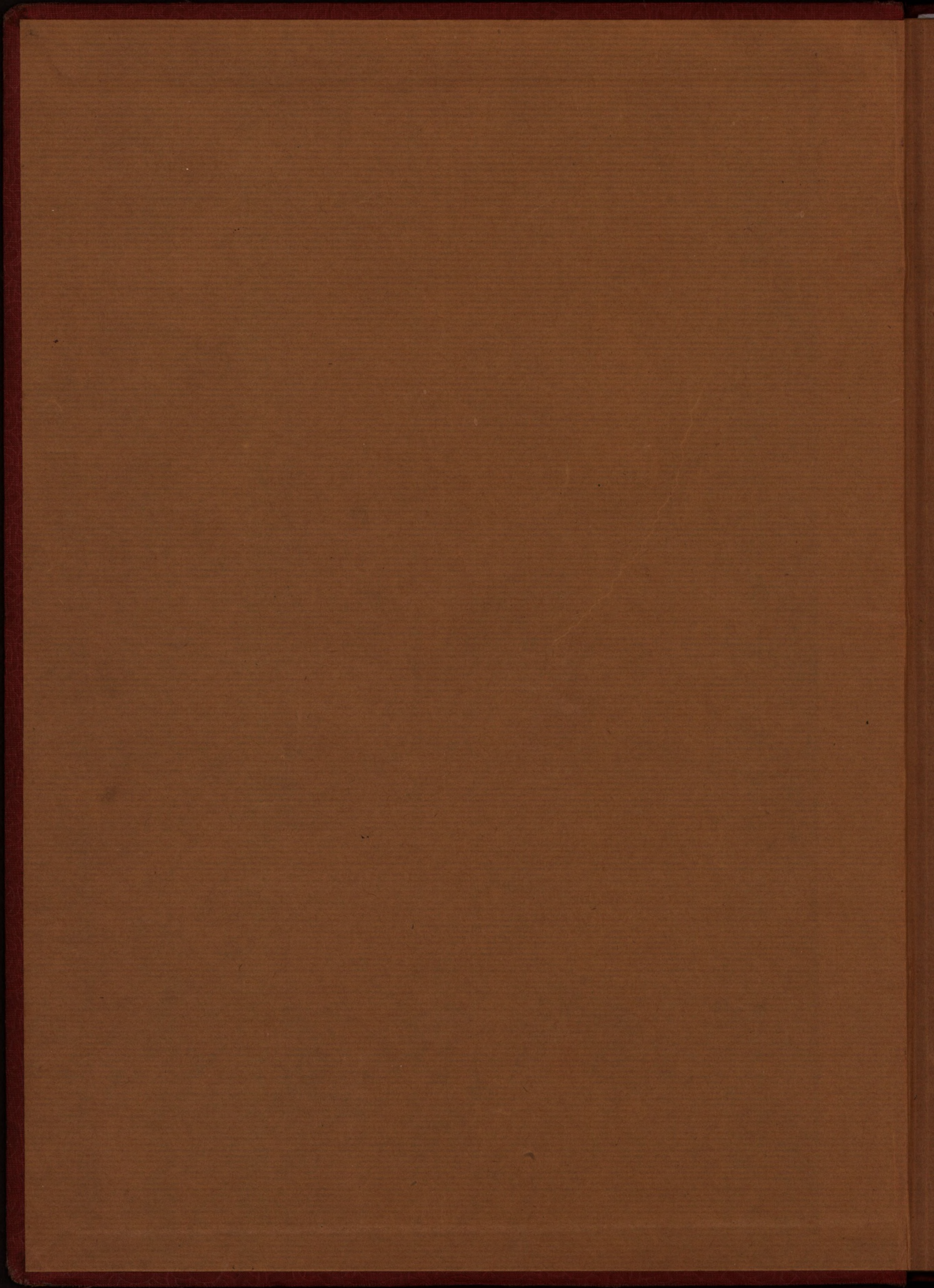


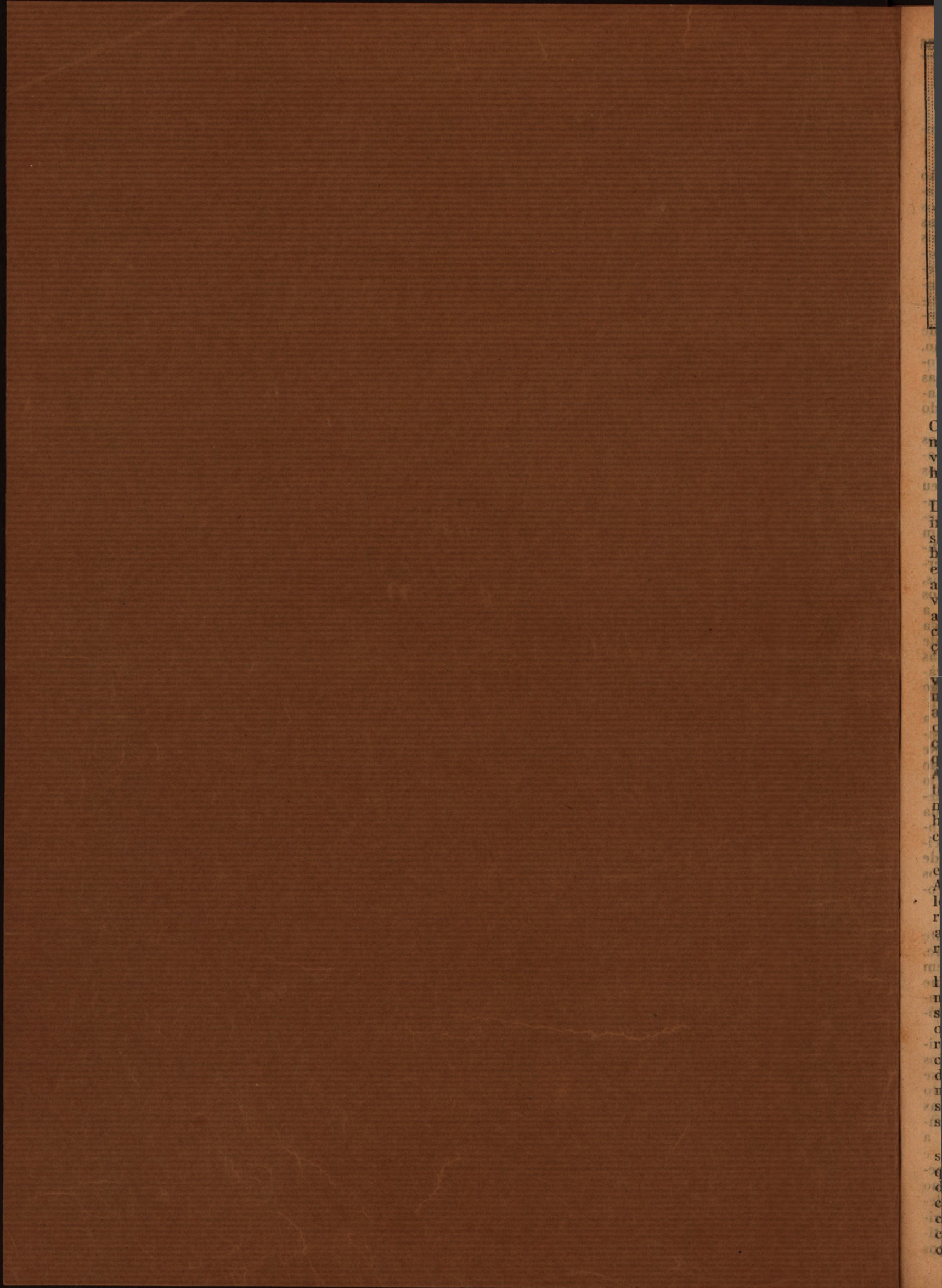
BOLETIM
DA
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
DE LOJISTAS DE LISBOA

Set.^o de 1936 -a- Agosto de 1937

1.^o ano



União de Grêmios de Lojistas de Lisboa
3-11-75
BIBLIOTECA
Est. 2 Prot. 19





BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

SETEMBRO --- 1936

Ano I — N.º 1

Director e Editor: **Domingos Gama Garcia**

Comp e imp. na Tip. João Pinto, L.^a
R. do Salitre, 190 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º

LISBOA

Telefone 24114

DE NOVO...

O Novo Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, modesto na sua apresentação, vem preencher uma falta que de há muito se notava.

Assim, por iniciativa da actual Direcção e procurando satisfazer instâncias de vários associados e sub-seccões, entendemos fazer publicar este novo Boletim. Se é evidente ter de reconhecer-se que a sua publicação traz inúmeras vantagens, não pode negar-se que a estas correspondem imensos encargos, aliados a enormes esforços.

Não era, à actividade associativa, levada ao conhecimento dos nossos estimados consócios, senão através de pequenas notícias nos órgãos da imprensa diária, forçando-os por vezes à convicção de que, a nossa antiga e prestimosa Associação, mal cuidava da assistência porque tanto se tem empenhado sempre, em proveito da honrada e laboriosa classe comercial.

Os associados passam assim a estar em contacto activo com a sua Associação, por intermédio do Boletim que será portador das várias resoluções e informações, sobre assuntos que mais possam interessar-lhes.

A missão do Boletim é pois valiosa e ao publicarmos o seu primeiro número, cumprimos gostosamente o dever de saudar todos os nossos dignos consócios em geral e em especial, aqueles que à causa associativa e ao progresso da Associação, têm dedicado o melhor do seu esforço e o entusiasmo desinteressado de toda a sua melhor vontade.

Esforçar-nos-emos por manter sem interrupção o novo Boletim que gratuitamente será distribuído e que visa principalmente a conservar os nossos associados, ao corrente do que se passa na Associação, pondo-os em contacto com os inúmeros problemas, para os

quais dia a dia, é chamada a atenção dos seus corpos directivos.

Com alguns artigos doutrinares, a habitual secção de informações e a transcrição dos mais importantes trabalhos empreendidos pela Direcção, ficará preenchido o nosso Boletim, cuja forma iremos melhorando pouco a pouco, sempre que isso nos seja possível, na intenção de conseguirmos tornar valiosa a sua missão.

Alheios a toda a política, apenas nos move o desejo sincero de trabalharmos eficazmente em benefício do comércio, esteio importante do prestígio e progresso da Nação.

Colaboraremos sempre decidida e lealmente com todos, dentro dos fins a que nos propomos, aceitando o auxilio que queiram emprestar-nos para atingirmos o nosso modesto objectivo.

Na nossa veneranda Associação de tão honrosas tradições, onde patriótica e activamente tem sido marcada tantas e tantas vezes, por forma gloriosa, a acção de sucessivas Direcções, cabem todos os comerciantes e o seu valor, será tanto maior, quanto mais elevado fôr o número dos seus componentes.

É pois dever primário de todos os que a ela pertencem, trazer-lhe novos associados, vincando constantemente e bem alto o melhor espírito associativo, mantendo assim através da Associação, os verdadeiros laços de solidariedade que devem unir a classe comercial.

Tentámos pois fazer, mais um passo em frente.

Absorvem-nos os naturais e legítimos interesses dos nossos associados.

Dêles esperamos o auxilio de que carecemos, para que esta nossa iniciativa se afirme e consiga progredir.

A Direcção

AS ASSOCIAÇÕES Comerciais e Industriais e os Organismos Corporativos

Há quem suponha e o afirme como princípio indiscutível, que o advento das Corporações Económicas conduzirá inevitavelmente ao desaparecimento das Associações Comerciais e Industriais.

Puro engano, resultante por certo, de visão defeituosa dos factos.

As Associações Comerciais não são, de modo algum, incompatíveis com qualquer Organização Corporativa e para o demonstrar basta que tenhamos presentes, os fins a que respectivamente se destinam.

Os Grémios, organismos corporativos primários, visam a disciplina e o condicionamento das actividades económicas dos mesmos ramos, com o fim de estabelecerem pela coordenação entre si e com os Sindicatos Nacionais, o justo equilíbrio entre o Capital e o Trabalho, de modo a alcançar-se a Paz, a Harmonia e o Bem Estar Social.

As Associações Comerciais e Industriais, pelo seu lado, não têm função económica directa, como os Grémios, nem se destinam a preencher os fins que àqueles legitimamente pertencem.

As Associações Comerciais e Industriais exercem uma acção de carácter geral e comum a todos, ou a uma grande parte dos seus associados.

Não têm por função disciplinar este ou aquele ramo de comércio ou indústria, mas sim o estudo dos problemas de ordem geral que interessam a toda, ou a uma grande parte do comércio, ou da indústria e a defesa das soluções para os mesmos problemas encontradas.

Se destas afirmações teóricas descermos às realidades práticas, veremos que, efectivamente, a actividade das Associações se tem

Informações do BOLETIM

A colaboração para o Boletim é facultada a todos os Ex.^{mas} Srs. Associados e deve ser enviada até ao dia 23 de cada mês.

— Não se restituem os originais embora não publicados.

— A colaboração para o Boletim deve ser dirigida ao seu Director-Editor.

— O Boletim disporá de secções especiais, não só para informações necessárias, como de Contencioso, que servirá para esclarecer os associados que tenham quaisquer dúvidas.

— Os serviços externos do Boletim só serão incumbidos a pessoa ou pessoas devidamente acreditadas por documento firmado pelo seu Director-Editor.

— Desejando o Boletim iniciar a publicação de anúncios muito grato ficará aos Ex.^{mas} Srs. Associados que gentilmente se disponham a auxiliá-lo.

exercido e continua exercendo no plano que indicámos.

É grande, é pequena, a obra que têm realizado?

Não vale a pena, por agora, discuti-la, bastando que afirmemos que ela tem sido e continuará a ser, suficientemente útil para justificar a sua existência.

E se é certo que nenhuma colisão pode dar-se entre a particularidade dos fins para que tendem os Grémios e a generalidade das funções que incumbem às Associações Comerciais e Industriais, não é menos certo que por iniciativa destas, alguns Grémios se constituíram já e muitos outros têm sido e continuam a ser estudados.

Isto mostra bem e prova eloquentemente que as Associações nos hostilizam, antes colaboram na Organização Corporativa, sem que daí advenha, antes pelo contrário, diminuição no seu prestígio, ou restrição nas funções que lhe são próprias.

Sempre que uma Associação estuda ou colabora na organização de um Grémio, não pretende demitir nem demite de facto do seu seio os associados que vão agremiar-se, porque, ao lado do Grémio, este com funções e características de natureza restrita e especial, fica sempre a Associação, na qual todos os problemas de interesse geral, legítimo, encontram ambiente próprio para o seu estudo e eficaz resolução.

As Associações Comerciais e Industriais, não são pois, de modo algum, incompatíveis, antes se mostram de acordo, com a organização corporativa das actividades económicas, na qual têm já activamente colaborado.

Dr. Ramiro Seixas

Horario do Trabalho

Para que os srs. Associados conheçam as demarches encetadas pela Associação acêrca deste assunto transcrevemos em seguida a representação enviada a Sua Ex.^a o Sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social:

Excelência:

Tomou esta Direcção conhecimento por intermédio do Boletim da Câmara Municipal de Lisboa do horário de trabalho aprovado em principio pela mesma em sua sessão de 4 de Abril corrente, e logo se apressou em solicitar de Vossa Excelência que o mesmo não fôsse adoptado, sem previamente a Associação que nos honramos de representar, pudesse submeter ao douto critério de Vossa Excelência, as considerações que a apreciação do mesmo lhe sugerisse.

Tratando-se de um assunto de muita complexidade e importância, compreende esta Direcção a necessidade de o apreciar e tratar, de molde a serem devidamente acautelados, os legítimos interesses dos comerciantes, dos empregados e do público, estabelecendo-se tanto quanto possível, um critério justo e harmónico, onde todos os interesses citados tenham devido cabimento.

Assim, tendo verificado no aludido projecto a existência de disposições, não só impraticáveis em muitos ramos de comércio que representa, mas também sem vantagens para a boa ordenação que se pretende, contrariada até em certos pontos por flagrantes desigualdades estabelecidas, opondo-se a preceitos determinados pelo decreto n.º 24.402, ousa vir perante Vossa Excelência solicitar que o referido projecto de horário de trabalho, não seja aprovado, tal como está, introduzindo-se-lhe modificações e esclarecimentos, nos termos que vem apresentar, com os quais julga melhor defender, não só os legítimos interesses do comércio da Capital, mas ainda a ordenação que, praticamente observada, é a única adaptável às condições em que as actividades comerciais atingidas, se executam.

Apresentando-se de uma forma sucinta, o que da observação do aludido projecto se deduziu, começaremos por apreciar as disposições seguintes:

§ 1.º do art. 5.º

Diz-se neste § que os estabelecimentos de venda ao público, de-

verão conservar-se abertos durante todo o período de tempo.

Excelência:

Não é de hoje que a Direcção desta colectividade se vem interessante pelo encerramento dos estabelecimentos, durante as horas determinadas para refeições, pois assim se estabeleceria pela uniformidade adoptada, a mais conveniente ordenação no encerramento dos estabelecimentos, para o citado fim. Tem esta fórmula vantagens inegáveis, para um grande número de ramos de comércio, sendo prática hoje seguida já voluntariamente, por muitas das principais e mais importantes casas comerciais da capital e até do País.

Todavia, havendo alguns ramos de comércio que, pela dificuldade em alterar sistemas necessários de exposição dos artigos do seu negócio, seriam altamente prejudicados com a adopção de tal medida, se estabelecida fôsse de um modo geral e desejando esta Direcção manter-se, como fiel intérprete das manifestações recebidas, sobre tão importante assunto, dos muitos associados que contêm a Associação que representa, julga dever respeitosamente solicitar de Vossa Excelência que, ponderadas as razões justificativas e que praticamente podem observar-se, não seja mantida a disposição do § 1.º a que se está reportando e que a não ser adoptado o regime de encerramento obrigatório durante as horas de refeição, sistema pelo qual a maior parte do comércio se tem manifestado, seja pelo menos mantida a faculdade de cada um poder encerrar ou não, voluntariamente, os seus estabelecimentos durante esse período de tempo, como mais convenha aos interesses da sua actividade comercial.

Art. 16.º

Das disposições contidas neste artigo e da sua integral adopção, verificar-se-á a dificuldade em manter a sua parte final no que respeita à obrigatoriedade do encerramento de todos os escritórios, aos sábados às 14 horas.

Sabe Vossa Excelência que muitas são as casas comerciais cujos escritórios tem de conservar-se em função constante, enquanto se regista o movimento diário das suas transacções. A venda ao público, exige em muitos casos a facturação imediata de contas e outras modalidades obrigadas pelas transacções efectuadas no mesmo momento que não poderão executar-se, sem que os escritórios que lhe são anexos pratiquem conjuntamente, os serviços

que lhe são atribuídos. Do seu encerramento aos sábados, antes das horas habitualmente fixadas, resultarão prejuízos graves, pela impossibilidade de realizar transacções nos respectivos estabelecimentos que não poderão completar-se, se os escritórios que lhe são anexos, se não se conservarem abertos também.

Há ainda a acrescentar, a dificuldade de efectuar pagamentos de férias ao pessoal, de facturas e outras modalidades comerciais que durante os dias de sábado tem larga e antiga prática. A alteração destes preceitos, convulsionaria gravemente os preceitos de há muito adoptados, produzindo tão profundas alterações que os inconvenientes e prejuízos dela resultantes, forçam o comércio a solicitar de Vossa Excelência, de um modo geral, a anulação completa de tal disposição.

Art. 27.º

Justíssimas são as disposições contidas no artigo em referência e constituem elas uma satisfação, a algumas das reclamações já apresentadas por anteriores Direcções desta colectividade, sobre a venda ambulante.

Todavia, para que justiça mais perfeita resulte de tal disposição e certa estando esta Direcção que apenas por lapso ela não foi incluída, ousamos solicitar de Vossa Excelência que seja feita nova redacção deste artigo, passando a dizer-se como segue:

«Não é permitida na via pública, ao domingo ou no dia do descanso *semanal e ainda depois das horas de encerramento dos estabelecimentos*, venda de géneros ou mercadorias, nem exercício de qualquer indústria ou profissão, respeitante aos estabelecimentos encerrados, salvo as excepções prescritas neste regulamento.»

Ainda em satisfação a uma das muitas instâncias que nos têm sido dirigidas, e porque provado está, ser muito exigua a tolerância de 15 minutos do art. 2.º do decreto n.º 24.402, concedida para ultimar transacções ou outros serviços, começados e não acabados dentro das horas fixadas para encerramento dos estabelecimentos, vimos solicitar de Vossa Excelência que a indicada tolerância seja elevada a 30 minutos, resolução com a qual se evitará que os estabelecimentos muito antecipadamente à hora do encerramento, tenham de começar os preparativos para o efectuar, prejudicando os seus negócios, para evitar assim outro prejuízo não menor, resultante das multas a que frequentemente ficam expostos.

Por último e porque as disposi-

ções contidas no regulamento da Ex.ª Câmara Municipal de Lisboa, parecem sobrepor-se à da Lei Geral, solicitamos de Vossa Excelência a definição exacta da hora do encerramento indicada no art.º 5.º, porquanto se pode deduzir da sua redacção que o encerramento geral deixe de ser às 19 horas, para ter lugar às 20 horas. Mais julgamos de inteira justiça, tornar extensivo a todos os estabelecimentos, a concessão de poderem encerrar aos sábados até às 22 horas, deixando de adoptar-se excepções que como o caso das drogarias, segundo o n.º 8 do art.º 7.º são inteiramente injustificáveis e que a essa mesma hora possam também encerrar-se todos os estabelecimentos, não designados especialmente, nos dias 24 e 31 de Dezembro de cada ano, por serem estes dias em regra, de maior vulto de transacções, dando-se assim satisfação a uma constante aspiração do Comércio Lojista que afectado de há muito por pesados encargos e por uma acentuada crise de negócios, procura nesta prática, um pouco de compensação, em dias do ano habitualmente destinados pelo público, a maior procura de artigos e portanto a um montante mais elevado de transacções.

São estas as considerações que sucintamente a Direcção desta colectividade, toma a liberdade de vir apresentar, estando certa de que, ao duto e justo critério de Vossa Excelência, elas servirão para as modificações que o Comércio de Lisboa, por nosso intermédio, de bom grado registará e respeitosamente solicita.

Significando a Vossa Excelência o nosso antecipado reconhecimento, expressamos-lhe o mais elevado respeito e fazemos votos

A bem da Nação

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 25 de Abril de 1936.

O Presidente da Direcção

a) *João Martins Casal*

Sociedades Comerciais

Lembramos aos Ex.ªs Srs. Associados de que as Sociedades Comerciais, devem enviar à Direcção Geral de Estatística, Avenida Dr. António José de Almeida, os verbetes preenchidos até 15 de Abril p.º f.º.

Os verbetes vendem-se nas Tesourarias de Finanças.

O não cumprimento da observância ao acima exposto implica uma multa que pode ir até Esc. 2.500\$00.

FEIRAS INTERNACIONAIS DE AMOSTRAS

No sentido de provocar uma maior aproximação económica entre vários Povos, realizam-se por vezes interessantes e valiosas Exposições Internacionais de Amostras.

De 5 a 21 de Setembro corrente terá lugar em Bari (Itália) a VII Feira do Levante.

De 1 a 22 de Setembro realiza-se a VI Feira de Izmir (Turquia).

De 12 de Outubro a 15 de Novembro terá lugar a IX Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro (Brasil).

Na Repartição do Fomento Comercial prestam-se todos os esclarecimentos.

Serviços Internos da Associação

A Secretaria abre às 10 horas e encerra-se das 12 às 14 horas, reabrindo às 14 até às 19 horas.

Os associados têm à sua inteira disposição todos os documentos necessários à sua actividade profissional que podem ser consultados.

Casas da Metropole e Ultramar

As Casas da Metrópole em Luanda e em Lourenço Marques, organismos dependentes da Agência Geral das Colónias, prestam todas as informações convenientes aos comerciantes e industriais que queiram enviar mostruários dos seus produtos para a Exposição da primeira das aludidas Casas.

Exportação de Café

Ao exame dos interessados, está patente na Secretaria da Associação, uma cópia referente ao aviso aos importadores de café, publicado pelo Ministério do Comércio da França.

Publicações recebidas

Boletim Económico da Bolívia.
Revista Defesa Militar.
Register of British Manufacturers 1936/37.

Boletim da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Cascais.

O Comércio de Viveres.

Boletim da Ipsofi.

Os nossos agradecimentos.

DELEGADOS ÀS CONTRIBUIÇÕES

A Direcção da nossa Associação interpretando o sentir da maioria dos seus associados que se lhe dirigiram para que encetasse as necessárias demarches a-fim-de se conseguir que as nomeações dos Delegados voltasse a ser feita adentro das Associações de Classe, consultou as entidades congêneres do País, a-fim-de obter o maior número de adesões que a habilitasse a representar a Sua Ex.^a o Snr. Ministro das Finanças sobre tão momentoso assunto.

Após o recebimento dessas respostas foi elaborada a seguinte representação que publicamos na íntegra, a-fim-dos Ex.^{mos} Associados notarem a acção da Direcção:

Sr. Ministro das Finanças

Excelência:

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em nome dos seus dois mil associados e em representação de mais quarenta e cinco associações de comerciantes portugueses, vem, respeitosamente, pedir a Vossa Excelência que defira a justa pretensão que se segue.

Embora mínima na aparência, ela tem para os organismos associativos comerciais uma importância máxima, porque visa o seu prestígio, gravemente ofendido pelo art.º 6.º, do § 1.º do Decreto-Lei, n.º 24916, de 10 de Janeiro de 1935.

No regime do decreto n.º 16.731, a Contribuição Industrial do Grupo C. incidia sobre os lucros presumíveis, determinados pela importância das transacções.

Para a fixação do volume das transacções foram criadas comissões, das quais faziam parte representantes de cada classe de contribuintes em cada freguesia, nomeados pela respectiva associação de classe, havendo-a, e, não a havendo, escolhidos pelos contribuintes da respectiva freguesia. Era, evidentemente, «pouco para os que defendem o trabalho dos grêmios» e associações, mas era em todo o caso, alguma coisa, tendo sido sempre concorridíssimas as reuniões efectuadas nas sedes das Associações Comerciais para a escolha dos delegados das respectivas classes.

Deve notar-se que os contribuintes sujeitos à Contribuição Industrial, do Grupo C, são exactamente a grande maioria dos comerciantes, e destes, os seus elementos mais representativos fazem parte das Associações Comerciais.

O Decreto-Lei n.º 24.916, de 10 de Janeiro de 1935, estabeleceu

que a contribuição industrial, grupo C., passa a determinar-se pelo rendimento ilíquido presumível de cada contribuinte, proveniente do seu comércio ou indústria, rendimento este fixado, como no regime anterior, por uma comissão da qual faz parte um representante por freguesia, escolhido por cada classe de contribuintes; ou pelo respectivo grémio, havendo-o.

O sistema é pouco mais ou menos o do Decreto-Lei 16.731, simplesmente, e é este o ponto restrito da presente exposição.

a escolha dos delegados dos contribuintes será feita em reunião, de que se lavrará acta, dos contribuintes de cada classe, no edificio da Câmara Municipal, para os da sede do Concelho...

Ora, nunca houve, que saibamos, quaisquer reclamações quanto à forma como era feita pelas Associações de Classe a nomeação dos delegados, mas se, ao contrário do que supomos, algumas foram apresentadas, duvidosas e intencionais deviam ser os seus fundamentos, porque, a serem dignos de consideração, fácil e rapidamente seriam providas de remédio, com o próprio concurso das Associações, que nunca recusaram o seu aplauso a toda e qualquer pretensão justa.

Se as reclamações partiram de comerciantes não associados, que assim se consideravam prejudicados no seu direito de escolha dos delegados das suas classes, isso não impunha a solução radical que se adoptou, porque nada impediria que exercessem esse direito, continuando as reuniões a efectuar-se nas sedes das Associações, bastando conferir aos não sócios o direito de nelas intervirem.

Foi deste modo que sempre procedeu a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em cuja sede reuniam os comerciantes de todas as classes sujeitas à Contribuição Industrial, Grupo C., sócios e não sócios, para livremente escolherem os seus delegados.

E essas reuniões, concorridíssimas, decorreram sempre de maneira a satisfazerem cabalmente os desejos dos comerciantes, permitindo-lhes a escolha dos mais idôneos para representarem as suas classes nas respectivas comissões de freguesia.

As associações, como a que temos a honra de dirigir, não são organismos fechados e egoístas, mas ao contrário, sempre abertos a todos os comerciantes e sempre dispostos a concorrer para tudo

que possa interessar a todo o Comércio, sem nenhuma distinção ou restrição.

Desconhecendo totalmente os motivos que conduziram ao desaparecimento de uma prerrogativa que consideravam perfeitamente harmónica com as suas funções, as Associações de comerciantes sentiram que pesava sobre elas uma hostilidade que nada parecia justificar, e que é afinal, supomos, mais aparente do que real.

O certo é que, desde a publicação do Decreto-Lei n.º 24.916, numerosas sugestões foram feitas junto da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, para que solicitasse a Vossa Excelência que a nomeação dos delegados às Comissões encarregadas da fixação do rendimento tributável sobre o qual incide a contribuição industrial, Grupo C., voltasse a ser feita pelas mesmas Associações de Classe, ou pelo menos, na sede das mesmas. Não quiz esta Associação tomar qualquer iniciativa sem consultar previamente as suas congêneres e só depois de obtida a concordância, e o aplauso de — Associações, — se decidiu a vir junto de Vossa Excelência, com a certeza de que defende uma pretensão justa, apoiada pela grande maioria dos comerciantes do País.

Embora mínima, na aparência, ela tem para os organismos associativos comerciais uma importância máxima, porque visa o seu prestígio, gravemente ofendido pelo art.º 6.º § 1.º do Decreto-Lei n.º 24.916.

Os superiores interesses do Estado não sofrem de longe ou de perto com o facto de a escolha dos delegados que hão-de fazer parte das Comissões encarregadas de fixar o rendimento ilíquido presumível dos contribuintes colectados em Contribuição Industrial, Grupo C., ser feita pelas Associações de classe, como anteriormente, ou apenas nas suas sedes, abertas a todos os comerciantes.

Se assim é, se nada parece opôr-se ao deferimento de uma pretensão tão simples como aquela que acima deixamos formulada, ousamos solicitá-lo a Vossa Excelência, crentes de que procedemos,

A bem da Nação

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 5 de Agosto de 1936.

O Presidente da Direcção,

a) João Martins Casal

Associação de Classe dos Comerciantes de Mercaria de Lisboa.

Falta de Trocos

A fim de satisfazer as várias reclamações recebidas tanto de associados como de Sub-Secções, dirigiu a Direcção da nossa Associação, em 21 de Março do corrente ano, um officio a Sua Ex.^a o Sr. Administrador Geral da Casa da Moeda e Valores Selados, no qual demonstrava os prejuizos que ao Comércio causava a escassês das pequenas moedas.

Como resposta, obteve-se um officio datado de 15 de Abril passado em que se declarava ter sido o assunto exposto a quem de direito e de quem se aguardava a devida resolução.

Em 13 de Junho passado, à mesma entidade foi enviado novo officio reforçando as razões inicialmente apresentadas, e demonstrando claramente a enormidade dos prejuizos verificados com a falta de moedas para trocos. Respondeu a entidade consultada em 18 de Junho do corrente ano, declarando não poder dar solução ao assunto em virtude do Parecer contrário emitido pelo Banco de Portugal, pelo que, as propostas apresentadas para solucionar este assunto, pela Casa da Moeda, foram mandadas arquivar.

A Imprensa e em especial a da Capital secundou as nossas reclamações, por várias vezes.

A Direcção da Associação, resolveu então apelar para o alto critério do ilustre Ministro das Finanças, enviando-lhe a seguinte representação:

Snr. Ministro das Finanças

Excelência:

O permanente contacto que a Direcção desta antiga colectividade é obrigada a manter com os seus associados, que se dedicam, na sua maioria ao comércio retalhista, impõe-lhe o dever de conhecer os seus queixumes e as suas mais legítimas e instantes aspirações.

Desta forma somos assediados com reclamações que dia a dia,

se vão avolumando e que, devidamente concretizadas, não devemos deixar de transmitir aos altos poderes da Nação.

Nestas circunstâncias se encontra a exposição que, sucintamente, para não privar Vossa Excelência do tempo que tam precioso lhe é, pedimos vénia para fazer em seguida:

Queremos referir-nos à falta, cada vez mais acentuada, de moedas de \$50, \$10 e \$20, que se nota no mercado, e que dificulta, como é obvio, as transacções dos comerciantes que vendem artigos de diminuto valor. Também os empregados (condutores) da Companhia Carris de Ferro de Lisboa se queixam de lhes faltarem as moedas de \$05, principalmente, o que motiva, por vezes, incidentes com os passageiros.

O estado de coisas que acabamos de ter a honra de relatar a V. Ex.^a causa prejuizos e contrariedades que, em nossa opinião e salvo o devido respeito, se poderiam remediar com manifesta satisfação dos interessados. Bastava que fôsse autorizada uma nova cunhagem de moedas, o que embora contrário à opinião do Banco de Portugal, segundo informação que recebemos da Casa da Moeda e Valores Selados, representaria uma solução muito bem recebida pelo Comércio retalhista.

Certos de que confiando ao mui esclarecido critério de Vossa Excelência os desejos desta antiga Associação eles serão devidamente ponderados e resolvidos, pedimos licença para com os nossos mais respeitosos protestos de consideração e de apreço, formular os melhores votos

A bem da Nação

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 2 de Julho de 1936.

O Presidente da Direcção

a) João Martins Casal

Associação de Classe do Comércio e Indústria de Alcácer do Sal.
Associação de Classe dos Industriais de Panificação Independentes.
Associação de Classe dos Ourives do Pôrto.
Associação de Classe dos Proprietários de Hoteis e Restaurantes e Pensões.
Associação de Classe dos Vendedores nos Mercados de Lisboa.
Associação de Classe dos Proprietários de Vacarias e Leitarias.

Associação Comercial de Braga.
Associação Comercial das Casas de Pasto e Vendedores de Vinhos em Lisboa.
Associação Comercial dos Droguistas do Sul de Portugal.
Associação Comercial de Leiria.
Associação Comercial de Monção.
Associação Comercial de Póvoa de Varzim.
Associação Comercial dos Retalhistas de Almada.
Associação Comercial de Setúbal.
Associação Comercial de Torres Vedras.

Associação Comercial de Vila Real.

Associação Comercial e Industrial de Anadia.

Associação Comercial e Industrial do Barreiro.

Associação Comercial e Industrial do Beato e Olivais.

Associação Comercial e Industrial de Beja.

Associação Comercial e Industrial de Bragança.

Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco.

Associação Comercial e Industrial do Concelho do Cartaxo.

Associação Comercial e Industrial do Concelho de Cascais.

Associação Comercial e Industrial de Espinho.

Associação Comercial e Industrial de Évora.

Associação Comercial e Industrial de Fafe.

Associação Comercial e Industrial de Faro.

Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz.

Associação Comercial e Industrial da Guarda.

Associação Comercial e Industrial da Lourinhã.

Associação Comercial e Industrial de Mangualde.

Associação Comercial e Industrial de Matosinhos.

Associação Comercial e Industrial da Murtosa.

Associação Comercial e Industrial de Olhão.

Associação Comercial e Industrial dos Ourives do Sul.

Associação Comercial e Industrial de Peniche.

Associação Comercial e Industrial de Pombal.

Associação Comercial e Industrial de Vila Franca de Xira.

Associação Comercial e Industrial de Vizeu.

Associação Comercial e Industrial de Tomar.

Associação dos Comerciantes do Pôrto.

União dos Comerciantes de Carnes Verdes.

União dos Interesses Económicos.

Exportação para o Japão

A partir de 25 de Julho p.^o p.^o as mercadorias abaixo, deverão ser acompanhadas de certificados de origem, quando destinadas a ser importadas no Japão: lã, trigo, farinha de trigo, resíduos de lã, carne de vaca, manteiga, leite condensado, peles e coiros, gorduras de vaca e caseína.

HORARIO DO TRABALHO

EDITAL
DA

Camara Municipal de Lisboa

Disposições gerais

Artigo 1.º — O descanso semanal e horário de encerramento e abertura dos estabelecimentos de venda ao público na área administrativa da Cidade de Lisboa, serão observados nos termos do Decreto-lei n.º 24.402 e do presente Regulamento.

Art. 2.º — Têm direito ao descanso semanal de vinte e quatro horas, seguidas, salvo caso expressamente determinado, os assalariados e empregados que se ocupem em estabelecimentos comerciais ou industriais, qualquer que seja a sua profissão e categoria.

Art. 3.º — O período de trabalho diário do pessoal dos estabelecimentos comerciais ou industriais, não pode ser superior a oito horas.

Art. 4.º — Consideram-se, para efeitos do período de trabalho e descanso semanal, como estabelecimentos comerciais ou industriais, todos os escritórios, lojas, armazéns, oficinas, fábricas, obras, serviços urbanos de transportes em comum e de carga, e mais locais onde se pratiquem actos de natureza comercial ou industrial.

Horário do trabalho

Art. 5.º — Em regra, o trabalho nos estabelecimentos industriais, não pode começar antes das sete horas, nem terminar depois das vinte horas; nos estabelecimentos comerciais, o trabalho não pode começar, em regra, antes das nove horas, e termina às dezanove; nos escritórios, não pode começar, em regra, antes das nove horas, nem terminar depois das dezóito horas.

§ 1.º — Os estabelecimentos de venda ao público, deverão conservar-se abertos durante todo o período de tempo, à excepção daquele em que trabalhe apenas o seu proprietário, ou um número tão reduzido de empregados que torne impossível o descanso por turnos, e cujo encerramento à hora do almoço, poderá ser autorizado pelo I. N. T. P., mediante requerimento devidamente fundamentado.

Art. 6.º — O período do trabalho diário deve ser interrompido, pelo menos, por um descanso que não poderá ser inferior a uma hora nem superior a duas, depois de quatro ou cinco horas de trabalho consecutivo.

Art. 7.º — Exceptuam-se do disposto no corpo do artigo 5.º:

1.º — Os estabelecimentos de

mercearia, cujo encerramento aos sábados, poderá efectuar-se até às vinte e três horas.

2.º — Os talhos, salchicharias, estabelecimentos dos animais abatidos para consumo, cuja abertura não pode efectuar-se antes das sete horas e cujo encerramento não pode ter lugar depois das dezasseis horas, nos dias de semana, e depois das catorze horas, aos domingos.

3.º — Os estabelecimentos de venda de criação, caça e ovos, e venda de peixe a retalho, cuja abertura não pode efectuar-se antes das sete horas e cujo encerramento não pode ter lugar depois das vinte horas.

4.º — Os quiosques com venda de jornais e tabacos, tabacarias, confeitarias e pastelarias, cujo encerramento não pode efectuar-se depois das vinte e três horas.

5.º — Leitarias, cervejarias, cafés, restaurantes e leilões, cujo encerramento só poderá efectuar-se depois das 0 horas, mediante licença camarária.

6.º — Casas de pasto, tabernas com comida, lojas de bebidas, cuja abertura não pode efectuar-se antes das seis horas, e cujo encerramento não pode ter lugar depois das vinte e três horas.

7.º — Drogarias, que aos sábados podem permanecer abertas até às vinte e três horas.

8.º — Padarias, cujos estabelecimentos de venda não podem abrir antes das sete horas, nem encerrar-se depois das vinte horas.

9.º — Os estabelecimentos e casas especiais de fogo de artifício e objectos para festejos, cujo encerramento poderá efectuar-se até às 0 horas, nos dias 1 de Janeiro, 27 e 28 de Maio, 12, 13, 23, 24, 28 e 29 de Junho, 4 e 5 de Outubro, 24 e 25 de Dezembro, e quaisquer outros que venham a ser considerados dias de festa nacional ou municipal, desta Cidade.

10.º — As casas e estabelecimentos especiais de artigos de brinquedos, cujo encerramento poderá efectuar-se até às zero horas, nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro.

11.º — Os estabelecimentos de artigos de carnaval, cujo encerramento deverá efectuar-se até às zero horas no domingo, na segunda e na terça-feira de Carnaval, bem como no domingo antecedente.

12.º — Os estabelecimentos de barbeiro e cabeleireiro, deverão abrir às nove horas e encerrar às dezanove, com excepção do sábado que poderão conservar-se abertos até às vinte e três horas.

Do Descanso Semanal

Art. 8.º — Todos os estabelecimentos comerciais e industriais, deverão encerrar-se durante um dia completo em cada semana, o qual deverá ser ao domingo, salvo nos casos em que este Regulamento determinar o contrário.

§ 1.º — Exceptuam-se desta disposição, além dos estabelecimentos industriais de laboração continua, dos serviços urbanos de transportes em comum e daquêles que hajam recebido autorização expressa do I. N. T. P., as farmácias, hospitais, maternidades, casas de saúde, asilos, creches, balneários, hotéis, hospedarias, restaurantes, casas de pasto, cafés, pastelarias, leitarias, tabernas, estabelecimentos de venda de peixe fresco, aves, hortaliças, frutos e flores, tabacarias, agências funerárias, agências de navegação e serviços de jornalismo de tiragem diária e pessoal técnica de empresas destinadas ao fornecimento de água, luz, energia motora, carga e descarga, comunicações telefónicas e telegráficas e garagens.

§ 2.º — Na parte respeitante a farmácias, só poderão abrir ao domingo as que forem indispensáveis ao serviço público, devendo para tal estabelecer-se uma escala de abertura, aprovada nos termos da Lei, e organizada de acordo com os respectivos grémio e sindicato, quando os haja.

§ 3.º — Esta escala deverá ser afixada em tôdas as esquadras da Polícia de Segurança Pública, e a sua alteração será efectuada por iniciativa da Câmara, do Grémio ou do Sindicato.

Art. 9.º — O descanso semanal ao pessoal empregado nos estabelecimentos mencionados no § 1.º do artigo anterior, será dado por turnos e de forma a que, dentro de três dias que se seguirem na semana, tal pessoa aproveite o descanso de vinte e quatro horas seguidas, ou por um período de férias remuneradas em cada ano, que compense os dias de descanso não usufruídos, havendo neste caso a necessidade da expressa autorização prévia do I. N. T. P.

§ 1.º — A organização dos turnos deverá constar em mapa ou mapas devidamente afixados e com a aprovação do I. N. T. P., requerida na forma do art. 21.º do Decreto-lei 24.402.

§ 2.º — Estes mapas deverão conter o nome do proprietário ou empresa, local onde é prestado o trabalho, indústria exercida, nomes e morada de todo o pessoal e

sua categoria e o dia que lhe é atribuído para descanso.

Art. 10.º — Aos domingos, 1.º de Dezembro e qualquer outro feriado nacional equiparado por lei ao domingo ou no dia excepcionalmente destinado a descanso semanal, autorizado devidamente pelo I. N. T. P., com excepção dos indivíduos empregados em serviços de laboração continua, deverá ser pago sempre pelo dôbro, salvo autorização condicionada do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 11.º — É designada a segunda-feira, para o descanso semanal ou encerramento, das fotografias, talhos e salchicharias e talhos de miudezas de animais abatidos.

§ 1.º — As fotografias cujas instalações se encontrem dentro de estabelecimentos cujo dia de encerramento seja ao domingo, têm neste dia o seu descanso semanal.

§ 2.º — O encerramento das fotografias em segunda-feira, de Carnaval, é transferido para a quarta-feira.

Art. 12.º — Os estabelecimentos de casas especiais de fogo de artifício e objectos para festejos, podem conservar-se abertos e funcionar no domingo de Carnaval, e aquêles a que possam corresponder os dias 1 de Janeiro, 27 e 28 de Maio, 12, 13, 23, 24, 28 e 29 de Junho, 4 e 5 de Outubro e 24 e 25 de Dezembro.

§ único — O encerramento nesses dias, não poderá fazer-se depois das zero horas.

Art. 13.º — As casas e estabelecimentos especiais de artigos de brinquedos, podem abrir e funcionar aos domingos, a que possa corresponder os dias 24, 25 e 31 de Dezembro, podendo nesses dias, o encerramento fazer-se às zero horas.

Art. 14.º — As confeitarias, pastelarias, mercearias, talhos e salchicharias, podem conservar-se abertos nos domingos de Ramos, Páscoa, e nos domingos compreendidos entre os dias 23 de Dezembro e o dia 6 de Janeiro inclusivé, sendo livres nêstes dias, a venda de todos os géneros que façam parte do seu comércio. Também, e nas mesmas condições, é permitida a abertura de confeitarias, pastelarias, talhos e salchicharias, no domingo de Carnaval.

§ único — No domingo de Carnaval não poderão abrir as mercearias.

Art. 15.º — Os estabelecimentos de artigos de Carnaval podem

abrir e exercer o seu comércio no domingo de Carnaval e no antecedente.

Art. 16.º — No caso do art. 12.º, o descanso do pessoal, correspondente a dia de descanso de vinte e quatro horas seguidas, será dado nos primeiros três dias úteis que se seguirem ao domingo em que trabalharam.

Disposições gerais e transitórias

Art. 17.º — Sempre que o comerciante, com estabelecimento de venda ao público, exerça conjuntamente mais de um ramo ou espécie de comércio, cujos períodos de duração das transacções sejam diferentes, deverão as autoridades e agentes de fiscalização, em execução dêste regulamento, adoptar as providências convenientes para evitar que o horário de qualquer dêsses ramos de comércio seja desrespeitado, pela utilização do horário de qualquer dos restantes.

Art. 18.º — É permitido, durante a meia hora antes da abertura ou então na meia hora seguinte ao encerramento, ao pessoal encarregado da limpeza e arrumação do estabelecimento, permanecer nêle para executar êsse trabalho, conservando-se, porém, o estabelecimento encerrado, sem prejuízo do seu horário de trabalho.

Art. 19.º — Sempre que os patrões pretendam dar descanso ao seu pessoal, por turnos, deverão cumprir o disposto no art. 20.º, § único, do Decreto-Lei 24.402.

Art. 20.º — Para efeito da fiscalização, é todo o pessoal obrigado a munir-se do respectivo bilhete de identidade, ou do cartão de identidade profissional, emitido pelo respectivo Sindicato.

§ único — No bilhete de identidade exibido pelo empregado, a profissão nêle constante tem que ser aquela que o empregado efectivamente exerça.

Art. 21.º — Nos talhos, salchicharias e estabelecimentos de miudezas de animais abatidos para consumo, no momento do fornecimento das carnes e miudezas, feito pelo Matadouro Municipal, se êsses estabelecimentos já estiverem encerrados, será permitido abri-los, somente para êsse efeito e durante o tempo necessário para tal fornecimento se efectuar.

Art. 22.º — Nos estabelecimentos de miudezas referidos no artigo anterior, é permitido, durante uma hora antes da abertura, ou na hora seguinte ao fornecimento, que o pessoal nêle permaneça

com o estabelecimento encerrado, tão somente para a preparação indispensável dos géneros do seu comércio, sujeitos à corrupção ou deterioração.

Art. 28.º — Nos estabelecimentos abertos ao domingo, não é permitida a venda de quaisquer géneros ou mercadorias, que, por sua natureza, façam parte do ramo de negócio dos estabelecimentos nêsse dia encerrados, por disposição dêste regulamento, excepto os géneros e mercadorias que façam parte do ramo especial do seu negócio.

Art. 24.º — Idênticamente, nos estabelecimentos abertos nos dias de semana, não poderão ser vendidos os géneros ou mercadorias, nem exercido o ofício ou profissão, que façam parte do ramo de negócio, ofício ou profissão, dos estabelecimentos aos quais seja concedido o descanso em qualquer outro dia que não seja o domingo.

Art. 25.º — Não é permitida, na via pública ou qualquer outro local, a venda ao domingo ou no dia destinado ao descanso semanal, daqueles géneros ou mercadorias, nem exercício de qualquer indústria ou profissão, respeitante aos estabelecimentos encerrados, salvo as excepções previstas nêste Regulamento.

Art. 26.º — No dia destinado ao descanso semanal, não é permitida a permanência dos assalariados nos estabelecimentos em que estejam empregados, salvo no caso de terem nêles residência.

Art. 27.º — Nos estabelecimentos aos quais excepcionalmente é permitida a abertura antes ou o encerramento depois das horas estabelecidas, como regra geral no art. 8.º dêste Regulamento, não poderão vender-se, durante essas horas, os artigos, produtos, géneros ou mercadorias, do ramo de negócio próprio dos estabelecimentos, durante êsse período encerrados.

Disposições penais

Art. 28.º — Os estabelecimentos abrangidos nêste Regulamento que infringirem o disposto relativamente às horas de abertura e encerramento dos serviços, entrada e saída do pessoal, tempo diário do descanso e descanso semanal, serão punidos com as multas referidas nas alíneas a) e e), do art. 28.º e § único do Decreto-Lei 24.402.

§ único — O produto das multas, terá a aplicação designada no art. 12.º do Decreto-Lei 24.402.

E para geral conhecimento, se publica o presente Edital. Lisboa e Paços do Concelho, 16 de Julho de 1936. E eu, (a) Joaquim da Silva Pinto, Secretário Geral, interino, o subscrevo.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA,

(a) Daniel Rodrigues de Sousa.

ESTABELECIMENTOS EM VESTIBULOS DE ESCADAS

A Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa em sua postura de 17 de Agosto de 1935 exige determinados melhoramentos nos estabelecimentos instalados nos vestibulos de escadas, que a cumprirem-se rigidamente, o mesmo é que determinar o encerramento da sua maioria.

Junto da Associação vieram inúmeros pedidos para se solicitar algo que beneficiasse os atingidos e evitasse o quasi que certo encerramento desses estabelecimentos.

A Direcção da Colectividade enviou a Sua Ex.^a o Sr. General Daniel de Sousa, illustre Presidente da Camara Municipal de Lisboa a seguinte representação:

Ex.^{mas} Srs. Presidente e Vogais da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa

Ex.^{mas} Senhores:

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, pela solicitude com que se vê obrigada a defender os legítimos interesses dos seus associados, não pode deixar de vir perante V. Ex.^{ma} a pedir que a situação criada a alguns comerciantes pela Postura de 17 de Agosto de 1935, relativa a estabelecimentos em vestibulos de escadas, seja olhada por V. Ex.^{ma} com a transigência e brandura que os factos consumados impõem, e as circunstâncias de crise intensa não podem deixar de aconselhar.

Não pretende esta Associação discutir se a postura a que nos referimos se acha dentro das legítimas atribuições camarárias, mas simplesmente frisar que a sua aplicação imediata e inflexível é de mais gravosas consequências, do que a tolerância pelos direitos há muitos anos adquiridos e usufruidos por alguns, ao abrigo de normas e autorizações contra as quais nunca se levantou protesto fundamentado.

Sabem V. Ex.^{ma} que as Câmaras anteriores, permitindo a abertura e funcionamento de estabelecimentos em vestibulos de escadas ou patamares intermédios, sem restrições especiais, deu origem a que se investissem capitais, criassem interesses, fixassem negócios, longe de modificações que de um momento para o outro pudessem destruir completamente a vida do comerciante, ou alterá-la por tal forma, que o mesmo é que inutilizá-la.

Ora, esta Associação, não falando já dos direitos adquiridos por aqueles que se estabeleceram dentro do regime legal ao tempo em vigor, vê com indizível mágoa que

aqueles dos seus associados que são atingidos pela Postura de 17 de Agosto de 1935, são tão modestos nas suas ensanches comerciais, que mal podem suportar sacrificios de pequena monta, e muito menos transformações dispendiosas e violentas.

Engraxadores, capelistas e outros negócios semelhantes, que são os que se acoitam em vestibulos de escadas, que tiram eles além do bastante para o pagamento de contribuições e impostos, rendas e sua parca sustentação diária?

Pois são exactamente estes, os mais modestos e atribulados pequenos comerciantes, que a Postura que V. Ex.^{ma} pretendem pôr em vigor, atinge com sua dureza e inclemência.

Desta sorte, o que podem esperar muitos deles? O desfazerem-se das suas quitandas, ou o empenharem-se na realização de melhoramentos que nem a hygiene nem a segurança pública tornaram até agora indispensáveis?

Se não é isto o que V. Ex.^{ma} pretendem, e de certo não é, porque V. Ex.^{ma} têm como nós coração para sentir as misérias alheias, para êle apela esta Associação, dizendo-lhes que não sofrem a justiça nem a moral com a suspensão da Postura, pelo menos para aqueles que as leis tidas por boas até agora, devem pôr a salvo de imprevisas obrigações, ásperas no seu objecto e desconcertantes nas suas consequências.

Eis o que ousa pedir esta Associação plenamente confiada no mérito da causa que defende e no elevado critério que em V. Ex.^{ma} reconhece.

E se V. Ex.^{ma} não quizerem satisfazer o nosso desejo, suscitado apenas pelo lastimoso clamor dos atingidos, ainda ousamos rogar que ao menos se suspenda a aplicação do n.º 3.º do art.º 2.º da citada Postura, para todos os que na data da sua publicação já estavam instalados, pois dêses nos chegam a todo o momento as queixas de pessoas atribuladas e aflitas, que deixaram de invocar justiça para só falarem em piedade.

Com os protestos da nossa maior consideração e elevada estima, fazemos sinceros votos

A bem da Nação

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 18 de Junho de 1936.

O Presidente da Direcção,

a) João Martins Casal

Em 15 de Agosto de 1936 publicava o «Diário de Noticias» o seguinte:

Câmara Municipal de Lisboa

«Entre outras resoluções tomou a seguinte: — Determinar que, até 31 de Dezembro do corrente ano, fique suspensa a condição 3.ª do art.º 2.º da Postura de 15 de Agosto de 1935, sobre ocupação de vestibulos de escada, sendo nomeada uma comissão composta pelo chefe da 4.ª Repartição, Batalhão Sapadores Bombeiros, e pelo delegado da Direcção Geral de Saúde, junto da Câmara, para estudar o assunto até 30 de Novembro.

AVISOS

Contribuição Industrial Quatro prestações

Chamamos a atenção dos Ex.^{mas} Srs. Associados para o facto de ser este mês o destinado a requerer o pagamento das Contribuições em quatro prestações.

O requerimento deve ser dirigido aos Chefes das Repartições de Finanças em papel selado nestes ou idênticos termos

Ex.^{mo} Snr. Chefe da Secção de Finanças do ... Bairro Fiscal de Lisboa

F... com estabelecimento de... na Rua de... N.º...freguesia de... área dêsse bairro fiscal vem em conformidade com o que lhe confere o § único do artigo 13.º do Decreto N.º 25.300, de 6 de Maio de 1935, requerer a V. Ex.^a que a sua contribuição seja dividida em quatro prestações.

Pede deferimento

F...

... de ... de ...

Só devem requerer o pagamento em quatro prestações os contribuintes, cujas colectas sejam superiores a 400\$00 anuais.

Reclamações

— Durante este mês de Setembro deve estar em reclamação a importância fixada para lucro tributável da Contribuição industrial, devendo ter-se em muita consideração que a reclamação é feita exclusivamente para a respectiva comissão, e que da sua decisão não há qualquer recurso.



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

Director e Editor:
Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

OUTUBRO --- 1936

Ano I — N.º 2

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º
LISBOA Telefone 24114

CONTINUANDO

As Associações Comerciais e Industriais e os Organismos Corporativos

pelo Dr. Ramiro Seixas

Recebido o primeiro número do *Boletim*, com o geral agrado de todos os nossos associados, fortalecidos nos encontramos já, para prosseguirmos satisfeitos nesta cruzada, por verificarmos o interesse manifestado em torno de uma ideia tão simples, mas de indiscutível vantagem.

A nossa Associação que regista na sua longa existência, factos que muito a enobrecem e valorizam, procura dar-vos através do *Boletim*, informações oportunas da sua acção em prol dos vossos legítimos e justos interesses, numa eloquente demonstração da sua constante atividade e do seu afirmado préstimo.

Difícil tem sido, por vezes, a tarefa das Direcções. Mas, nem por isso, o seu esforço e a sua dedicação ao tratamento das causas que lhe são impostas por deveres de cargo, se apaga ou diminui, muito pelo contrário, mais se fortalece nos empreendimentos difíceis, dando-nos afirmações constantes de dedicação e amor pela Colectividade.

Na sua organização estatutária, feita em época já distante, mas inteligentemente orientada, se previu então a necessidade e a vantagem da existência de sub-seções que permitissem a divisão por núcleos especializados, dos diversos elementos associativos.

Estudados assim os diversos assuntos, por aqueles que com mais competência deles se podem e devem ocupar, habilitadas se encontram as Direcções ao tratamento dos muitos e variados casos que constituem tarefa constante e diária, no agrupamento dos motivos que reclamam a sua intervenção necessária.

Desta forma, muito valiosa tem sido a acção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, necessário se tornando que todos os que a ela pertencem, lhe tragam

Dissemos que as Associações comerciais não são de modo algum incompatíveis com qualquer organização corporativa e de novo insistimos, porque desejamos acabar de uma vez para sempre, com um evidente mal entendido.

Uma errada visão dos factos originou duas correntes, em sentido oposto, ambas viciosas, apaixonadas e, por consequência, injustas.

Há os que entendem como necessária e urgente, a integração imediata das Associações Comerciais na Organização Corporativa.

Outros pretendem a sua dissolução, por utilidade pública; ou, quando muito e provisoriamente, que se desconheça a sua existência, enquanto não fôr decretada a inevitável extinção.

Os primeiros querem resolver apressadamente um problema que desconhecem; os segundos supõem que, destruindo o existente e negando a quem quer útilmente colaborar, o direito a ter opiniões, servem melhor os seus princípios.

Erram ambos, quando afirmam e quando negam, porque, a verdade e a justiça estão, como sempre, no meio: nem a integração sem mais nada; nem a extinção pura e simples.

Bem avisado andou, pois, o legislador, dispondo no art. 10.º do Dec.-Lei n.º 23:049, que, «as asso-

novos associados, apêlo que vos repetimos, na esperança do acolhimento merecido, com o que muito contribuireis para o engrandecimento da nossa Associação, marcando o nosso justo reconhecimento pela notável obra que pode agrupar-se através das sucessivas gerências da sua gloriosa e longa existência.

A Direcção

ciações patronais actualmente existentes e constituídas ao abrigo do Dec. de 9 de Maio de 1891, continuam transitóriamente a regular-se pelos seus estatutos.»

Isto traduz as dificuldades do problema e a necessidade de o estudar detidamente, antes de se tomarem decisões, seja em que sentido fôr.

Se, por um lado, as Associações comerciais, constituídas por uma massa de sócios que se dedicam às mais diversas actividades, se mostram difficilmente adaptáveis aos moldes corporativos, caracterizados pelo agrupamento dos interesses económicos idênticos, (Grémios e Federações), ou afins (Unões), por outro lado, as Associações Comerciais, mantidas por uma já longa tradição e bem aceites por todo o comércio, *não são de modo algum incompatíveis com a organização Corporativa projectada, quer seja quer não, possível, a sua adaptação.*

Mas, as dificuldades de uma adaptação, que todos afinal desejariam, não impedem que a estudemos e procuremos resolvê-la como fôr possível, e dentro das normas da mais estreita colaboração.

O que não vemos que se imponha como solução única e radical, para as dificuldades apontadas, é o desaparecimento das Associações comerciais, pois estas, com adaptação ou sem ela, *têm e continuarão a ter vida e funções próprias, que não colidem nem se confundem com a actividade corporativa dos organismos de coordenação económica, aceites ou criados pelo Estado.*

É possível alargar a sua actividade no Plano Corporativo e tornar mais útil ainda a sua acção? Talvez! Mas isso é outra questão.

Palavras oportunas

por Virgílio da Fonseca

Representa a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, a grande maioria do comércio retalhista da Capital, isto é, os elementos a quem esta deu uma grande parte do seu movimento e aspecto.

Lógicamente é ou deve ser a Associação, normalmente, uma força com que os Governos do País devem contar, mas que a esses Governos têm também por sua vez, de dar uma leal colaboração.

Sem cor política, nem partido, a Associação Comercial de Lojistas, deve ter por si e pelos seus associados uma principal preocupação, a da ordem nas ruas e nos espíritos, para que a sua função de paz e desenvolvimento, se possa exercer em toda a plenitude.

E como a Associação Comercial de Lojistas, não é constituída por aventureiros, mas sim por pessoas que sabem o que é ter responsabilidades; por pessoas que têm que perder; finalmente por pessoas cujos bens e futuro de suas famílias representam na generalidade o resultado, não de golpes da audácia, mas de longos anos de trabalho honesto, paciente e inteligentemente ordenado, e que não querem ver esses bens destruídos, logo a Associação Comercial de Lojistas deve ser uma força de ordem efectiva, para, pela sua colaboração na obra de construção e organização social, poder por sua vez arrogar-se autoridade que lhe permita junto dos Poderes Públicos, pugnar pelas regalias dos seus filiados e defender os direitos que lhes possam competir.

O actual Governo a quem é justo reconhecer na sua obra construtiva um desejo de acertar, entendeu dever criar a Organização Corporativa, que, como todos os sistemas terá os seus defeitos, mas também grandes vantagens.

Estabelecido o plano geral, principiou a sua realização.

A nossa Associação, colocada fora da sua órbita de acção nessa Organização, para o estudo da qual não foi ouvida, mas também no qual não procurou colaborar, isolou-se na sua torre de marfim, e assim tem vivido.

A crise comercial, exigiu de todos nós um aumento de atenções

e cuidados, impedindo-nos de dedicarmos a este problema uma justificada atenção e infelizmente para a Associação, as suas Gerências contentaram-se durante esse período, em fazer obra de administração.

Porém muito mais havia e há a fazer, e sem dúvida nenhum dos nossos consócios o deixa de reconhecer.

Em primeiro lugar urge que a Associação se integre na orientação dada pelo actual Governo da Nação à Organização Corporativa, dando-lhe o seu apoio e correspondendo franca e sinceramente à expectativa, para criar posição moral que lhe permita depois poder ser verdadeiramente útil aos seus associados.

Segundo o Decreto que criou a Organização Corporativa, às Associações patronais existentes, foi permitido que continuassem transitóriamente a regular-se pelos seus Estatutos. Mas determina também que a organização das entidades patronais se realize por meio de grêmios onde se agrupam os que exercem o mesmo ramo de actividade comercial, industrial, etc..

Ora o que são afinal estes grêmios? Nem mais nem menos do que as sub-seções comerciais há tanto tempo criadas dentro da nossa Associação. Simplesmente o Governo deu a estes Grêmios personalidade jurídica, representação legal, e a faculdade de poderem tutelar os seus interesses perante o Estado.

Nada impede que os Grêmios, ou os seus associados sejam filiados na Associação de Lojistas e suas congêneres.

Antes pelo contrário, é para aqueles uma necessidade sob vários aspectos, tais como instalação, organização, serviços internos, conjugação de interesses, etc.

Cheguei portanto ao ponto que desejava atingir: Acho que à Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, compete como respeitosa cumpridora das leis em vigor, tomar ela mesma a iniciativa da formação desses Grêmios, e, modificando a própria estrutura interna, procurar adaptar os seus serviços e o seu préstimo a essa obra, que afinal será feita em favor de todos os seus associados.

Fundo do Desemprego

Chamamos a atenção dos nossos dignos consócios para o despacho do Ex.^{mo} Sub-Secretário de Estado das Corporações, referente ao Fundo do Desemprego que passa a ser feito, a partir de 1 do corrente mês, nas seguintes condições:

a) Para os empregados que só tenham alimentação e gorgeta, a base é de 300\$00;

b) para o empregado que não tenha alimentação e só receba gorgeta a base é de 200\$00;

c) para o empregado que tenha alimentação e ordenado, a base é de 100\$00 e mais a que corresponder ao ordenado;

d) para o empregado que só tenha alimentação, a base é de 100\$00;

e) para o empregado que tenha gorgeta e ordenado, a base é de 200\$00 e mais o que corresponder ao ordenado;

f) para o empregado que só tiver ordenado a base é a desse ordenado;

g) para o empregado que tiver alimentação, gorgeta e ordenado, a base é de 300\$00 e mais o que corresponder ao ordenado.

Embora não seja obrigatório é de toda a conveniência que o comerciante afixe no seu estabelecimento um mapa no qual constem: os nomes dos empregados, se têm ou não alimentação ou gorgeta e os seus ordenados.

Aviação Comercial

Correios e Telégrafos

As taxas de franquia da correspondência a expedir por avião são as seguintes:

Cartas e bilhetes postais para Marrocos, cada 10 gramas ou fracção, 1\$75; África ocidental Francesa, cada 5 gramas ou fracção 12\$50; Brasil, cada 5 gramas ou fracção, 12\$50, outros Países da América do Sul, cada 5 gramas ou fracção, 15\$00.

Jornais, impressos, manuscritos, e amostras para cada um dos destinos acima mencionados, respectivamente: 1\$75, 25\$00, 25\$00 e 30\$00.

TELEFONES

No louvável intuito de bem servir, desenvolve a The Anglo-Portuguese Telephone Co. Ltd., uma larga propaganda da sua indústria, ao mesmo tempo que melhora e procura facilitar os seus serviços.

Tem jús à admiração pública esta modelar organização industrial e o seu papel na vida económica do País, resulta benéfico, não só pelos úteis serviços que presta, como também pelo número considerável de empregados que mantém.

Não seremos pois nós a regatear-lhe os louvores a que tem inequívoco direito.

Por isso, como órgão duma Associação representando uma grande parte do Comércio da Capital, não pôde este *Boletim* deixar de pugnar pelos interesses legítimos dos comerciantes que do telefone são forçados a utilizar-se, reclamando a atenção da mui digna Direcção da importante Companhia, para o encargo elevado que o telefone vai representando, fazendo-nos assim eco de muitas reclamações recebidas, certos de que, uma solução que viesse satisfazer grande número das reclamações que nos são apresentadas, contribuiria grandemente, para valorizar a acção da própria Companhia.

As novas tarifas telefónicas, embora estabelecendo aparentemente um princípio de redução, passaram todavia a constituir encargo bastante pesado para o comerciante, pelo aumento de despesas a que o obriga, comparativamente ao custo actual do telefone por unidade.

Preciso se torna a criação do *telefone comercial*.

O Comércio tem sido o principal elemento de divulgação do Telefone.

Inúmeras vezes os comerciantes, não só fazem as ligações dos seus clientes, como satisfazem ainda as respectivas chamadas.

Ainda há bem pouco tempo em Londres, o Comércio foi alvo duma atenção especial por parte de quem superintende nos serviços

Sebastião Mestre dos Santos

Por já se encontrar pronto a ser distribuído, impossível nos foi dedicarmos justas e merecidas palavras de homenagem, no nosso primeiro número a Sebastião Mestre dos Santos, conceituado comerciante da nossa praça e uma das figuras de maior relevo nos meios comercial e associativo.

Entristecidamente o vimos fazer hoje, arquivando nas columnas modestas deste *Boletim*, o sentir unânime de todos os seus numerosos amigos, que ao nosso juntamos, vincando com expressão sentida a nossa muita admiração pelas grandes virtudes de tão prestante cidadão, cuja perda bem dolorosa nos foi.

A Sua Ex.^{ma} Família, à Instituição Inválidos do Comércio, de cuja Assembleia Geral era o Digno Presidente e em especial ao Seu Sócio e nosso estimado Amigo Sr. António Lourenço Casanova, aqui deixamos bem expressa a mais sincera manifestação da nossa grande mágoa.

telefónicos. O custo das chamadas para os estabelecimentos comerciais foi reduzido e ainda facultadas um certo número de chamadas gratuitas, atendendo-se aos inestimáveis serviços que a classe comercial presta à expansão do Telefone.

Será pois ousadia pensar-se, na justiça de um tratamento idêntico ao que foi facultado inteligentemente ao Comércio de Londres?

The Anglo-Portuguese Telephone Co. Ltd., que conta valiosos cidadãos na sua gerência, certamente não deixará de pensar na necessidade de atender justos e variados queixumes dos interessados, modificando ainda algumas das suas tarifas, com se impõe, em favor do Comércio, para quem o Telefone vai passando a representar, de uma maneira geral, um formidável encargo, impossível para muitos de suportar.

Defender a Associação é defender os seus próprios interesses.

Novos Associados

Inscreveram-se como associados da nossa Colectividade e durante a actual Gerência as seguintes firmas, a quem apresentamos os cumprimentos de boas-vindas e desejamos longas prosperidades:

Valentim & Filhos
José de Almeida
Armazéns de Móveis dos Anjos, Lda.
Luiz dos Santos.
Vidreira, Limitada.
Figueiredo, Lda.
Garcia & Martins, Lda., Suc. E. G. Martins.
E. de Andrade, Lda.
Alexandre José Dias (Filhos).
C. Ferreira Pires.
J. P. Bastos, Lda.
Rafael Lopes, Lda.
Pereira & Barroso, Lda.
Antonio Castaño.
Armazens Azevedo, Lda.
Bernardo José Duarte.
Alberto Ferreira dos Santos.
Policarpo Sabino.
J. Oliveira Melo, Lda.
Adelino Nunes da Costa.
Armazens da Betesga, Lda.
Carlos Alberto dos Santos.
Roberto dos Santos.
António Pedro da Silva Teixeira.
Carlos Filipe Leitão.
António Augusto dos Santos.
Augusto Domingos dos Santos.
Teixeira Soares da Luz, Lda.
Lourenço de Melo.
Manuel Luiz Coimbra.
Machado, Malcher, Lda.
Maria da Conceição Lucas Carvalho Faria.
Pacheco, Lda.
Violantes, Lda.

O «BOLETIM»

Anunciar nele é garantir a segurança dos seus negócios. Todo o comércio tem necessidade e utilidade de o ler, mas os nossos associados têm mais do que essa necessidade — porque têm obrigação de o ajudar carinhosamente, fazendo nêle toda a sua propaganda. Este Boletim representa, para todos, o seu melhor esteio associativo, a sua mair fonte de informações e a sua melhor receita.

HORARIO DO TRABALHO

Ex.^{ma} Senhor Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Excelência:

Tomou esta Direcção conhecimento por intermédio do Boletim da Câmara Municipal de Lisboa, do Horário de Trabalho aprovado em princípio pela mesma em sua sessão de 4 de Abril do ano corrente, e logo se apressou em solicitar de Vossa Excelência que o mesmo não fôsse adoptado sem previamente a Associação que nos honramos de representar, pudesse submeter ao douto critério de Vossa Excelência, as considerações que a apreciação do mesmo lhe sugerisse.

Em 25 de Abril solicitou, efectivamente, em exposição fundamentada, dirigida a Vossa Excelência, que o referido projecto de Horário de Trabalho não fôsse aprovado sem que se lhe introduzissem modificações e esclarecimentos que, de uma forma sucinta, apresentou.

Essas modificações e esclarecimentos diziam respeito às seguintes disposições do projecto de regulamento:

a) — Obrigatoriedade de os estabelecimentos de venda ao público se conservarem abertos durante todo o período de tempo de trabalho normal;

b) — Fixação das 14 horas para o encerramento aos sábados dos escritórios.

c) — Insuficiente redacção do art. 27.º do projecto, na parte respeitante à proibição de venda de géneros ou mercadorias na via pública depois das horas de encerramento dos estabelecimentos;

d) — Tolerância exígua, de 15 minutos apenas, concedida para ultimar transacções ou outros serviços, começados e não acabados dentro das horas fixadas para encerramento dos estabelecimentos;

e) — Definição exacta da hora de encerramento geral, pois da defeituosa redacção do art. 5.º se podia deduzir que deixasse de ser às 19 horas para ter lugar às 20 horas;

f) — Concessão do direito de encerramento aos sábados além das 19 horas, apenas a um número restrito de estabelecimentos;

g) — Proibição do encerramento dos estabelecimentos além da hora regulamentar, nos dias 24 e 31 de Dezembro de cada ano.

Havíamos então solicitado que — a não ser adoptado o regime de encerramento obrigatório durante as horas de refeição, fôsse pelo menos mantida a faculdade de cada um poder encerrar ou não, voluntariamente, os seus estabelecimentos durante esse período de tempo;

— o encerramento, aos sábados, dos escritórios anexos aos estabelecimentos se efectuassem às mesmas horas destes;

— o art. 27.º do projecto proibisse também a venda na via pública de géneros ou mercadorias «depois das horas de encerramento dos estabelecimentos»;

— fôsse elevada a 30 minutos a tolerância concedida depois da hora regulamentar de encerramento;

— se tornasse extensiva a todos os estabelecimentos a concessão de poderem encerrar aos sábados até às 22 horas e que a esta mesma hora pudessem também encerrar-se todos os estabelecimentos não designados especialmente, nos dias 24, e 31 de Dezembro de cada ano.

O regulamento definitivamente aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 11 de Junho do ano corrente e as alterações que posteriormente lhe foram introduzidas, deram satisfação em parte, às observações que tivemos a honra de apresentar a Vossa Excelência mas, nos pontos essenciais, manteve os princípios que constavam do projecto e contra os quais se manifesta unanimemente o comércio da cidade.

A esta Direcção têm chegado insistentes pedidos para que solicite de Vossa Excelência o deferimento das suas justíssimas pretensões, algumas delas sancionadas por uma prática de muitos anos.

É dever nosso perflhá-las, e, dada a situação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, que representa a grande maioria dos comerciantes retalhistas afectados pelo regulamento do Horário de Trabalho, continua e continuará defendendo, dentro da ordem e da disciplina que são o seu timbre, as reclamações justas, procurando convencer lealmente e com absoluta boa fé.

Aceita esta Direcção e defende, o princípio da mais estreita colaboração dos organismos associativos com o Estado, a quem devem pôr ao corrente de tudo

quanto perturba ou possa perturbar a harmonia entre os membros que as constituem, sendo ao mesmo tempo o porta-voz dos seus anseios e os defensores das suas aspirações.

Como informadores das autoridades superiores do Estado prestam a estas um serviço apreciável mostrando-lhes como reagem os interessados, em que sentido se verificam essas reacções e quais os seus fundamentos. O Estado quer saber a-fim-de-provêr.

É necessário portanto que saiba ao certo e ninguém melhor do que as Direcções dos organismos associativos pode informá-lo, desde que o faça com honestidade e isenção.

O Estado não quer, por sistema, o contrário do que os indivíduos entendem que lhes convém, se bem que lhe cumpra harmonizar os direitos de uns com os dos outros de modo a estabelecer o equilíbrio e a paz social.

Quando houver colisão de interesses o arbítrio do Estado decidirá, mas, quando aquele se não verifique, nada parece impedir que o Estado se encaminhe no sentido que os próprios interessados lhe indicarem.

O Estado não transige nem diminui o seu prestígio quando aceita os pontos de vista expressos pelos próprios interessados, pois o seu máximo desejo deve consistir e consiste de facto, em dar satisfação, na medida possível, às aspirações e tendências que, não contrariando os superiores interesses do Estado, nem colidindo com outros representem o modo de sentir dos mesmos interessados, que ao Estado se dirigem por intermédio dos seus organismos representativos.

Esta Direcção, quando representou a V. Ex.^a, em 25 de Abril, havia pedido, como acima se disse, que:

— a não ser adoptado o regime de encerramento obrigatório durante as horas da refeição, fôsse pelo menos mantida a faculdade de cada um poder encerrar ou não, voluntariamente, os seus estabelecimentos, durante esse período de tempo;

— se tornasse extensiva a todos os estabelecimentos a concessão de poderem encerrar aos sábados até às 22 horas e que a esta mesma

AHO

Satisfazendo os pedidos de várias classes associadas, elaborou a nossa Direcção uma nova representação sobre o Horario do Trabalho, que transcrevemos na integra.

hora pudessem também encerrar-se todos os estabelecimentos, não designados especialmente, nos dias 24 e 31 de Dezembro de cada ano.

Nenhuma destas pretensões foi atendida, pois o regulamento definitivo do Horário de Trabalho, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em sessão de 11 de Junho do ano corrente, não só manteve a incompreensível obrigação de os estabelecimentos de venda ao público se conservarem abertos durante todo o período de tempo, mas também não consentiu, como se pedira, o encerramento aos sábados de todo o comércio retalhista, até às 22 horas.

Quanto à primeira destas justas reclamações, que não foi atendida, não compreendem os comerciantes (e são numerosos), que já haviam adquirido o hábito de encerrar os seus estabelecimentos das 12 às 14 horas, qual o motivo porque hão-de forçosamente conservá-los abertos durante esse período, se tal prática não tem para eles, para os seus empregados ou para o público em geral, a menor vantagem.

Defendeu sempre esta Direcção, mesmo junto dos seus associados, o encerramento obrigatório dos estabelecimentos durante as horas determinadas para as refeições, mas, considerando que em alguns ramos de comércio, como o de fanqueiro, isso se traduziria em uma excusada violência, obrigando a desmanchar e a repôr as trabalhosas exposições dos artigos do seu comércio, não teve dúvida em aceitar como facultativo esse encerramento, visto que desta forma nenhuns prejuízos resultam seja para quem fôr.

Razões de natureza económica não se vêem que justifiquem a obrigação contida no art. 5.º § 1.º do regulamento, como não vemos também qualquer outra, de ordem social, ou de espécie diferente.

Inconvenientes tem e de certa importância, não só porque numerosos comerciantes pedem que se lhes consinta o encerramento agora proibido; mas e principalmente, porque se perderá pouco a pouco um bom hábito, que se ia enraizando e talvez não fôsse muito difícil, com o andar do tempo, generalizar a todo o comércio: o encerramento total das 12 às 14 horas.

A segunda reclamação a que agora nos referimos, diz respeito à perda de um direito adquirido por uma longa tradição de muitos anos: o encerramento aos sábados e nos dias 24 e 31 de Dezembro de cada ano, além das 19 horas.

Conservaram este direito, os estabelecimentos de mercearia e drogaria, além de outros que, para o caso não interessam. Os restantes estabelecimentos de venda ao público, perderam-no.

Perderam-no e por isso se sentem lesados nos seus interesses legítimos, tanto mais quanto é certo que muito difficilmente a fiscalização poderá impedir que um ou outro comerciante menos escrupuloso venda nos seus estabelecimentos de mercearia ou drogaria artigos da especialidade de outros estabelecimentos obrigatoriamente encerrados aos sábados, às 19 horas.

E esse é apenas um dos aspectos da questão.

Há porém outros a que se deve atender para se verificar quanto prejudica o comércio semelhante medida, cortando radicalmente um direito adquirido que se radica em hábito.

Não foi essa, por certo, a intenção do legislador ao publicar o Decreto n.º 24:402, dispondo no seu art. 14.º § único, que

«Não é considerado trabalho extraordinário o trabalho prestado pelo pessoal dos estabelecimentos comerciais ou industriais autorizados usualmente a conservarem-se abertos até mais tarde na véspera do descanso semanal.»

E não foi, com certeza, porque previu sábiamente as circunstâncias de facto que haviam motivado essa autorização, longa de muitos anos.

Os comerciantes de sapataria, em representação que nos dirigiram acompanhada de dezenas de assinaturas e cuja cópia se junta para elucidação de Vossa Excelência, invocam razões que nos parecem absolutamente justas e procedentes.

Os comerciantes de perfumarias, e os fanqueiros, para não falarmos em outros, pedem, do mesmo modo, o encerramento aos sábados, além das 19 horas.

Todos falam em nome dos seus interesses e se estes são legítimos, se o comércio realmente atravessa uma crise assustadora, para que há-de agravar-se o seu pa-

tente mal estar, impondo ainda maiores restrições ao seu já reduzido negócio?

O que se pede agora? Apenas isto, que bem pouco é: *o encerramento geral, de todo o comércio, aos sábados e nos dias 24 e 31 de Dezembro até às 21 horas.*

Nenhum prejuízo sensível advirá para os caixeiros em trabalhar apenas, mais duas horas aos sábados, nos estabelecimentos que quizerem aproveitar-se desse benefício.

Os comerciantes da Baixa continuarão como até agora, na sua maior parte, a fechar às 19 horas, ou pouco além, porque a muitos deles apenas interessará aproveitar esse prolongamento para umas necessárias arrumações que nos outros dias de semana não têm a oportunidade de realizar, e para armar as suas montras. Prejuízos mais sensíveis ainda, na verdade, sofrerão, porém, com a restrição em vigor os outros comerciantes, os dos bairros excêntricos, que vivem principalmente da clientela operária, que escolhe os sábados, depois do trabalho, e de receber a fêria, para efectuar as suas compras.

Creia Vossa Excelência, se conceder autorização para o encerramento geral aos sábados e nos dias 24 e 31 de Dezembro de cada ano, até às 21 horas, receberá de todo o comércio interessado provas inequívocas de sincero agradecimento.

Ninguém será prejudicado com essa justíssima providência e em contra partida, o público consumidor e os comerciantes, terão um apreciável benefício.

Os caixeiros não se sentirão lesados com mais duas horas de trabalho em cada semana, porque, encerrando até há pouco os estabelecimentos às 23 horas, ganhariam efectivamente duas horas

Ainda a propósito do regulamento do Horário de Trabalho, deve esta Direcção ponderar a Vossa Excelência o que se passa com as Agências Funerárias.

Dirigiram-nos os seus proprietários a representação que por cópia se junta e cujas conclusões nos parecem dignas de deferimento.

Tratando-se, como se trata, de serviços de utilidade pública e de urgência, não podem, evidentemente, ficar subordinados às nor-

mas gerais e rígidas aplicáveis a todo o comércio.

Sujeitas sempre a um regime especial fixado em despachos das autoridades competentes, bastará que Vossa Excelência, usando do direito que lhe confere o § 1.º do art. 9.º do Dec.-Lei n.º 26:917, ordene a transformação em regulamento do que já se encontrava estabelecido quanto ao horário de trabalho das agências funerárias.

A proibição da venda ambulante nos dias de descanso, ou após o encerramento dos estabelecimentos, está devidamente regulamentada, simplesmente o que se torna indispensável é que a fiscalização se exerça com eficácia, porque diversos associados se nos queixaram de que os abusos continuam flagrantes, com evidente prejuízo do comércio organizado.

Ousamos por isso solicitar de Vossa Excelência que nesse sentido sejam tomadas rigorosas providências.

Excelência:

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa quer ser útil e não deseja outra coisa que não seja colaborar com o Estado, sem esquecer a missão que lhe compete, de defender os interesses legítimos dos seus associados.

Nem sempre todos os interesses são harmónicos; a concorrência é por vezes excessiva e a luta pela vida toma aspectos de guerra sem quartel.

Impõe-se a disciplina onde existem, talvez, esforços desordenados.

A Associação que nos honramos de dirigir pôde e deve realizar uma obra de coordenação que conduza à harmonia entre as classes, indo dêste modo ao encontro dos desejos manifestados pelo Estado.

Nesse sentido vem envidando os seus melhores esforços, contando com a boa vontade de todos, incluindo o próprio Estado.

Excelência:

A Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa pede que sejam atendidas as alterações ao regulamento do Horário de Trabalho a que acima se faz referência, porque são justas e o comércio insistentemente as solicita.

Dêste modo e sempre

A Bem da Nação

João Martins Casal

(Presidente da Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa).

Auxiliares dos Comerciantes

pelo Dr. Ramiro Seixas

Além dos caixeiros e outros empregados em contacto directo com o público, não menos valiosos e úteis são os que se dedicam a registar dia a dia as operações comerciais, escriturando-as em livros e papéis a tal fim destinados: — os *empregados de escritório*.

Vai longe o tempo em que a simplicidade e diminuta importância das transacções permitiam aos comerciantes acompanhar êles próprios todos os seus negócios, utilizando apenas os recursos da sua memória para fixarem as operações em curso; apurando os lucros por transferência de «Fundos» da algibeira que pagava para a algibeira que recebia e alimentando a «Caixa» pelo movimento em sentido contrário.

Esse tempo já lá vai; e se é certo que, ainda hoje se encontram comerciantes que consideram a «contabilidade» como um «luxo caro», a grande maioria reconhece os inestimáveis serviços que a sua «escrita», bem arrumada e montada de harmonia com as boas regras da técnica, constantemente lhe presta.

O desenvolvimento do crédito, bem como o aumento e complexidade crescentes das operações mercantis, tornaram indispensáveis a criação de processos de registo cada vez mais perfeitos, exigindo, simultaneamente, das pessoas encarregadas de os elaborar, conhecimentos técnicos especializados.

Assim, criou-se e aperfeiçoou-se pouco a pouco, através os exemplos da prática quotidiana e de estudos teóricos valiosíssimos, aquilo a que vulgarmente se chama — Contabilidade.

Ciência ou Técnica, seja como for que a consideremos, a verdade é que, sem o seu poderoso auxílio, não seriam possíveis os grandes organismos económicos modernos, pois só a disciplina, clareza e síntese das contas, reflectindo dia a dia a posição das empresas, permite a quem as administra seguir e orientar todos os seus movimentos, tal como o capitão, em frente da agulha magnética, dirige com segurança o leme do seu navio, por maior que este seja.

Uma contabilidade perfeita, é, por consequência, indispensável a todo o comerciante que exerce

conscientemente a sua profissão.

Essa obrigação é-lhe imposta no Art.º 29 do Cód. Comercial, pela forma seguinte:

«Todo o comerciante é obrigado a ter livros que dêem a conhecer, fácil, clara e precisamente, as suas operações comerciais e fortuna.»

Ora, facilidade, clareza e precisão, apenas se tornam possíveis através de uma Contabilidade montada e arrumada com perfeição.

Mas, uma contabilidade tecnicamente perfeita só pode conseguir-se mediante empregados competentes, isto é, que possuam a par de uma preparação teórica suficiente, sólidos conhecimentos práticos da técnica do «Deve» — «Haver». Há muitos anos já que o Estado reconheceu a necessidade de intervir, criando e mantendo escolas técnicas comerciais, do grau elementar ao superior, exactamente com o intuito de facultar ao comércio empregados e auxiliares de escritório devidamente habilitados.

Todavia, a-pesar-do esforço, que não se nega, dispendido pelo Estado, às escolas técnicas falta ainda muito, nalgumas quasi tudo, para exercerem eficazmente a função a que se destinam.

Na maior parte delas as instalações escolares são mais do que deficientes e o material didático roga pela mais completa pobreza.

O ensino sofre e resente-se de todas estas deficiências, não dando o rendimento que dêle seria lícito esperar.

Além disso, a preparação técnica nos alunos não atinge o nível desejado, porque a intensidade e profundidade das disciplinas propriamente técnicas, têm de ser forçosamente reduzidas, em consequência do desenvolvimento dado, no plano dos respectivos cursos, a outras que, sem grande prejuízo, bem podiam ser excluídas.

Em todo o caso, justo é que se diga, muito tem sido feito em benefício da instrução técnica e às suas escolas deve já o Comércio, valiosos e úteis colaboradores.

Bem pode dizer-se que, quanto maior for o número das escolas técnicas comerciais; quanto mais perfeita for a sua organização e

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

Pela Ex.^{ma} Comissão nomeada para estudar e compilar a legislação aduaneira, foi dirigido à Direcção da nossa Colectividade um officio solicitando a indicação do que mais pudesse interessar ao comércio, na projectada reforma dos serviços aduaneiros, tendo-lhe sido enviada a seguinte exposição:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão para actualizar a legislação aduaneira.

Ex.^{mo} Senhor:

Convidada a Direcção desta colectividade a pronunciar-se, como representante de uma grande parte do Comércio do País, sobre pontos que possam interessar-lhe na projectada reforma dos serviços aduaneiros, cuja elaboração se acha confiada à Comissão da mui digna presidência de V. Ex.^a, começará por agradecer a alta deferência com que se dignaram distingui-la e por afirmar a inteira confiança nos resultados dos trabalhos da Ex.^{ma} Comissão, em que se encontram funcionários superiores do quadro aduaneiro que numa longa folha de prestimosos serviços, muito conseguiram já evidenciar os seus vastíssimos conhecimentos, sobre tudo que às Alfândegas deva interessar.

Não cabe a esta Direcção, dentro da vastíssima complexidade que pode oferecer-lhe a observação de um tão vasto diploma, como o que se constitui sempre com uma reforma dos serviços aduaneiros, observar de um modo geral mais do que, os pontos que directamente podem interessar à classe comercial importadora e que em resumo se podem agrupar como segue:

I — Dispersão das disposições legais.

II — Alfândega de Lisboa e Administração do Porto.

III — Consultas prévias, contestações e divergências.

produtivo o seu ensino, tanto mais fácil será para os comerciantes, obter pessoal competente para os seus escritórios, de modo a conseguir-se isto, ainda hoje tão raro:

que todo o comerciante conheça e possa mostrar, *fácil, clara e precisamente*, as suas operações comerciais e fortuna, como lho impõe o sábio preceito do Art.^o 29.^o do Código Comercial.

IV — Despachos por declaração e depósitos.

V — Despachantes officiais.

I — DISPERSÃO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Facto altamente consolador é para esta Direcção o poder constatar que se procura proceder a nova arrumação dos diplomas legais que regem os serviços aduaneiros e que dispersos, muito penosa vêm tornando a consulta tantas vezes necessária, cuja dificuldade bastante é já, em face da complexidade e da vastidão a que é obrigada, a feitura de um tão importante diploma, com seja a organização e regulamentação dos serviços aduaneiros.

Reorganizações dos aludidos serviços se têm promulgado, mantendo-se contudo em vigor regulamentações anteriores e demasiadamente distantes em época, o que torna bem difícil em muitos casos, a conjugação de disposições, vigorando em diplomas diversos.

Devem as Alfândegas, pela alta função que o Estado lhes confia, procurar exercer uma acção fiscalizadora, evitando fraudes e erros, pela apresentação clara e elucidativa das variadas disposições a que o Comércio, e demais interessados, têm de obedecer.

Muito apraz portanto, a esta Direcção, registar satisfatoriamente que se empenha a Ex.^{ma} Comissão da mui digna presidência de V. Ex.^a por compilar num diploma novo, devidamente actualizado, toda a legislação aduaneira dispersa.

II — ALFÂNDEGA DE LISBOA E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA

Separados como se encontram os serviços da Alfândega de Lisboa e da Administração do Porto de Lisboa, a-pesar-de se iniciarem, ou concluírem neste último organismo, as operações dos despachos, parece-nos que deveriam estas subordinar-se apenas, à acção dos funcionários aduaneiros e do Ex.^{mo} Director da Alfândega correspondente.

A dispersão de serviços de despacho propriamente ditos, por entidades que não sendo a Alfândega, têm sobre os mesmos acção inicial importante, obriga por vezes a dificuldades provenientes em muitos casos, do não conhecimento dos variados preceitos aduaneiros e fiscais, especialização pró-

pria apenas, dos ilustres funcionários das Alfândegas.

Julgamos que, entregando à Alfândega toda a superintendência nas operações ligadas aos serviços de despacho, em parte exercida hoje pela Administração do Porto de Lisboa, se delimitará mais convenientemente a acção de cada uma das entidades, dentro da missão que independentemente lhes deve estar atribuída, corrigindo-se assim anomalias e deficiências que praticamente se têm observado.

III — CONSULTAS PRÉVIAS, CONTESTAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

É este um dos pontos que ao Comércio mais interessa.

Por isso mesmo, nos permitimos reclamar a demorada e inteligente observação de V. Ex.^{ma}, para a modificação que a bem dos interessados possa adoptar-se.

Frequentes são, as dúvidas e opiniões contrárias, surgidas na classificação pautal de muitas mercadorias.

Na época de renovação que se vem atravessando, em que a fertilidade da inteligência e do génio humano nos apresenta dia a dia, produtos do seu vasto e novo engenho; nesta época que vem decorrendo e em que a defesa económica do País, obriga as entidades aduaneiras ao aturado estudo e constante modificação das rubricas pautais; a falta de compilação official dos elementos pautais necessários para uma consulta elucidativa e clara, e ainda a dificuldade técnica que resulta muitas vezes da consulta pretendida, forçam o comércio importador, não só a ter de requerer por consultas prévias, definição exacta das classificações pautais de mercadorias que pretende importar, mas ainda em outros casos, a ter de contestar classificações pautais, atribuídas a mercadorias, submetidas a despacho de importação.

Seguem-se hoje preceitos que a mecânica legal a que têm de obedecer, obrigam as resoluções sobre dúvidas, classificações divergentes ou contestadas, a morosidades incompatíveis com a actualização rápida e sempre urgente que a função comercial hoje exige, como consequência do ritmo acelerado e veloz da vida presente.

Há ainda a considerar a facilidade que, para a satisfação de determinadas exigências legais nos despachos de certas mercadorias, su-

jeitas a análises, representaria a existência de laboratórios devidamente apetrechados, junto das sedes das Alfândegas de Lisboa e Pôrto.

IV — DESPACHOS POR DECLARAÇÃO E DEPÓSITOS

Teve esta colectividade a satisfação de verificar que após várias reclamações de há muitos anos sucessivamente apresentadas, sobre a forma de julgamento dos erros averiguados ou presumíveis, encontrados em despachos por declaração, se legislou já, por forma a tornar exequível tal fórmula de despacho. Os novos diplomas publicados e que constam do decreto-lei n.º 26.517, de 15 de Abril de 1936 e a rectificação ao seu artigo 4.º constante do «Diário do Governo» n.º 107-1.ª, Série de 6 de Maio de 1936, acautelando os interesses do Estado, pelo castigo severo das fraudes fiscais que a esta colectividade merecem formal repulsa, não só por obrigação moral, mas ainda pela defesa que cumpre manter sempre, dos legítimos interesses do comércio legal, não dando satisfação completa, ao que superiormente foi solicitado por esta Direcção, em sua representação de 29 de Fevereiro de 1936 dirigida ao mui ilustre titular da pasta das Finanças, vieram todavia tornar exequível a prática do despacho por declaração, sem os perigos e vexames a que o mesmo sujeitava o comércio, antes da publicação dos referidos diplomas.

Confiada está esta Direcção, de que serão mantidos os preceitos recentemente estabelecidos, pela sua integração na futura reforma dos serviços aduaneiros.

Permite-se ainda reclamar a esclarecida atenção de V. Ex.^{aa} para o art.º 2.º do decreto n.º 26.050 de 15 de Novembro de 1935 e cuja revogação foi solicitada na representação a que se aludiu, pelas dificuldades da execução em muitos casos oferecida e que praticamente se tem observado.

Aproveita ainda esta Direcção o ensejo, para solicitar que, nos depósitos de direitos, em que por força de Lei, hoje se tem de entregar, ainda que provisoriamente, mais um terço dos mesmos, este seja reduzido a uma percentagem suficiente, para a legítima garantia das imposições aduaneiras, libertando-se o comércio do encargo assaz avultado, a que tal prática o obriga, em face do quantitativo elevado que os direitos aduaneiros hoje representam.

V — DESPACHANTES OFICIAIS

Difícil é hoje para o Comércio a prática de qualquer despacho. Para bem o efectuar, necessário se torna que o seu executor, possuía largos conhecimentos da complexa mecânica dos serviços aduaneiros e sobretudo da legislação inerente aos aludidos serviços, aliados a um conhecimento perfeito, de tudo o que se encontra ligado a matéria de classificação pautal de mercadorias.

Os despachantes oficiais, são pois entidades a quem o comércio tem hoje de confiar, uma importante missão nas Alfândegas. Da sua actuação, quando inteligente e conhecedora, só poderão resultar simultâneas vantagens para as Alfândegas e para o Comércio.

Embora confiada ao Comércio a liberdade da sua escolha, fazendo recair nos mais competentes e activos, a confiança necessária para a prática dos seus serviços nas instâncias fiscais do País, conveniente se torna contudo que estes úteis elementos de profissão livre, mas de indicação oficial, correspondam pelos seus conhecimentos, à importante missão que hoje são chamados a desempenhar.

Renovando os agradecimentos desta Direcção pela honrosa distinção que lhe foi dispensada e afirmando a V. Ex.^{aa} o instante desejo de prestarmos sempre toda a colaboração que nos foi solicitada, deixamos sinceramente expressos os protestos da nossa muita elevada consideração e justo apreço, fazendo votos

A bem da Nação

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 28 de Setembro de 1936.

O Presidente da Direcção
João Martins Casal

A quantos se interessam pelo progresso económico do país, pela intensificação do comércio interno e externo de Portugal, pelo desenvolvimento da nossa agricultura e da nossa indústria, pede e agradece o

«BOLETIM»

que lhe enviem artigos, estudos, relatórios, simples informes, em uma palavra, todos os elementos que possam aproveitar à realização daqueles objectivos.

INFORMAÇÕES

CONTRIBUIÇÕES:

Durante este mês: Está em cobrança a 4.ª prestação das contribuições industrial e predial e dos impostos profissional e complementar, relativa aos contribuintes que requereram o desdobramento do respectivo conhecimento em quatro prestações;

Pode ser paga a 3.ª prestação das contribuições e impostos referidos na alínea anterior, com o juro de móra, desde que se tenham pago as suas primeiras prestações;

Paga-se também o imposto sobre a aplicação de capitais — Secção B — devido pelos juros dos depósitos, ou dos suprimentos, feitos às sociedades de qualquer natureza, que tenham sido liquidados em Setembro;

PARTICIPAÇÕES:

Em Outubro há as seguintes participações a fazer nas respectivas secções de finanças:

Sobre prédios ou parte de prédios urbanos, que ficarem devolutos dentro de quinze dias a contar da saída do inquilino;

Quanto ao exercício de qualquer comércio ou indústria que tenha sido iniciado neste mês de Outubro;

Dentro de 15 dias seguintes à cessação do comércio, da indústria e das profissões;

As sociedades anónimas e em comandita por acções, têm de apresentar até ao dia 15 a declaração a que se refere o artigo 38.º do Decreto n.º 16.731, de 13 de Abril de 1929, bem como a certidão da cotação média das suas acções no ano de 1935 e documento que mostre as alterações que, por ventura, tenham sido feitas nos estatutos dessas sociedades.

RECLAMAÇÕES:

Em Outubro se fazem as seguintes reclamações contenciosas:

No prazo de 15 dias, contados da data em que fôr anunciado por editais, podem os contribuintes industriais colectados pelo Grupo C da contribuição industrial, reclamar do montante do rendimento tributável que lhes tiver sido fixado;

Pode requerer-se a anulação da contribuição industrial e imposto profissional, quando tenha cessado o exercício da indústria ou da profissão no 3.º trimestre do ano.



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

Director e Editor:

Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

NOVEMBRO --- 1936

Ano I — N.º 3

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º

LISBOA

Telefone 24114

O "BOLETIM"

As Associações Comerciais e Industriais e os Organismos Corporativos

pelo Dr. Ramiro Seixas

Os aplausos que nos têm chegado pela publicação do nosso modesto *Boletim*, animam-nos a tentarmos melhorar constantemente a sua apresentação e valia, na certeza de que algo de útil vamos conseguindo com a sua publicação.

Nele têm todos os nossos associados tribuna franca para defesa dos seus legítimos interesses, muito sendo de apreciar que publicamente procurem tratar dos assuntos referentes às suas respectivas classes, pois unicamente pretendemos que mais proveitosa se torne e afirme a sua acção.

O que é preciso pois? Que todos por ele se interessem, lendo-o atentamente e enviando-lhe os seus alvitre, artigos, reclamações, enfim, tudo que entendam de valia para a acção que nos cumpre desenvolver na defesa justa dos seus legítimos interesses.

Apregoar e afirmar a sua utilidade, escusado se torna, tão comprovada ela se encontra, como podemos verificar pela prática seguida em quasi todos os Sindicatos, Grémios e Colectividades organizados que não dispensam hoje a publicidade de jornais ou boletins idênticos, com fins de propaganda colectiva e informação interessante que muito os valorisa.

Por intermédio do nosso modesto *Boletim*, conseguimos ainda dar coesão a pensamentos, e aspirações dispersas que devidamente ordenadas, darão à nossa colectividade o prestígio com que deve sempre afirmar-se.

Unificados, certos poderemos estar de que muito conseguiremos, enquanto que dispersos, nada de útil poderemos obter.

Direcção

Quando escrevemos o segundo dos nossos artigos subordinado a este título, não supozemos que, antecipando-se à sucessão lógica do nosso pensamento, appareceria um novo articulista, que veio dar à causa que pretendemos defender um valiosíssimo apoio.

Trata-se do Sr. Virgílio da Fonseca e do artigo, «Palavras Oportunas». Para ele remetemos os nossos leitores, porque necessitam de ter presentes as suas conclusões para bom entendimento do que vai seguir-se.

Justificado o «direito à vida», das Associações Comerciais e Industriais», pelas razões que expuzemos e nos parecem decisivas, vamos agora enfrentar um novo problema, aquele que ficou expresso na pergunta que havíamos formulado:

«É possível alargar a sua actividade no Plano Corporativo e tornar mais útil a sua Acção?

Talvez, dissemos, porque julgamos conhecer as suas dificuldades; sim, diz-nos sem hesitações o sr. Virgílio da Fonseca, cujo optimismo nos anima e fortalece na árdua tarefa que empreendemos.

Como? — «Hoc opus hic labor est — o que quer dizer: — agora é que começam as dificuldades.

É certo que, pelo menos em relação à A.C.L.L., a sua população associativa se encontra, teoricamente, agrupada em sub-secções de especialidades e dentro em

pouco a sua Direcção conhecerá precisamente o número dos componentes de cada uma e a totalidade delas, porque vira já, como o sr. Virgílio da Fonseca, a necessidade de trabalhar nêsse septido.

Mas, uma vez constituídas efectivamente tôdas as sub-secções possíveis, ninguém suponha que os respectivos grémios surgirão automaticamente e só porque nós queremos que assim seja.

Se desejarmos, efectivamente, a integração no sistema Corporativo Português e não um simples arranjo que nada resolverá e para coisa nenhuma servirá, temos que nos dispôr a aceitar que o problema é deveras complexo e só poderá ser resolvido com a intervenção do Estado, acrescida de toda a boa vontade de quem dirige a A. C. L. L. e do apoio da grande massa associativa.

Basta atentar no que se pretende: em primeiro lugar e como base de toda a construção, transformar em «grémios» (organismos corporativos primários), cada uma e tôdas as actuais sub-secções.

Ora, a constituição dos grémios voluntários, chamados de auto-formação, encontra-se subordinada às disposições do Dec. n.º 24.715, de 3 de Dezembro de 1934, que impõe um mínimo de 50 por cento do número total das Empresas, sociedades, ou firmas comerciais existentes no districto, representando 50 por cento, pelo menos, do valor médio das transacções do respectivo ramo de comércio.

É bem de ver que, por muito grande que seja, e é de facto, o

número de sócios da A. C. L. L., a verdade é que, os componentes de cada uma das actuais subsecções, nem de longe se aproximam do mínimo legalmente indispensável para a constituição dos respectivos grémios. Logo, na posição actual do sistema Corporativo Português, não é possível, ainda que entusiasticamente o desejemos, dar estrutura corporativa, eficaz, às subsecções.

Não é possível agora, mas isso não quer dizer que não possa vir a sê-lo num futuro próximo, com utilidade para todos e marcando um notabilíssimo passo em frente na Organização Corporativa Nacional.

Voltemos, porém, às dificuldades presentes.

Entre as actividades representadas nas subsecções, algumas estão já agremiadas em diversos organismos de coordenação económica (grémios, federações e uniões criadas pelo Estado); outras são de natureza industrial e ainda outras, como as que se exercem fora do distrito de Lisboa, são insusceptíveis da agremiação que se pretende.

Como deve proceder-se em relação a cada uma destas actividades, que pagam à A. C. L. L. as suas quotas? Excluí-las, pura e simplesmente?

Não nos parece nem útil nem indispensável e oportunamente o demonstraremos.

Admitindo, porém, que todas estas dificuldades e não são pequenas, se resolviam e que havíamos chegado à constituição de todos os grémios possíveis, saltamos do bico da pena esta pergunta: onde ficou a Associação?

Começamos à procura da fórmula que nos daria a sua transformação em um organismo corporativo e chegámos a esta desoladora conclusão: matámos a Associação. Sim, porque, devendo pela sua própria natureza ser autónomos todos os grémios derivados das actuais subsecções, nenhum vínculo os liga entre si e portanto os respectivos membros são como hóspedes da mesma casa, habitando em quartos separados.

Isto de facto é assim e não pode mesmo deixar de ser, corporativamente falando. Mas não é caso para desanimarmos, porque — *A Associação pode viver a sua própria vida, sem ferir a actividade corporativa dos grémios a organizar.* Já o dissemos e voltaremos a insistir, mas a pouco e pouco, para não maçar os nossos estimados leitores.

O encerramento aos sábados

(Da Sub-Secção de Algodões Mercador)

A política de colaboração entre patrões e empregados a que nos conduz a Organização Corporativa do Estado Novo, atinge neste momento a melhor oportunidade para demonstrar a necessidade dum bom entendimento entre os componentes de cada Classe.

Os Sindicatos apresentam sempre uma série de reivindicações na sua maioria atendidas, enquanto os Grémios Patronais existentes, resumem a sua actividade à expectativa.

Acresce que a Classe patronal até agora desinteressada do movimento Corporativo, começa a despertar do letargo a que descuidadamente se entregou, mercê dos obstáculos que se lhe deparam na manutenção dos seus estabelecimentos. Começaram por abandonar a sua Associação num comodismo incompreensível e o que é pior entregaram-se ao «deixa andar», convencidos talvez que do Céu lhes viesse o remédio.

Estas considerações vêm a propósito de termos lido com toda a atenção, os brilhantes artigos do Ex.^{mo} Sr. Dr. Ramiro Seixas nos números publicados no nosso Boletim.

O problema é posto com clareza. Não há que hesitar para dar ao assunto o cunho de gravidade que ninguém deve procurar esconder. Longe de nos entregarmos a desânimos devemos procurar uma solução e essa só poderá ser apontada por quem de direito.

No entanto, enquanto esse momento não chega, ousamos fazer algumas considerações que entendemos justas. Agora que se proclama o entendimento dos patrões e empregados (teoria que nos convence), devem ser estudados os reciprocos interesses, aplicando em alto sentido de Justiça, uma equidade que às classes interessadas satisfaça.

Se o próprio empregado verifica a Crise de que o seu patrão é vítima, se o próprio empregado verifica as dificuldades com que se mantém hoje um estabelecimento «retalhista», porque não há-de o empregado auxiliar o patrão a vencer essa crise e essas dificuldades?

Vem isto a propósito de não ser consentido aos estabelecimentos comerciais o encerramento aos sábados às 21 horas. É uma verdade irrefutável que o empregado comercial, salvo algumas excepções, não trabalha oito horas diárias.

O poder de compra é pequeno e não permite um movimento que exija oito horas de trabalho seguidos.

Poder-se-á argumentar que o empregado nem só aplica o seu esforço na venda ao balcão. É realmente um facto. Arrumações e exposições chamam a sua actividade. Mas este mesmo trabalho é facilitado pelo pouco movimento referido. O que resta? Na nossa classe, por exemplo, ficam as exposições exteriores para desmanchar no final do dia, trabalho sempre feito a correr não só porque o comprador prefere as horas finais para efectuar as suas compras, como ainda o Horário do Trabalho não permite demoras. Não nos cumpre profundar porquê, mas verificamos claramente que é precisamente ao Sábado que o montante de vendas se avoluma, e impele empregados e patrões à atenção das vendas, no intuito de amenisar o desequilíbrio do negócio constatado nos outros dias da semana. Assim ao chegar as 19 horas o estabelecimento fecha e os empregados que têm de respeitar o Horário de Trabalho, saiem. Véspera do descanso, ficam conseqüentemente as fazendas mal arrumadas e daqui alguns prejuízos a sobrecarregar as dificuldades enumeradas. Não concordamos com o encerramento dos estabelecimentos a deshoras. De maneira nenhuma. Mas julgamos que na véspera do descanso semanal, duas horas a mais de trabalho, não constituem violência nem exploração. Representa uma colaboração entre os que trabalham e os que empregam o seu capital e tornam possível esse trabalho. Proclama-se que a colaboração de patrões e empregados deve ser conduzida em favor da Nação. Tornando possível o desenvolvimento dos estabelecimentos, não se beneficia indirectamente a Nação? Evidentemente que se beneficia, porquanto esse desenvolvimento evita o desemprego e não consentindo diminuição de receitas permite aumento de salário e conseqüentemente valorisa o poder de compra tão depauperado.

Que perde o empregado colaborando na véspera do descanso em mais duas horas de trabalho? Pelo contrário, é precisamente nessas duas horas que se dá a sua valorização profissional, porque é o espaço de tempo em que o patrão

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e o Ensino Comercial

A sua já vasta e brilhante folha de serviços prestados, pode a nossa veneranda Associação, salientar como os de maior relêvo, a criação de prémios escolares que de há anos vem distribuindo. Porque entende que o Comércio se deve cada vez mais valorizar, dispondo de elementos que o dignifiquem, resolveu a Associação instituir alguns prémios destinados aos que, preparando-se para a vida comercial, se distinguem pelo seu aproveitamento.

Assim, tanto o Ateneu Comercial de Lisboa, como a Escola Comercial de Rodrigues Sampaio, foram as entidades escolhidas para atribuírem aos seus alunos mais classificados, os prémios que a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa resolveu instituir.

A Escola Rodrigues Sampaio indicou o aluno sr. Álvaro Augusto do Amaral Supa, para a obtenção do prémio de 250\$00 escudos.

Pelo seu aproveitamento e pela sua dedicação ao estudo, viu o aluno citado que uma Instituição do Comércio soube distingui-lo pelo seu valor e adivinhou a intenção do estímulo, sendo de esperar que pela vida fora guarde um agradável recordação do facto e o leve a trilhar um caminho valioso tanto para si, como para a causa comercial.

O Ateneu Comercial recebeu da nossa veneranda Associação os seguintes prémios:

Prémio Associação Comercial de Lojistas de Lisboa;

1.º Prémio Dr. João Catanho de Menezes;

2.º Prémio Dr. João Catanho de Menezes;

Prémio da Guerra Peninsular.

O primeiro prémio indicado, coube ao aluno n.º 49 Sr. Eduardo Martins de Sousa que obteve o maior número de aprovações nos exames finais do curso.

O segundo, foi atribuído ao aluno n.º 387, sr. Amílcar Alves de Aguiar que concluiu o Curso complementar de Comércio, com a classificação final de 12,2 valores.

Para o terceiro prémio, foi indicado o aluno n.º 9 sr. João António Serra, 2.º classificado que concluiu o Curso Complementar de Comércio com 12 valores.

O terceiro prémio instituído, em virtude de dois alunos terem obtido idêntica classificação em

Contabilidade, foi dividido pelos srs. Eduardo Martins de Sousa e António Costa, ambos primeiros classificados na disciplina referida.

A todos os contemplados cumprimos e desejamos pela vida fora a continuação do valor demonstrado, que não só os beneficiará, como os tornará bastante úteis ao Comércio que esta Associação procura sempre valorizar.

O Boletim aproveita o ensejo para endereçar ao corpo docente da Escola de Rodrigues Sampaio e Ateneu Comercial de Lisboa, os respeitáveis cumprimentos e aos alunos premiados as suas sinceras felicitações.

Cumprimentos

Enviaram-nos saudações pelo nosso aparecimento as Associações: dos Comerciantes do Porto, Comercial e Industrial de Matosinhos, Comercial e Industrial dos Ourives do Sul, União dos Comerciantes de Carnes Verdes a nossa Sub-secção de Algodões (Mercador) e o nosso querido amigo e prestante consócio sr. Racine Freire da Cruz, antigo tesoureiro da nossa Direcção, além de outros estimados consócios.

A todos apresentamos a expressão sincera da nossa gratidão.

avalia não só da sua competência, como do carinho que lhe merece o estabelecimento onde emprega a sua actividade.

Colaboração entre patrões e empregados? Evidentemente que urge essa colaboração, mas justa e humana. Nem especulação, nem exploração. Se na Classe existem patrões e empregados que não sabem cumprir com o seu dever, devem ponderar nas suas atitudes e pensar que numa estreita colaboração reside o bem comum, bem que a Nação aproveita.

É pois exagerada a nossa petição? Julgamos que não. No entanto, se alguém nos demonstrar claramente a nossa sem razão, daremos a mão à palmatória, porquanto não pretendemos uma Justiça que seja injustiça para outros.

José Roseira Rodrigues

Rude golpe acabamos de sofrer com a perda deste nosso dedicadíssimo consócio, querido e infelizmente companheiro de gerência.

Quiz o destino que bem cedo nos vissemos privados da amizade sempre leal e da cooperação valiosa de José Roseira Rodrigues, a quem fraternalmente estimávamos, correspondendo à amizade sincera com que soube distinguir-nos.

Tendo ocupado em gerências da nossa colectividade outros cargos, era actualmente o segundo secretário da Direcção, onde até a poucos dias do seu inesperado falecimento, soube sempre afirmar-se como dos elementos mais persistentes e activos, na luta constante pela defesa dos interesses e justos direitos da classe comercial a que pertencia.

Mal julgávamos ter de arquivar nas colunas do nosso *Boletim* e a poucos passos do seu início, tão infausta e dolorosa notícia.

Ao fazê-lo, compungidos pela dor e pela saudade que em nós deixou, curvamo-nos perante a memória deste querido amigo e companheiro, endereçando à firma Vicente Rodrigues, Ltd. a que pertencia e a sua Ex.^{ma} família, a expressão da nossa mais profunda e sincera mágoa.

Despachos sobre Horário de Trabalho

Concorrência entre estabelecimentos de venda ao público

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de 23 do corrente foi esclarecido que os estabelecimentos de mercearia de Lisboa não podem vender ao sábado depois das 19 horas, artigos que não sejam do ramo de mercearia propriamente dito.

Pelo mesmo despacho foi generalizado este critério a todos os estabelecimentos que têm hora especial de encerramento e que vendem artigos que pertençam ao ramo de comércio cujos estabelecimentos encerrem mais cedo.

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 28 de Setembro de 1936.

O Secretário
Pedro Botelho Neves

U M D E C R E T O

pelo Dr. Santos Lourenço

Em tempos não muito afastados apareceu no comércio uma espécie de brotoeja que só por milagre se não tornou uma verdadeira e perigosa epidemia.

A cada passo o *Diário do Governo* gemia com a transformação de várias sociedades por cotas em sociedades anónimas, de tal arte que a generalização do fenómeno jurídico mais parecia uma invasão calculada do que a justa satisfação de necessidades ocasionais e prementes.

Mas à boca pequena rumorejava-se a explicação do facto, e se este podia passar despercebido a muita gente, não passava com certeza a quem anda enfarinhado no assunto e especialmente a quem anda enfarinhado no assunto e especialmente a quem tivesse de estar sempre alerta na defesa da fazenda comum.

Uma coisa tão simples, que há tantos anos existe nas nossas leis, de um momento para o outro, qual ovo de Colombo, deixava embasbacados os que nunca lhe tinham notado o alcance e quasi deixava tristes e cabisbaixos os que se não sentiam com coragem para arrostar perigos graves que os autores da descoberta desprezavam heroicamente.

A nós, porém, fartos de conhecer os meandros da lei e fartos de saber que, como dizem os italianos, feita ela logo aparece a malícia, o caso produzia a sensação de quem observa de momento a momento acastelarem-se nuvens carregadas que prenunciam uma tremenda borrasca.

Foi o que aconteceu, e então apareceram-nos apavorados e sucumbidos alguns dos que anteriormente pensavam de si para consigo: — Como é possível que durante tanto tempo ninguém pusesse em prática as faculdades que a própria lei confere de nos libertarmos dentro dela de situações incómodas e agravantes?...

O receio de represálias do poder achava por vezes contrapartida na esperança com que alguns objectavam aos mais medrosos — Homem socega, porque há princípios sagrados que todo o legislador tem de observar, e um existe que é esmagador, e que diz que as leis não têm efeito retroactivo.

Mas aqueles que viam mais longe pensavam logo, que esses princípios fizeram a sua época, tiveram o seu alcance social, e como

o direito é de sua natureza mutável e acomodaticio à vida de cada povo e de cada período, esses princípios basilares considerados outrora imutáveis, apenas têm o alcance que o próprio legislador lhes confere.

Assim é que, se outrora se dizia afoitamente que as leis não podem ter efeito retroactivo, hoje em dia em modernos códigos aparece o efeito das disposições legais em sentido completamente diverso, ordenando-se sem sombra de dúvida que as leis podem englobar os factos passados quando o legislador expressamente o determinar.

O uso de uma faculdade legal tem sempre contra si uma barreira, que é o abuso do direito, isto é, ninguém se convença de que qualquer legislador está a fazer leis para que alguém as volte contra elle ou contra terceiros sujeitos às mesmas leis, como cidadãos de um Estado.

Não admira, portanto, que em face de uma inopinada e extensa transformação de bastantes sociedades por cotas em sociedades anónimas apparecessem os decretos n.º 22.538, de 17 de Maio de 1933 e n.º 24.034, de 19 de Junho de 1934 para cuja execução appareceu agora o Dec. n.º 27.153, de 31 de Outubro de 1936, recheiado de novidades que se impõem à consideração de todos e merecem uma demorada análise pela remechida que provocam em assuntos que a prática e o hábito de muitos já considerava intangíveis e sagrados.

Aparecem por lá muitas coisas estranhas e violentas que atingem não só as sociedades transformadas efectivamente, mas também aquelas que sempre se mantiveram dentro das suas formas primitivas e nunca pensaram em valer-se de subterfúgios para evitarem as consequências da sua própria existência?

Na realidade assim é. Porém, devemos lembrar-nos, e disso nunca se lembraram as entidades especialmente visadas, de que ao passarem de sociedades por cotas para sociedades anónimas, iam escolher uma espécie de sociedade que tem por base a publicidade dos seus balanços, facto que parecendo muito fácil de executar, e isento de maiores inconvenientes, abre um vastíssimo campo à correlação existente entre os resulta-

dos publicamente dados a conhecer e aqueles que na verdade têm que existir na intimidade da vida social.

Demais, se no decreto n.º 27.153 há disposições que se podem afigurar a muita gente ousadas e atentatórias dos segredos do negócio, à sombra dos quais dizem viver o comércio, essas disposições podem revestir um carácter complementar de outras que já existiam, e de cuja utilidade e necessidade ninguém até agora duvidou.

Em summa, o decreto n.º 27.153, que pelas suas causas, quer pelo seu conteúdo, quer pela nova orientação que tem de imprimir às sociedades anónimas e comanditas por acções, surge-nos como um importantíssimo documento para cuja análise não basta um pequeno artigo, e por isso temos de estudá-lo em mais larga prosa.

Uma lição genérica desde já se tira dele, e é que, se o fisco e o contribuinte são dois inimigos irreconciliáveis que se defendem um do outro, nos tempos em que todos clamam por igualdade, é perigoso lançar mão das próprias faculdades legais, quando o seu uso não põe logo a descoberto uma finalidade clara e perfeitamente isenta de estímulos prejudiciais.

O que vamos escrever em outro ou outros artigos não é um comentário ao decreto 27.153, novo regulador da vida das sociedades anónimas e comanditas por acções, mas uma singela conversa a que nos obriga o interesse de todos.

Associação de Socorros Mutuos

DOS

Empregados no Comércio e Indústria

Completo no passado dia 5 do corrente, 82 anos de existência esta importante colectividade que tão relevantes serviços tem prestado à causa mutualista.

É sempre grato verificar o progresso destas modelares instituições de Previdência que muito dignificam o meio comercial.

O *Boletim* congratulando-se com o facto, envia em nome da nossa Associação as suas felicitações a tão valiosa instituição e cumprimenta todos os seus dignos Corpos Gerentes.

OS SALARIOS

nas indústrias de fiação e tecelagem de algodão e o preço dos productos

Pela Direcção da nossa Associação foi dirigido a S. Ex.^a o Ex.^{mo} Sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, o seguinte officio:

Sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Excelência.

Tem esta Colectividade por V. Ex.^a o respeito e o apreço que em alto grau lhe vêm merecendo os Portugueses Ilustres que dentro do Governo da Nação, tão patriótico esforço têm realizado para a valorização do trabalho e consequente bem estar social, a que devotadamente todos nós devemos o mais intenso e incondicional aplauso.

Arquivam-se em trabalhos de gerência anteriores, os sentimentos patrióticos e sociais daqueles que tiveram sobre si o encargo espinhoso de dirigir esta veneranda colectividade, afirmando-se defensores do estabelecimento do salário mínimo, não só como base equitativa de justa remuneração às classes trabalhadoras, mas ainda como factor de resultados económicos apreciáveis, muito contribuindo para um maior poder de aquisição e consequente expansão de poder de compra, operando-se dêste modo um maior volume de transacções, com a sua quota parte de interesse na vida comercial do retalhista.

Eis porque, como representantes do comércio retalhista de algodões que se agrupa nesta Associação e em face de pretendidas atitudes ao mesmo atribuídas, não só pelos dizeres da nota officiosa inserta no *Diário de Notícias* de 9 de Outubro p.^o p.^o e da entrevista ao mesmo jornal concedida e transcrita no seu número de 8 do corrente, pedimos vénia para, baseados nas declarações que até nós têm chegado, podermos afirmar respeitosamente que bem viva têm os nossos representados a noção da necessidade justa e humana do estabelecimento do salário mínimo, cumprindo-lhe e desejando sinceramente, como elementos defensores da boa ordem social e por dever patriótico, con-

tribuir eficazmente para que se não desvirtuem e antes se afirmem, os resultados compensadores que há de produzir tão generosa e inteligente actuação.

O comércio retalhista de algodões, assim no-lo vem afirmando, concordando plenamente com o estabelecimento do salário mínimo que indirectamente o beneficiará no consequente aumento do poder de compra, falho de inteligência seria e contra si próprio actuaria, se baseasse nesse facto pretendidos aumentos de preço nos artigos do seu negócio.

Mas, Excelência, chegam até nós afirmações dos interessados que nos facultam a possibilidade de verificarmos que por parte de alguns *industriais* se vêm anunciando ultimamente aumentos de preços nos artigos das suas indústrias, variando de 5 a 10% o que tem levado alguns retalhistas, e muito bem, a não fazer encomendas, por entenderem inoportuno e inaceitável no momento presente, qualquer elevação de preços que não tenha a sua natural explicação no aumento de custo das matérias primas na origem. Todavia, se o retalhista vir rarear os seus artigos, e tiver de fazer forçadamente novas encomendas e o industrial persistir nas alterações anunciadas que há-de êle fazer?

Evidentemente que terá de aumentar os seus preços, mas somente a isso compelido pelas circunstâncias que outros lhe impuserem, em sentido contrário das suas necessidades e das suas melhores vantagens, pois que sendo escasso o poder de compra com os actuais preços, mais escasso se poderá tornar com a sua elevação presentemente.

O comércio retalhista pretende colaborar disciplinadamente com o Estado, no ressurgimento económico do País e no fortalecimento da boa ordem social.

Esta Direcção, traduzindo sempre fielmente os sentimentos da grande massa associativa que representa, quer repetir, com o seu mais subido respeito e alto apreço por V. Ex.^a que se oporá devotadamente a tôdas as atitudes que possam contrariar os altos e patrióticos objectivos preconizados pelo Governo da Nação, de que V. Ex.^a é um dos mais ilustres componentes.

E porque, no alto espírito de

Associação Comercial de Lisboa

Realizou-se no passado dia 20 de Outubro, a posse dos novos corpos gerentes desta prestimosa colectividade, facto de alto relêvo na vida associativa.

A Associação Comercial de Lisboa (Câmara de Comércio) que na sua centenária existência, se tem afirmado sempre como colectividade do mais lúcido merecimento, tem hoje na continuidade valiosa dos seus antigos directores, o nome prestigioso de Joaquim Roque da Fonseca, presidindo à nova direcção.

São para êle, em especial, pelo muito que apreciamos os seus invulgares dotes de inteligência e de carácter, as nossas primeiras saudações, em que sinceramente envolvemos também, os seus dedicados colaboradores.

Não queremos deixar de cumprir ainda o indeclinável dever, de consignarmos aqui à Direcção cessante, presidida pelo nome conceituado de Álvaro Pereira de Lacerda, os agradecimentos sinceros da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, pela solidariedade que durante a sua gerência nos dispensou e pelas deferências com que se dignou distinguir, por forma sempre cativante, a nossa veneranda colectividade.

Justiça de V. Ex.^a muito confia, não pode deixar de a Êle fazer acolher a mágoa do comércio retalhista — mercadores de algodão — que longe de procurar estabelecer qualquer ambiente de antipatia, antes nos assegura o desejo de contribuir e colaborar com sinceridade, na Obra que a V. Ex.^a mercedamente está confiada.

Muito grato nos é, podermos juntar, às afirmações dos nossos representados, as que esta Direcção tem sempre o maior empenho em produzir, integrada por vontade própria e colectiva no progresso e felicidade da Nação.

Apresentando a V. Ex.^a os nossos respeitosos cumprimentos fazemos votos

A bem da Nação

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Lisboa, 16 de Novembro de 1936

O Presidente da Direcção

João Martins Casal

Aos nossos associados

O "Boletim"

e o próximo aniversario da
ASSOCIAÇÃO

Deseja a Direcção da nossa Colectividade comemorar condignamente o 66.º anniversário da sua fundação. Assim, entre outras iniciativas, pensa publicar um número extraordinário do nosso *Boletim*, que marque, não só pela sua confecção como pelo número de páginas.

Evidentemente que um número extraordinário como o que a Direcção pensa editar, traz sempre pesados encargos. A fim de não sobrecarregar a Associação com êsses encargos, pensou-se, e cremos que bem, recorrer à publicação de anúncios. A distribuição gratuita do *Boletim* representa uma regalia por certo bastante apreciada pelos nossos prezados consócios, e não deve causar admiração que para um número especial, com uma tiragem de 6.000 exemplares e de distribuição por todo o País, se solicite dos consócios um pequeno anúncio que venha amenisar os encargos pesados que tal iniciativa nos traz.

O mínimo estabelecido para o custo dos anúncios é de 50\$00 escudos o que está ao alcance de todos os que desejarem auxiliar uma iniciativa da Associação, iniciativa que tende ao prestígio da Classe Comercial e cujos efeitos morais a mesma aproveitará.

Sabemos que os tempos não vão propícios para grandes encargos, mas, convencidos pela excepção, não nos admiraremos se, a juntar aos auxílios recebidos, contarmos com a dedicação da massa associativa sempre disposta a Auxiliar a sua prestimosa Colectividade.

Mais do que nunca, será preciso demonstrar o valor da Colectividade, no próprio interesse dos seus associados. Como noutro lugar descrevemos, é por intermédio de pequenos órgãos de publicidade que as Associações, Grémios e Sindicatos estabelecem ligação com os seus Associados.

Eis porque o nosso *Boletim* apareceu e deve continuar. Finalisamos solicitando dos nossos presentes associados o melhor acolhimento para o nosso representante que os procurará a fim de obter um anúncio somente para o número especial que servirá para uma vez mais demonstrar a todas as entidades, a valia da gloriosa Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

DOIS MINUTOS DE ATENÇÃO

O tempo que passa, demonstra-nos um panorama no meio comercial retalhista, pouco de admirar.

Vejamos. É raro quem se não queixe da Crise, das Contribuições, das rendas exageradas e é vulgar atribuir culpas às Associações, dizendo que nada valem e que nada produzem. E isto simplesmente porque elas não diminuem os males apontados. Ora se reflexionarmos notamos que a culpa cabe precisamente aos que se queixam. Os comerciantes auxiliam grandemente obras de caridade, amparam instituições de beneficência, colaboram em iniciativas patrióticas, beneficiam quer material ou moralmente colectividades de recreio e de sport. São pois os comerciantes pessoas bastante valiosas para o seu semelhante. Ainda concorrem para as suas associações mutualistas e estabelecimentos de previdência. Pois bem. Estes mesmos comerciantes só não entendem dever prestar a sua dedicação à Associação que os representa. Esta é a regra geral. Evidentemente que existem excepções. Alguns desertam. Outros pagam a sua quota e nada mais. Se os comerciantes na defesa dos seus legítimos interesses frequentassem a Associação, se se ligassem aos seus colegas para estudo dos problemas que lhes dizem respeito, certamente que veriam muitos dos seus males aliviados. Unidos poderiam representar alguma coisa, dispersos enfraquecem pelo menos a acção de quem os representa. Vem isto a propósito de que estando montadas várias sub-seções adentro da nossa Colectividade, só de algumas se colhe trabalho proveitoso e de apreciável valia. Dirão os scépticos: que lucravamos trabalhando? Alguma coisa. Se as várias sub-seções existentes na nossa Associação trabalhassem amparadas eficazmente pelos componentes das classes que representam, criar-se-ia sem dúvida, um estado de espírito novo na família comercial, dando coesão e valia às suas petições. De resto, a Associação dispõe não só de empregados para os auxiliar, como de advogados para os aconselhar.

Quando um Decreto, uma Lei ou Regulamento é publicado pelas autoridades, aparecem as reclamações dos que se entendem lesados. Mas estes queixumes isolados quanto mais fortalecidos se apresentariam e quanto facilitariam a sua marcha até aos pode-

res públicos, se à Direcção chegassem já devidamente estudados e acautelados, pela sub-seção respectiva, base primária do nosso organismo colectivo.

Podemos afirmar-vos com legítimo orgulho e grande satisfação, o trabalho valioso de alguns das nossas mais importantes sub-seções, trabalhos que muito têm contribuído para a acção constante que a Direcção tem podido desenvolver em vosso benefício.

Um dia, ou para melhor uma noite perdida em cada semana, não é muito sacrificio que um comerciante possa fazer em seu próprio benefício.

Com lealdade e desassombro descrevemos o panorama que se desenrola à nossa roda. É um aviso? Não. É um conselho daqueles que entendem que é no trabalho unificado que os comerciantes poderão remediar os males que os atormentam. A colaboração das classes também se impõe. Há interesses ligados. Porque se dispersam pois os elementos da família comercial? A Associação está convencida de que após êstes dois minutos de atenção, os comerciantes acorrerão ao seu apêlo dando vida às respectivas Sub-Secções.

O «BOLETIM»

Anunciar nele é garantir a segurança dos seus negócios. Todo o comércio tem necessidade e utilidade de o lêr, mas os nossos associados têm mais do que essa necessidade — porque têm obrigação de o ajudar carinhosamente fazendo nele toda a sua propaganda. Êste *Boletim* representa, para todos, o seu melhor esteio associativo, a sua maior fonte de informações e a sua melhor receita.

Jornal do Comércio e das Colónias

Completo 84 anos de existência, êste importante diário, o mais antigo órgão da Imprensa do País.

Pelos seus relevantes serviços prestados ao Comércio bem merece as felicitações dêste *Boletim* que assim traduz o pensamento de quantos trabalham e se agremiam na Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Trespases de estabelecimentos comerciais

Sob o n.º 27.154 publicou o *Diário do Governo*, de 31 de Outubro findo um decreto que reúne todas as disposições respeitantes a imposto do sêlo sobre os trespases ou novos arrendamentos de estabelecimentos comerciais ou industriais, e que transcrevemos.

«Artigo 1.º A escritura de trespasse ou o documento de novo arrendamento de prédio ou parte de prédio urbano, ocupado por estabelecimento comercial ou industrial, consultório, escritório ou dependências ocupadas pelo exercício de profissões liberais, ou que o tenham estado há menos de um ano, continuam sujeitos à taxa do imposto do sêlo de 5 por cento.

Art. 2.º A taxa a que alude o artigo anterior recairá sobre o valor do trespasse, não podendo tomar-se como tal quantia inferior a cinco vezes o rendimento colectável correspondente ao prédio ou parte dêle que fôr objecto de trespasse. Nos novos arrendamentos a base de incidência da taxa será determinada da mesma forma.

Art. 3.º Se os contratantes julgarem excessivo o rendimento colectável inscrito na matriz, proceder-se-á de harmonia com o disposto no § 1.º do artigo 20.º do regulamento de 23 de Dezembro de 1899, e a avaliação efectuar-se-á dentro de sessenta dias. Esta poderá também ser requerida pelo senhorio.

§ 1.º Nos processos de avaliação a que se refere este artigo, a nomeação do louvado da parte compete ao senhorio ou ao inquilino, se aquele a não fizer no prazo de três dias a contar da data da intimação.

§ 2.º Do resultado das avaliações, quando requeridos pelos inquilinos, serão também intimados os senhorios, para que possam usar do direito de reclamação ou recurso para os tribunais do contencioso das contribuições e impostos.

§ 3.º As despesas de avaliação ficam a cargo do requerente, reclamante ou recorrente, observando-se o disposto no § 4.º do artigo 20.º do regulamento de 23 de Dezembro de 1899.

Art. 4.º Os novos arrendamentos serão, como os trespases, reduzidos a escritura, sem o que não poderão os contractos ser admitidos em juízo ou invocados perante qualquer autoridade ou repartição pública.

§ único. Se na secção de finanças houver conhecimento de qual-

quer arrendamento ou trespasse de que se não tenha lavrado o competente documento, levantar-se-á auto de transgressão para pagamento do imposto devido e respectiva multa.

Art. 5.º Consideram-se novos arrendamentos para os efeitos dêste decreto todos os contratos ou convenções que tenham por objecto principal ou acessório a transferência, renúncia, cedência ou doação dos direitos e obrigações do locatário, constituição, modificação, dissolução e liquidação ou partilha de sociedade e sublocação.

Art. 6.º Se o prédio fôr omisso, a escritura de trespasse somente se realizará depois da avaliação a requerimento de qualquer dos interessados, a cargo do qual ficarão as respectivas despesas.

§ único. A estas avaliações é aplicável a doutrina do artigo 22.º do decreto-lei n.º 25.502, de 14 de Junho de 1935, com pagamento em dobro do imposto do sêlo devido.

Art. 7.º As escrituras serão lavradas mediante apresentação do documento comprovativo do pagamento do imposto do sêlo, devendo este conter, além da importância liquidada, o artigo da matriz, situação e número de polícia, havendo-o, descrição do prédio e rendimento colectável.

Art. 8.º Fica isento do sêlo de trespasse o direito de sucessão legítima por falecimento do inquilino, ainda mesmo que no interesse das partes se tenha de fazer novo título.

Art. 9.º A falta de pagamento do imposto de sêlo pelos trespases ou novos arrendamentos, a que se refere este decreto, fica sujeita à multa estabelecida no artigo 236.º do regulamento do imposto do sêlo, de 20 de Novembro de 1926, pela qual responde solidariamente o notário que lavrar o contrato.

Art. 10.º Até ao dia 15 de cada mês, os notários que tiverem lavrado no mês antecedente escrituras de trespasse ou de novos arrendamentos deverão remeter ao chefe da secção de finanças do concelho ou bairro da situação dos prédios uma nota em duplicado, de onde conste o artigo da matriz, situação e designação do prédio, nome dos contratantes, valor do trespasse e imposto pago.

§ 1.º O chefe da secção de finanças passará recibo no duplicado, ficando o original arquivado

Encomendas postais

Do *Diário do Governo* n.º 238, 1.ª série, de 10 de Outubro de 1936 vem publicada a nova redacção do § 1.º do art.º 115 do Regulamento para o serviço de encomendas postais, que passamos a transcrever:

«Artigo único — O § 1.º do art.º 115 do regulamento para o serviço de encomendas postais, aprovado por decreto de 22 de Agosto de 1911 e já substituído pelo decreto publicado no *Diário do Governo*, n.º 284, de 6 de Dezembro do mesmo ano passa a ter a seguinte redacção:

§ 1.º — Podem incluir-se num único despacho diferentes volumes de um só remetente para o mesmo destinatário.

Porém quando, para facilidade de verificação e taxaçaõ aduaneiras, se misture o conteúdo dos mesmos volumes, deve o novo acondicionamento fazer-se por forma que se não altere a primitiva constituição.

Fotografias de Lisboa

Para os devidos efeitos se publica, que, por despacho de 22 do corrente foi determinado que seja ao domingo o descanso semanal das fotografias estabelecidas em Lisboa na parte central da Cidade.

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 28 de Setembro de 1936.

O Secretário
Pedro Botelho neves

Exportação para Espanha

Na Secretaria da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa prestam-se esclarecimentos relativamente a uma firma de Sevilha que pretende adquirir, em Portugal, diversos artigos, tais como café, arroz, ovos, produtos farmacêuticos, etc.

do na secção de finanças como elemento de fiscalização.

§ 2.º Os notários que não cumprirem as obrigações que lhes são impostas neste artigo incorrerão na multa de 100\$ a 500\$.

Art. 11.º Salvo o disposto no artigo 9.º e parágrafo anterior, a todas as transgressões dêste decreto são applicáveis as correspondentes sanções do regulamento do imposto do sêlo.

Art. 12.º Este decreto revoga e substitui o artigo 22.º do decreto n.º 16.731 e artigo 3.º do decreto n.º 16.732, de 13 de Abril de 1929, e decreto n.º 17.731, de 13 de Setembro de 1929.

TELEFONES

Preconizámos no nosso número anterior a necessidade de ser criado um novo tipo de telefone, a que bem corresponderia a designação de «Telefone Comercial».

Só assim certos estamos, se harmonizarão os interesses brevemente em choque, da classe comercial e da companhia exploradora de tal ramo de serviços. Fácil se torna concluir, para quem cuidadosamente observe e confronte as novas tarifas aprovadas, com as actualmente ainda existentes, a elevação de encargos que as mesmas vão passar a representar, no já bem onerado montante de gastos das muitas casas comerciais que do telefone carecem como elemento de indiscutível e imperiosa necessidade.

Tudo quanto se destine à expansão do telefone, só louvores pode merecer-nos.

Facilitar a aquisição de telefones por particulares, merece o inteiro aplauso de todos os que desejem ver afirmar-se continuamente, motivos de progresso e de vantagem pública.

Todavia, assim como se procura facilitar ao particular a aquisição do seu telefone, há que considerar na diferença de tratamento a que urge condicionar os diversos tipos de subscritores, dos quais com justiça devem ser destacados a tratamento bem diferente e especial, os subscritores comerciantes.

Emquanto que ao particular é fácil em muitos casos privar-se do uso do telefone, para que não suba o número de chamadas autorizadas pelo seu orçamento, ao comerciante impossível se lhe torna a adopção de tal prática, impondo-se que o telefone corresponda cabalmente às suas necessidades, permitindo-lhe que sem encargos avultadíssimos, como aqueles que o esperam, este lhe sirva de auxiliar perfeito, na rapidez de comunicações, imposta pelo ritmo acelerado da vida comercial de hoje.

Dêste modo, deixando o telefone pelo seu elevado custo de satisfazer inteiramente às necessidades da vida comercial, ou se dispensa, ou se utiliza quasi que a título excepcional, perdendo-se assim, com grave prejuízo de todos, a utilidade que o deve impor e propagar.

Não será pois demasiado esperar que o «Telefone Comercial» surja, como satisfação às muitas reclamações que começam a amontoar-se, contra o elevado custo das novas tarifas telefónicas.

A Bolsa de Trabalho da Instituição INVÁLIDOS DO COMÉRCIO indica pessoal idoneo para as diversas modalidades da vida comercial

A instituição Inválidos do Comércio, que procura, dentro da sua órbita de agremiação privativa de classe, ser útil tanto quanto possível aos membros da família comercial que, atingidos por qualquer acidente próprio da profissão ou a ela estranhos, aos seus serviços recorram, tem a funcionar, desde há anos, anexa à sua Secretaria, uma Bolsa de Trabalho onde inscreve empregados de todos os ramos de comércio e recebe pedidos das firmas que careçam de pessoal.

Estes serviços são puramente de auxilio mútuo, sob o aspecto de gratuidade, pois que importância alguma é cobrada quer a quem oferece trabalho, quer a quem o pede.

Recomendamos, pois, a todos os nossos associados aquela utilíssima secção de Inválidos do Comércio, à qual poderão recorrer para o efeito da admissão de qualquer empregado, poupando-se, assim, aos incómodos naturais dos anúncios ou a consulta frequente a amigos e conhecidos quando tenham que prover uma ou mais vagas no quadro do seu pessoal de escritório, armazém, balcão, praça ou viagem.

A Bolsa de Trabalho de Inválidos do Comércio funciona diariamente, para a inscrição de desempregados, das 10 às 12, na respectiva Secretaria, rua dos Fanqueiros, 221, 2.º, e durante as horas normais do expediente para os pedidos de pessoal, que podem ser feitos, também, pelo telefone 2 4357.

Pelo que representa de valioso tão interessante iniciativa que bastante dignifica a família comercial, *O Boletim* da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, recomenda a todos os Ex.^{mos} Srs. Associados a Bolsa de Trabalho da instituição Inválidos do Comércio.

Feira das Industrias Britanicas de 1937

LONDRES BIRMINGHAM

De 15 a 26 de Fevereiro próximo, terá lugar, em Londres e Birmingham a Feira das Indústrias Británicas, de 1937. Na nossa Secretaria prestam-se todas as informações.

Informações

Obrigações dos contribuintes no mês de Novembro.

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES E TAXAS:

Durante o mês de Novembro pode ainda ser paga a 4.ª prestação das contribuições e impostos, cujo conhecimento tenha sido subdividido em quatro prestações. A importância a pagar será acrescida de 0,7%.

Também pode ser paga a 3.ª prestação das contribuições e impostos nas condições acima, com o juro de mora de 3,13%.

Paga-se também o imposto sobre a aplicação de capitais, secção B devido pelos juros dos depósitos, ou dos suprimentos, feitos às sociedades de qualquer natureza que tenham sido liquidados em Setembro.

RECLAMAÇÕES:

Sobre a anulação da contribuição industrial e do imposto profissional relativo ao 4.º trimestre deste ano, liquidado aos contribuintes que cessarem no 3.º trimestre.

PARTICIPAÇÕES A FAZER NAS RESPECTIVAS SECÇÕES DE FINANÇAS:

Sobre prédios ou parte de prédios urbanos que ficarem devolutos, dentro de 15 dias a contar da saída do inquilino.

Sobre o exercício de qualquer comércio, indústria ou profissão que tenha sido iniciado em Novembro.

Dentro de 15 dias seguintes à cessação do comércio, da indústria e das profissões.

DURANTE O MÊS DE NOVEMBRO:

É pago o emolumento anual de 10\$00 pelos Boletins do registo do trabalho nacional, do ano de 1936.

Este emolumento é pago na 3.ª Circunscrição (S. Pedro de Alcântara) ou nas respectivas repartições de finanças.

HORÁRIOS DE TRABALHO

Recomendamos a todos os dignos associados que possuam os Horários de Trabalho que não tenham sido aprovados pelo Instituto, que deverão dirigir-se à Fiscalização do Horário do Trabalho (Largo do Calhariz) a-fim dos mesmos serem devidamente legalizados.



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

DEZEMBRO --- 1936

Ano I — N.º 4

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

Director e Editor:
Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Avenida da Liberdade, 21, 1.º
LISBOA Telefone 24114

A NOSSA ACÇÃO

As Associações Comerciais e Industriais e os Organismos Corporativos

pelo Dr. Ramiro Seixas

Fortalecidos pela concordância dos nossos presados consócios, com a acção desenvolvida nos actos de gerência a que porfiadamente temos dispensado o melhor esforço colectivo, não podemos deixar de salientar com legítimo orgulho, pela nossa modesta iniciativa, quanto tem sido de valiosa a transmissão e o conhecimento de tudo o que vimos fazendo, através dos diversos números do nosso «Boletim».

Bem compreendida tem sido a nossa actuação e isso nos basta, como prémio altamente satisfatório, do empenho com que nos ocupamos dos variados assuntos, para os quais é reclamada a nossa interferência, em cumprimento do mandato honroso que nos está confiado.

Verificamos hoje consoladoramente, que o interesse dos nossos consócios pelos trabalhos da Associação, ressurgiu da apatia em que havia mergulhado, fazendo reviver épocas de manifesta e intensa actividade colectiva, tão gloriosa, da veneranda Associação que muito nos honramos de representar presentemente.

Para a transformação operada e tão útil quão necessária, muito tem contribuído o «Boletim», expondo através das suas colunas toda a acção desenvolvida, quer informando dos actos já praticados, que apresentando e debatendo novos pensamentos, dos quais há que destacar, como dos que mais têm interessado os nossos consócios, aqueles que se relacionam com o estudo necessário para a integração no sistema corporativo, dos diversos ramos de actividade comercial agrupados nas nossas sub-secções.

A última assembleia geral realizada em 2 do corrente, foi, de tudo o que vimos afirmando, prova incontestável e concludente.

De acôrdo com o plano que traçámos, devia seguir-se no presente número do «Boletim», a apresentação dos princípios fundamentais, que, em nossa opinião devem reger o Organismo Corporativo que há-de suceder à Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Porém, contra o que esperávamos, os acontecimentos precipitaram-se de tal modo que entendemos dever calar, por agora, o nosso pensamento. Ao Estado foi presente uma «Questão Prévia», da qual depende em absoluto a resolução do problema que havíamos formulado.

A Assembleia Geral da A.C.L.L., com uma alta compreensão do seu dever, votou por aclamação uma proposta da sua Direcção para que fôsse enviada a S. Ex.ª o Presidente do Conselho de Ministros uma exposição em que se pede:

que seja substituída ou modificada a doutrina do art. 2.º do Dec.-lei n.º 24.715, de modo a permitir que, sem os embaraços a que na mesma exposição se alude e que constituem obstáculos de impossível remoção, a prestimosa A.C.L.L. possa transformar-se num organismo corporativo da mais alta eficiência.

Da resolução que superiormente vier a ser tomada fica dependente toda a construção futura e até mesmo a sua possibilidade.

Logo, como nunca desejamos trabalhar sobre hipóteses e não nos é lícito supor, nem desejamos suggestionar, limitamo-nos a aguardar com todo o interesse a decisão de S. Ex.ª o Presidente do Conselho que, disso estamos certos, há-de ser sábiamente pensada e inteligentemente escolhida.

Perante uma assistência assás numerosa, tivemos ensejo e prazer de verificar a formação de um novo espírito colectivo, interessado e desejoso de prestar leal e sincera colaboração aos empreendimentos expostos pela Direcção.

A forma elevada como decorreu a aludida assembleia, a verificação das aspirações manifestadas pela sua numerosa assistência, se constituem para nós, pelo aplauso dispensado à nossa acção, prémio que nos desvanece e inteiramente nos satisfaz, revelou-nos, com consoladora certeza, a existência de um novo espírito de fé nos destinos reservados à nossa Associação e o desejo de transformar a discussão por vezes estéril, no inte-

rêsse de uma colaboração que se traduziu eloquentemente nas palavras pronunciadas por valorosos consócios que delas usaram e nas votações, das quais nos apraz salientar a que por unanimidade e aclamação foi dispensada à proposta por nós apresentada, sobre a projectada integração da nossa colectividade no Estado Corporativo.

Ao «Boletim» se deve principalmente o que vimos de afirmar, pelo contacto directo mantido assim com toda a população associativa, bem depressa se tendo verificado dêste modo, com a nossa maior satisfação, as vantagens preconizadas no seu primeiro número.

A Assembleia Geral de 2 de Dezembro

Para conhecimento dos Ex.^{mos} Associados que não estiveram presentes aos trabalhos da última assembleia geral da nossa Associação, vamos fazer um resumo dessa sessão, sem dúvida, uma das mais grandiosas que tem realizado.

Reunidos sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Virgílio da Fonseca, digníssimo Vice-Presidente da Mesa substituindo o Ex.^{mo} Presidente sr. Eduardo Martins que por doença não pôde comparecer, e servindo de secretários os Ex.^{mos} Srs. Francisco Manuel da Costa e A. Simões Pires, iniciaram-se os trabalhos pela leitura do aviso convocatório, em virtude de se ter dispensado a leitura da acta da sessão anterior.

Na bancada da Direcção, encontravam-se os Srs. João Martins Casal Domingos Gama Garcia, F. Covas Rodrigues, Mota da Silva, Fonseca Neves e Joaquim Rijo. Do Conselho Fiscal estavam presentes os Srs. Aquiles Teixeira e Carvalho da Fonseca.

Os associados enchiam por completo a sala das sessões e os corredores, devendo constituir uma das maiores assistências às nossas assembleias gerais.

O Sr. Presidente da Direcção usa da palavra para explicar a razão que levava a recorrer-se à Assembleia Geral para se resolver sobre a aplicação dos capitais da Associação, em virtude de ser obrigatória a amortização do papel do Estado de 6,1/2 %.

Em termos bastante claros e em linguagem franca o Sr. Presidente disse que a Direcção não tinha descurado o assunto e até recorreu à competência de pessoas de reconhecido mérito em assuntos financeiros, somente não realizando qualquer operação em definitivo, por desejar ouvir a opinião da Assembleia Geral em assunto de tal magnitude.

O sr. Pereira da Conceição, elogia a Direcção pela atenção manifestada pela Assembleia Geral e

Continuaremos, pois, persistentemente no labutar constante a que nos impele o desejo fervoroso de realizarmos uma obra de utilidade para a numerosa família comercial que representamos e em nós confia e para a Nação, a bem da qual e acima de tudo, devemos dispensar o nosso leal carinho e o melhor do nosso patriótico esforço.

A Direcção

entendia que deveria ser ela a dar resolução definitiva ao assunto e isto em virtude de, pelas palavras do Sr. Presidente, ter notado que saberiam salvaguardar convenientemente os interesses da Associação.

Após as suas judiciosas considerações envia para a Mesa a seguinte proposta que foi aprovada por unanimidade:

PROPOSTA

Proponho que em virtude da franqueza com que o sr. Presidente da Direcção nos expôs o assunto da aquisição do papel para substituição de outros papéis de crédito, se dê ao mesmo senhor, como representante da Direcção o direito de arrumar o assunto o melhor que o seu critério julgue a bem dos interesses da Associação.

Lisboa 2 de Dezembro de 1936.
(a) *António Pereira da Conceição.*

O sr. Presidente da Direcção agradeceu o voto de confiança dado pela Assembleia Geral e prometeu que a Direcção iria agir por forma, a que os capitais da Associação ficassem bem colocados.

O Sr. Presidente da Mesa, declarou em seguida ir-se tratar dum assunto para o qual pede a melhor atenção. Tratava-se da discussão duma proposta da Direcção, que visava a integrar a Associação no sistema Corporativo Português.

Perante tão magno assunto, o sr. Presidente da Mesa, solicita a opinião dos sócios sobre tão importantes documentos, que estavam na Mesa e pede ao sr. 1.º Secretário que proceda à sua leitura, o que se fez no meio da maior emoção e escutada com o maior cuidado.

Após a leitura dos dois documentos que transcrevemos na íntegra noutro local, usaram da palavra os Ex.^{mos} Srs. Pereira da Conceição, Ilídio Santos Coelho, Francisco Simões, J. Alcobia, J. Gouveia, Américo Correia e José Carvalho da Fonseca Júnior que foram unânimes em homenagear a Direcção que bastante prestigiou a colectividade pela única forma compatível com o seu passado. O sr. Ilídio Santos Coelho, disse que, perante a intenção que revelavam os documentos apresentados, seria da maior justiça aprová-los por aclamação.

Esgotada a inscrição sobre o assunto, o sr. Presidente da Mesa,

anunciou ir-se passar à votação, mas como havia uma proposta para os referidos documentos serem aprovados por aclamação, convidava os sócios a manifestarem a sua opinião. Mal terminara as suas judiciosas palavras, a Assembleia rompeu numa sincera manifestação de aplausos, que coroavam o magnífico trabalho elaborado pela Direcção.

O sr. João Martins Casal ergueu-se para agradecer a votação da Assembleia e prometeu não descurar o assunto na certeza de que, pela sinceridade demonstrada pela Associação, o Estado deveria aproveitar a sua desinteressada colaboração. Passou-se em seguida a ventilar o assunto Horário do Trabalho.

Vários oradores apontaram anomalias da Lei, e preconizaram que se solicitasse junto de quem de direito o encerramento do comércio nas vésperas do Natal e Ano Bom, pelas duas horas mais tarde que o habitual.

Por ser justo este pedido, ficou de ser tratado com a brevidade que o mesmo requer. Encerraram-se em seguida os trabalhos desta memorável sessão que voltou a emprestar o prestígio dos grandes momentos, de que a Associação bastas vezes se tem orgulhado.

CONVOCAÇÃO

Por ordem do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral e nos termos dos artigos 35.º e 37.º do Estatutos, é a mesma convocada a reunir em sessão ordinária na próxima terça-feira, 22 do corrente, pelas 21 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Apresentação da proposta da Direcção relativa à fixação do donativo para a Casa de Repouso da benemérita instituição «Inválidos do Comércio»;

2.º — Discussão e aprovação do apoio financeiro a conceder pela Associação ao 1.º Congresso Nacional de Turismo;

3.º — Eleição dos Corpos Gerentes e das Secções que hão-de servir no próximo ano de 1937.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1936.

O 1.º Secretário

Francisco Manuel da Costa

UM PASSO EM FRENTE

A Assembleia Geral da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, efectuada em 2 de Dezembro, foi, sem dúvida, uma das mais notáveis de quantas até ao presente se realizaram.

Notável a todos os títulos: pelo número e qualidade das pessoas presentes; pelo entusiasmo vibrante e decidido dos oradores; e sobretudo pelo alcance das resoluções votadas e ratificadas por espontânea aclamação.

Quem hoje pretender diminuir a força e o alcance do Corporativismo português ou está cego ou não quer ver!

Os derrotistas dessa ideia linda, a mais bela de quantas a Fraternidade humana construiu, deviam ter assistido a essa manifestação brilhantíssima, na qual centenas de comerciantes, todos com responsabilidades, proclamaram, sem tibiezas, a sua concordância com os princípios fundamentais da Organização Corporativa Nacional.

Lançando de si todos os egoísmos infernais, provocadores da luta entre as classes e geradores de ódios que não perdôam, os comerciantes retalhistas de Lisboa marcaram a sua posição, nobremente, com notável isenção e uma alta compreensão do seu Dever Social.

Está dado o «Passo em Frente», o mais difícil de todos por ser o primeiro.

Vencida a Inércia os outros seguir-se-ão naturalmente.

A adesão em massa da A.C.L.L., é, sem dúvida, a maior conquista do movimento corporativo português.

Ao Estado compete agora aproveitar as energias que despertam e orientar o seu dinamismo no bom sentido, de modo a poderem converter-se em factos do maior alcance social e económico.

Até lá, porém, muito trabalho tem de ser dispendido; muitos esforços se hão-de inglórioamente gastar em luta contra a apatia de muitos e, quem sabe, contra pequeninas vaidades feridas, que não perdôam a mais leve beliscadura.

O Desânimo deve ser proscrito e couraçados contra eles, os comerciantes retalhistas de Lisboa devem lutar o bom combate, em defesa própria e da Harmonia Social, que apenas será possível se todos ardentemente a desejarem.

Assim, vencerão!

O NATAL e o encerramento dos estabelecimentos

Sua Ex.^a o ilustre Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, atendendo à representação que lhe foi dirigida pela Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em que se solicitava o encerramento dos estabelecimentos comerciais, até às 22 horas nas vésperas dos dias, de Natal e Ano Novo, determinou o seguinte:

«Quanto aos estabelecimentos industriais será obrigatório o encerramento nos dias de Natal e Ano Bom, podendo porém os mesmos estabelecimentos, para efeito de compensação do salário do pessoal, trabalhar nos dois domingos imediatos ou durante os dias úteis imediatos até ao limite de 8 horas de trabalho. As empresas que se queiram utilizar desta autorização ficam dispensadas de requerimento prévio, mas deverão fazer as respectivas comunicações ao I. N. T. P. em Lisboa ou aos seus delegados no resto do País, no prazo de 48 horas, em seguida à utilização da mesma autorização. Estas horas extraordinárias serão pagas sem aumento de salário.

Relativamente aos estabelecimentos comerciais em Lisboa e Porto serão aqueles dias equiparados ao domingo ou ao dia destinado para descanso semanal, sem prejuízo do que excepcionalmente determinarem os respectivos regulamentos camarários. Os estabelecimentos que não obstante a faculdade que têm pelos referidos regulamentos de achar-se aberto nestes dias, poderão caso queiram, manter-se abertos nos dias 24 e 31 de Dezembro até às 22 horas, devendo em tal caso encerrar nos dias imediatos.

Os restantes estabelecimentos, que por virtude deste despacho deviam obrigatoriamente encerrar nos dias de Natal e Ano Bom, poderão igualmente manter-se abertos até às 22 horas, nos dois dias anteriores. Estas horas serão consideradas extraordinárias e pagas, por consequência, com mais 50 por cento sobre o preço normal.

No resto do País observar-se-ão os usos e tradições locais».

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, cumprimenta agradece a Sua Ex.^a a resolução tomada que veio satisfazer em parte os justos desejos do comércio retalhista da Capital, que esta Associação representa.

O «BOLETIM»

No seu número de 23 de Novembro de 1936, publica o conceituado jornal «O Diário de Lisboa» um sueto acêrca do artigo do Ex.^{mo} Sr. Dr. Santos Lourenço intitulado «Um Decreto».

O «Diário de Lisboa» transcreve uma parte desse brilhante artigo, o que nos desvanece. Pela citação que faz e ainda pela consideração demonstrada pelo nosso ilustre colaborador, apresenta o «Boletim» os seus melhores agradecimentos, ao brilhante ornamento da imprensa da capital que é, sem favor, o «Diário de Lisboa».

Também o «Boletim» da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Cascais, no seu número 34, se refere elogiosamente aos artigos dos Ex.^{mos} Srs. Dr. Ramiro Seixas e Virgílio da Fonseca.

Depois de indicar a utilidade que o nosso «Boletim» representa para a causa comercial, preconiza a orientação defendida pelos nossos distintos colaboradores, como a melhor a seguir pelas Associações Comerciais perante o Estado Corporativo.

Termina aquele valioso colega por dirigir saudações ao nosso estimado Director-Editor, sr. Domingos Garcia.

Pelas palavras amigas dispensadas, apresentamos ao «Boletim» da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Cascais, a expressão sincera do nosso reconhecimento.

ANUÁRIO DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Por honrosa oferta de Sua Ex.^a o ilustre General Sr. Daniel de Sousa, recebeu a nossa Associação o «Anuário da Câmara Municipal de Lisboa».

Este bem elaborado trabalho, honra o primeiro município do País, não só porque nos elucida dos trabalhos da Câmara, como ainda presta ensejo para se tomar conhecimento de muita coisa útil.

A fim de agradecer a valiosa oferta do «Anuário», a nossa Direcção procurou na Câmara Municipal de Lisboa o seu Digno Presidente, por quem foi amavelmente recebida.

O «Boletim» aproveita gostosamente o momento, para endereçar à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa as suas felicitações pelo magnífico «Anuário» publicado e pela obra cidadina a todos os títulos valiosa até agora levada a efeito.

A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA E O ESTADO CORPORATIVO

Transcreve-se os dois importantes documentos aprovados por aclamação na memorável assembleia geral realizada no dia 2 de Dezembro de 1936

Proposta apresentada pela Direcção

Considerando que; de harmonia com a lei vigente, compete à Associação Comercial de Lojistas de Lisboa colaborar com o Governo na organização do Estado Corporativo;

Considerando que; desde a publicação do Dec.º 24.715 tem esta Colectividade procurado estudar a forma de poder integrar-se dentro desse sistema;

Considerando que; independentemente deste facto, várias classes representadas nesta Associação, têm manifestado o desejo de se constituírem em Grémios de natureza corporativa e inclusivamente sugerido à Direcção que se transforme a Associação numa União dos diversos Grémios;

Considerando que; a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa pelos seus Estatutos vivem sempre em contacto directo com as suas sub-secções tradutoras dos interesses e aspirações das respectivas classes;

Considerando que; a defesa dos legítimos direitos e interesses dos comerciantes retalhistas, só é possível por intermédio de um organismo de natureza corporativa para o que a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa conforme a sua própria organização e prestigioso passado, tem todas as condições;

A Direcção tem a honra de propor:

--- Que seja dirigida ao Ex.º Sr. Presidente do Conselho a

representação que acompanha esta proposta.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1936.

Pela Direcção

(a) João Martins Casal

(Presidente da Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa)

Senhor Presidente do Conselho de Ministros

Excelência

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, na qual se encontra agrupada a maior parte e a mais representativa do comércio retalhista da cidade, não podia assistir indiferente ao evolutionar de ideias que os factos vão impondo de modo a convencer os mais incrédulos.

Os seus setenta anos de existência criaram-lhe, é certo, grandes responsabilidades, mas não lhe obscureceram a visão, nem lhe vincaram no ânimo a oposição sistemática contra o que é novo, só porque é diferente do que existiu antes.

Como observadora atenta e interessada tem assistido a aplicação metódica e progressiva dos princípios corporativos, sobre os quais o Estado pretende organizar racionalmente a Nação e convenceu-se de que era possível conseguir-se, com o desenvolvimento de todo o sistema «o máximo de produção e riqueza socialmente útil e estabelecer uma vida colectiva de que resultem poderio para o Estado e justiça entre todos os cidadãos».

Uma vez convencida, impunha-se-lhe um dever — colaborar —, pondo deste modo ao serviço da Causa Corporativa, toda a força do seu inegável prestígio, a massa apreciável dos seus dois mil sócios, a sua independência económica e uma tradição longa de muitos anos.

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa quer integrar-se

na Organização Corporativa Portuguesa, porque foi convencida; mas quer integrar-se a sério, de modo a poder atingir os fins económicos e sociais que essa Organização tem em vista.

Porém, não basta querer, é necessário poder e só do Estado depende agora a solução.

Dentro da Associação estão representadas todas as actividades que se dedicam ao comércio de venda a retalho, agrupadas internamente em sub-secções das respectivas especialidades.

É possível, partindo das actuais sub-secções, organizar corporativamente a Associação, bastando para isso transformá-las em Grémios, com os correspondentes direitos e subordinados às consequências obrigações.

Deste modo, a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, que perdera a actualidade por não poder preencher os fins de ordem social e económica que só podem atingir-se através a Organização Corporativa, cederia o lugar à União dos Lojistas de Lisboa, de carácter regional e corporativo, na qual se agrupariam os Grémios a criar, sem perda da autonomia relativa que lhes foi conferida pelo decreto-lei n.º 23.049, de 23 de Setembro de 1933.

Interessará ao Estado aproveitar os bons desejos da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa? Crêmos que sim; e é nesta convicção que temos a honra de nos dirigirmos a Vossa Excelência, porque é indispensável o apoio do Estado para a agremiação voluntária que se pretende.

*

O decreto-lei n.º 24.715, de 3 de Dezembro de 1934, admite que as empresas, sociedades ou firmas que exerçam a sua actividade no mesmo ramo de comércio desde que se agrupem em termos de reunir, pelo menos, 50 por cento do número total das empresas, sociedades ou firmas comerciais

existentes no seu distrito e representem 50 por cento pelo menos do valor médio das transacções do respectivo ramo de comércio da mesma área, requeiram ao Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social a sua constituição em Grémios.

Compreende-se perfeitamente que, há dois anos, quando mal se apercebia ainda o alcance que a aplicação dos princípios corporativos havia de atingir, se restringisse a iniciativa da constituição de Grémios voluntários a um número elevado dos seus componentes, que então se fixou em um mínimo de 50%.

É que, um Grémio não se confunde com uma Associação de classe, das que foram reguladas na lei de 91: intervém directamente no domínio económico pela disciplina que impõe às actividades para que foi constituído; assume compromissos de natureza colectiva; e ajusta com o respectivo sindicato nacional acordos ou contratos colectivos de trabalho, obrigatórios para todas as empresas, sociedades ou firmas que exerçam a mesma actividade e ramo de comércio ou indústria.

Sendo assim, compreende-se que, há dois anos, se revestisse das maiores cautelas a sua constituição voluntária, procurando obter para esta uma concordância pelo menos igual a metade dos que se iam agremiar, subordinando-se à nova disciplina, porque não se conhecia o grau de simpatia dos interessados pela organização corporativa, nem os resultados, embora previstos, que desta podiam obter-se.

Mas agora que se sabe com relativa certeza que o maior número aceitará expressa ou tácitamente a disciplina corporativa, que se impõe como uma necessidade; não havendo por outro lado, dúvida séria, de que os seus resultados são positivos, indiscutíveis mesmo; não devem coartar-se as iniciativas que nesse sentido se manifestem, mormente quando se encon-

trem a patrociná-las, como no presente caso, instituições com o prestígio da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, que nos honramos de dirigir.

*

Excelência:

O organismo a criar, que trará para a disciplina corporativa todo o comércio retalhista de Lisboa, só é possível se à Associação Comercial de Lojistas de Lisboa for concedido o direito de requerer a constituição de Grémios das especialidades nela representadas, sem subordinação a qualquer percentagem do número ou do valor das transacções das empresas, sociedades ou firmas comerciais dos respectivos ramos de comércio.

Efectivamente, a limitação estabelecida no art.º 2.º do decreto-lei n.º 24.715 dificulta por tal forma a agremiação que se pretende que, bem pode dizer-se, constitui obstáculo intransponível.

Se já é muito difícil, trabalhoso e dispendioso cumprir essa obrigação, quando se trata de um simples grémio com um número diminuto de componentes, o que dizer em relação a todos ou à maior parte dos ramos de comércio retalhista de Lisboa?

Tarefa impossível de realizar, por mais forte que seja a vontade que a impulsione.

O comércio retalhista da capital deve contar um número aproximado de vinte mil componentes, o que obrigaria a procurar, directamente, pelo menos dez mil adesões, que ainda por cima tinham de ser devidamente documentadas.

Ora, no momento que passa, em que se reconhece que é necessário agir, porque as circunstâncias impõem acção imediata, não pode a vontade consciente de alguns que não são quaisquer, mas os componentes de uma Associação a todos os títulos respeitável e representativa, ficar dependente da

apatia, do desinteresse ou da ignorância de muitos.

O direito de iniciativa que se pede, sem qualquer limitação, não repugnará a ninguém, porque esta Associação justifica-o apoiada nos seus dois mil sócios, nos setenta anos da sua existência e no indiscutível prestígio de que goza entre os comerciantes da capital.

Mas, não quer que se diga que os Grémios a construir por sua iniciativa falseiam os princípios de adesão voluntária que prespõem o direito de oposição, e por isso entende que este deve ser livremente concedido, fazendo-se depender a autorização definitiva de prévia publicação do pedido, que seria posto à reclamação dos interesses para contra o mesmo deduzirem, querendo, os fundamentos da sua oposição.

Apreciadas estas, a constituição dos Grémios seria ou não deferida como melhor se entendesse.

Deste modo ficariam salvaguardados todos os interesses legítimos e tornar-se-ia possível organizar corporativamente o mais numeroso sector do comércio português.

Excelência:

Em nome da Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, temos a honra de solicitar de V. Ex.ª que seja substituída ou modificada a doutrina do art.º 22 do decreto-lei n.º 24.715, de modo a permitir que, sem os embaraços a que acima se alude, esta prestimosa Associação possa transformar-se num organismo corporativo da mais alta eficiência.

Será este, com certeza um notável serviço.

A bem da Nação

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 2 de Dezembro de 1936.

O Presidente da Direcção

João Martins Casal

O COMÉRCIO DE RÁDIO EM PORTUGAL

por Filipe José da Fonseca^{Neves}

Sem sabermos bem por que motivo, o negócio de Rádio é suposto em Portugal de natureza tão privilegiada e de lucros tão fáceis que têm constituído e ainda agora constitui a tentação de numerosas empresas do mais diverso carácter e até dos mais opostos ramos de actividade. Consta que nele se faz fortuna sem excessivo esforço e essa deve ser a razão porque comerciantes em dificuldades nele depositam as melhores esperanças de restabelecimento do seu difícil equilíbrio e até da sua perda prosperidade.

Este facto é mais um exemplo da precipitação aventureira e indisciplinada com que no nosso meio se tratam sucessivamente os mais variados géneros de negócios, na tendência universalista de actividades, antagónica da verdadeira e profunda especialização que é cada vez mais essencial para fazer progredir e triunfar qualquer empresa em face da áspera luta de concorrência que é própria da crise dos tempos de hoje.

Todos podemos apontar casos particulares desta falta de especialização cada vez mais evidente em quasi todos os ramos de comércio com prejuízo certo do público e com o descrédito e perda de prestígio da nossa profissão para não falar nos duros sacrifícios que se consentem, mas que não aproveitam a ninguém.

No caso da T. S. F. a experiência prova cabalmente que não se justificam imprudentes optimismos e arrojadas aventuras porque em Portugal os encargos e dificuldades do negócio de Rádio, quando é tratado a sério e com perfeita compreensão de responsabilidades, são muito maiores e mais graves do que geralmente se supõe. Pode mesmo dizer-se que a Rádio é negócio mais difícil no nosso país do que em qualquer outro.

A função do comerciante de aparelhos de T. S. F. é lá fora quasi limitada à simples transacção dos seus produtos.

Em Inglaterra ou nos Estados Unidos, por exemplo, o comerciante de T. S. F. encontra o mercado já feito mercê duma radiodifusão de enorme eficiência técnica e artística que só por si é a razão do movimento comercial sempre crescente e da expansão assombrosa que neles alcançou a T. S. F. Nesses países é compreendida co-

mo imprescindível necessidade, que em Portugal é necessário criar à força de dispendiosa propaganda e de grande tenacidade e entusiasmo.

Em todos os países de grande expansão radiofónica existe uma cultura técnica e artística da especialidade vastíssima em todos os seus graus e difundida por poderosos e variados meios tais como excelentes revistas e tratados, escolas e institutos elementares, médios e superiores, etc. Por outro lado não escasseia o bom gosto e aquela aspiração constante de progresso e de evolução com que o comerciante de Rádio pode contar para oferecer ao público produtos cada vez melhores e mais perfeitos. Nesses meios de avançada educação é fácil portanto a tarefa do comércio da especialidade porque o público já de há muito adquiriu a necessária atitude mental, a receptividade conveniente para compreender que um aparelho de T. S. F. é hoje em dia de tal interesse e utilidade que em nenhuma casa éle pode dispensar-se não só para passatempo ou informação como ainda para elevação do nível intelectual da família.

Na preparação da sua publicidade o negociante de artigos de T. S. F. inglês ou americano não tem que perder tempo e dinheiro a descrever as maravilhas da Rádio, que são para toda a gente quasi um lugar comum. Para fazer a propaganda da T. S. F. lá estão as poderosas estações emissoras competindo entre si na obra grandiosa de divulgação universal da cultura.

Toda a força de sugestão do vendedor incide nas vantagens do seu produto, nos predicados dos seus receptores e não nas vantagens da T. S. F. em geral. Por outro lado quando informa, por exemplo, que os seus aparelhos são dotados de «controle automático de volume» não tem que perder tempo a explicar o que isso é e que vantagens este aperfeiçoamento traz à recepção.

Para isso lá estão as escolas, as revistas e os jornais da especialidade.

É triste dizê-lo, mas a verdade é que em Portugal as coisas são muito diferentes. Aqui não têm condições para triunfar o comerciante de T. S. F. que não acumule com a sua função de vendedor

a de técnico desta especialidade bem como todas as funções que competiriam aos jornais, às revistas e aos tratados da especialidade. Tempo houve em que era necessário desempenhar ainda o papel de rádio-emissor, sobretudo para poder manter as vendas nos locais e nas épocas em que a recepção das estações estrangeiras era impossível. Quem escreve estas linhas passou já por todos esses trabalhos comparáveis talvez ao do negociante de automóveis que tivesse de tomar a seu cargo a abertura das primeiras estradas para poder divulgar as vantagens do automobilismo e depois demonstrar os da sua marca.

E já que fazemos esta comparação não queremos deixar de manifestar que estamos inteiramente convencidos de que assim como o desenvolvimento do automobilismo depende em qualquer país da extensão e da qualidade da rede de estradas assim também o desenvolvimento e popularidade da rádio-recepção depende estritamente do número de emissoras, da potência emitida e da categoria dos programas.

Esta nossa convicção é baseada nos factos verificados em todos os países de rádio-difusão mais adiantada.

É vulgar tomar a Inglaterra como exemplo dum país de radio-difusão modelar. Pois bem! A Inglaterra tem cerca de 60 vezes a potência radiofónica de Portugal. Tomando em consideração que a sua área é de cerca de 4 vezes a nossa, a potência emitida por unidade de superfície é aproximadamente 15 vezes superior à emitida pela radio-difusão nacional. É curioso observar que, comparando agora os números de radio-ouvintes dum e doutro país e que são para a Inglaterra de cerca de 8 milhões e para Portugal de cerca de 50.000, verifica-se que representam em relação à população total respectiva percentagens de 15% para a Inglaterra e de 1% para Portugal.

A relação de 15 para 1, de novo assim encontrada, é uma indicação certa de que para desenvolver a rádio-recepção no nosso país e para conseguir elevar a nossa percentagem de radio-ouvintes é essencial aumentar consideravelmente a potência e a intensidade de campo das Emissoras Nacionais de modo a garantirem regu-

larmente audições comparáveis em intensidade e facilidade de recepção às asseguradas noutros países.

O maior interesse do público português pela radio-difusão só poderá ser um facto no dia em que fôr melhorado e actualizado o nosso serviço de «broadcasting» quanto à potência das estações emissoras, quanto à qualidade e variedade dos programas e finalmente quanto à filtragem das perturbações eléctricas de origem industrial tão instantânea e necessária em Lisboa, em Coimbra e no Porto.

Estas são as condições que, uma vez devidamente atendidas, explicam o desenvolvimento e o progresso dos melhores serviços de radiodifusão estrangeiros. A experiência dos outros é bem concludente e nós temos o dever de segui-la em vez de perdemos tempo em experiências e tentativas de incerto êxito e que muito podem prejudicar a vida deste ramo de comércio com prejuízo para todos.

Que se não diga que é o preço pretendidamente elevado dos aparelhos receptores em Portugal a razão do atraso da nossa expansão radiofónica. Não se confunda a causa com o efeito, nem as nossas responsabilidades com as de outrem.

Não é difícil provar com dados concretos que a distribuição do material de Rádio é em Portugal mais económica do que na maioria dos países de elevado nível de vida e é fácil demonstrar com representativos exemplos que os preços dum mesmo aparelho em Portugal é em países estrangeiros revelam que o nosso comerciante trabalha com menor margem de lucro nomeadamente quando dedica ao seu negócio toda a atenção e todas as preocupações duma organização feita em moldes sérios e com perfeita noção da sua função e das suas responsabilidades.

Reduzir essa margem de lucro seria comprometer a eficiência do negócio com prejuízo para o Estado, para o comerciante e para o próprio público que provavelmente se veria privado da necessária assistência técnica às vezes tão dispendiosa e de tantas exigências de competência científica e de apetrechamento moderno de laboratórios.

Também não se nos afigura solução para o nosso atraso pretender, como infelizmente o tem sugerido a Emissora Nacional, animar a desenvolver a venda de aparelhos de fabricação barata e de

INSTRUÇÃO TÉCNICA

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e a Casa Pia

Este importante organismo do nosso meio comercial, fundado em 1 de Janeiro de 1870, por decisão unânime dos seus associados, não só tem cuidado dos seus legítimos interesses, mas também não esquece beneficiar a Instrução no Comércio, deliberando conceder prémios aos alunos mais dis-

tintos e aplicados dos Cursos Comerciais, lançando nessa vida elementos dos melhores, e que no seu meio tem justamente atingido as mais altas posições, mas também afirmar o seu propósito de trabalhar para que na referida carreira, ingressem valores tecnicamente preparados para a servir.

Estes prémios são distribuídos:

Escola Comercial de Patrício Prazeres	250\$00
Escola Rodrigues Sampaio	250\$00
Ateneu Comercial de Lisboa	250\$00
Prémio Guerra Peninsular	100\$00
1.º Prémio Escola Dr. Catanho de Menezes	360\$00
2.º Prémio Escola Dr. Catanho de Menezes	240\$00
Prémio Casa Pia de Lisboa	250\$00

Sem de qualquer forma desejar apoucar o valor de todas as Associações de ensino comercial, cumprimento salientar a justiça do prémio conferido à Casa Pia de Lisboa, por proposta da sua Secção Comercial e aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 1931.

Este ano coube ao aluno n.º 5.765, António Mendes dos Santos, do 4.º ano do Curso Comercial.

Da Casa Pia de Lisboa, saíram, de 1885 a 1845 4.002 alunos, sendo 1.480 para o Comércio e 2.522 para a Indústria.

Estes alunos têm dado boas provas de empregados exemplares, elevando o bom ensino ministra-

do pelo distinto e inteligente Corpo Docente dessa benemérita Casa, não esquecendo a gratidão que devem à Casa Pia, que os prepara e ampara até estarem aptos a governar a sua vida.

À Casa Pia de Lisboa póde ufanar-se, com vivo orgulho, que tem dado ao nosso País verdadeiros valores sociais em todos os ramos de actividade, como se vê em todos os exemplos que eles manifestam no Comércio, Indústria, etc..

Merece portanto o nosso profundo reconhecimento a iniciativa tomada pela muito prestimosa Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

marcas quasi desconhecidas tanto em Portugal como nos próprios países donde são importados. Uma inundação de material de duvidosa eficiência técnica e artística não nos parece que seja a forma indicada de resolver o problema português e, a nosso ver, sugerir ainda a nova complicação de distribuí-lo eliminando ou sacrificando o sistema normal de distribuição e esquecer que é através desse sistema que o público pode obter o apoio e o auxílio técnico que não encontrará nem nos jornais, nem nas revistas ou tratados portugueses da especialidade, pela simples razão de que praticamente não existem em Portugal!

Tal tentativa de remediar a nossa situação radiofónica só poderá indisciplinar o sistema de distribuição e nenhuma vantagem tra-

rá para o público ou para prestígio da Radio-difusão Nacional que não pode manifestamente desenvolver-se com o descontentamento dos desapontados rádio-ouvintes.

O problema português da T. S. F. não se soluciona com aparelhos de fabricação barata porque também não se resolve só com aparelhos bons.

A solução só pode ser aquela que em toda a parte foi aplicada com pleno êxito e que consiste no melhoramento quantitativo e qualitativo da nossa radio-difusão. Estude-se a fundo o caso e não percam tempo com perigosos artificios de incerta ou problemática eficácia e que fazem maior mal do que bem não só à radiofonia nacional como ao comércio honesto desta especialidade.

TELEFONES

Nos nossos últimos artigos acerca d'este magno assunto demonstrámos a necessidade do aparecimento do *Telefone Comercial*. Ficámos esperançados de que a Direcção da importante «The Anglo Portuguese Telephone» tomasse conhecimento da aspiração da classe comercial da capital, de que o nosso Boletim se fêz portavoz. Notámos que nem o mais leve indicio de preocupação se manifestou ainda, pelos que diariamente se não cansam de proclamar o seu desejo de bem servir o público.

Longe de desanimarmos, entendemos ser o momento de começar a enfrentar o assunto com a atenção que o mesmo requer e de proclamar publicamente a justiça que nos assiste, quando advogámos o aparecimento do *Telefone Comercial*, que traga ao comerciante um melhor tratamento, compatível com a importância que o mesmo representa para as relações comerciais e para a divulgação dos serviços telefónicos.

Estamos recolhendo o questionário enviado aos nossos associados, pelo qual poderemos estudar seguramente as vantagens e desvantagens das actuais tarifas que, para a grande maioria constitue encargo pesadíssimo.

Se é certo que a Companhia tem beneficiado os seus serviços, não é menos certo que os seus preços poderiam ser um pouco reduzidos no que diz respeito à classe comercial.

Sózinha em campo e expandindo constantemente os seus serviços, percebe decerto a Companhia lucros que lhe deixam margem suficiente para atenuar o custo dos telefones instalados nos estabelecimentos comerciais.

Não será pois demasiada exigência a sugestão que formulámos. É tempo já de se começar uma estreita colaboração entre os organismos dependentes uns dos outros, a-fim-de se atingir um constante bem estar, proveitoso a todos os títulos para o País. Dissídios entre forças representativas prejudicam a Nação, e não é justo criar embaraços aos que devota e desinteressadamente, vêm pugnar pelo interesse público.

Assim os comerciantes têm dado a sua quota parte no sacrifício exigido para bem do País. Dêem os altos organismos o mesmo exemplo, facilitando conseqüentemente a colaboração necessária.

A Companhia dos Telefones

INFORMAÇÕES

Obrigações dos contribuintes no mês de Dezembro

Pagamento de contribuições, impostos e taxas

a) — Até 30 do mês de Dezembro pode ainda ser paga a 4.^a prestação das contribuições predial e industrial e dos impostos profissional e complementar, com o juro de mora de 1,45 %;

b) — Também neste mês pode ainda ser paga a 3.^a prestação das referidas contribuições e impostos, com o juro de mora de 4,04 %;

c) — Paga-se também o imposto sobre a aplicação de capitais — Secção B — devido pelos juros dos depósitos, ou dos suprimentos feitos às sociedades de qualquer natureza, que tenham sido liquidados em Novembro;

d) — Até ao dia 10 é liquidado o fundo do desembrêgo em relação aos vencimentos de qualquer natureza, pagos aos empregados em Novembro;

e) — As sociedades anónimas constantes das relações publicadas no «Diário do Governo» de 31 de Outubro e 2 de Novembro, tem a pagar até ao dia 15 de Dezembro a 1.^a prestação da contribuição industrial referente à liquidação da diferença entre o capital fixado e o anterior.

vindo ao encontro das aspirações da Classe Comercial, prestará um grande serviço ao País onde exerce a sua acção.

E por certo, no futuro, reconhecendo-se a sua boa vontade, serão os beneficiados de então os melhores propagandistas dos seus serviços e implicitamente os directos colaboradores do seu progresso.

Oxalá as nossas palavras consigam despertar a Companhia e a conduzam ao estudo do assunto, bem mais importante do que a primeira vista parece.

A classe comercial está seguindo com interesse, a avaliar pela correspondência recebida, esta iniciativa do seu «Boletim» e podemos desde já garantir a satisfação que causaria qualquer resolução acerca do assunto, por parte da «The Anglo Portuguese Telephone Co.».

Futuros Corpos Gerentes

Não será de mais lembrar aos nossos associados, a conveniência de comparecerem à próxima Assembleia Geral, para eleição de corpos gerentes. Aproxima-se a data em que se devem escolher os elementos que têm de dirigir os destinos da Associação e como o momento que passa, é bastante melindroso, seria interessante que os eleitos se vissem acompanhados pela maioria da massa associativa.

Que todos compareçam são os votos que formulamos.

Participações a fazer nas respectivas Secções de Finanças

a) — Sobre prédios ou parte de prédio urbanos que ficarem devolutos dentro de 15 dias a contar da saída do inquilino;

b) — Sobre o exercício de qualquer comércio, indústria ou profissão que fôr iniciado este mês;

c) — Sobre a cessação do comércio, indústria e das profissões, dentro dos 15 dias seguintes.

Manifestos

No prazo de 20 dias a contar da data da constituição das dívidas sujeitas ao imposto sobre a aplicação de capitais — Secção A.

Nas letras comerciais este prazo é de 15 dias a contar da data do protesto.

Reclamações contenciosas

Sobre a anulação da contribuição industrial e do imposto profissional, relativo ao 4.^o trimestre d'este ano, liquidado aos contribuintes que cessaram no 3.^o trimestre.

Outros assuntos

Tendo sido determinado que a taxa da contribuição predial urbana para o ano de 1937 fôsse a mesma da do ano de 1936, ou seja 10,5 %, podem os nossos clientes proprietários de prédios arrendados exigir dos inquilinos a importância que conste dos certificados, dividida em 12 prestações vencíveis em cada um dos meses do ano de 1937.

Mantém-se também o desconto de 5 % na contribuição quando paga voluntariamente.

Horários do trabalho

Recomendamos a todos os dignos associados que possuam os Horários do Trabalho que não tenham sido aprovados pelo Instituto, que deverão dirigir-se à Fiscalização do Horário do Trabalho (Largo do Calhariz) a-fim-dos mesmos serem devidamente legalizados.



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

JANEIRO --- 1937

Ano I — N.º 5

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 -- LISBOA

Director e Editor:
Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Avenida da Liberdade, 21, 1.º
LISBOA Telefone 2 4 1 1 4



Doutor Pedro Teotonio Pereira
Ministro do Comércio e Indústria

TRABALHO NACIONAL



Nos principais portos de mar e nos mais importantes entroncamentos ferroviários de Portugal elevam-se os grandes depósitos da Vacuum, para o abastecimento das várias regiões do País.

Entre estas instalações, modelares em qualquer parte do mundo e que foram construídas por operários portugueses, impõem-se pela sua grandeza e imponência as Estações de Abastecimento situadas em Lisboa, junto do Tejo e no porto de Leixões.

Os vários aspectos, aqui representados, dos tanques colossais das instalações de Lisboa, permitem formar uma ideia do que é possível fazer em favor da distribuição perfeita de produtos, cuja qualidade inexcelável grangeou a confiada aceitação do público.

Vacuum Oil Company



1870-1937

Por Domingos Gama Garcia

Quando em Janeiro de 1870 se realizaram as reuniões preparatórias para a fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa que tantos e tão vastos benefícios tem prestado em sessenta e sete anos de labuta constante, de persistência e acentuado carinho ao Comércio da capital, não poderiam prever os seus organizadores o papel brilhantíssimo que estava destinado ao organismo que devotadamente se propunham efectivar, produto da sua vasta imaginação e perseverantes esforços.

Longa seria a narrativa dos muitos e variados assuntos e pleitos em que as sucessivas gerências da nossa veneranda colectividade têm marcado a sua profícua acção, durante os anos da sua já longa existência.

Mais do que as simples colunas duma revista, ou boletim modesto como o nosso, se tornariam necessárias, para lhes dar publicidade merecida, fazendo-as chegar até vós com o relêvo e a elevação correspondentes à sua magnificência.

Como seria belo fazer deslizar perante a vossa leitura atenta, os nomes de muitos, prestimosos e bemquistos comerciantes que à causa da nossa Associação se devotaram apaixonadamente, lutando contra todos os obstáculos e vencendo devotadamente tôdas as dificuldades.

Só aqueles que têm podido viver, pela narrativa de factos passados, algumas horas imaginativas da acção dessa numerosa pleiade de trabalhadores incansáveis e lutadores ilustres, pode aperceber-se de quantas desilusões devem ter sofrido, de quantas canseiras e desgostos devem ter correspondido aos seus esforços, tantas vezes mal apreciados e incompreendidos.

Quási que isolados, os primitivos organizadores viram-se desamparados, por aqueles que tinham a obrigação moral e a vantagem material de os auxiliar.

Mas resistiram. E a Associação Comercial de Lojistas nasceu, fez-se e prosseguiu na sua carreira triunfal, sempre amparada e fortalecida pela dedicação forte dos seus directores.

Conquistando lugar proeminente no seio das colectividades económicas de maior relêvo, a nossa Associação tem sabido não só cuidar da defesa legítima dos interê-

ses que o Comércio da capital, através dos seus muitos associados lhe confia, mas também, dar larga e proveitosa colaboração nos diversos departamentos do Estado em que tem representação oficial, a par da sua interferência e manifestação sempre pronta, em todos os actos de elevado carácter patriótico e nacional.

Movida ainda pelo lema de Bemfazer, não esquecendo nunca quanto devem ser respeitados e acautelados os infortúnios alheios, tem sido a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa factor importante que muito consolador é ao nosso espírito acentuar, em tôdas as manifestações de auxilio, paraque tenha sido sempre reclamada a sua colaboração.

Vai longa a sua existência.

Sessenta e sete anos de lutas e canseiras que representam outros tantos anos de trabalhos constantes, de glória e de prestígio.

Como vai longe o tempo!

Foi em vinte e um de Fevereiro de 1870 que em Assembleia Geral se procedeu à eleição da primeira Direcção provisória cuja presidência foi confiada ao bemquisto comerciante que em vida se chamou Tomaz Antunes de Mendonça.

Compunham a Direcção dêsse tempo nomes ilustres de comerciantes que se guardam sempre no nosso espírito, como exemplo de amor e dedicação devotadíssima à nossa veneranda Associação.

Eram êles: Presidente — Tomaz Antunes de Mendonça; 1.º Secretário — José Pinheiro de Melo; 2.º Secretário — José António de Carvalho; Vogais — José Caetano Pires Branco, Joaquim José Pereira e Jerónimo José dos Santos; Tesoureiro — Manuel Inácio de Ávila.

Não havia séde.

As residências do Presidente e do Secretário acolhiam os interessados.

Sómente em fins de Abril, conseguiu a Direcção alugar casa própria na Rua do Norte, n.º 145, 1.º andar, que foi assim a séde-mãe da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Daqui passou para a rua do Almada n.º 38, e outras sédes ocupou ainda, até chegar à Avenida da Liberdade onde hoje nos encontramos.

Fizeram-se os primeiros estatutos associativos no ano de 1870, na tipografia de Coelho & Irmão da rua de S. Bento, 127 e 129, sendo curioso fixar que o seu artigo 3.º determinava que só podiam ser admitidos os donos de confeitarias, refinações de açúcar, mercearias, salchicharias, lojas de chá, armazéns de carnes secas e bacalhoeiros, não se fazendo excepções de nacionalidade na admissão de sócios.

Os fins da agremiação marcados taxativamente no artigo 5.º dos seus estatutos apresentam-nos uma amálgama de variadas aspirações, em que se conjugam numa trindade bem idealizada, a associação de classe, o socorro mútuo e a beneficência.

Mas, mais curioso se torna citar-vos, a uma tão grande distância de anos, quão vasto era o pensamento e o poder realizador dos primeiros peoneiros da nossa colectividade que fizeram incluir nos mesmos estatutos, um artigo 6.º que dizia assim:

O sócio que por qualquer caso fortuito cair em decadência e tiver cinco anos de associado e se provar que é probo e laborioso e que tem pago integralmente todos os encargos da Associação, poderá levantar da tesouraria, tendo esta fundos, com juro razoável (servindo de norma a taxa do Banco de Portugal) a quantia que se julgar precisa para restabelecer o seu comércio.

§ único — A Direcção nomeará uma comissão especial composta de cinco membros para julgar as causas que deram lugar à decadência do sócio e inferir acêrca da quantia que o decadente reclama. Esta comissão dará o seu parecer por escrito no máximo prazo de quinze dias.

Quão bela teria sido esta organização se até hoje tivesse perdurado e quanto de prestígio e de grandeza teríamos ganho a mais, com jus a sermos o maior baluarte das forças económicas do País.

Mais tarde em Agosto de 1872 novos estatutos se aprovaram e dêlêx extraímos uma inovação que merece registo especial:

REGISTO DE CAIXEIROS E MARÇANOS

Artigo 1.º — Para a organização e desenvolvimento dêste registo são obrrigados todos os associados a dar uma participação por escrito dos caixeiros e marçanos que ti-

verem ao seu serviço, bem como daqueles que forem admitindo.

§ 1.º — Estas participações deverão conter:

1.º — O número, assinatura e morada do sócio;

2.º — Nome, idade, filiação e naturalidade do caixeiro ou marçano.

§ 2.º — Logo que quaisquer caixeiros ou marçanos sejam despedidos, ou se despeçam, o associado o participará a quem competir, informando acerca do seu bom ou mau comportamento.

§ 3.º — As informações referidas no § antecedente devem ser rigorosamente exactas, especialmente aquelas que tendam a deprimir o crédito e reputação de quaisquer caixeiros ou marçanos.

Art. 2.º — Haverá um livro alfabetado com os nomes dos registados no qual se lançarão as participações que forem dirigidas à Associação e todos os mais esclarecimentos.

§ 1.º — Independentemente d'êste registo deverão as informações ser numeradas e arquivadas convenientemente, de maneira que nenhuma se extravie.

§ 2.º — O livro, participações e mais documentos de que trata êste artigo não fazem parte daqueles em que fala o artigo 13.º n.º 5.º dos estatutos, sujeitos ao livre exame dos sócios. Só servirão de prova, em último caso, contra qualquer reclamação das informações dadas pela comissão de que trata o § 1.º do artigo 3.º.

Art. 3.º — Fica a cargo de uma comissão especial a execução d'êste registo, cujos membros distribuirão entre si o serviço como melhor entenderem.

§ 1.º — Ao presidente compete nomear dentre os membros da comissão, ou fóra dela, síndico ou síndicos para conhecerem da veracidade das informações que deprimirem o crédito ou reputação dos caixeiros ou marçanos, as quais não serão lançadas no livro respectivo sem que haja perfeito conhecimento da sua exactidão.

§ 2.º — Aos síndicos nomeados fóra da comissão competem as mesmas obrigações que aos membros desta.

Art. 4.º — O caixeiro ou marçano registado, que fôr despedido, poderá apresentar-

-se com o atestado do seu patrão, quando êste não cumpra o que determina o § 2.º do artigo 1.º, para os efeitos do artigo 2.º e seu §.

Na admissão de sócios a Associação alargava o seu âmbito de acção estabelecendo pelo seu artigo 3.º o seguinte:

«São admitidos nesta associação os donos dos seguintes estabelecimentos comerciais: confeitarias, refinações de açúcar, mercearias, salchicharias, lojas de chá, fábricas de aletria, armazéns de carnes secas e de bacalhau.

§ 1.º — Pódem adquirir a qualidade de sócios:

1.º — Quaisquer indivíduos do comércio que as direcções entendam estarem no caso de concorrerem para o bom êxito da Associação;

2.º — Os primeiros caixeiros cujas qualidades recomendáveis, tenham cinco anos de bom e efectivo serviço no mesmo estabelecimento.

§ 2.º — Na admissão dos sócios não se faz excepção de nacionalidades.»

Atravessando os primeiros anos de existência da história da Associação, na recolha de apontamentos e notas ao acaso, com que procurámos focar de um modo leve a acção dos nossos prestimosos antecessores, verificámos que várias comissões especiais foram nomeadas para tratamento dos muitos assuntos que ao cuidado especial da Associação eram apresentados. Todavia, tal como nas gerências sucessivas através dos tempos, houve sempre uns nomes que a tudo pertenceram.

Eram os mais devotados e consequentemente os mais sacrificados.

Durante os primeiros anos da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, três nomes houve que destacamos, como preito sincero da homenagem que ainda hoje lhes é votada pelos nossos consócios e pelo comércio em geral.

Foram êles:

José Pinheiro de Melo.

António Joaquim Guerreiro.

João Marques da Costa.

No decorrer dos apontamentos que estamos anotando, fuge-nos a pena para a narrativa de um facto, que bem nos demonstra quanto de são carácter existia nos homens de 1876 e quanto de rectidão sabiam impôr nas suas decisões.

Estava-se em 1876 e um sócio justamente multado acusava a Direcção de o não ter defendido con-

venientemente. A Assembleia Geral reunida nessa época, aprovou por unanimidade a seguinte moção de ordem:

A Assembleia Geral estabelece como princípio inalterável que a Associação não toma conhecimento de reclamações sobre multas que tenham sido impostas a qualquer sócio, tóda a vez que estas tenham por base a infracção das disposições legais que todo o lojista tem por obrigação observar e cumprir.

Era êste honroso documento assinado pelo próprio Presidente da Direcção, Carlos Augusto Tibau, e se merecido relêvo nos merece a sua dignificante atitude, não menor nos deve merecer a atitude do próprio reclamante que, convencido da nenhuma razão que lhe assistia, votou, êle próprio também, a moção que o atingia.

Como eram diferentes os tempos!

Hoje o sócio assim tratado, amuaria, zangar-se-ia com a Direcção, mal diria do seu acto e sairia até de sócio, visto que para êsse gesto se têm procurado muitas vezes, os casos mais insignificantes e descabidos.

A estrutura associativa mereceu logo de início também, uma atenção e estudo especiais.

Foi ainda ao grande cidadão José Pinheiro de Melo que por alturas do ano de 1878 se ficou devendo a proposta da Direcção, a-fim-de que os sócios se agrupassem por especialidades, para melhor tratarem dos assuntos respeitantes directamente aos interesses das respectivas classes.

Que percepção admirável das necessidades associativas e que antevisão enorme da futura ordenação dos organismos económicos para uma acção eficiente e proveitosa.

Nasceram dêste modo as nossas actuais Sub-Secções, a algumas das quais temos de render preito justo dum valor associativo, largamente traduzido na mais proveitosa das actuações.

Ao acaso citámos factos iniciais das primeiras gerências da nossa Associação e tão valorosos êles se nos apresentam já, em matéria de vasto interesse associativo que bem poderéis deduzir quanto de grande e de valioso deverá existir através dos anos que de então decorreram até hoje.

Mas, não é essa a nossa tarefa de agora.

Deverá sê-lo e assim o pensamos, de quem devotadamente se possa incumbir de compilar os ele-

Doutor Pedro Teotonio Pereira

**Ministro do Comércio
e Indústria**

Membro de uma Família Ilustre de comerciantes, é, pode dizer-se, o verdadeiro creador e orientador do Movimento Corporativo Nacional

Com solida preparação intelectual, creada mercê de aturado estudo (foi um dos mais distintos alunos da Faculdade de Sciencias da Universidade de Lisboa); subordinado a regras moraes que sempre o impuzeram pela sua absoluta integridade; respeitado, estimado e admirado, desde muito novo, por todos quantos, um dia, com ele conviveram; caracter recto e digno; Homem de Acção a quem o trabalho constante não assusta, é, sem contestação, um Ministro verdadeiramente á altura do cargo que ocupa.

A A. C. L. L., deve já a S. Ex.^a tantas provas de consideração e tão boas palavras de estímulo que nunca será de mais agradecer.

Com homens da tempera do Snr. Dr. Pedro Teotonio Pereira, as idêias transformam-se em Forças.

A Idêia Corporativa é já hoje uma Força; mas, se o é, deve-se principalmente á sua acção constante e metódica; ao entusiasmo que pôz ao serviço dessa grande obra; á sua doutrina e ao proselitismo que conseguiu crear á sua volta.

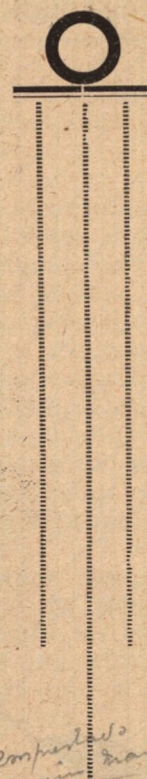
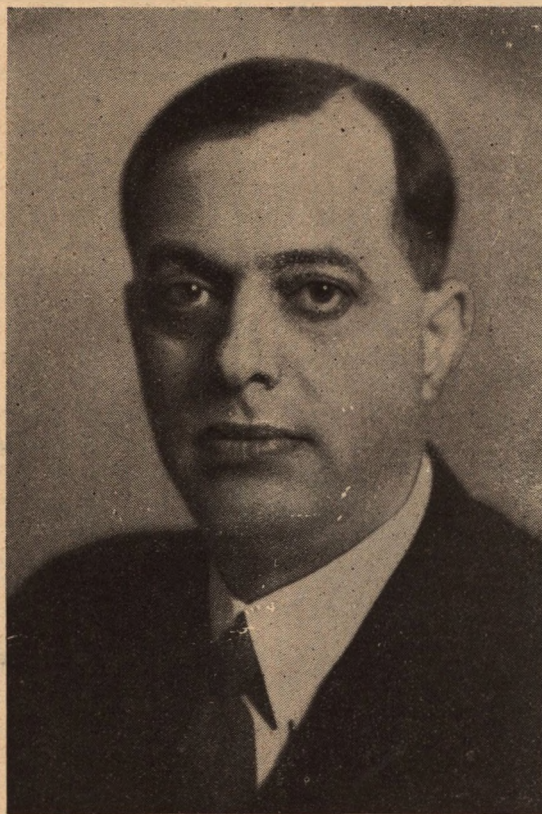
Quando, um dia, Portugal fôr, de facto, uma nação corporativamente organizada, o Snr. Dr. Pedro Teotonio Pereira deverá receber com inteira justiça, o premio de todo o seu esforço em proveito da Grei.

Doutor Manuel Rebelo de Andrade

Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdencia Social

Da magistratura do Ministerio Público subiu a Juiz do Tribunal do Trabalho de Lisboa e daqui a Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdencia Social, em substituição do Dr. Pedro Teotonio Pereira que ascendera a Ministro do Comercio e Indústria.

No exercício das suas funções de Juiz deu provas de altas qualidades de caracter e de intelligen-



Doutor Manuel Rebelo de Andrade

**Sub-Secretário de Estado das Corporações
e Previdencia Social**

cia, que o tornaram desde logo notado.

Juiz de um Tribunal novo, subordinado a uma legislação quasi inteiramente nova; chamado a resolver conflitos em que o espirito de equidade deve predominar sobre a applicação rigida da norma jurídica, o Snr. Dr. Manoel Rebelo de Andrade soube sempre mostrar, em todas as emergencias, a ponderação necessária para julgar com Justiça.

Escolhido certamente pelas provas que prestára como Juiz, para exercer as funções de Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdencia Social, tem posto ao serviço deste alto cargo a mesma ponderação equilibrada e inteligente que tanto o havia notabilizado como Juiz.

Lenta, pacientemente, mas com segurança, tem caminhado a organização Corporativa Nacional, sendo já hoje bem visíveis as suas perspectivas futuras, o que em grande parte se deve ao esforço metódico e á actividade serena mas persistente, do Snr. Dr. Manoel Rebelo de Andrade.

A' A. C. L. L. deu S. Ex.^a já inequívocas provas da consideração que lhe merece este antigo mas prestigioso organismo do Comercio retalhistá de Lisboa e grande auxílio tem prestado á sua pretendida organização sob a forma corporativa.

São, por consequencia, devidos todos os agradecimentos a quem, como S. Ex.^a, sabe compreender e acarinhar os legítimos desejos daqueles que, como a A. C. L. L., desejam ser elementos valiosos e activos da ordem e progresso nacionaes.

mentos necessários, para que até vós possa chegar um dia, o livro de que constará a história da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Ela será para vós um relicário que guardareis religiosamente, quando bem lido e meditado.

Por hoje bastará que, volvidos os olhos ao seu passado já distante e evocados os nomes dos seus peoneiros desaparecidos cujas memórias tanto respeitamos, nos fixemos recolhidamente na majestade das suas figuras, passando-as ante nós, numa imaginação de respeito, de saúde e de reconhecimento.

E que assim fortalecidos no respeito e na saúde pelos nossos antecessores, ganhemos força e coragem para enfrentarmos o futuro, dando á nossa Associação horizontes rasgados que a fortaleçam e a engrandeam, no conceito do comércio que defende e da Nação que serve.



POUPEM
OS SEUS
OLHOS

**Iluminem-se
m e l h o r
com o novo
candieiro
de trabalho**

Este candieiro não é um vulgar candieiro portátil.
Fornecer uma iluminação intensa e de qualidade tal que poupa os olhos às fadigas dum trabalho prolongado.
O candieiro de trabalho proporciona às crianças o genero de luz de que os seus olhos, ainda novos, têm necessidade para se desenvolver normalmente.
A leitura, a escrita e os trabalhos de agulha, sobretudo em tecidos escuros, far-se-ão facilmente com a bela luz do candieiro de trabalho.
Os velhos ser-lhe-ão gratos pelo bem que ele faz à sua vista.
O candieiro de trabalho é verdadeiramente «O Amigo dos Olhos».

Peçam prospectos
às **Companhías Reunidas Gaz e Electricidade**
R. 1.º de Dezembro, 137 ● R. da Bôa Vista, 39 — LISBOA

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e a sua acção benéfica

Se a acção da nossa colectividade no campo do Ensino Técnico merece justos encómios, pelo cuidado com que o seu desenvolvimento tem sido acompanhado pela nossa Associação, muito se empenhando pelo seu melhor aproveitamento, instituindo diversos prémios escolares que há anos vêm sendo distribuídos aos alunos mais aplicados de vários estabelecimentos de ensino, não menos justa de apreço deve ser a acção desenvolvida no campo benéfica, pelo disvelo e carinho que à nossa veneranda Associação, têm igualmente merecido as iniciativas generosas que acolhe sempre com agrado, emprestando-lhes na sua efectivação o melhor do seu esforço, através do trabalho desenvolvido pelos seus mais dedicados colaboradores.

Disposta sempre a patrocinar, quanto lho permite o rigor da sua lei estatutária, tôdas as iniciativas destinadas a minorar, quer situações de infortúnio, quer empreendimentos destinados a obras da mais franca solidariedade, a nossa Associação marca progressivamente o valor da sua generosa

acção, sem exhibicionismos escusados e sem preocupações de valorizar publicamente a nobreza das suas humanas deliberações.

A «Inválidos do Comércio», simpática instituição, glória e honra da classe comercial que tanto bem espalha em seu redor, ofertou a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, por deliberação da sua Assembleia Geral, o importante donativo de vinte e cinco mil escudos, destinado às obras da sua Casa de Repouso.

Bem haja os que tomaram a iniciativa da proposta que teve agora a sua efectivação, contribuindo assim com a sua quota parte, em nome do comércio da capital, para a realização de uma obra tão bela, como esta que «Inválidos do Comércio» se propõem juntar, ao muito de bom que largamente têm sabido já realizar.

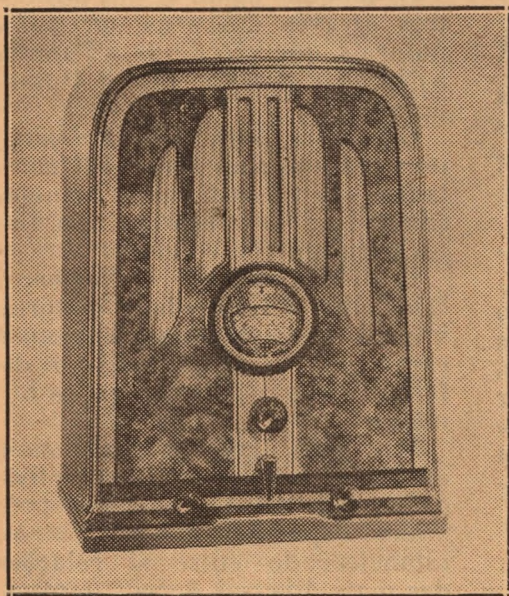
Também a interessante e simpática iniciativa «Natal do Soldado», da revista «Defesa Nacional», mereceu o patrocínio da nossa colectividade que quis assim juntar a sua colaboração à dos dignos directores da referida revista, constataando-se com agrado o melhor

acolhimento do comércio citadino a esta iniciativa, traduzido na verba importante recolhida, para tão interessante fim.

Quis ainda a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa distinguir o Sindicato Nacional dos Caxeiros do Distrito de Lisboa, superiormente dirigido pelo ilustre procurador à Câmara Corporativa, Ex.^{mo} Sr. Horácio Gonçalves, patrocinando o «Natal do Desempregado», iniciativa cheia de abnegação e que embora um pouco tardiamente organizado, conseguiu reunir avultado quantitativo.

Foi, é e será sempre assim, a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa que em todos os campos procura marcar indiscutivelmente o lugar próprio que o seu valor social lhe empresta.

O *Boletim*, dando noutros locais nota dos amáveis officios recebidos das entidades referidas e altamente sensibilizado pelo bom acolhimento que tôdas as generosas iniciativas despertam nos nossos estimados e numerosos consócios, apresenta-lhes testemunho público do seu maior reconhecimento.



PHILCO 37-650 BZ, 8 válvulas, ondas curtas e ondas médias em 3 escalas. Recepção facil das estações mais distantes. Musicalidade perfeitíssima e construção superior. Um receptor de classe incomparavel.

U M P H I L C O !

UM **PHILCO** É A ASPIRAÇÃO E O ENCANTO DO AMADOR DE MÚSICA EXIGENTE E CULTO.
NÃO ADMIRA! **PHILCO** É O MELHOR EXEMPLO DO PROGRESSO CIENTIFICO E TÉCNICO DA T. S. F.!

Não se contente com qualquer aparelho de nome desconhecido, de construção tosca e vulgar, só porque é aparentemente barato... Saiba em que gasta o seu dinheiro! Prefira um producto de reputação mundial vendido em Portugal por uma empresa sólidamente estabelecida e em condições de prestar-lhe assistência técnica completa quando tal fôr necessário.

COMPRE

P H I L C O

o melhor receptor do mundo

Peça uma demonstração aos distribuidores:

RADIOFILA, L.^{DA} R. Nova do Almada, 80, 2.º-LISBOA

Telefone 26923

Aquiles Teixeira

Mercador-Alfatate-Bandeiras

EXECUTA com a maior rapidez qualquer encomenda para o Continente, Ilhas, Colónias e Estrangeiro, de BANDEIRAS distintivos para Grémios, Sindicatos, Casas do Povo, Associações de Recreio e Desportivas, Codigos, Sinais, Estandartes em seda bordados a ouro, prata, matiz.

209, Rua dos Fanqueiros, 213
Telefone 25678 LISBOA

V.^{va} de Jacinto J. Ribeiro, L.^{da}

Rua dos Fanqueiros, 190 a 200

LISBOA

SOLAS E CABEDAIS

O mais completo sortido de todos os artigos para calçado.

Maquina de escrever

ROYAL

Adoptada pelo Governo Português
Vencedora dos Campeonatos Mundiais de 1935 e 1936 e das de Inglaterra de 1934, 1935 e 1936

Agentes exclusivos

Soc. Com. Luso-Americana, L.^{da}

LISBOA

145, R. da Prata
Tel. 2 5281

PORTO

339, R. Sá da
Bandeira
Tel. 1248

A maior Variedade de tecidos, para a confecção de fatos e sobretudos, para homens e meninas, encontra-se na acreditada casa

Old England

SARMENTO & C.^a

Rua Augusta-Esquina S Nicolau

As melhores qualidades
Os minimos preços

A Solução Corporativa

Pelo Dr. Ramiro Seixas

«Trabalhem por conseguin-te de comum acôrdo operários e patrões para vencer as dificuldades e obstáculos, e sejam em obra tão salutar ajudados prudente e providamente pela autoridade pública.» (1)

Não há nada absolutamente mau, como não há nada absolutamente bom. Quanta vez o que julgamos péssimo resulta afinal muito bem!

Mal vão as coisas por êsse Mundo fora...

A luta é inclemente, a incerteza constante.

Aproxima-se a Hora Grande da Humanidade!

Para bem, para mal?

Para Bem, dizemos nós e di-lo tôda a gente que se detenha um instante a observar o que vai por êsse Mundo.

Dos exageros, das violências, dos crimes da Hora Negra que passa, há-de resultar uma Humanidade melhor, mais justa — *mais dignamente Humana*.

Nunca o homem se preocupou tanto com o Homem!

À animalidade da luta pela Vida — homem contra homem — opõe-se a Solidariedade, há 2.000 anos prégada pelo Nazareno:

— *Amai-vos uns aos outros!* —

Ao egoísmo, à exploração do homem pelo homem, que de uns fêz escravos e de outros senhores, opõe-se a Moral, que manda dar aos outros o que nos sobeja a nós.

À luta de classes, ao ódio contra os patrões, ao desprezo pelos desvalidos da fortuna opõe-se,

A Ideia Corporativa.

Foi necessário que o Mundo vibrasse, inteiro, convulsionado pelo maior dos flagelos, para que o homem medisse todo o alcance do seu êrro:

esquecera-se de que era Homem e que, por isso mesmo, tinha deveres para com os outros Homens, seus irmãos.

Esquecera-se, lá no alto do seu imenso Orgulho, de que não era êle, afinal, o único homem.

E começou a reparar para os outros e a olhá-los com simpatia.

Verificou, então, que não valia nada sozinho e que tudo quanto à sua volta se erguia resultara do concurso de muitos homens como êle.

E pensou que desgraçado seria eu se fôsse o único homem sobre a Terra!

Acordou de um pesadêlo de séculos!

Nêsse momento soará a Hora Grande da Humanidade!

Todos os homens são irmãos e como todos dependem, naturalmente, uns dos outros, devem socorrer-se e amparar-se reciprocamente.

O homem isolado e independente, vivendo apenas do seu próprio e único esforço, só por abstracção se admite.

A realidade mostra-nos que a vida humana, *tal como é vivida*, só é possível em sociedade e esta será tanto mais perfeita quanto maior fôr a *harmonia do conjunto dos indivíduos* que a compõem.

Os homens ligam-se uns aos outros através dos seus agregados naturais, que vão desde a Família à Nação e desta a tôda a Humanidade.

O homem, para viver, trabalha, mas como as suas forças são limitadas, vincula-se a outros homens, somando os seus esforços aos destes para um fim comum.

Esta conjugação de esforços cria uma solidariedade natural, que dá aos agregados funcionais características de unidade e os diferencia dos outros agregados humanos.

Mas, estes agregados funcionais ou locais, constituídos por actividades semelhantes, afins ou próximas, dependem uns dos outros, estabelecendo entre si relações das mais diversas ordens, movendo-se todos dentro do mesmo agregado maior e convergindo para um mesmo fim: *a Nação e para a Nação*.

Os indivíduos não vivem isolados, «mas integrados em grupos naturais, titulares de interesses próprios e de um espírito próprio também. A Nação, composta de indivíduos isolados e independentes, determinados apenas pelos seus próprios interesses, é uma concepção irreal.

«A Nação é composta de homens que, além dos móveis eco-

que em vez do sentimento exclusivo do interesse próprio tem em primeiro lugar o sentimento dos interesses da família — grupo fundamental da Nação.

«Esses mesmos indivíduos estão também ligados, por laços profissionais e locais, que para eles representam uma limitação dos móveis puramente egoístas, a outros grupos naturais, que fazem parte da estrutura orgânica da Nação e que tem os seus interesses próprios, condição da sua existência como grupos, e o seu espírito próprio, derivado do conhecimento e da adesão a essas condições por parte dos seus membros».

«A Nação é, pois, um todo orgânico, titular de interesses não puramente económicos; não é constituída por uma massa amorfa de indivíduos dominados apenas pelo espírito de lucro e em constante luta uns com os outros para a sua conquista, nem por uma massa de indivíduos — elementos passivos de uma produção e de uma economia colectivas, subordinados exclusivamente aos interesses dessa produção transformada em razão dominadora de toda a vida individual e social.»

«Da mesma forma que a Nação é um todo orgânico, constituído por organismos dotados de um espírito próprio que, como lei da própria existência, deve manter, também o conjunto das Nações deve sê-lo, e as relações que entre elas se estabelecem tem de partir do reconhecimento da sua autonomia e da sua existência como Nações.» (1)

A ideia Corporativa baseia-se exactamente nas realidades da Vida, parte de verdades conhecidas e não de utopias irrealizáveis, por mais belas que na aparência se nos mostrem.

Parte do princípio, indiscutível, da Solidariedade Humana e depois de observar a natureza das relações normais que entre os indivíduos se estabeleceram, disciplina os seus agregados naturais, aglutinando-os num todo, único e indivizível — a Nação —:

«unidade moral, política e económica, cujos fins e interesses dominam os dos indivíduos e grupos que a compõem.»

Toda a construção se ergue, assim, logicamente, alicerçada em realidades e não em generalizações abstratas, que podem, é certo, seduzir as turbas, mas jamais poderão fixar-se em realizações estáveis, porque são anti-naturais e

nómicos se determinam por móveis de ordem espiritual e moral, pressupõem o homem diferente daquilo que realmente é.

A ideia corporativa não desconhece as imperfeições humanas, aceita-as, para as corrigir ou dominar, limitando os seus prejuízos, ou aproveitando-as mesmo, devidamente fiscalizadas, quando visam a estimular a actividade individual e esta pode ser proveitosa ao Bem Comum.

«A iniciativa privada é o mais fecundo instrumento do progresso e da economia da Nação.»

É uma doutrina inteligente, profundamente Humana e baseada em princípios morais que todas as consciências aceitam sem esforço.

Condensada em regras muito simples e genéricas, permite a sua adaptação a todos os casos especiais, regulando-os de forma particular, a mais conforme com o seu desenvolvimento natural, que apenas orienta e disciplina, *mas nunca contraria*.

A Solução Corporativa, aplicada integralmente, é a fórmula de organização social racionalmente perfeita e a única capaz de dar ao homem, a todos os homens, a dignidade Natural a que tem incontestável direito, sem lhes tolher o espírito de iniciativa e o estímulo, que são condições essenciais de todo o progresso humano.

(1)—Encicl. «Quadragéssimo Ano»

(2)—Dr. Costa Leite—«A Doutrina Corporativa em Portugal».

Expediente do "Boletim"

A colaboração para o Boletim é facultada a todos os Ex.^{mos} Srs. Associados e deve ser enviada até ao dia 23 de cada Mês.

— Não se restituem os originais embora não publicados.

— A colaboração para o Boletim deve ser dirigida ao seu Director-Editor.

— O Boletim disporá de secções especiais, não só para informações necessárias, como de Contencioso, que servirá para esclarecer os associados que tenham quaisquer dúvidas.

— Os serviços externos do Boletim só serão incumbidos a pessoa ou pessoas devidamente acreditadas por documento firmado pelo seu Director-Editor.

Julio Gomes Ferreira, & C.^a L.^{da}

Casa Fundada em 1832

Instalações electricas, Luz e Força, Aquecimento Central, Frigorificos, Casas de banho, Fogões de cozinha, Ascensores, Telefones, Pára-raios, Lustres, Placas, castiçais, candieiros, Lampadas, Esquentadores, Tinas, Lavatórios, Bidets.

Officinas Metalurgicas

82, — Rua da Victoria, — 88
166 — Rua do Ouro — 170

VENDAS A PRONTO E A PRESTAÇÕES

casa David

Confecções

Tecidos de novidade

Sedas — Meias

:: Camisaria etc. ::

TELEFONE 2 1140

259 - R. dos Fanqueiros - 261

LISBOA

Lino Teixeira de Carvalho

Comissario e Consignatario

DE

Couros Curtidos e em Cabelo

109 - R. Bacalhoetros. 115-A

TEL. } 2 1374/2 1375 - P. B. X.
ONIL - LISBOA

LISBOA

Eduardo Martins

— Chiado —

Sempre as ultimas novidades

NAS SUAS
SECÇÕES DE
RETROZARIA
ROUPARIA
E MODAS

A NOVA ORDEM

Pelo Ex.^{mo} Sr. Horacio Gonçalves

Procurador à Camara Corporativa

Em obediência às novas directrizes dadas à Associação Comercial de Lojistas de Lisboa pelos pulsos fortes daqueles que em boa hora lhe tomaram o leme, posso hoje, na minha qualidade de empregado no comércio e de Presidente do Sindicato Nacional Caixeiros do Distrito de Lisboa, dizer, do alto desta tribuna o que sinto, ao patronato, para que êle conheça directamente as minhas intenções e as minhas ideias.

Eu quero saudar o patronato, em primeiro lugar. Quero dizer-lhe que estou à frente de uma pleiade de rapazes que vivem o momento que passa e que acima dos seus interesses particulares ou dos interesses da sua categoria profissional, colocam muito mais alto os interesses da Corporação comercial e os interesses da Nação. Quero dizer-lhe que, a chamada Guerra de Classes, foi definitivamente abolida da nossa mente e que os nossos braços se estendem em procura da cooperação e da colaboração leal e sincera por parte daqueles que têm a alta responsabilidade moral, espiritual e mesmo material de ser os nossos dirigentes.

Claro que eu não saúdo qualquer patrão. Eu saúdo apenas o patronato seleccionado, aquele patronato que está à altura de desempenhar o seu lugar e que não envergonha, nem os seus empregados, nem a sua profissão nem a Nação Portuguesa.

Saúdo, vibrantemente, aquela parte do patronato que quer subir no conceito nacional, e que, com exuberância, manifesta pelas atitudes e pelos processos a sua consciência e a sua preparação para o cargo que desempenha.

As Associações, tal como os Povos e mesmo as Nações e os Impérios, singram pela estrada da sua vida, com um aceleramento proporcional ao valor dos homens que tomam conta dos seus destinos. Basta, muitas vezes, a substi-

tução de um chefe ou o aparecimento repentino dum guia, para as colectividades de toda a ordem mudarem no seu todo, nos seus princípios, nos seus objectivos, por forma a pesarem na balança onde se equilibram os destinos da Humanidade.

Eu saúdo a *Actividade*. Eu saúdo a *Marcha*. Eu saúdo o patronato, propulsor da reforma das velhas Associações. Saúdo a NOVA ORDEM. Não quero mal entendidos.

Quero antes uma definição de campos rigorosa. Quero abrir a Alma, para que se leia nela, sem rodeios, que o que lá tenho escrito é uma ânsia e uma Fé no Futuro, embora um respeito profundo pelo Passado que me abstenho por completo de aqui criticar.

— A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa precisa de vida, precisa de evoluir, precisa de se adaptar aos tempos que correm, precisa de se integrar na Revolução que agita o Mundo e que em Portugal toma uma modalidade honrosa e digna.

— A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, tem, à face do Estatuto do Trabalho Nacional e da sua legislação complementar, o seu destino traçado e muito iluminado, muito claro, muito visível para que tenhamos de comprar lunetas a-fim-de o visionar.

— Hoje não tem razão de existir uma Associação Comercial que engloba na sua massa Associativa, tudo, sem englobar coisa nenhuma. Precisamos de ordenar as actividades comerciais, precisamos de disciplinar todos os ramos em que elas se dividem, precisamos definir todos êsses ramos com proficiência e com toda a nossa autoridade de verdadeiros peritos e técnicos.

Compete-nos materializar a Organização Corporativa, se é que temos qualidades de organizadores, se é que temos Alma, se é que

dentro de nós existe aquele QUERER que é sinónimo de PODER.

— A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, se não tem autoridade corporativa, nem valor corporativo, por não ser um organismo corporativo, também ninguém a tem hostilizado. Ela existe para que cumpra um Dever.

Deixam-na existir para que haja a possibilidade de ser útil à transformação social, à Revolução, numa palavra.

— Se ela por si só se não puder transformar, se ela por si não puder, nesta época alta de transição, servir o melhor possível o comércio que diz representar; à custa da sua sinceridade, da sua lealdade para com os seus sócios, à custa do valor dos seus Directores, como chefes que devem ser... então a Associação Comercial de Lojistas não é agora e não discuto se o foi algum dia, porque não conheço nem quero conhecer a sua história, coisa que se aproveite, neste frenético construir do novo edificio social português.

A Revolução não destrua o que julga útil. A Revolução, se quisesse destruir a Associação Comercial de Lojistas, já o tinha feito. *A Revolução aproveita o que tem valor.* A Revolução aproveita a instituição cristã de A FAMÍLIA, apesar-de ser secular, porque ela tem valor social, positivo, cem por cento. A Revolução aproveita e restaura, reintegrando-os na sua beleza architectónica primitiva, todos os monumentos nacionais, porque êles honram uma civilização. São um valor. Dão vida à Nação.

O que a Revolução não aproveita, são os navios velhos da nossa Armada, porque êles não têm condições que honrem os marinheiros novos, do Portugal novo. O que a Nação não aproveita, são os arados primitivos, que faziam apenas um rêgo na terra, em consequência de a Revolução exigir charruas modernas, que ponham a

nossa agricultura a par da dos povos civilizados.

A Revolução só aproveita o que presta. O que já não serve, ainda tem que passar a ser analisado minuciosamente pela própria Revolução, a-fim-de se lhe dar um destes dois destinos: Museu ou sepultura.

— Mas, a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, pôde salvar-se, pode ser útil, pode justificar dignamente a sua existência. Basta ler, ela própria, a legislação corporativa, basta meditar algumas horas sobre o Estatuto do Trabalho Nacional. Ler e compreender. Além disso, basta-lhe uma Direcção presidida por um Homem que execute, que caminhe, despindo-se de preconceitos e engeitando receios e covardias impróprias de portugueses.

— Faço votos para que a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, não seja um navio velho, nem um arado primitivo, mas se o for... o melhor será não pensarmos mais nela, pensemos antes no patronato e na forma de o integrarmos na Nova Ordem Social e Económica. Se a Associação não cumprir o seu Dever, não pôde servir o patronato, nem o caixeirato, nem a Nação.

— Por isso eu saúdo o patronato. Aquele patronato inteligente, que quer salvar a sua Associação, fazendo-a evoluir, de arado para charrua, ultra-moderna. Por isso, eu saúdo o patronato Inteligente, que se concentra, que medita, que avalia o que sucedeu ao patronato da Rússia, o que está sendo feito ao patronato da Espanha o que se passa na Alemanha e na Itália, com as mobilizações económicas, e o que se quer fazer em Portugal.

— Saúdo esse patronato, que a par da inteligência, tem instinto e sobretudo olfacto apurado, para distinguir o «chamusco» que nos vêm da casa do vizinho.

— E não o saúdo só. Não me limito a isso. Faço Mais. *Garanto-lhe que esse patronato pôde contar comigo, desde que, acima do seu comodismo e dos seus interesses, saiba sempre colocar o prestígio, a dignidade e a honra da Corporação Comercial Portuguesa e da Pátria.*

União de Grêmios de Lojistas de Lisboa
 BIBLIOTECA
 Est. Prot.

VENDEDORES

SILENCIOSOS



A mostra é uma das

melhores formas de reclamo.

Para que seja eficiente a publicidade nas montras,

é necessário tê-las

bem e largamente

iluminadas

pois é à noite, em especial que

a sua acção se torna mais útil.

Os reflectores espelhados

“Philiray” da PHILIPS

são os mais preciosos auxiliares

de todo o comerciante



Trabalho e Corporações--Admissão de Desempregados

O sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social determinou que continue em vigor até 30 de Junho de 1937 o despacho de 29 de Abril de 1936, pelo qual foi estabelecido, nos termos do art. 2.º do decreto n.º 23712, de 28 de Março de 1934, que as entidades patronais não possam

admitir ao seu serviço indivíduos de qualquer das categorias representadas pelo Sindicato Nacional dos Profissionais na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Lisboa que não estejam inscritos na lista de desempregados elaborada pelo referido organismo.

Conklin

V. Ex.^a repare que todas as pessoas de bom gosto possuem esta celebre caneta, porque só ela lhe oferece garantia eterna!

Telf.

2 7353



Modêlo transparente, inquebrável, aparo Rhodium, qualidade insofismáveis. Vendem-se a pronto e a prestações de 2\$50, 5\$00 e 7\$50 com bonus na

PAPELARIA
RIO

150, RUA DA PRATA, 134

Direitos de importação na Letónia

Segundo informam os jornais dinamarqueses, em consequência da desvalorização da moeda e da ligação do Lat à Libra esterlina, o Governo da Letónia tomou a resolução de reduzir os direitos alfandegários sobre algumas mercadorias importadas — sobretudo matérias-primas — com o fim de evitar uma alta nos preços dos produtos industriais.

Segundo uma nota officiosa do Ministério das Finanças letão, as alterações de direitos recaem, principalmente, sobre as mercadorias seguintes:

a) — Os direitos alfandegários sobre o trigo são reduzidos a 70 lat a 20 lat por tonelada, em virtude de a colheita nacional não chegar para o consumo;

b) — Os direitos sobre o cacau em grão são diminuídos de 1,50 lat por quilograma para 1,20 lat;

c) — As sementes de soia, que até aqui eram sobrecarregadas com um direito de 0,02 lat por quilograma, passarão a ser importadas livremente, a fim de facilitar a alimentação dos gados nacionais;

d) — Os direitos aduaneiros sobre o algodão são baixados de 0,20 lat para 0,02 lat por quilograma;

e) — Os direitos sobre o fio de algodão são reduzidos em 50 %;

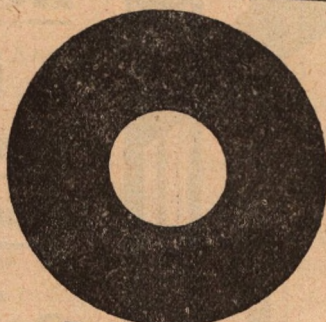
f) — Os direitos sobre o fio de seda são reduzidos de 3 lat para 1,50 lat por quilograma;

g) — Os direitos sobre os fios de lã e sobre os estofos de algodão sofrem uma redução de 30 %;

h) — Os motores necessários à agricultura e à pesca são isentos de direitos alfandegários, tornando-se porém necessária, para cada caso, uma declaração nesse sentido do Ministério da Agricultura.

Não obstante as importantes reduções de direitos decretadas, com o fim de facilitar a importa-

ção de certos produtos, continuam em vigor as restrições à importação constituídas pelos regimes de contingentes e de controle oficial de divisas, pensando o Governo desta maneira em evitar que uma excessiva importação de certas mercadorias possa afectar a produção nacional de mercadorias similares.



J.S. RODA L^{da}
R. AUGUSTA
86 A 96
L I S B O A

Trabalho de subditos estrangeiros em território nacional

Chamamos a atenção de todos os Ex.^{mos} Snrs. Associados para o cumprimento do art.º 6.º do Decreto 22.827, de 14 de Julho de 1933 que determina: — que todas as empresas, sociedades ou firmas, singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que tenham estrangeiros ao seu serviço forneçam à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado durante o mês de Janeiro de cada ano uma relação nominal desses estrangeiros.

A falta de cumprimento do que acima se expõe, é punida com a sanção prevista no mesmo decreto.

Defesa Nacional

Assinada pelo Director desta revista Ex.^{mo} Sr. Comandante J. Soares de Oliveira, recebemos a seguinte carta que transcrevemos gostosamente, por constituir uma justa homenagem aos nossos associados:

«Ex.^{mo} Snr.:

«É animado pela mais sincera gratidão que venho transmitir a V. Ex.^a e por seu intermédio aos Ex.^{mos} Filiados na prestimosa Associação a cujos destinos V. Ex.^a tão dignamente preside, a expressão do meu reconhecimento pela valiosíssimo auxilio prestado à iniciativa do «Natal do Soldado» de que esta Revista se orgulha.

«Mais do que a elevada importância material dos donativos angariados, por mercê da solicitude de V. Ex.^a, e que são merecedores de particular registo, marca, para quantos se abalançaram a tão árdua, mas também muito grata tarefa, o significado moral que encerra a generosa atitude dos Ex.^{mos} Sócios da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

«Creia V. Ex.^a que é para mim sumamente grato verificar semelhante facto, porquanto êle testemunha que através de tôdas as contingências, se mantém bem vivo o grau elevado dos sentimentos patrióticos e altruistas duma colectividade que tem os seus créditos firmados entre os primeiros valores da sociedade portuguesa.

«Queira portanto V. Ex.^a aceitar, junto com os meus agradecimentos, as homenagens da minha elevada consideração e respeito.

De V. Ex.^a

Mto. At.º, Venr. e Obgd.º

Revista «Defesa Nacional»

O Director,

a) J. Soares de Oliveira

AUTOMOBILISTAS

Considerai os melhores acessórios :



Velas
Baterias
Carburadores
Pneus
Farois

CHAMPION
WILLARD
ZENITH
ROYAL
MARCHAL

Grande stock de todos os sobreceletes

C. SANTOS, L.^{DA} — Rua do Crucifixo, 57 — LISBOA

INVALIDOS DE COMÉRCIO **Corpos Gerentes para 1937**

Também desta simpática instituição recebemos a seguinte carta que arquivamos com todo o prazer nas colunas deste Boletim:

«Ex.^{mos} Snrs.:

«Por entrega da nossa Direcção, está esta Comissão de posse do donativo de Esc. 25.000\$00. que, segundo o deliberado na vossa Assembleia Geral de 22 de Dezembro p. p.º, a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa destinou para ser aplicado nos trabalhos iniciais do pavilhão a construir na quinta do Outeiro.

Incluimos o competente recibo e testemunhamos a V. Ex.^{as} o grande apreço em que tomámos a vossa deliberação, sintoma admirável de verdadeira percepção do que é, praticamente, a solidariedade de classe conducente a um fim como o da Casa a que temos, nesta data, a honra de prestar o nosso modesto mas dedicado concurso e que é o de acautelar e prevenir o futuro do profissional do Comércio, poupando-o ao vexame da rua e ao abandono, quando a velhice ou a inhabilidade precoce o tornam um réprobo da profissão.

Vai erguer-se o pavilhão, etapa inicial da obra que há-de atestar, pelos tempos fora, o espírito de unidade, para fins benéficos, da classe comercial portuguesa. Nele ficará esculpido, também, indelévelmente, o nome da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e o seu lindo e generoso acto colectivo.

«Enviando-lhes os nossos cumprimentos de toda a estima e consideração, nos subscrevemos,

De V. Ex.^{as}

Atenciosa e gratamente
Pela Comissão de Propaganda
de Inválidos do Comércio,
a) **António Casanova**
Vice-Presidente

Na última Assembleia Geral realizada em 22 de Dezembro foram eleitos para dirigir os destinos da A. C. L. L. os seguintes Corpos Gerentes:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE — **Virgílio da Fonseca** — Sócio n.º 5041.

VICE-PRESIDENTE — **António José Coelho Fernandes**, da firma António José Fernandes, Ld.^a — Sócio n.º 1945.

1.º SECRETÁRIO — **António dos Santos Tavares de Macedo** — Sócio n.º 9305.

2.º SECRETÁRIO — **Joaquim António Rijo**, da firma J. A. Rijo & C.^a (Filhos), Ld.^a — Sócio n.º 6911.

VICE-SECRETÁRIOS — **Adelino Simões Pires** — Sócio n.º 8534. **Júlio da Fonseca** — Sócio n.º 6407.

DIRECÇÃO

EFFECTIVOS

PRESIDENTE — **João Martins Casal** — Sócio n.º 8013.

VICE-PRESIDENTE — **Francisco Manuel da Costa**, da firma David Duarte Ramos, Ld.^a — Sócio n.º 8630.

1.º SECRETÁRIO — **Domingos da Gama Garcia** — Sócio n.º 8142.

2.º SECRETÁRIO — **Filipe José da Fonseca Neves**, da firma Radiófila, Ld.^a — Sócio n.º 9838.

TESOUREIRO — **A. da Cunha Rosa** — Sócio n.º 9852.

VOGAIS — **Carlos da Quina Ribeiro**, da firma V.^a de Jacinto J. Ribeiro, Ld.^a — Sócio n.º 198. **João Motta da Silva**, da firma J. M. Silva, Ld.^a — Sócio n.º 9934.

SUBSTITUTOS

César da Fonseca — Sócio n.º 8141.
Ernesto Nobre — Sócio n.º 8404.
Ilídio dos Santos Coelho — Sócio n.º 8576.

João Alves, da firma Macário Moraes Ferreira, Ld.^a — Sócio n.º 2533.

Joaquim Português da Silva, da firma J. Português da Silva, Ld.^a — Sócio n.º 8907.

José Augusto da Silva Antunes — Sócio n.º 9177.

Leonel António da Silva — Sócio n.º 8107.

CONSELHO FISCAL

EFFECTIVOS

Abílio Chaves Pinho — Sócio n.º 7302.

António Pereira da Conceição — Sócio n.º 9822.

Aquiles Teixeira — Sócio n.º 2612.

José Carvalho da Fonseca Júnior, da firma Vicente Ribeiro & Carvalho da Fonseca, Ld.^a — Sócio n.º 5327.

José da Silva Pires, da firma J. da Silva Pires, Ld.^a — Sócio n.º 2639.

SUBSTITUTOS

Arthur Robert — Sócio n.º 9649.

João Ledesma Alcântara — Sócio n.º 8665.

SECÇÕES

COMERCIAL

EFFECTIVOS

Acácio Bastos Silva, da firma Casa das Carteiras, Ld.^a — Sócio n.º 8212.

Alfredo Gomes Magno, da firma A. C. Magno & C.^a Filho — Sócio n.º 3778.

José Vicente Nunes, da firma Manuel Vicente Nunes, Ld.^a — Sócio n.º 354.

José António Pereira — Sócio n.º 5060.

Joaquim Miguel Salgado, da firma Salgado & Ribeiro, Ld.^a — Sócio n.º 5134.

ANO NOVO! VIDA NOVA!

1937 há-de o que nós quisermos que seja.

E nós *queremos* que seja

O ANO GRANDE!

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa *há-de ser, porque tem de ser*, o mais importante de todos os Organismos Corporativos nacionais.

E há-de sê-lo em
1937!

O mais importante de todos os Organismos Corporativos Nacionais, sim!

Que ninguém duvide, porque nós temos a *certeza*.

A União dos Lojistas de Lisboa representará a força de

20.000 actividades.

Imporá as suas regras, livremente aceites, a muitos milhares de comerciantes;

Disciplinará dezenas de Grémios;

Resolverá pacificamente, centenas de conflitos, que hoje se arrastam sem solução;

Porá ordem onde só existe a desordem;

Dará a todos os que é justo que se lhes dê;

Corrigirá abusos;

Defenderá os legítimos lucros contra os atropelos de uma concorrência desenfreada;

SUBSTITUTOS

Armando Guião, da firma Arman-

do Guião, Ld.^a — Sócio n.º 5581.

Clemente Vicente — Sócio n.º 8059.

Júlio Carvalho Pereira, da firma

Pereira, Ramires & Marinho,

Ld.^a — Sócio n.º 5959.

INDUSTRIAL

EFFECTIVOS

Abílio V. C. Salreu — Sócio n.º 9671.

Augusto de Araújo Branco, da firma Costa & Branco — Sócio n.º 4588.

Bernardino José Borges — Sócio n.º 9515.

José dos Santos, da firma J. Santos, Ld.^a — Sócio n.º 5571.

Tomaz José Olaio, da firma José Olaio & C.^a (Filho) — Sócio n.º 842.

SUBSTITUTOS

Eduardo Gomes Cardoso — Sócio n.º 7369.

Joaquim António da Silva, da firma Sena Cardoso & Silva — Sócio n.º 4187.

Raúl de Carvalho — Sócio n.º 4362.

Trará o sossêgo a todo o comércio honesto;

Distribuirá com justiça os encargos fiscais;

Organizará em moldes modernos e adequados a Previdência e a Assistência;

Colaborará com o Estado, lealmente, em tudo quanto interesse directa ou indirectamente aos seus agremiados;

Exercerá a representação política que por direito lhe compete;

Estimulará e desenvolverá a cultura técnica e económica;

Realizará acordos colectivos;

Firmará contratos de trabalho com os respectivos Sindicatos Nacionais;

Melhorará, *progressivamente*, as condições económicas dos caixeiros e empregados de todas as modalidades do comércio retalhista;

Intervirá decididamente, com o apoio do Estado, na resolução definitiva do problema do desemprego no comércio;

Fará, em suma, uma obra notabilíssima de carácter económico e social, que servirá de exemplo e dará ao Estado as directrizes de toda a orgânica nacional, sob a forma Corporativa.

É esta, em síntese grosseira, a obra a executar pela

«União dos Lojistas de Lisboa», que há-de nascer pela vontade espontânea, pelo desejo unânime, sincero e entusiástico da

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

que, ao atingir os setenta anos, dará a Portugal inteiro, um grandioso exemplo de vitalidade, de energia consciente, de inteligência esclarecida, de perfeita compreensão dos seus deveres, na hora incerta que passa.

Hão-de aparecer os velhos do Restelo; os negativistas por indole e por incapacidade, mas esses não contam; a torrente há-de arrastá-los, quer queiram, quer não.

E daí, talvez que um dia se convençam!

Mas, ainda mesmo depois de convencidos, não-de continuar resmungando as suas eternas dúvidas e a procurar entorpecer a acção dos que marcham na vanguarda, olhos postos ao alto, e ouvidos surdos ao coaxar das rãs.

Receamos mais, o desânimo dos que lutam o bom combate, e a fraqueza dos sinceros, para quem um pequeno fracasso representa a perda de uma grande batalha.



Domingos Gama Garcia

Director Editor do "Boletim"

A Direcção da Associação embora ferindo a sua conhecida modéstia, aproveita a publicação do número especial do «Boletim» para manifestar ao seu ilustre colega a sua gratidão por quanto tem feito em prol da Associação que nele conta um devotado amigo e um activo director.

A Direcção

A este aconselhamos calma, entusiasmo metódico e sentido das proporções.

A todos, bom senso e boa vontade.

Que ninguém pense em obter o óptimo, considerando-se satisfeito com o Menos Mau, que é afinal o limite máximo da perfeição humana.

Nada de pressas; devagar, a pouco e pouco, mas sem parar.

É a única forma de errar o menos possível.

Mas, se ainda assim errarmos, o remédio é tornar a fazer; com a mesma fé; com o mesmo entusiasmo; recolhendo e aproveitando os ensinamentos dados pela experiência.

Pensar bem antes da fazer, mas uma vez pensado, fazer mesmo.

Não há nada impossível, desde que, materialmente seja possível.

Hão-de ser diversíssimos e complexos muitos dos problemas que a União terá de enfrentar, mas nem por isso se diga que não poderá resolvê-los.

Com boa vontade e bom senso, problemas bem mais difíceis têm sido resolvidos.

O Ano de 1937 marcará o início de uma época nova em Portugal e por ventura no Mundo.

A. A. C. L. L. marcará dignamente a sua presença, criando o maior e o mais representativo de todos os Organismos Corporativos Nacionais.

HURRAH!

Quis a gentileza da Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa julgar-nos competentes para colaborar no número do *Boletim* comemorativo do 67.º aniversário da sua veneranda colectividade e a deferência, se não nos surpreendeu, confundiu-nos, todavia.

Não nos surpreendeu porque, há largos anos, a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa acompanha, a par e passo, com atento interesse e desvelado carinho, o Ateneu Comercial de Lisboa, desvanecendo-o com a sua valiosa e dedicada colaboração e estimulando-o com o seu precioso auxílio.

De facto, logo no seu início, ainda na sua primeira sede da Rua do Arco Bandeira n.º 79 — um primeiro andar entre as, ao tempo, Travessas de S. Nicolau e da Vitória — às 9 horas do dia 10 de Junho de 1880, enquanto pela grande cidade acordava o rumor que pronunciava a alegria, o entusiasmo festivo de toda a população, reunia-se na sua modesta casa, um grande número de empregados do comércio na sessão solene inaugural do ATENEU e nela se encontraram representadas as Associações dos Empregados do Comércio de Lisboa e a dos Lojistas.

A cidade acordava radiosa e festiva para a comemoração do 3.º centenário da morte do imortal cantor das glórias pátrias; por toda a parte manifestações de alegria, ambiente alacre de dia grande para o patriotismo da gente portuguesa; e, ao passo que um grupo de homens são, logo ao romper do dia, procedia ao acto solene da fundação oficial do ATENEU, a benemérita Associação dos Lojistas não deixava passar despercebida a simpática e altruista iniciativa, e, possuída do espírito que sempre a animou e anima, ali ia levar o penhorante e significativo testemunho do seu interesse e da sua simpatia.

Desde então, até hoje, jámais a veneranda Associação patronal deixou de acompanhar o ATENEU na sua marcha ascensional, e é sempre o mesmo interesse, sempre a mesma simpatia, sempre o mesmo estímulo, que uma vez em cada ano, tem a sua expressão máxima na concessão de valiosos prémios aos alunos que freqüentam as aulas da Escola Comercial do Ateneu, manifesta-

ção inequívoca do seu carinho pela instrução, e, muito particularmente, pelo ensino técnico profissional.

Como surpreender-nos, pois, o convite da benemérita agremiação? Não está ele, afinal conforme e coerente com a sua atitude de sempre? Sem dúvida!

Mas, se não houve lugar a surpresa, houve-o, todavia, a confusão, pela responsabilidade moral de, em descoloridas palavras falar da obra da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa no que ela representa de bem em prol da classe patronal e dos próprios empregados no comércio e de elevação e nobre em prol da Nação.

Jámais se esboçou qualquer iniciativa que marcasse um passo em frente que não contasse com a decidida e entusiástica adesão da altruista colectividade; jámais teve lugar qualquer comemoração patriótica em que a Associação dos Lojistas não colaborasse com a sua quota-parte de esforço ou, pelo menos, com a sua presença, marcando atitude de aplauso decidido e sem reservas.

Deve-lhe a classe comercial valiosíssimos serviços, tal como o país igualmente lhos deve e a Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa marcha sempre no mesmo ritmo, certo, metódico, consciente, com o apuro moral de uma colectividade que sabe o que é e o que quer, como sabe de onde vem e para onde vai.

No meio comercial, onde algumas interessantíssimas instituições marcam lugar destacante, o da Associação dos Lojistas é de especial relêvo, que a torna credora da maior consideração, do mais acrisolado carinho e do mais venerável respeito.

E não se expressa, assim, a Direcção do ATENEU COMERCIAL DE LISBOA pelo propósito subserviente de aproveitar o ensejo para corresponder à dedicada amizade que lhe tem sido dispensada. Não!

Fá-lo com a consciência e a responsabilidade moral que lhe dá a situação que o ATENEU usufrui no meio associativo português, como associação cultural cuja única procupação tem sido, é, e — cremos — sempre será, dar os benefícios da instrução e os da cultura física à mocidade portuguesa que se acolhe à sombra da sua bandeira honrada, e, muito espe-

Domingos Garcia

DESPACHOS ADUANEIROS
CORRESPONDENTES NO
PAIZ E STRANGEIRO

TELEF. 2 5867

R. da Padaria. 7-1.º

LISBOA

J. Martins Casal

Comissões nacionais
e estrangeiras

●
CONTA PROPRIA
●

R. Almirante Pessanha, 18

Telf. 2 4414 LISBOA

TELEFONE 2 6744
TELEG. ROSAFOLHA

A. DA CUNHA ROSA

◆
CONSERVAS
ARCO DE FERRO
FOLHA DE FLANDRES
COBRE, ESTANHO
E CHUMBO
◆

R. DA PRATA, 56 LISBOA

cialmente, aos que mourejam no comércio que tantos valores morais e sociais ilustram.

Que a benemérita colectividade continue singrando, para lustre do meio comercial português e seu benefício moral e material, são os votos que modesta mas sinceramente formulam os que dirigem este baluarte educativo.

Hurrah! Pela Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa!

Hurrah!

A Direcção do
Ateneu Comercial de Lisboa

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa

Ao completar-se o 67.º aniversário da nossa gloriosa Associação, cumprimos o grato dever de saudar todos os nossos consocios, certos de que unificados no alto pensamento de contribuirmos com a nossa prestante acção para o maior prestígio da Colectividade cujos destinos nos estão confiados, saberemos conquistar os vossos aplausos, único prémio que ambicionámos para o árduo trabalho que gostosamente dispensamos em favor do Comércio e da Nação.

A DIRECÇÃO



Virgílio da Fonseca
Presidente da Mesa de Assembleia Geral



Aquiles Teixeira
Presidente do Conselho Fiscal



João Martins Casal
Presidente da Direcção



Antiga sede



Sede actual

Comércio de Seguros

Por LUIZ COSTA SANTOS

É facto incontestável, que a instituição seguradora foi inicialmente criada pela necessidade do comerciante se garantir contra os riscos do mar, que incidiam sobre os seus navios e outros meios de transporte e sobre as suas mercadorias transportadas.

Praticada com o melhor êxito esta primitiva modalidade seguradora, logo, rapidamente, ela evoluiu e se foi adaptando a outras necessidades da actividade humana, a ponto de ser hoje, a actividade seguradora, uma das mais ricas — senão a mais rica — de todas as actividades comerciais do mundo inteiro.

O volume de capitais que movimenta é avultadíssimo, quer representado pelo valor constitutivo das acções que formam o Capital das Empresas Seguradoras, e pelos valores representativos das suas reservas técnicas e livres; quer pelo valor dos prémios que cobram e das indemnizações que pagam.

A ciência actuarial, hoje bastante desenvolvida em todo o mundo, deu à actividade seguradora vasto campo de acção; e tão valioso elemento de apoio indispensável a todas as boas iniciativas ela se mostra, que não é atrevimento afirmar-se, que na técnica seguradora, que é a mais pura essência do mutualismo, ou seja da cooperação e da solidariedade, hão de os homens públicos encontrar remédio eficiente para os males de que, sob o ponto de vista económico, financeiro e social, enferma toda a actividade humana.

Não cabe, nas rápidas notas deste artigo, a exposição detalhada e técnica do que póde ser a acção seguradora como elemento coordenador, rectificador e de apoio das várias actividades.

Mas, porque escrevo para uma Gazeta órgão de uma classe comercial, natural é que aqui fale da instituição seguradora, na parte que mais interesse a esta classe.

Começarei por dizer que o direito de propriedade, de que, de uma forma geral, todos são tão ciosos, fica exposto às contingências de um simples acaso, se essa propriedade ou quaisquer outros haveres não estiverem cobertos por uma apólice contra incêndio, roubo, explosão, raio, terremotos, guerra, greves, assaltos e tumultos.

Os valores que se confiam a cobradores, podem desaparecer, se não se lhes tiver exigido um seguro de cauções.

Quando se tem um sócio capitalista ou se o capital em giro no negócio é pertença de outro, a morte dêsse colocará o outro em embaraços, por vezes insolúveis, se não se tiver feito um seguro sobre essa pessoa e por meio do qual se obterá os meios com que liquidar a posição do falecido.

Do mesmo modo a família ficará sem o negócio criado e mantido através, por vezes, de tantos sacrifícios, se um contrato de seguro não lhe der o meio de se libertar do encargo existente.

Além destes seguros, em que reside o interesse directo do Segurado, outros há como os de acidentes no trabalho e responsabilidade civil, com os quais se dá satisfação, relativamente fácil, a pesadas obrigações impostas por lei e que de outra forma não seria possível satisfazer, a não ser com o risco de ficarem arruinados aqueles a quem o azar collocasse na contingência do cumprimento dessas obrigações.

Mas, o encargo dos seguros é bem pesado e muitos são forçados a fugir a êle, expondo-se a riscos que, por vezes, degeneram em autênticas tragédias.

Está, portanto, naturalmente indicado, que as Associações de classe estudem a forma de tornar mais suave êsse encargo que é indispensável suportar para evitar outros maiores e inoportunos.

O momento é oportuno para tratar do caso porque, existindo, como existe, um *Grémio dos Seguradores* que impõe taxas únicas e caras, justo é que as Associações de Classe tratem o melhor possível da defesa dos interesses dos seus associados.

F' têm forma fácil de o fazer, supomos nós.

Novos associados

Inscreveram-se no nosso quadro associativo as seguintes acreditadas firmas:

José Lopes da Silva.

Casa Império, Limitada.

M. Abel, Limitada.

Costa Santos, Limitada.

Motorak — Companhia Portuguesa de Máquinas, Ltd.ª.

Lopes & Lopes (Filho), Limitada.

O «Boletim» apresentando-lhes os melhores cumprimentos faz votos sinceros pelas suas prosperidades.

Publicações recebidas

Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa.

Boletim Comercial do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Boletim da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Cascais.

Portugal Económico, Monumental e Artístico.

Indústria Portuguesa — Revista da Associação Industrial Portuguesa.

Norway — Norwegian Trade Review.

The British Export Gazette.

Indústria Britânica.

Bulletin de la Chambre de Commerce Portugaise en France.

La Machine Moderne.

El Eco de la Indústria Alemana.

Suisse — Revue mensuelle de l'Office National Suisse du Tourisme, à Zurich.

Boletim da Direcção Geral do Comércio.

Ecos da A. P.

O Fragateiro — Órgão do Sindicato Nacional dos Fragateiros, Pessoal dos Batelões, Rebocadores do rio e Cabotagem do Porto do Distrito de Lisboa.

O Comércio de Viveres.

Jornal de Seguros.



**FABRICA DE MALAS E
ARTIGOS DE VIAGEM**
FUNDADA EM 1876

João Martins Casal

Malas em fibra, Malas de lona, Malas de folha, Malas-Guarda Vestidos.

Malas de mão de todas as qualidades.

Chapeleiras para homem e senhora.

Sacos de lona e oleado, Malas para

colegiais, Cadeiras para viagem,

—:—: Bancos de lona —:—:—:

6-Largo do Carmo-7 LISBOA

O Comércio Lojista da Capital

Quem percorrer as ruas da cidade, principalmente as da parte conhecida tradicionalmente pela «Baixa», há-de reparar em que todo o seu movimento, a certas horas febril, se deve quasi exclusivamente aos estabelecimentos nela instalados.

São estes estabelecimentos, alguns deles modelares, quer no seu aspecto decorativo, quer no critério verdadeiramente moderno e original que presidiu à sua criação, que dão à Baixa o aspecto de grande cidade civilizada que já vai possuindo.

Ao comércio lojista, à ânsia de progresso e à actividade constante e crescente dos seus membros, se deve em grande parte o desenvolvimento já notável da cidade de Lisboa.

cipais pela tributação que recai sobre todo o comércio lojista da cidade.

Os serviços de assistência patrocinados pelas autoridades civis, vão também buscar a esta fonte, que quasi parece inesgotável, fortes receitas que não são para desdenhar.

Os estabelecimentos, tôdas as lojas, talvez porque têm as portas para a rua, são uma tentação constante para toda a espécie de subscrições, muitas das quais bem melhor seria que procurassem outros subscritores.

A função de assistência que assim foi naturalmente criada, como uma obrigação, pôde dizer-se, do comércio lojista, dispersiva e variada como é, quasi passa despercebida, mas representa na

verdade e no seu conjunto uma quota avultadíssima que este comércio paga, voluntariamente, todos os anos.

Sob o ponto de vista económico, quantas dezenas ou mesmo centenas de milhares de contos, representará o comércio lojista da capital?

Uma cifra de tal maneira elevada que a seu lado todo o poder financeiro do nosso Banco Emissor bem fraca figura havia de fazer, certamente.

Quantos milhares de pessoas vivem em Lisboa à sombra desta grande árvore que é o comércio lojista? Não o sabemos, mas podemos supor, sem exagêro, uma cifra nunca inferior a meia centena de milhar.

Nem os comerciantes lojistas se

PARKER

VACUMATIC

A CANETA QUE DOMINA O MUNDO
E QUE REVOLUCIONA TODOS
OS PRINCIPIOS

TRANSPARENTES — INQUEBRÁVEIS

Enche pelo vácuo, sem saco de borracha,
nem pistão nem válvula. Feita de
aneis transparentes deixando
ver a quantidade de
tinta existente

**25 ANOS DE
GARANTIA**



comporta 102 %
mais de tinta, que
qualquer outra.

DEPOSITÁRIOS EXCLUSIVOS:
PAPELARIA DA MODA

TELEFONE 2 4269

ANTONIO VIEIRA, L.^{DA}

167-169-Rua do Ouro-171-173-LISBOA

Esse comércio, que se estende por todos os bairros; que se instala nas ruas novas mal são abertas à circulação; que luta tenazmente e muitas vezes com grandes sacrifícios, para se impor e servir bem a clientela; que procura satisfazer-lhe os gostos e caprichos e não poucas vezes sossebra nessa luta que nem todos sabem devidamente apreciar; é por vezes considerado, injustamente, como um inimigo, esquecendo-se os benefícios de toda a ordem que à colectividade vem prestando.

Não fôra a audácia do comércio retalhista e o desenvolvimento urbano da capital não teria chegado ao que chegou e com tendência crescente para se desenvolver mais e mais.

São os lojistas quem suporta, no seu conjunto, a maior carga fiscal e bom seria que se pudesse com precisão indicar quanto recebem as finanças do Estado e as Muni-

CARNAVAL DE VENEZA



...A CAMISA SEM GOMA
PARA SMOKING QUE
SE USA NESTA ÉPOCA
Preço Único 75.00
ENVIAR-SE AOS CLIENTES DA
PROVINCIA PORTES GRÁTIS

RUA AUREA, 107 TEL. 2 1047 - LISBOA

apercebem, desintegrados como andam uns dos outros, quanto representam, no seu conjunto, em valor económico e em valor social.

Pensem nisso, por instantes, e vejam quanto podem fazer, um dia, quando se resolverem a lutar, apoiados uns nos outros, em benefício da sociedade a que pertencem à qual só podem pedir o reconhecimento dos seus legítimos direitos, se em relação a ela cumprirem, todos, com as obrigações que ela também lhes exige.

TELEFONES

No proximo número prosseguiremos na série de artigos que temos publicado sobre este assunto.

★ O DIA DE AMANHÃ PARA OS PROFISSIONAIS DO COMÉRCIO ★

Vão longe os tempos em que os homens do comércio, adaptados ao ritmo da vida normal de então, sem intermitências nem sobressaltos, não tinham que meditar sobre o seu dia de amanhã, tão confiados se sentiam no clássico «pé de meia», se patrões eram, ou na sucessão da posse do estabelecimento, se ainda estagiavam entre o caixeiato.

Tudo na vida se transforma e os fenómenos de ordem económica, mais do que quaisquer outros, mudam com rapidez a face das coisas, abalando sistemas seculares, privilégios e situações que se julgam solidificadas. Assim tem sucedido nos nossos dias, vividos e sentidos amargamente no tocante à belicosidade desta geração, obrigando a reflectir sobre o futuro todos os que ao seu labor vão buscar o preciso para ocorrer às exigências da manutenção, mais do que nunca exprimindo hoje a dureza da luta pela existência. Daí o homem, cultivando uma sua tendência natural, ter procurado na associação com outros homens, preservar-se contra as surpresas que a doença, um acidente, o desemprego, a idade provecta ou a inhabilidade trazem sempre a acompanhar um somatório de inquietações. Quer pelo método intervencionista, obtendo do Estado a promulgação de um conjunto de leis sociais que acautelem, por meio de cominações e obrigatoriedade, os direitos dos interessados, quer pelo esforço directo e sempre eficaz das próprias classes, a defesa de quem trabalha, seja qual fôr o ramo de actividade, acentua-se e constitue um anseio legítimo e merecedor de inteira solidariedade por parte das sociedades organizadas e que baseiam no labor dos seus constituintes a razão de ser dessa mesma organização para o bem comum.

Não somos pobres em Portugal quanto à legislação preventiva e de organização dos que trabalham, a-pesar-de nem tóda ter um sentido prático, e em matéria de Mutualidade livre constituímos um país que quasi desde os seus primórdios a cultiva com aproveitamento, inteligência e eficácia.

A classe comercial, que enfileira sempre na vanguarda de todos os cometimentos generosos, acalentando-os, dando-lhes o fogo do seu entusiasmo e a parcela da sua pecunia, embora nem sempre insufle vida e alento às obras de interesse directo, (haja em vista a

generosa campanha do lojista bracarense Sr. Manuel Pereira, sobre a «necessidade da reforma para os comerciantes», que sossobrou por falta de uma corrente de opinião a apoiar o princípio enunciado e a indicar-lhe as correcções precisas), possui, no entanto, o que de mais completo existe entre nós sobre o mutualismo, de verificados resultados especialmente quanto ao socorro na doença, sendo de apontar a organização de tais serviços, que aproveitam hoje a alguns milhares de pessoas e que não se sentem diminuídos postos em confronto com os de quaisquer clínica particular.



As mutualidade da classe comercial de Lisboa, Pôrto e Coimbra são realizações que se impõem e se maior vastidão não têm, isso se deve somente ao facto da população associativa que as mantém ser, por enquanto, uma parcela e não o todo dos homens do Comércio. Porém, nem sempre ao grande número de acidentes da vida as mutualidades atendem, muito principalmente ao da privação das condições de trabalho, e para isso urgia que uma obra complementar aparecesse, o que sucedeu desde que, em 1929, alguns homens esclarecidos, cheios de uma singular boa vontade e cientes da lacuna existente, criaram a instituição **INVALIDOS DO COMÉRCIO**. Realizou já essa associação, num curto espaço de tempo de sete anos, obra de monta

que justifica largamente a sua existência, sem colidir com a das associações mútuas em actividade à data em que foi criada, pois que as funções são diversas, ou, melhor dizendo, complementares, nem tampouco com a orgânica de previdência preconizada pelo Estado e definida no Estatuto do Trabalho Nacional. **INVALIDOS DO COMÉRCIO** não sendo, pois, uma agremiação mutual, procura, pelo que temos observado, atender muito especialmente aqueles a quem não chegam os benefícios do previdencialismo, livre ou estatal, por incúria de se terem agremiado, por idade longa que os impede de serem contribuintes ou, freqüentemente isso sucede, porque a saúde débil lhes fecha as portas da mutualidade. A faceta mais activa da solidariedade que pratica é a de proporcionar um lar comum, comodo, agasalhador e sem aspecto deprimente aos que, esgotadas as energias físicas, se consideram os vencidos da profissão, os que batem improficuamente a tódas as portas e as vêem cerrar, friamente, sem uma palavra de conforto sequer para lhes minorar a sua desdita. Na Casa de Repouso, do Lumiar, que visitamos sempre que podemos, embebendo-nos no ambiente de solidariedade que ali paira, ouvindo até com ternura o rabujar característico dos velhos, abrigam-se algumas dezenas de homens que tiveram os seus estabelecimentos em pontos centrais da cidade, possuidores da sua aura, nomes que, através, do reclamo comercial, o público fixava e lia diáriamente, alguns mesmo tendo passado pelas gerências da nossa Associação.

Não podia, pois, este «Boletim», que regista, no presente número, um facto histórico para o comércio de Lisboa, esquecer a obra social que **INVALIDOS DO COMÉRCIO** representa, mormente agora que aquela instituição se empenha, com um denodo digno de louvor, em dotar os seus serviços com uma sede própria, que será, a vingar o plano gisado, a expressão da solidariedade da classe, expoente de um princípio unitário que nos ennobrece pelo fim a atingir. Na ramificação dos organismos que o comércio português possui: corporativos, culturais, mutualistas e beneficentes, **INVALIDOS DO COMÉRCIO** evidência bem, pela missão serena de concórdia e de bemfazer que o destaca, o seu papel utilitário e altruista.



124 CP

Dr. Manuel Santos Lourenço

Vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados

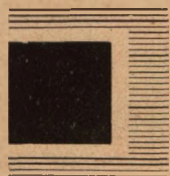
Membro da Comissão de Direito Marítimo Internacional

Presidente da Direcção do Monte-Pio Geral

Advogado Sindico da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa

a quem devemos a mais dedicada e inteligente assistência profissional na defeza dos interesses associativos na importante questão judicial entre a Associação e o seu ex-empregado Paulo Freire, que há dias terminou pelo Accordão do Venerando Supremo Tribunal de Justiça **NEGANDO** a revista interposta pelo autor, facto que constitue uma grande vitória para o Ilustre Causídico por quem a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa :—: :—: tem uma grande admiração e lhe presta o seu maior reconhecimento. :—: :—:

H O M E N A G E M
DA
Associação Comercial
de
Lojistas de Lisboa



a o s s e u s
S Ó C I O S
HONORÁRIOS

Ernesto Sandmann,

da Câmara de Comércio Anglo-Portuguesa.

C. E. Town,

Secretário adjunto da Câmara de Comércio de Londres.

C. Rozemraad,

Presidente da Federação das Câmaras de Comércio de Londres.

Nomeados pela Assembleia Geral de 2 de Julho de 1915, por proposta da Direcção, apresentada na sessão de 23 de Fevereiro do mesmo ano, pelos dedicados serviços prestados à Missão Comercial à Inglaterra, e especialmente pelas atenções dispensadas ao nosso representante na referida Missão.

Francisco Gomes de Carvalho.

Nomeado pela Assembleia Geral de 5 de Novembro de 1917, como reconhecimento pela sua importantíssima oferta de livros para a Biblioteca da Associação.

Carlos Viegas Gago Coutinho.

Nomeado conjuntamente com o falecido comandante Sacadura Cabral, pela Assembleia Geral de 28 de Agosto de 1922, por proposta da Direcção, ao abrigo do artigo 12.º dos Estatutos, apresentada, em sua sessão extraordinária de 27 de Abril do mesmo ano, por, pelo seu alto cometimento, terem amplamente contribuído para um mais íntimo entendimento das relações comerciais luso-brasileiras.

Dr. João Catanho de Meneses,

pela Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 1930, pelos seus muitos e altos serviços à classe comercial em matéria de inquilinato, quando Ministro da Justiça e Senador da República.

Os encargos do negócio de Rádio

por Filipe José da Fonseca Neves

Em qualquer parte do mundo o negócio de Rádio quando considerado como ramo independente de actividade obriga o comerciante respectivo a responsabilidades que é obrigatório assumir sob pena de ver em breve comprometidos todos os esforços e todos os capitais investidos. Dessas responsabilidades uma das mais graves é a que se refere à chamada assistência técnica a prestar ao material vendido.

Hoje em dia os rádio-receptores são máquinas de enorme complexidade, cujo funcionamento perfeito se obtém quasi como milagre de técnica de alta precisão.

Um super-heteródino moderno compreende muito maior número de peças e um circuito muito mais complicado do que os melhores receptores de há alguns anos.

Enquanto há relativamente pouco tempo os receptores afinavam apenas uma gama de ondas e utilizavam válvulas de 3 ou 4 eléctrodos, actualmente são estudados e construídos para captar 4 ou 5 gamas de ondas entre os extremos limites das frequências utilizadas em rádio-difusão e empregam válvulas de 7 e 8 elementos de delicadíssima estrutura.

Estas circunstâncias bastam só por si para trazer à construção dos rádio-receptores um número formidável de dificuldades. Por outro lado os modernos aperfeiçoamentos tais como o comando único, a construção compacta, os circuitos universais, o controle automático de volume, a compensação automática do registo grave, a alta fidelidade, a sintonização automática e muitos outros, representam outros tantos riscos de desafinação, ou desajustamento, a que tem de fazer face o vendedor de aparelhos, duma maneira sempre certa e pronta, não só para manter em perfeito funcionamento o material vendido, como para garantir a venda do material a distribuir e a vender.

Em Portugal como país importador em que a T. S. F. sob muitos aspectos, ainda está nas suas primeiras fases de desenvolvimento, as responsabilidades da assistência técnica recaem exclusivamente sobre o importador, porque a escala relativamente reduzida em que o negócio se faz, não consente que os revendedores

ou retalhistas instalem secções próprias, especialmente destinadas a prestar essa assistência. As despesas de instalação e de manutenção que isso importaria, não estariam em proporção com o volume normal de negócios.

Colocado entre a fábrica e a sua organização de revenda, o importador vê-se assim na dura necessidade de tomar a seu cargo toda a responsabilidade de assistência técnica a cada um dos aparelhos vendidos, a qual, por uma tradição que seria justo alterar, é fornecida grátis por período muito mais longo em Portugal, do que nos próprios países onde o produto é fabricado. Enquanto a garantia normal americana ou inglesa, é apenas válida por 90 dias, no nosso país o prazo mínimo é de 1 ano. Citamos este facto, porque nos parece que ele é pouco conhecido e tem interesse para a conceito a formar do comércio de Rádio em Portugal.

Para manter esta assistência técnica, o comerciante precisa de dispôr de laboratório apetrechado com rigorosos instrumentos de verificação e afinação cujo preço é sempre muito elevado e cuja desvalorização é feita com enorme rapidez, à medida que, de estação para estação, a T. S. F. vai progredindo e adquirindo novos aperfeiçoamentos e novas características.

Mas um laboratório modernamente equipado, só por si nada vale para o fim em vista. É necessário recrutar e manter pessoal técnico especializado. Esta é uma das maiores dificuldades a vencer, porque no nosso país é muito escasso o número das pessoas com a capacidade e experiência técnicas suficientes, para trabalho de tal natureza.

É sob o ponto de vista da assistência técnica que melhor se podem distinguir aqueles comerciantes verdadeiramente responsáveis, daqueles mesquinhos amadores de negócios surgidos dos meios os mais diversos e obscuros e que um dia pensaram em alistar-se no comércio de Rádio, engeitando-lhe cuidadosamente os riscos, as responsabilidades e os encargos próprios de todo o labor honesto.

Os seus métodos são sempre os mesmos. Uma vez vestem a pele de cordeiros e depois de ansioso período de incubação, aparacem um dia em público como meteoros agregados a poderosas influências e em coincidência com interesses que a ignorância e a ingenuidade dos leigos e suggestionáveis, classificará de elevados e patrióticos, tanta é a astúcia com que mascaram as inconfessáveis intenções e tão hábil e untuosa a dialéctica com que condenam e verberam a «escandalosa exploração» daqueles comerciantes que afinal de contas não podem vender mercadoria de reconhecido valor e segura reputação, pelo preço por que eles apresentam aquilo que sem hipérbole, não pode merecer a classificação de suficiente, para quem tenha a clara noção dos valores e das responsabilidades.

Naturalmente que na Rádio como noutros ramos da indústria há melhor e há pior. Uma máquina necessariamente complexa e

SAPEC

Companhia de Produtos e Adubos Químicos

*** Sociedade Anónima de Responsabilidade Lda ***

SEDE EM SETUBAL

A D U B O S

SUPERFOSFATOS
SULFATO DE AMÓNIO
NITRATO DE SÓDIO

Adubos compostos para todas as culturas
Os melhores adubos sempre aos melhores preços

DELEGAÇÃO DE VENDAS
Rua dos Fanqueiros, 121-1.º
LISBOA

Telefones 2 4121-2 4122-2 4123
Telegramas: SAPEC-PORTO

AGENCIA NO PORTO
Praça da Liberdade, 53, 1.º — Telefone 2727
Telegramas: SAPEC-PORTO

delicada, como é um aparelho de T. S. F., pôde ser realizada de muitas maneiras diferentes e segundo graus muito diversos de exigências, a que correspondem preços diferentes também.

Assim é que ultimamente apareceram no mercado várias séries baratas de receptores que em relação aos das séries de boa categoria, são oferecidos por preços 3 a 4 vezes inferiores. Será talvez indiscutível o direito de apresentar à venda mercadoria de preço e de qualidade baixos, mas o que não é lícito nem admissível por nenhum princípio, é que se diga que realizam lucros exagerados os comerciantes que se recusam a associar a sua boa reputação à venda de mercadorias sem reputação nenhuma e que em verdade não podem convir senão a quem por cálculo, pense em fazer um negócio de momento, alardeando hipócritamente princípios de benemerência e generosidade, para desaparecer como fumo alguns meses depois e no momento em que as responsabilidades começam a custar caro.

Esta é a experiência já por demais conhecida e confirmada por numerosas marcas de aparelhos que são hoje «orfãos» de toda a assistência e que dão origem aos milhares de desistências reveladas pelas estatísticas da Radio-difusão nacional. Preencher essas desistências, insistindo no mesmo erro, não é evidentemente política recomendável.

Outra prática pouco digna de comerciantes leais e briosos do seu nome e das suas qualidades de iniciativa, consiste em aproveitarem-se servilmente do trabalho de outrem, auferindo proveitos e engeitando em bloco os encargos respectivos.

Queremos referir-nos a certas marcas acreditadas à custa de enormes esforços e de grandes dispêndios durante anos seguidos de trabalho e sacrifícios e cuja im-

portação está sendo feita por pequenas empresas, através de firmas exportadoras, ou grossistas do país de origem.

Entendemos que é dar uma prova pública de incapacidade de ganhar a vida honestamente e de falta de respeito pelo trabalho dos outros, insistir nessa espécie de concorrência.

Um comerciante com a verdadeira noção da sua dignidade, apenas deve querer o que lhe pertence e o que é fruto do seu trabalho. Qualquer outro proceder é imoralidade que só pôde desacreditá-lo, apontando-o dentro do comércio honesto, como um parasita indesejável.

A quantos se interessam pelo progresso económico do país, pela intensificação do comércio interno e externo de Portugal, pelo desenvolvimento da nossa agricultura e da nossa indústria, pede e agradece o

BOLETIM

que lhe enviem artigos, estudos, relatórios, simples informes, em uma palavra, todos os elementos que possam aproveitar à realização daqueles objectivos.

“A NACIONAL”

COMPANHIA DE SEGUROS

S. A. R. L. DA

Fundada em 1906

CAPITAL

1.224 contos

Reservas em 1935

30.300 contos

Seguros de Vida
e contra Incêndio

Sede na sua propriedade

AVENIDA DA LIBERDADE,

18

L I S B O A

C. REIS, L.^{DA}

Rua dos Sapateiros, 85-1.º

L I S B O A

AGENTES COMERCIAIS

lãs lavadas e penteadas, fios de seda artificial, Sumáuma, Conservas de carne e de peixe etc. etc.

O preço dos algodões e os salários mínimos

(Da imprensa diária)

Do gabinete do Sr. Ministro do Comércio e Indústria recebemos a seguinte nota oficiosa.

«Pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações foram recentemente feitas as necessárias advertências à indústria e ao comércio algodoeiros a propósito de certos rumores que poderiam levar o público a crer que do estabelecimento dos salários mínimos na referida indústria vinha necessariamente a resultar perturbação geral nos preços de retalho.

Pelo Ministério da Marinha foi agora comunicado ao Ministério do Comércio e Indústria o caso de um comerciante que ao fazer a sua proposta num concurso de aquisição de artigos de algodão achou por bem anunciar que tais produtos viriam brevemente a sofrer uma grande alta.

O facto vai ser entregue às autoridades competentes para se apurar se se trata como parece de uma manifestação daquela natureza, susceptível de alarmar o público e perturbar a boa execução das reformas sociais agora em curso, e, portanto, digna de ser castigada.

Os comerciantes de algodão são, evidentemente, os responsáveis por tais abusos, mas porque pode acontecer que os mesmos tenham origem em pressões feitas pelos industriais devem os comerciantes nessas condições dar conta do facto ao Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria para se proceder às necessárias averiguações e serem aplicadas as sanções que forem merecidas».

Radio Receptores ingleses

«FERRANTI». Centrais elétricas de produção e transformação. Motores industriais e marítimos. Ascensores e Montas-cargas, etc., etc.

C. REIS, Limitada

Rua dos Sapateiros, 85-1.º — LISBOA

PRESIDENTES DA DIRECÇÃO
— DA —
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
— DE —
LOJISTAS DE LISBOA

(Desde a sua fundação até ao exercício do último Presidente)
(67.º ANO DA SUA EXISTENCIA)

Número de ordem	NOMES	Epocas em que serviram	Tempo em exercício
1	Tomás Antunes Mendonça	1870-1872	3 anos
2	Carlos Augusto Tibau	1873-1880	8 »
3	António Caetano Macieira	1881-1885	5 »
4	José Tomás Salgado	1886	1 ano
5	Sebastião Correia Saraiva Lima	1887-1888	2 anos
6	António Joaquim Simões d'Almeida	1889	1 ano
7	Luís Diogo da Silva	1890-1891	2 anos
8	Domingos Luís Coelho da Silva	1892-1893 e 1897-1905	11 anos
9	José Pinheiro de Melo	1894-1896	3 »
10	José Cupertino Ribeiro Júnior	1906-1911	6 »
11	José de Matos Braancamp	1912	1 ano
12	Tomé José de Barros Queirós	1913	1 »
13	Manuel Caetano Alves	1914	1 »
14	Apolinário Pereira	1915-1917	3 anos
15	Manuel da Costa Lima	1918-1924	6 »
16	Bernardo Guimarães	1924	6 meses
17	Eduardo Maria Rodrigues	1924 a 1929 Julho Abril	4 e 9 anos meses
18	Carlos Cesar d'Oliveira Rodrigues	1929 a 1930 Abril Julho	1 e 4 anos meses
19 ^(a)	António Germano da Fonseca Dias	1930 Agosto a Dezembro	6 meses
20	Silvestre Jacinto Henriques Coelho	1931 e 1932 Janeiro a Março	2 1/2 »
21 ^(a)	José Carvalho da Fonseca Júnior	1931 Março a Dezembro 1932	1 e 9 1/2 ano meses
22	António Rodrigues Almeida Santos	1933-1935	3 anos
23	João Martins Casal	1936	1 ano

(a) Vice-Presidentes chamados a exercer o cargo de Presidente

Recordando

A nossa Associação e o Estado Corporativo

No «Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência», de 15 de Maio de 1933 foi publicado um projecto de lei sobre o regime jurídico da organização facultativa das actividades comerciais e industriais.

Transcrevemos na íntegra o relatório que precede o referido projecto de lei, que é assim concebido:

Dos seis diplomas publicados no *Diário do Governo* de 23 de Setembro de 1933, e que marcam a primeira fase da campanha que visa a realizar o Estado corporativo, um diz especialmente respeito à organização das entidades patronais: é o decreto-lei n.º 23.049, que condiciona, através da criação de Grémios, a intervenção do Estado, pelo seu direito de coordenar e regular superiormente as actividades económicas, em obediência aos princípios expressos no Estatuto do Trabalho Nacional. Mas considerou-se ao mesmo tempo que não era ainda o momento de ser publicado o regime geral de organização corporativa das entidades patronais, e por isso as associações de classe referentes a estas ficaram ao abrigo de disposições transitórias daquele decreto-lei.

O princípio jurídico dos Grémios reservando para o Estado a iniciativa da sua criação, consagra uma política de intervenção directa imposta pelas necessidades. Já depois da publicação do decreto-lei n.º 23.049, o Governo subordinou ao regime da coordenação obrigatória por êle definido mais alguns sectores da produção nacional, e da mesma forma terá de proceder de futuro com todos aqueles em que tal intervenção seja reclamada como a única apta a salvaguardar o interesse geral.

Procedeu-se entretanto ao estudo das normas jurídicas de organização, em base facultativa, das entidades patronais, e foi resolvido que se definissem regimes especiais segundo o predomínio do seu carácter comercial, industrial ou agrícola. Este decreto destinava-se às actividades comerciais.

Embora existam entre nós algumas associações de classe agrupando apenas firmas que exploram certo e determinado ramo de comércio, a verdade é que as instituições mais comuns e com maior tradição, nos grandes como

CASA

AFRICANA

RUA AUGUSTA



Secção de Alfaiataria para Homens

O mais completo sortido em tecidos nacionais e estrangeiros, os mais habéis contra-mestres, grande existência de fatos e sobretudo feitos em todas as medidas

Alfaiataria para Rapazes

Fatos, sobretudo, gabardines, fatos de cere-monias, camisas, gravatas, pull-overs, tudo para rapazes e meninas

Secção de Camisaria

Lindos tecidos para camisas, pijamas, robes, etc.

**Impremiáveis
Gabardines**

**Preços sem
concorrência**

nos pequenos meios, são as chamadas associações comerciais. Estas reúnem, como se sabe, comerciantes de todos os ramos, e algumas há que estenderam o seu campo de acção até às actividades industriais.

Ora a estrutura da associação comercial, como é fácil de verificar, não se adapta aos princípios fundamentais da organização corporativa. Com efeito, a sua heterogeneidade impede-lhe que funcione como elemento primário de organização, e por outro lado excede os conceitos de «união» ou de «federação», já agora definidos nos textos legais. Em rigor, só poderíamos entender a associação comercial como uma «união» de «uniões» de actividades comerciais, agrupadas sem qualquer critério de correlação ou afinidade.

Encontrou-se assim o Governo em face de sérias dificuldades, pois, embora pouco inclinado a improvisar fórmulas nos seus processos de realização, não podia deixar de reconhecer que as associações comerciais constituíam um tipo de associação pouco apropriado às condições económicas modernas e portanto de adaptação melindrosa.

Posta de parte, ainda á sta vez, a solução de inovar totalmente, procurou-se aproveitar, a-pesar das referidas dificuldades de ordem jurídica, as nossas velhas associações comerciais; e procedeu-se assim por se considerar que elas mantiveram no comércio a nossa tradição corporativa, embora sob uma forma inorgânica, e que algumas existem, sobretudo as de Lisboa e Porto, que ascenderam a posição de relêvo no meio económico português e possuem larga fôlha de serviços prestados ao interesse geral. Por isso nas bases jurídicas que hoje se publicam houve a preocupação de manter tudo aquilo que as associações comerciais nos ofereciam de permanente e de útil: a centralização dos esforços, a ligação e a aproximação das actividades comerciais por meio de um organismo central com larga área de influência, as funções de câmara de comércio, a tradição e o nome. Mas foi por outro lado preciso conciliar a própria estrutura interna das associações com os princípios fundamentais da organização corporativa; diferenciá-las nas suas unidades próprias e fazer destas elementos primários de organização corporativa; torná-las susceptíveis de coordenar e disciplinar os ramos de comércio aí representados; proporcionar-lhes enfim uma forte corrente associativa que assegurasse, mantendo-se aliás a inscrição facultativa, um valor de re-

AQUILES TEIXEIRA

Por ter saído com algumas inexactidões tornamos a publicar o artigo *Instrução Técnica*, do nosso querido amigo, distinto presidente do Conselho Fiscal e casapiano dedicadíssimo, Ex.^{mo} Sr. Aquiles Teixeira, a quem apresentamos sinceras desculpas.

presentação que até agora nunca fôra atingido.

Neste sentido se prevê uma selecção que visa a fazer desaparecer a multiplicidade, tam dispersa como inútil, das associações existentes. Em cada distrito uma só associação de comércio promoverá a concentração dos elementos das diversas categorias económicas. Em Lisboa e no Pôrto — onde se permite mais que uma associação — nem por isso a representação de cada ramo de comércio deixará de se efectuar através de um único organismo corporativo, integrado numa das associações reconhecidas.

Os elementos primários de organização corporativa, constituídos dentro de cada associação de comércio pelo agrupamento das sociedades, emprêsas ou firmas nelas inscritas, que exercerem a sua actividade no mesmo ramo de comércio com referência à respectiva categoria económica, aproximam a sua estrutura jurídica tanto quanto possível da dos Grémios previstos pelo decreto-lei n.º 23.049. Por analogia com estes últimos, e em obediência à nomenclatura já adoptada, resolveu-se dar a êses novos organismos o título de Grémios Distritais.

Dadas as funções do interesse público e de representação do seu ramo de comércio atribuídas aos novos organismos corporativos, entendeu-se que estes só devem ser reconhecidos quando as entidades neles inscritas atinjam determinada percentagem em relação à totalidade das existentes dentro da mesma categoria económica. Emquanto essa condição se não verificar, as entidades assim agrupadas constituirão secções das associações de comércio, fórmula que já vinha sendo procurada pela própria evolução natural da orgânica das mesmas associações nos últimos anos.

Resumindo: o Estado reconhece como organismo de concentração das actividades comerciais uma única associação comercial em cada sede de distrito. Exceptuam-se desta regra Lisboa e Pôrto, em relação às quais se determinam simultaneamente as associações admitidas a reformar os seus estatutos. As associações de

INSTRUÇÃO TÉCNICA**A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e a Casa Pia****por Aquiles Teixeira**

Este importante organismo do nosso meio comercial, fundado em 1 de Janeiro de 1870, por decisão unânime dos seus associados, não só tem cuidado dos seus legítimos interesses, mas também não esquece beneficiar a Instrução no Comércio, deliberando conceder prémios aos alunos mais dis-

tintos e aplicados dos Cursos Comerciais, lançando nessa vida elementos dos melhores, e que no seu meio tem justamente atingido as mais altas posições, mas também afirmar o seu propósito de trabalhar para que na referida carreira, ingressem valores tecnicamente preparados para a servir.

Estes prémios são distribuídos:

Escola Comercial de Patricio Prazeres	250\$00
Escola Rodrigues Sampaio	250\$00
Ateneu Comercial de Lisboa	250\$00
Prémio Guerra Peninsular	100\$00
1.º Prémio Escola Dr. Catanho de Menezes	360\$00
2.º Prémio Escola Dr. Catanho de Menezes	240\$00
Prémio Casa Pia de Lisboa	250\$00

Sem de qualquer forma desejar apoucar o valor de tôdas as Associações de ensino comercial, cumpre-me salientar a justiça do prémio conferido à Casa Pia de Lisboa, por proposta da sua Secção Comercial e aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 1931.

Este ano coube ao aluno n.º 5.765, António Mendes dos Santos, do 4.º ano do Curso Comercial.

Da Casa Pia de Lisboa, saíram, de 1885 a 1935, 4.002 alunos, sendo 1.480 para o Comércio e 2.522 para a Indústria.

Estes alunos têm dado boas provas de empregados exemplares, elevando o bom ensino ministra-

do pelo distinto e inteligente Corpo Docente dessa benemérita Casa, não esquecendo a gratidão que devem à Casa Pia, que os prepara e ampara até estarem aptos a governar a sua vida.

A Casa Pia de Lisboa pôde ufanar-se, com vivo orgulho, que tem dado ao nosso País verdadeiros valores sociais em todos os ramos de actividade, como se vê em todos os exemplos que êles manifestam no Comércio, Indústria, etc..

Merece portanto o nosso profundo reconhecimento a iniciativa tomada pela muito prestimosa Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

classe com fins comerciais e limitadas a um único ramo poderão requerer a sua integração no sistema como Grémios Distritais ou secções das associações reconhecidas e autorizadas nos termos dêste decreto-lei. Às associações comerciais existentes em outras localidades é facultada a sua transformação em delegações das associações da sede do distrito. Em um e outro caso o Governo velará no sentido de evitar a dispersão representativa e assegurar o cumprimento dos objectivos do presente diploma.

As associações patronais com fins comerciais, e até agora ao abrigo do artigo 10.º do decreto-lei n.º 23.049, que não reformem ou não sejam admitidas a reformar os seus estatutos nos termos

previstos por êste decreto-lei serão consideradas dissolvidas e deverão liquidar no prazo máximo de cento e oitenta dias após a publicação do presente.

Depois no texto do citado projecto de lei a que se refere êste relatório, o seu artigo 1.º diz:

«Artigo 1.º — São reconhecidas como formas tradicionais de organização das actividades comerciais, com funções de interesse público e dependentes do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, as associações de comércio com sede em Lisboa e Pôrto denominadas: Associação Comercial de Lisboa, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA, Associação Comercial do Pôrto e Associação dos Comerciantes do Pôrto.

Sebastião Mestre dos Santos e José Roseira Rodrigues



Sebastião Mestre dos Santos

O «Boletim» publicando as fotografias destes dois valiosos componentes da classe comercial, pretende relembrar os seus inestimáveis serviços prestados à sua Associação.

Um afirmou por mais de uma vez os seus excelsos dotes de coração formando na vanguarda dos que sabem lutar pelo Bem do seu semelhante, o outro elemento de trabalho pôs sempre os seus esforços ao serviço da sua Associação, de que, sem melindre seja para quem fôr, foi um dedicado director.

Que o exemplo dado pelos dois infortunados e queridos amigos frutifique, é a esperança do Boletim que repete a saúdade que o seu desaparecimento nos trouxe. Que descansem em Paz.



José Roseira Rodrigues

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Por entendermos que os nossos associados terão vantagem em conhecer o que dispõe o Decreto n.º 26.803, transcrevemos o mesmo na íntegra:

DECRETO N.º 26.803

A-fim-de que o público, o Comércio e a Indústria utilizem com maior facilidade as comunicações telegráficas, propôs a Administração Geral dos Correios e Telégrafos ao Governo a revisão das taxas de registos dos endereços abreviados.

Comparado o número de endereços registados nas nossas cidades comerciais e industriais com o de cidades estrangeiras de igual população, verifica-se que é diminuta a utilização que em Portugal se faz dessa facilidade telegráfica.

Embora com o risco de ver inicialmente diminuídas as receitas respectivas, julgou-se de boa doutrina reduzir as taxas dos endereços registados para que se vulgarize o mais possível o seu uso, de forma a que os organismos do Estado, o Comércio, a Indústria e os particulares possam intensificar as suas comunicações pelo telegrafo.

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do art. 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Art. 1.º — Qualquer pessoa singular ou colectiva poderá registar nas estações com serviço telegráfico da Administração Geral dos Correios e Telégrafos uma palavra convencional que servirá de

enderêço aos telegramas que lhe forem destinados. A palavra escolhida não deverá comportar mais de quinze caracteres latinos.

Art. 2.º — Não serão aceites como enderêços abreviados ou convencionais:

a) — Nomes próprios ou apelidos;

b) — Palavras convencionais que já tiverem sido aceites dentro de cada ano civil ou em dois anos anteriores, salvo, no caso do enderêço ser requerido pelo primitivo proprietário;

c) — Qualquer palavra que possa dar lugar a dúvidas acerca da identidade do destinatário e que origine a demora na entrega do telegrama, as de linguagem estrangeira que possam ter significação duvidosa, e as que tenham manifesta semelhança com uma palavra já escolhida para registo de outro enderêço;

d) — Palavras convencionais que pertenceram a uma sociedade e esta se encontre em dissolução, a não ser mediante autorização do sócio ou sócios que pertenceram à mesma sociedade, os quais deverão declarar que desistem a favor da pessoa que pretende fazer o registo.

Art. 3.º — (Transitório) — Aos enderêços abreviados registados até à data da publicação deste Decreto não é aplicado o disposto na alínea a) do artigo anterior.

Art. 4.º — Os pedidos de registo de enderêços abreviados que suscitem dúvidas ficarão dependentes da aprovação da Administra-

ção Geral dos Correios e Telégrafos.

Art. 5.º — O registo de enderêço abreviado será feito mediante o pagamento prévio das taxas respectivas de acôrdo com a tabela anexa a êste Decreto, que dêle faz parte integrante, podendo ser feito ao ano, ao semestre e no último trimestre do ano, terminando porém a validade de todos os registos sempre em 31 de Dezembro.

Art. 6.º — O proprietário dum enderêço telegráfico abreviado pode registar mais de uma morada com a indicação das horas a que nas diferentes moradas de-

Em cada um dos restantes distritos do Continente e Ilhas Adjacentes será reconhecida a associação comercial com sede na capital distrital que o requeira no prazo de noventa dias ao Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social ao abrigo das disposições do presente decreto-lei.

Quer dizer: passados quatro anos a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, solicitou de quem de direito a sua integração no Estado Corporativo, porque deseja manter o prestígio que sempre disfrutou através de todos os tempos como organismo valioso para a defesa dos interesses gerais. O próprio Estado no início dos seus trabalhos no campo corporativo reconhecia, e por certo reconhece, que a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa é um organismo económico com que se deve contar para bem do comércio lojista e da Nação.

vem entregar-se, em alternativa, os telegramas que lhe são endereçados. O registo de cada morada além da primeira ficará sujeito ao pagamento de 50 % das taxas a que se refere o artigo anterior. A alteração das moradas ou dos horários ficará sujeita à taxa na tabela anexa a este Decreto.

Art. 7.º — No caso de alteração do endereço abreviado já registado ou de transferência para outra pessoa, ficará o seu possuidor obrigado ao pagamento da taxa que seria devida se fizesse um registo de endereço no último trimestre do ano.

Art. 8.º — Os telegramas recebidos nas estações com endereços abreviados não registados, poderão ser entregues ao destinatário quando não existam dúvidas sobre a sua identidade. A entrega de cada telegrama nestas condições far-se-á mediante o pagamento da taxa estabelecida na tabela anexa. No caso de recusa de pagamento dessa taxa os telegramas serão dados em depósito nos termos regulamentares.

Art. 9.º — Os telegramas cujos endereços sejam incompletos, sem terem nitidamente as características de endereço abreviado, serão entregues ao destinatário quando

não sejam necessárias buscas ou averiguações demoradas e não existam dúvidas sobre a sua identidade. Quando, porém, a estação destinatária verificar que os endereços referidos neste artigo tendem a repetir-se e a tornar-se pelo uso endereços abreviados, será aplicada a doutrina do artigo anterior.

Art. 10.º — A tabela das taxas que regulam o serviço dos endereços abreviados poderá ser modificada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações mediante proposta da Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

Art. 11.º — Os Serviços do Estado, Corpos e Corporações Administrativas e seus dependentes terão uma redução de 50 % sobre todas as taxas aplicadas aos endereços abreviados de particulares.

Art. 12.º — Ficam revogados: o art. 70.º e seus parágrafos do Decreto n.º 8.069, de 18 de Março de 1922, que aprova o Regulamento das Correspondências Telegráficas, e os artigos 8.º e seus parágrafos, e o 9.º do Decreto n.º 9.424, de 11 de Fevereiro de 1924, que estabelece as taxas a cobrar nos Serviços da Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

Uma figura de relevo no meio Comercial português



João Antunes Balista

Antigo Director Tesoureiro da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Ordem da Beneficência.

Gerente da Casa Havanese, de Lisboa, desde 1907.

Socio das firmas commerciaes: Baptistas & Salgueiro, L.^{da} e João A. Baptista & C.^a, Filho.

Medidas de Vidro

Foi prorrogado até 31 de Março, o prazo estabelecido pela portaria n.º 8.459 para entrar em pleno vigor a utilização de recipientes medidas de vidro aprovados e aferidos para distribuição de leite higienizado.

TABELA ANEXA AO DECRETO N.º 26.803

TAXAS DE REGISTO DE ENDEREÇO ABREVIADO

(ART. 5.º)

LOCALIDADES	Ano	Semestre	Ultimo trimestre do ano
Lisboa e Pôrto	180\$00	100\$00	60\$00
Capitais de Distrito	80\$00	50\$00	30\$00
Outras localidades	50\$00	30\$00	20\$00

Por cada alteração ao horário ou morada: (art. 6.º). 5\$00

Entrega de cada telegrama com endereço não registado: (art. 8.º) 2\$50



CASA HAVANEZA

Fundada em 1867

O maior estabelecimento do género na Península

Agentes exclusivos dos Apreçados charutos MÉLIOR

36 marcas diferentes desde \$60 ctvs. a Esc. 4\$00
Magníficos cigarros ingleses da
BRITISH-AMERICAN TOBACCO CO. LD.
Gold Flake, Players, Capstan, Koal,
Old Gold, etc., etc.

Unicos importadores do afamado papel ZIG-ZIG

O melhor do mundo
Double, Simples, Ramsés,
Alcatrão liso e gomado, Goudron,
Ambreado, Zuavo
e Dernières Cartouches

Sortido completo de artigos para fumadores

Telef. 20340

24, Largo do Chiado, 25 End. tel. Havanese

Informações

Obrigações dos contribuintes no mês de Janeiro

Pagamento de contribuições, impostos e taxas.

a) — 1.ª prestação das contribuições predial, industrial, do imposto profissional (empregados por conta de outrem e profissões liberais) e do imposto complementar;

b) — Imposto sobre a aplicação de capitais — Secção A e Secção B — nos juros de depósitos, que tiverem sido liquidados no mês de Dezembro;

c) — Imposto de camionagem, a partir do dia 15 em relação ao mês de Dezembro;

d) — Imposto do sêlo, das operações bancárias efectuadas no mês de Dezembro;

e) — Imposto do sêlo, em relação ao ano de 1937, dos cartazes e anúncios afixados ou expostos;

f) — Impostos e licenças municipais e policiais;

g) — Taxa militar;

h) — Licença para venda de tabacos e para uso de isqueiros;

i) — Imposto de trânsito;

j) — Anuidades do usufruto do imposto sobre sucessões e doações que se vencem em 2 de Janeiro.

k) — 2.ª prestação da contribuição industrial, liquidada por adição ao capital a partir de 1929, nos termos do decreto n.º 27.153, de 31 de Outubro de 1936;

l) — Emolumento anual de 10\$, devido pelos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos e tóxicos. Nos estabelecimentos abrangidos pelos regulamentos das caldeiras e dos motores e nos sujeitos a registos de trabalho nacional.

Participações a fazer nas respectivas Secções de Finanças.

Sobre prédios devolutos, dentro

de 15 dias a contar do dia seguinte à saída do inquilino;

Por cessação do exercício do comércio, da indústria e das profissões liberais, dentro dos 15 dias seguintes;

Pela saída dos empregados no comércio, na indústria, na agricultura e nas profissões liberais, dentro dos 15 dias seguintes;

Apresentação dos contractos de mútuo ou outros, em que sejam devidos juros ou indemnização que os substitua e letras particulares, no prazo de 20 dias contados da data da constituição das dívidas. Nas letras comerciais este prazo é de 15 dias a contar da data do protesto.

Participações sobre automóveis

Os indivíduos ou entidades que possuam veículos automóveis de qualquer natureza, são obrigados a declarar até ao dia 15 de Janeiro, nas secretarias das Câmaras Municipais em cuja área residam, o número e as características desses veículos, com a indicação de estarem ou não em condições de circular.

A falta desta declaração, é punida com multa de 50\$00 por cada

veículo não declarado ou falsamente descrito. A residência do declarante é a que consta do livrete.

Reclamações contenciosas

Durante este mês de Janeiro, pode reclamar-se dos erros dos lançamentos, da indevida inclusão ou exclusão nas matrizes e verbetes de prédios, da cessação do exercício do comércio, da indústria e da profissão.

Também se requiere a anulação de toda ou parte da contribuição predial em relação ao tempo em que os prédios urbanos estiverem devolutos no ano de 1936.

Requiere-se a avaliação dos prédios rústicos e urbanos por exaço de rendimento colectável inscrito nas matrizes e nas cadernetas;

As anulações por sinistro, devem ser requeridas no prazo máximo de 15 dias a contar da data do sinistro.

As sociedades anónimas e comanditas por acções com capital tributável igual ou superior a 2.000 contos, devem requerer o encontro na contribuição industrial, da importância da contribuição predial do ano de 1936, que mostrem ter pago. Podem também reclamar-se por duplicação de colecta, por alteração de nome e por quaisquer outros factos que possam prejudicar o contribuinte.

Certificados

Os contribuintes de prédios urbanos cujo rendimento colectável é superior ao que resulta das rendas dos seus inquilinos, podem requisitar o respectivo certificado, durante todo o mês de Janeiro, a fim de receberem desses inquilinos a diferença da contribuição entre o rendimento tributado e o resultado das rendas.

Se a lei não fôr modificada, to-

**Fábrica de Papel
da Abelheira**



**TOTAL
LOURES**

Papeis de todos os tipos incluindo os já conhecidos sacos de papel

"KRAFT"

para embalagem de cimento, cal, etc.

Guilherme Graham Jr. & C.ª

Rua da Alfandega, 156-158
LISBOA

Rua dos Clérigos, 6
PORTO

**Chapeus
SILVA**

**SEMPRE AS ÚLTIMAS
NOVIDADES**

LARGO DO CHIADO, 6 e 7

TELEF 24911 LISBOA

Fine "Macieira"

A única cujas

reservas come-

çaram em 1885

do os proprietários nas condições citadas têm de requisitar os respectivos certificados, no referido mês sem os quais não poderão exigir dos seus inquilinos a diferença de contribuição. No entanto é de presumir que o seja no sentido dos certificados já passados terem validade enquanto se não der qualquer alteração nos elementos que lhes deram origem.

Horários do trabalho

Recomendamos a todos os dignos associados que possuam os Horários do Trabalho que não tenham sido aprovados pelo Instituto, que deverão dirigir-se à Fiscalização do Horário do Trabalho (Largo do Calhariz) a fim dos mesmos serem devidamente legalizados.

Balanços

Devem ser fechados em 31 de Dezembro os balanços e contas de gerência, os quais devem ter a sua aprovação nos 90 dias seguintes.

Respeitar-se-á assim o disposto no art. 137.º do Decreto n.º 16.731, de 13 de Abril de 1929, que determina que o ano social das sociedades comerciais coincida com o ano civil.

Recolha de notas

As notas sobre as quais tenham sido feitos desenhos, traços, números e letras ou escritos quaisquer dizeres e bem assim as que apresentem marcas de quaisquer carimbos, rasgões, furos, descolorações ou qualquer viciação, *serão consideradas*, para todos os efeitos, retiradas da circulação.

Dentro do prazo de 90 dias, devem ser apresentadas no Banco de Portugal para troca, as notas que estejam em circulação nas condições acima referidas.

Após este prazo, deixam de ter valor qualquer «nota», deste Banco que estejam nas sobreditas condições.

Chamamos a atenção dos senhores associados para este assunto.

DESCANSO SEMANAL

Para esclarecimento das disposições legais aplicáveis no trabalho das garages e outros estabelecimentos normalmente abertos ao domingo o Sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, por despacho de 2 do corrente, determinou o seguinte:

1.º — As garages e outros estabelecimentos não compreendidos na enumeração do § 2.º do Art. 19.º do Decreto-Lei n.º 24.402, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26.917 mas que, por costume, ou pelas exigências da própria actividade não encerram no domingo ou dia considerado de descanso semanal, podem continuar a fazê-lo sem dependência de autorização expressa neste Instituto.

2.º — O trabalho prestado ao domingo ou dia de descanso semanal nos estabelecimentos autorizados a permanecer abertos pôde ser pago pelo salário normal por se tratar de serviços para o efeito equiparados aos de laboração contínua e se assegurar o descanso noutro dia da semana.

3.º — Nos horários dos estabelecimentos nestas condições deverá ser afixado para cada empregado o respectivo dia de descanso semanal, que poderá deixar de ser o domingo, considerando-se este pessoal genéricamente abrangido pela excepção prevista no art. 16.º do Decreto-lei n.º 24.402.

4.º — As garages poderão submeter à aprovação deste Instituto os seus horários com turnos seguidos de 8 horas de modo a haver sempre pessoal de serviço.



**Dôres
de dentes?**

**— Nunca
as tive!**

**UM PRODUTO
NALLY**

LAVE cuidadosamente os dentes, todos os dias, com a Pasta Benamor, e mais não é preciso para estar livre desse horrível flagelo!

Nenhuma outra pasta deixa na boca a deliciosa frescura e o perfume característicos da Pasta Benamor.

**Custa 3\$00, mas vale
mais um tubo de
pasta Benamor do
que 5 tubos de qual-
quer outra.**



GRANDIELLA

*a casa mais bem
sortida do País
e que
mais barato
vende*

*serviço especial de
encomendas
para a*
PROVINCIA, ILHAS E COLONIAS

D. S. Silva



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

FEVEREIRO --- 1937

Ano I — N.º 6

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

Director e Editor:
Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Avenida da Liberdade, 21, 1.º
LISBOA Telefone 24114

O início da gerência

Não podia ser mais auspicioso o início da gerência de 1937.

E não o podia ser, porque a Direcção cessante, com um sentido prático bastante de louvar, abandonou fórmulas antiquadas até então seguidas, inadapáveis já aos novos sistemas colectivos hoje adoptados, quebrando corajosamente o desânimo existente nos nossos associados.

O Comércio lojista perdeu um pouco da sua personalidade, pela apatia verificada no decorrer de alguns anos. Esta apatia, filha da pouca actividade de uns e do desalento de outros, desanimando muitas vezes a intenção valiosa de antigos directores, fez reduzir sensivelmente o valor colectivo do comércio lojista, sector económico da mais alta importância.

Todos, ou quasi todos sentiam a necessidade de dar vida nova à Associação, mas ninguém auxiliava a iniciativa necessária para lhe dar realidade.

Mas eis que o Boletim surge, iniciando com vontade firme e por forma notável, a remodelação do espírito colectivo. E a prova concludente do que vimos de afirmar, temo-la nessa manifestação grandiosa, que foi a assembléia geral de 2 de Dezembro p.º p.º.

Continuadora se afirmou já, a nova Direcção, da obra anteriormente iniciada, como podeis deduzir da doutrina expendida através do número especial do nosso Boletim, onde por forma clara se encontra bem vincado o espírito dessa continuidade.

Auspicioso se nos afigura portanto o início da gerência de 1937, podendo antever-se que dias gloriosos estarão reservados à nossa veneranda Associação que procura, através da sinceridade e da colaboração já afirmada pelos seus novos directores, adaptar-se ao regime de ordem e de con-

córdia, consubstanciado no actual sistema corporativo.

A Associação volta assim, com a congregação de ideias da sua massa colectiva, ao lugar proeminente que lhe compete, conduzindo para o novo sistema corporativo o valor da sua representação, do seu préstimo, e da sua acção sempre valiosa, como força económica das mais importantes, na vida da Nação.

O "BOLETIM"

Reconduzido pela actual Direcção e por amável deferência dos meus colegas de gerência, no cargo de director do «Boletim», procurarei corresponder à confiança com que generosamente volto a ser distinguido, empenhando-me denodadamente por cumprir tudo o que no seu primeiro número foi prometido.

Entusiasta ferveroso da sua publicação, por ver nele um poderoso auxiliar do desenvolvimento da nossa colectividade e um traço firme na melhor união entre a massa associativa e os seus dirigentes, sinto a glória de muito ter contribuído para a continuidade de uma obra de merecido vulto, cuja existência data já de há cinquenta anos, como vos é dado verificar pela transcrição que à vossa leitura atenta vos ofereço por oportuna e que me foi permitido colher no capítulo XIII a páginas 15 do Relatório e Contas da gerência do ano de 1887.

O NOSSO BOLETIM

Por uma proposta apresentada na ultima assembléa geral que se celebrou este ano, apresentada pelo sr.

José Pinheiro de Melo, digno presidente da associação, resolveu-se por unanimidade, crear um periodico especial denominado — Boletim da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa — onde os interesses da classe sejam advogados com elevação e desassombro. Esta proposta não podia deixar de ser bem recebida por todos que amam a illustração e os progressos das classes populares; e a vossa direcção, comprehendida n'este numero, não podia deixar de apoiar este sympathico pensamento, embora visse logo na criação d'esse boletim uma ordem de despesas avultadas que necessariamente se hão de fazer sentir no fim do futuro anno. Mas o que vale isso em relação ao interesse moral conquistado com essa ideia?

Todos sabem que a imprensa, nobremente devotada ao empenho de ser útil ao progresso, á civilização e á liberdade dos povos, é o mais elevado instrumento do bem que até hoje se tem inventado: é grande, é gloriosa e capaz de desafiar o mais patriótico entusiasmo, quando, a sua tarefa, tem em mira sómente evangelisar os bons principios. Se esta norma será bem adoptada pelas gerencias que sobrevierem, pondo em pratica a proposta, sob o ponto de vista de advogar unicamente os interesses das classes que compõem esta associação, o futuro o dirá.

A vossa direcção, porém, sendo-lhe incumbida a execução da proposta, pôz immediatamente em pratica todas as diligencias, tudo quanto de si dependia para bem desempenhar-se de tão honroso quão difficil encargo.

Dentro do elevado pensamento dos valiosos percursores da ideia agora renovada, procurarei inspirar a minha modesta orientação certo de que, com o auxilio dos meus dedicados colaboradores poderei merecer a confiança com que voltei a ser distinguido e de vos oferecer um Boletim digno do prestigio da nossa veneranda Associação.

D. G. Garcia

AINDA O HORARIO DE TRABALHO

A seguir transcrevemos a representação entregue pela Direcção da Associação a Sua Ex.^a o sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, acerca do encerramento às horas das refeições:

Excelência:

Em representação datada de 14 de Outubro do ano findo tivemos a honra de nos dirigirmos a Vossa Excelência chamando a atenção para diversas questões provocadas pelo Regulamento do Horário de Trabalho, publicado pela Câmara Municipal de Lisboa, em edital de 11 de Junho de 1936.

Vemo-nos hoje novamente forçados, mercê das circunstâncias que expuremos, a insistir por agora, apenas num dos seus aspectos, esperando que Vossa Excelência, depois de ponderado estudo, decida com justiça uma pretensão contra a qual não militam, que se saiba, razões apreciáveis, quer de natureza económica, quer de carácter social.

Referimo-nos à obrigatoriedade de os estabelecimentos de venda ao público se conservarem abertos às horas do almoço (Art. 5.º, § 1.º do citado edital).

Os comerciantes que habitualmente encerravam os seus estabelecimentos das 12 às 14 horas, pela decisiva razão de terem de almoçar e não terem fregueses durante esse período de tempo, não sendo por consequência prejudicados com tal encerramento, não compreendem porque motivo ou razão forte hão-de forçosamente conservá-los abertos, desde que tal obrigação não tem para eles, para os seus empregados ou para o público em geral, a menor vantagem.

O resultado, decerto não previsto, de semelhante disposição, foi apenas o seguinte: os comerciantes passaram a comer os almoços ao balcão dos seus estabelecimentos, enquanto os seus empregados vão, comodamente, a casa almoçar.

Se se pretendeu com essa medida diminuir o número dos caixeiros desempregados, é bem de ver que resultou absolutamente ineficaz, porque nenhum comerciante admitiu mais empregados só porque tem de conservar o seu estabelecimento aberto das 12 às 14 horas.

Se se quis evitar o aumento do número dos desempregados, partindo do princípio de que tal podia resultar do encerramento dos

estabelecimentos durante o período do almoço, a solução é bem simples, se Vossa Excelência com ela concordar.

Deve frisar-se, ainda, que a proibição actual resulta apenas em sacrificio dos comerciantes mais modestos, pois os grandes, esses melhor ou pior defender-se-ão, organizando turnos do seu pessoal, colocando-se assim ao abrigo da lei camarária.

Os comerciantes de solas e cabedais, principalmente, pela natureza particular da sua clientela (pequenos obreiros de calçado), não têm movimento apreciável de negócios durante o período consagrado ao almoço.

Entre eles era prática generalizada o encerramento dos estabelecimentos das 12 às 14 horas, que o edital proíbe, a não ser mediante autorização do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, que não tem sido pródigo em concessões desta espécie.

Quasi todos os comerciantes têm cumprido, com mais ou menos sacrificio, esta obrigação que o edital lhes impôs.

Mas, ultimamente, alguns deles, porque vissem encerrado no período do almoço, o estabelecimento de uma das firmas congêneres; uns por ignorância outros porque supuseram revogada essa disposição, encerraram também os seus estabelecimentos.

Em consequência disso foram multados e assim se criou uma situação que somos os primeiros a lamentar e para a qual pedimos toda a esclarecida atenção de Vossa Excelência.

Não interessa a esta Direcção a posição em que se colocaram os comerciantes que, por um ou outro motivo transgrediram o edital, simplesmente pretende expôr os factos tais como eles são e pedir a Vossa Excelência que os observe, evitando a sua repetição, por uma medida que parece de toda a justiça:

a autorização para os estabelecimentos de venda a retalho fecharem durante o período de tempo consagrado ao almoço — das 12 às 14 horas — se não para todo o comércio, ao menos e por agora, para os comerciantes de solas e cabedais.

E para que não subsista qualquer receio de que os comerciantes, à sombra de autorização para encerrarem os seus estabelecimen-

tos, despeçam alguns empregados, podia ser-lhes imposto o compromisso de manterem o número actual dos seus empregados durante todo o tempo em que encerrarem os seus estabelecimentos às horas consagradas ao almoço.

A BEM DA NAÇÃO

Lisboa, 16 de Janeiro de 1937.

Pela Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa

O Presidente

João Martins Casal

Para conhecimento dos srs. Associados transcrevemos igualmente a resposta recebida de Sua Ex.^a:

Ex.^{mo} Sr.

Para os devidos efeitos comunico a V. Ex.^a que Sua Ex.^a o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social por seu despacho de 21 do corrente, lavrado sobre a representação de 16 do referido mês, CONCORDOU em que todos os casos justos podem ser atendidos dentro do próprio § 1.º do art. 5.º do Regulamento Camarário em vigor tendo em vista o interesse do público consumidor, devendo cada interessado requerer separadamente nos termos citados.

A BEM DA NAÇÃO

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, em 22 de Janeiro de 1937.

Pe'l'O Secretário

Augusto da Costa

Vestibulos de Escadas

Em sessão ordinária da Ex.^{ma} Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, foi tomada a resolução seguinte:

— Determinar que a condição 3.ª do art. 2.º da Postura de 15 de Agosto de 1935, relativa à ocupação de vestibulos de escadas, passe a ter a seguinte redacção:

«Haverá, permanentemente livre, uma passagem para os moradores, com a largura de um metro e vinte centímetros. A Câmara poderá, porém, renovar as licenças das ocupações dos vestibulos em que a largura da passagem seja inferior à estabelecida neste artigo, desde que se verifique que não dificulta a serventia dos moradores e nomeadamente, quando a largura das portas de acesso às escadas seja também inferior a um metro e vinte centímetros.

MUTUALISMO

É com bastante satisfação que a Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa aceita o honroso convite para colaborar no *Boletim* comemorativo do 67.º aniversário da ilustre Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa.

E, quer por este motivo quer também porque obter o direito a ser sócio da Associação agora em festa é, sem dúvida, uma legítima aspiração dos que se empregam no comércio, quer ainda por todos os serviços prestados ao comércio e seus profissionais, as nossas primeiras palavras são de saudação à Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa e de ardentes e sinceros votos pela repetição de muitos aniversários numa crescente marcha de prosperidades a bem do comércio e da Nação.

Desnecessário nos parece procurar explicar os fins e o que é a Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa pois é, certamente, bastante conhecida de todos os leitores deste *Boletim*.

Mas, como não devem ser descaídas algumas referências sobre a sua situação, presente e futura, vamos em breves palavras fazer considerações sobre estes pontos.

Embora seja uma Associação de empregados, conta entre os seus 8.000 associados muitos patrões, porque os seus Estatutos permitem não só que continuem como sócios os que deixam de ser empregados, mas também que os patrões, gerentes, directores de empresas comerciais ingressem na Associação.

É, sem dúvida, interessante o número dos seus sócios efectivos, mas muito maior deveria ser se o espírito de previdência e a visão clara das vantagens concedidas tivessem maior divulgação.

O seu Corpo Clínico formado por médicos de quasi todas as especialidades constitui um conjunto de incontestável valor.

O seu Corpo de Enfermagem tem cativado todos os que têm utilizado os seus serviços.

As enfermarias de medicina e de cirurgia para cada sexo e os quartos particulares, estes a preços bastante módicos, são para recomendar em qualquer casa de saúde.

A actual sala de operações, a sala de tratamentos e os gabinetes de consultas da policlinica não satisfazem aos progressos da ciência médica e ao desenvolvimento da população associativa. Deu já a Direcção do ano findo o primei-

ro passo da resolução do problema e teve a felicidade de obter a aprovação da Assembleia Geral para o projecto de ampliação das instalações mandado elaborar a um distinto architecto.

Estamos certos que a Direcção de 1937 terá a honra de inaugurar esse notável melhoramento dando assim à Associação instalações modelares e colocando-a no primeiro plano das casas hospitalares.

Não cabe no limite do espaço que nos é reservado descrever as obras a realizar e o que elas representam; mas, é com muito prazer, que receberemos a visita e daremos todas as indicações em presença das plantas a quem nos procurar para tal fim.

Tem a Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa, 64 anos de existência, e contra o que tem sido usual em instituições do seu género em vez de envelhecer, rejuvenesce.

Além de assistência na doença são concedidos subsídios de doença, desemprego, inabilidade e para funeral. Os seus Fundos Permanentes num total de 3.000 contos garantem a sua continuidade.

Todas estas vantagens são concedidas mediante uma cotização relativamente módica.

Com cotização separada e Fundos independentes, existe, para os sócios, o «Subsidio de Sobrevivência» que dá o direito de legar, 1 a 6 contos, à pessoa ou pessoas que o sócio indicar. Tem o Subsidio de Sobrevivência um Fundo de garantia superior em 50 % ao indicado pelo cálculo das reservas matemáticas e a cotização a pagar é inferior ao prémio de seguro de vida para igual quantia.

Mediante uma cota de 5\$00 mensais podem os sócios inscrever como «Beneficiários» as pessoas de família ou a seu cargo, que ficam tendo direito a assistência médica igual à concedida aos sócios efectivos.

Anexa à Associação há uma Caixa Económica que aceita depósitos à ordem ou a prazo e realiza empréstimos hipotecários, sobre títulos de crédito, etc.. A segurança que oferece consideramos indiscutível.

É, sem dúvida, a Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa, sobre todos os pontos de vista, a primeira entre as suas congéneres, e os serviços prestados aos seus associados e à saúde pública são incontestáveis.

Se todos meditassem a despesa

que ocasiona uma doença grave ou operação melindrosa ou benefício dum subsídio, embora pequeno, em período de adversidade, colocariam, certamente, em primeiro cuidado a cotização para a Associação porque em vez de uma despesa representa uma boa economia.

Se os patrões ou dirigentes de casas comerciais ou empresas impuzessem aos seus subordinados a inscrição numa instituição de previdência prestavam, com certeza, a eles um benefício e evitavam o doloroso espectáculo de assistir ao definhamento dum empregado que não cuida da saúde por falta de recursos.

Da Redacção: — Por ter chegado tardiamente não pudemos publicar este artigo no nosso número especial, o que fazemos agora gostosamente, agradecendo as palavras amáveis que esta prestante e valiosa colectividade mutualista nos dirige.

Jornal «A Voz»

Mais um aniversário se comemorou deste brilhante diário português.

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa endereça-lhe os seus cumprimentos e deseja-lhe o mais próspero futuro.

O «Boletim» igualmente e com prazer se associa a esta homenagem, lembrando o acolhimento fidalgo e desinteressado que os assuntos da Associação merecem ao jornal «A Voz».

Pena é que ao traçarmos estas palavras de júbilo, sentimos a pungente dor que assoberba o seu muito ilustre director sr. Fernando de Sousa, pelo infausto transe sofrido devido à morte de sua querida e respeitável filha.

Acompanhamo-lo sinceramente.

Jornal «O Comércio de Viveres»

Continuamos a receber este magnifico jornal, que como sempre se apresenta gráficamente bem e inserindo artigos valiosos. Agradecemos.

A Voz do Operário

Mais um aniversário comemorou esta benemérita colectividade que à causa da instrução e beneficência se tem devotado.

Altamente valiosa a acção da «Voz do Operário», bem merece as saudações sinceras que lhe dirigimos.

À «Voz do Operário» desejamos longa vida, plena de prosperidades, para bem de todos os que se acolhem à sua acção beneficente.

TELEFONES

* Continuando a série de considerações que temos produzido acerca deste magno assunto, desejamos apenas que uma valiosa e leal colaboração permita fazer terminar o mal-estar existente no seio da classe comercial, pela elevada exigência das novas tarifas telefónicas.

Propositadamente nem n'hum alusão fizemos a uma local publicada no «Diário de Notícias», de 18 de Dezembro p.^o findo, em que se dizia ser intenção da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, alargar a sua rede urbana de Lisboa, para satisfazer pedidos que constantemente lhe estavam sendo dirigidos, de forma a permitir que se pudessem estabelecer comunicações telefónicas a preços bem mais moderados, dos que os estabelecidos nas tarifas da antiga Companhia.

Embora mais tarde a Administração Geral dos Correios e Telégrafos tivesse enviado uma nota oficiosa para os jornais, em que se declarava estranha à referida publicação, o que é certo é que se chegou a constatar no seio da classe comercial a mais viva satisfação por se julgar liberta do pesado encargo a que forçadamente a levará a manutenção dos telefones da Companhia dentro do regimen das novas tarifas por chamadas.

Observadas as reclamações que de todos os lados nos surgem, podemos, através das notícias dos jornais que do assunto se têm ocupado, verificar o efeito que elas têm produzido e a concordância com os objectivos por nós já traduzidos nas colunas deste Boletim.

Falou o nosso Boletim em primeiro lugar e a razão que lhe assiste revela-se, sem mais comentários, nas próprias notícias a que vimos de aludir.

O magno assunto dos telefones, ecoou já além dos limites da acção desenhada através do que sobre êle temos escrito, pois ainda há poucos dias, na Assembleia Nacional, o Ex.^{mo} Sr. Major Lobo da Costa, deputado da Nação, apresentou dois requerimentos que transcrevemos, para bem se avaliar dos reparos que os telefones estão merecendo.

«Desejando oportunamente tratar em aviso prévio da espoliação de que é vítima o público que necessita utilizar os serviços telefónicos da

Companhia Anglo-Portuguesa de Telefones, e da deficiência dêsses serviços, requeiro que pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações me sejam fornecidas urgentemente as informações a seguir discriminadas, que deverão ser dadas pelos fiscais do Governo junto da mesma Companhia e pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos:

1.^o Pelos processos actuais de exploração dos serviços telefónicos e pelo funcionamento da sua aparelhagem, por tarifas de chamadas, aparelhos automáticos, «cabines» públicas, caixas-mealheiro e chamadas por períodos de tempo, etc., estão absolutamente respeitados, defendidos e assegurados os interesses e direitos do público e dos assinantes, não se pagando arbitrariamente a Companhia de serviços não prestados nem utilizados?

2.^o Os assinantes e o público têm à sua disposição os meios práticos e garantidos de verificar, fiscalizar e controlar a absorpção e utilização das quantias que muito adiantadamente foram forçados a entregar à Companhia?

3.^o Qual a entidade ou organismo perante quem o público e os assinantes podem reclamar de débitos indevidos, por serviços não prestados pela Companhia, e quem julga ou resolve sobre essas reclamações?

4.^o Qual a disposição legal que permitia à Companhia pagar-se do dinheiro que lhe fôra confiado para fim diferente, de 2\$50, pelo custo da nota de chamadas (factura)?

5.^o Tem a Companhia utilizado tarifas de modalidades diferentes das permitidas pelos contratos em vigor? Em caso positivo, indicação dessas modalidades e de quem as utiliza.

6.^o Além dos telefones que a Companhia é obrigada a fornecer gratuitamente ao Estado, tem mais alguns instalados em condições idênticas ou similares? Em caso positivo, indicação de quem os utiliza, das disposições legais que tal permitem e da percentagem correspondente cobrada pelo Estado».

Em 11 de Fevereiro de 1937. — O Deputado Artur Leal Lobo da Costa.

Tendo sido obrigada a Companhia Anglo-Portuguesa de Telefones, pelo artigo 15.^o do anexo ao decreto-lei n.^o 26.716, de 23 de Julho de 1936, publicado no «Diário do Governo», 1.^a série, da mesma data, a instalar no local dos postos de seus

assinantes, a requisição dêstes, mediante o pagamento da importância indicada na tabela III, «aparelhos fiscalizadores de chamadas», destinados a contar as chamadas realizadas;

Indicando a mesma tabela III, como taxa anual aplicável a essa instalação, 15 por cento do custo, incluindo a montagem, e não sendo determinado o seu quantitativo em escudos;

Não fazendo a mesma Companhia, na sua propaganda e reclamos, qualquer referência à instalação dêsses aparelhos, nem ao seu custo; e

Não colocando a Companhia os aparelhos fiscalizadores de chamadas, a que é obrigada, nem fornecendo quaisquer informações referentes à sua instalação e custo da taxa anual, a quem lhas solicita;

Requeiro que quem de direito me informe, urgentemente, do custo da taxa anual da instalação de «aparelhos fiscalizadores de chamadas» que a Companhia Anglo-Portuguesa de Telefones é obrigada a instalar, por requisição dos assinantes.

Sala das Sessões, 11 de Fevereiro de 1937. — Artur Leal Lobo da Costa.

Serenamente e hoje bem mais fortalecidos pelas opiniões já aparecidas em conjugação com as nossas considerações anteriores, temos aguardado expontânea colaboração da Companhia dos Telefones que infelizmente ainda não surgiu.

Conhecedores do importante papel social que representamos, sabemos perfeitamente que é dentro da boa ordem que os diversos problemas têm de resolver-se.

Indicámos já a melhor forma de poder solucionar-se este assunto que interessando o Comércio, não deve interessar em menor grau a própria Companhia.

Não se trata de um assunto restrito a uma entidade afectada, porque é também um assunto de interesse nacional. Não desistimos e antes prosseguiremos com a fé inicial de o ver resolvido, esperando que a própria Companhia dos Telefones, se decida a colaborar, não insistindo por manter dificuldades a uma classe numerosa como o comércio que representamos, sempre pronto a colaborar e a juntar os seus esforços a quem na orientação do País e na sua ordem notável, tantos esforços vem dispendendo.

INDIVIDUALISMO E CORPORATIVISMO

Pelo Dr. Ramiro Seixas

Os factos, neste mundo agitado, succedem-se com tamanha rapidez que é muito difícil, mesmo para um observador atento e desapaixionado, aperceber-se do seu significado e determinar o sentido lógico da sua marcha.

A evolução faz-se num ritmo acelerado e o que ontem se tinha como verdade assente e indiscutível, cede hoje à força lógica da crítica, para cair amanhã no rol das coisas sem valor.

Forçados a intervir nos acontecimentos simultaneamente como actores e espectadores, difficilmente conseguimos abstrair dos vícios de observação que sobre nós projecta o meio em que vivemos. Raro se consegue a calma e a serenidade indispensáveis para podermos fazer a crítica justa dos factos passados e dos que à nossa vista se desenrolam, procurando extrair d'elles as conclusões certas que comportam.

A paixão cega os partidários desta ou daquela ideologia, as

mais das vezes seguida com inconsciência total.

Uns e outros procuram, mais pela violência dos argumentos, do que pelo rigor das razões impôr os seus credos e defender a ortodoxia das suas doutrinas, tôdas elas — incontestáveis.

Por sistema, negam-se reciprocamente uma parcela infima de razão, procurando extremar seus campos, com uma tal intransigência que não consente soluções de continuidade. Tudo quanto uns afirmam os outros negam, perdendo por completo a noção do meio termo, onde afinal e sempre a verdade se situa.

A evolução é, regra geral a «resultante» das forças em conflito e segue um sentido lógico, sem quebras de continuidade.

O que succedeu ontem não é melhor nem pior do que succede hoje — é, simplesmente diferente.

O século XIX não é mais estúpido do que o século XX, nem este mais inteligente do que aquele.

Se é certo que, algumas ideias do século XIX perderam a actualidade, isso não nos autoriza, agora, a carregarmos sobre elle todo o peso das responsabilidades.

Não. O individualista século XIX não quebrou a evolução da humanidade, pelo contrario, foi naturalmente individualista e não podia mesmo deixar de ser aquilo que foi.

Nem sequer é justo que se qualifique de estúpido um século que trouxe à humanidade, em potencial de civilização, um valiosissimo acréscimo.

Esse potencial de civilização que adquirimos, foi possível mercê do individualismo, e seus corolários: o liberalismo e o capitalismo.

«Sómente o ambiente de liberdade sem limite do individuo podia assegurar o máximo de potencial económico, reclamado pelo imperativo da época»,

como afirma e demonstra o mestre «Manoilescu». (1).

É esse potencial de civilização, adquirido às cegas e tumultuariamente, que *vamos orientar no sentido humano*; é essa obra e só essa que, se resultar perfeita, dará ao nosso século o direito de se considerar *inteligente*.

É certo que:

«A civilização moderna encontra-se numa posição difficil porque não nos convém. Foi construída sem o conhecimento da nossa verdadeira natureza. Deve-se ao capricho das descobertas científicas, dos apetites dos homens, das suas ilusões, das suas teorias e dos seus desejos. Embora edificada para nós, não está ajustada à nossa medida» (2).

Mas é esta a nossa Civilização e não podemos, ainda que o queiramos, substituí-la por outra que melhor se nos ajuste.

O problema consiste, pois, em nos ajustarmos nós a ella, expurgando pouco a pouco o que tem de mau e aproveitando tudo quanto de bom possamos aproveitar.

É claro que, neste trabalho construtivo não podemos aplicar as ideias individualistas do século XIX, porque, o *excesso de civilização material*, causa de todo o mal estar presente, mais se agravaria e é isso exactamente que pretendemos evitar.

Os imperativos da nossa época impõem, assim, logicamente, o *Corporativismo*, do mesmo modo que, no século XIX, impuseram o individualismo.

«A concepção corporativista e o Estado corporativo apparecem-nos assim, como um *produto histórico inevitável*, tão necessário e normal para o século XX como a concepção individualista e o Estado Liberal o foram para o século XIX. A ideia corporativista é hoje o futuro, do mesmo modo que a ideia liberal era o futuro em 1789.» (3).

(1) Mihail Manoilescu — «Le siècle du Corporatisme», pág. 12.

(2) Dr. Alexis Carrell — «O homem, êsse desconhecido», pág. 38.

(3) Mihail Manoilescu — ob. cit. página 13.

Almirante Gago Coutinho

Completo 68 anos de idade, o ilustre Almirante Gago Coutinho.

O *Boletim* cumprimenta o heróico aviador e homem de ciência, lembrando a honra da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa que o conta no número dos seus mais brilhantes sócios honorários.

O justo salário deve estar na base de toda a organização corporativa

Pelo Ex.^{mo} Sr. HORACIO GONÇALVES

Procurador à Câmara Corporativa

— A organização corporativa tem por finalidade o equilíbrio económico e a consequente paz social, por forma a promover a harmonia de todo o agregado nacional conduzindo este pelo caminho da prosperidade.

— Ora, por muito que os sociólogos e os economistas discutam e se guerreiem entre si, o facto é que as organizações sociais é que determinam, naturalmente, a fórmula económica que lhes deve corresponder.

— A fórmula económica em Portugal precisa de ser modificada como de resto em todo o Mundo, porque a organização social, que quer dizer, a maneira de viver dos Povos, é muito diferente hoje do que era noutras épocas.

— O que é que determina a mudança do sistema social através dos tempos?... É a Natureza, que aperfeiçoa de ano para ano o indivíduo.

Fácil é verificar que do aperfeiçoamento do indivíduo se gera nova ciência; que do desenvolvimento da ciência se gera o progresso e que do aceleramento do progresso resulta a contínua transformação social.

— É essa transformação social que obriga a procura de novas fórmulas económicas. Estas têm de se procurar e quanto antes.

— Dir-me-ão que estou em erro. E eu mesmo, às vezes, raciocinando comigo ou discutindo com amigos, sinto-me vacilar e interrogo-me: Será assim?... Se não fôra o cargo que ocupo no S. N. C. D. L. e a necessidade de ter noções sobre o assunto não me dedicaria a profundá-lo, tão complexo o encontro e tão delicado e transcendente o vejo.

— Os que se dedicam a estes assuntos costumam iniciar o seu desacôrdo precisamente na altura em que uns afirmam que do progresso resulta a transformação social, enquanto outros afirmam que do progresso resultam novas fórmulas económicas.

— E assim, os primeiros preconizam que novas fórmulas económicas se adaptem ao novo sistema social enquanto os segundos preconizam que a sociedade se transforme para se adaptar às novas fórmulas económicas. E a discus-

são chega a atingir aspectos de tal gravidade que produz desordem.

— Os grandes pensadores, que criam teorias sobre teorias, consumindo toneladas de papel a expô-las por escrito, dividem a humanidade com as suas divergências, fomentam uma guerra cruenta entre as escolas que geram e no fim só servem para complicar a situação.

— O melhor caminho para os trabalhadores é estudar no livro da natureza a resolução de tão magno problema e abandonar o artifício que as teorias representam, deixando-as guarnecer decorativamente as prateleiras das bibliotecas.

— Ouçamos a voz humilde do mais humilde trabalhador, tal como eu a ouvi há bem pouco tempo na minha terra Natal, uma aldeia da Beira-Baixa a quando duma recente visita à minha FAMÍLIA.

— É a voz de um trabalhador rural, encanecido pelo tempo; pesam sobre ele mais de setenta invernos. Depois de me ouvir e até me interrogar sobre o que se passa pelo Mundo e de meditar sobre o que lhe disse quanto à pesada atmosfera que carrega os ares de negro... o homem disse: por sua vez:

«De ano para ano um homem sabe mais. O ano passado eu, pobre analfabeto, não sabia tanto. Há sessenta anos, desde os doze que trabalho, que me dedico a este ofício de pegar na rabiça do arado. Pois tenho visto progressos extraordinários nas ferramentas e nos processos. Isto dos adubos e da mecânica, cá na lavoura, fêz dar a tudo uma volta... uma volta...

— E o homem punha a mão no queixo e franzia a testa num esforço enorme para pesar o que ia dizer. Depois continuou.

— Está bem o progresso que transformou a vida dos homens. Mas não está bem que a riqueza produzida pelo progresso seja tão mal distribuída.

— Queria dizer o homem que estava bem a transformação social derivada do progresso, mas que não estava bem a fórmula económica que distribue a riqueza.

— Eu ouvia maravilhado. —

Explique melhor Sr. João. Não compreendo. — Pois é fácil de compreender.

— Olhe: antigamente estava bem que o proprietário recolhesse o trigo da Terra, porque antes de o recolher, tinha distribuído muitas jornas a todo o Povo. Sabe o Senhor, que a lavra, o gradar, o semear, voltar a lavrar, a monda, a arica, a ceifa, o transporte para as eiras, a malha, o trilhar, o limpar o pão etc... constituíam uma maneira de viver cá da gente da aldeia, que originava alegria, satisfação, movimento e demorava um certo tempo, durante o qual o dinheiro do proprietário corria de mão em mão convertido em salário, em jorna. Esse dinheiro assim distribuído, representava a nossa parte na colheita do trigo da aldeia, porque nós com ele íamos, em qualquer altura e à medida das nossas necessidades, buscar o trigo ao celeiro do lavrador.

— E agora? — Que sucede agora Sr. João?...

— Agora... a charrua moderna, de muitos regos e mais profundos, substitue os bois que nos davam tanto trabalho e tanto dinheiro a ganhar.

Sabe que levar os bois ao prado, a beber, apanhar para eles o feno, tratar-lhes da cama, da manjedoura, dormir junto deles, colocá-los o jugo, para a lavra e para o carro, etc... etc..., fazia correr dinheiro em jornas e fazia cantar a gente, numa manifestação daquela alegria que vem cá de dentro...

— O dinheiro vai agora para a gasolina que faz mexer a charrua mecânica e os camiões que substituíram os nossos carros. Tudo mais rápido. Velocidade. Nas eiras, então, existem hoje máquinas tão aperfeiçoadas, tão aperfeiçoadas, que reduzem o tempo e anulam o salário. E quem fala de trigos, fala de vinhos... fala de tudo.

— Compreendo Sr. João. É como o senhor diz. Uma transformação, uma mudança na forma de viver das gentes. É o que na cidade se chama transformação social. Operou-se naturalmente, devido ao progresso. — Mas o Sr. João é contra o progresso. É contra as máquinas...

— Não... Não... senhor... não sou.

— Fiquei pasmado com a res-

posta. E declarei não compreender.

— É fácil, compreender. Quem é que se atreve a ser contra o progresso se o progresso é filho de Deus. — De Deus... Sim! Filho da força superior que faz mover o Mundo e as gentes. O progresso não pára, caminha.

Daqui a cem anos as coisas já são outras... senhor...

— Eu mesmo, com esta idade, desde que andei de automóvel, já não quero andar de carro puxado pelos bois ou pelas mulas, gosto muito de andar de combóio e se quere que lhe diga, ainda sentia coragem para voar. Não queria mesmo morrer sem voar. Queria ver lá de cima como isto é cá por baixo.

— Bravo, sr. João. Mas então, onde é que está o defeito? — O defeito está precisamente nos proprietários das terras, que arrecadam o trigo sem se lembrarem de nós. Pegam nas máquinas, colhem com elas o trigo sem precisar de nós e depois guardam o trigo e as máquinas, fechando tudo a sete chaves.

— Mas então o trigo não é deles, proprietários, sr. João?... — É, sim senhor. Mas também é nosso, do Povo. Então para que era que dantes se distribuía o salário por todos, empregando muita gente nos trabalhos do campo?... Era precisamente para que o trigo, que também era nosso, voltasse às nossas mãos em troca do dinheiro que tínhamos recebido em jornas. E assim, trocando o trigo por dinheiro e o dinheiro por trigo, tudo andava satisfeito e alegre e tudo vivia na Santa Paz do Senhor.

— Ah!... Começo a perceber.

— Olhe, senhor, nós passamos fome, miséria e não sei que mais. Mas, os que arrecadam o trigo também se queixam de que não têm quem lho compre em condições de lucro. Sabe porquê?... pois se nós não temos dinheiro para lho comprar.

— De forma que então... o Povo, quere queiram quere não, já tem nova forma de viver, o que falta é inventar o novo processo de distribuir a riqueza, dentro das novas condições em que o Mundo, como consequência do progresso, é obrigado a viver.

— Isso... Isso... Distribuir a riqueza, que é como quem diz, distribuir salários, distribuir jornas por todos... para que todos possam ir buscar aos celeiros os trigos, alegres, contentes como dantes...

— No salário justo e bem distribuído é que está a base duma boa organização económica; por-

O nosso número especial

Causou sensação o nosso último número, comemorativo do 67.º aniversário da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Da sua larga distribuição beneficiou o nome aureolado d'este prestante organismo comercial, que deu a sua acção a conhecer a tóda a imprensa do Império, desde o mais modesto ao mais valioso jornal. Também o «Boletim» especial foi enviado a tódas as Câmaras Municipais do País, associações congéneres, entidades oficiais, sindicatos, grémios, etc.

Têm sido inúmeras as felicitações e agradecimentos recebidos,

que a multiplicidade dos salários acrescidos constitui um formidável poder de compra, e este o aumento dos mercados. Sem mercados para colocar os produtos do trabalho é que não vale a pena trabalhar.

★

Em resumo, o vélho da minha terra, disse o seguinte:

— O progresso é filho da inteligência do indivíduo e não da inteligência colectiva. O indivíduo, por sua vez, é filho de Deus, ou da própria natureza, para satisfazer os que chamam natureza a Deus e os que chamam Deus à natureza.

— Do progresso resultam novos hábitos, nova vida, novo sistema social. Quere dizer, o progresso obriga a andar de combóio os homens que antigamente andavam de burro. Portanto, a consequência imediata do progresso é a transformação social que se vai operando naturalmente.

— Do que os homens andam à procura é precisamente da fórmula económica que distribua a riqueza, dentro dos novos moldes sociais.

— Os homens andam à procura do salário justo. Andam à procura da distribuição equitativa do trabalho, esse grande manancial da riqueza.

— O velho chamou riqueza ao salário, mas, se pensarmos que salário é remuneração do trabalho, verifica-se que o que ele quereia dizer na sua, era que se distribuisse o trabalho por todos, para todos terem salário.

★

— De forma que, O SALÁRIO JUSTO, DEVE ESTAR NA BASE DE TÓDA A ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA. Sem isto, a organização não atingirá os seus fins.

dos quais destacamos os seguintes:

Dos Ex.^{mos} Snrs. Dr. Pedro Teotónio Pereira, Ministro do Comércio e Indústria, sr. Joaquim José de Andrade e Silva Abranches, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Dr. João Pinto da Costa Leite, Sub-Secretário de Estado das Finanças, General Eduardo Marques, Presidente da Câmara Corporativa, Tenente-coronel sr. João Luiz de Moura, governador civil de Lisboa, General sr. Daniel de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Manuel Gonçalves Monteiro, sr. Sub-Director da Alfândega de Lisboa, Câmara Municipal das Caldas da Rainha — Sindicato Nacional dos Contabilistas, Guarda-Livos e Empregados de Escritório do Distrito de Braga.

Manuel Couto Viana, Delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência em Viana do Castelo, Casa da Moeda e Valores Selados (Lisboa).

Também nos dirigiram saudações especiais os seguintes valiosos componentes da Imprensa do País: *Século*, *Diário da Manhã*, *República*, *Comércio e Colónias*, *Eco de Estremoz*, *Maria da Fonte*, de Póvoa do Lanhoso, *O Cezimbrense*, de Cezimbra, *Notícias de Évora*, *O Povo de Penafiel*, *O Minhoto*, de Valença, *A Indústria*, de Setúbal, *Brados do Alentejo*, de Estremoz, *A Tradição*, de Vila da Feira, *O Comércio de Gaia*, de Vila Nova de Gaia, *Vida Ribatejana*, de Vila Franca de Xira, *Revista Portuguesa de Comunicações*, *Notícia Histórica*, *A Escola Politécnica de Lisboa*, Associação Comercial Retalhistas de Viveres de Gaia, e sr. Américo José Coelho do *Diário da Manhã*.

Ainda pelo mesmo motivo iniciaram permuta connosco os seguintes jornais: *Ala Esquerda*, de Beja, *A Propaganda*, da Póvoa de Varzim, *Povo Algarvio*, de Tavira, *Ecos do Alcoa*, de Alcobaca, *A Plebe*, de Valença, *Comércio de Portimão*, *A Defesa do Pôrto*, *Jornal da Régua*, *Notícias de Viana*, *Boletim do Contribuinte do Pôrto*.

O Jornal do Comércio e Colónias levou a sua gentileza a transcrever na integra dois dos nossos artigos o que nos sensibilizou.

«Rádio Graça» referiu-se-nos encomiásticamente numa das suas apreciadas emissões.

Também a Casa de Portugal em Londres nos enviou saudações.

A todos protestamos os nossos sinceros agradecimentos.

Associação Comercial de Lisboa

Desta valiosa entidade recebemos o seguinte officio que transcrevemos na integra:

Ex.^{mo} Senhor

A Direcção da Associação Comercial de Lisboa vai promover pública homenagem às casas comerciais fundadas na praça de Lisboa ou que nela vêm exercendo comércio com instalações próprias e permanentes por suas filiais, há mais de cem anos, para consagrar assim a colaboração que o Comércio de Lisboa prestou durante esse largo periodo de tempo aos progressos da economia nacional.

Desejando que nessa homenagem seja abrangida a totalidade das casas comerciais nas condições acima referidas, e certa de que ela será acolhida com a maior simpatia pela Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, de que V. Ex.^a é illustre Presidente, venho solicitar o obséquio de com a maior brevidade possível, me indicar quais entre as firmas vossas associadas que devemos incluir na relação das homenageadas.

Agradecendo-o antecipadamente, reafirmo a V. Ex.^a a minha maior consideração.

Associação Comercial de Lisboa

O Presidente da Direcção

Joaquim Roque da Fonseca

O «Boletim» solicita dos Ex.^{mos} Srs. Associados que estejam nas condições indicadas, a fineza de nos informarem a-fim-de correspondermos ao apêlo da Associação Comercial de Lisboa a quem felicitamos pela brilhante iniciativa tomada.

Auto-Mecânica de Portugal

Por nos ser impossível detalhar o que foi a brilhante conferência realizada na nossa Associação no passado dia 17, pelo Engenheiro Ex.^{mo} Sr. Plínio Silva, reservaremos o próximo número para informar os nossos consócios dos objectivos desta interessante e patriótica iniciativa.

A proposta da nossa Associação como fundadora da Auto-Mecânica de Portugal, foi recebida com vibrantes aplausos.

INFORMAÇÕES

Obrigações dos contribuintes no mês de Fevereiro

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES, IMPOSTOS E TAXAS

Pode ainda pagar-se a 1.^a prestação da contribuição predial, com o juro de mora de 0,70% sobre a sua importância e com o desconto de 5% na parte do Estado, ou seja 4% sobre a importância do conhecimento;

— Igualmente pôde com o mesmo juro pagar-se o imposto sobre a aplicação de capitais — Secção A — que deixou de ser pago em Janeiro;

— Quanto à contribuição industrial e imposto profissional, pôde ainda ser paga toda a dívida neste mês com o juro de mora de 0,70% se no mês de Janeiro não foi paga a 1.^a prestação;

— Imposto sobre a aplicação de capitais — Secção B — nos juros de depósitos que tiverem sido liquidados no mês de Janeiro;

— Imposto do selo nas operações bancárias efectuadas durante o mês de Janeiro;

— Fundo de desemprego até ao dia 10 e referente aos vencimentos de qualquer natureza, pagos aos empregados no mês de Janeiro;

— Pôde ainda ser paga até ao fim deste mês a taxa militar;

— Emolumento anual de 10\$00 devido pelos estabelecimentos incómodos, perigosos ou tóxicos, nos atingidos pelos regulamentos das caldeiras e dos motores e, nos sujeitos a registo de trabalho nacional;

PARTICIPAÇÕES A FAZER NAS RESPECTIVAS REPARTIÇÕES DE FINANÇAS

Sobre prédios ou parte de prédios urbanos que ficam devolutos, dentro de 15 dias a contar do dia seguinte ao da saída do inquilino. A falta desta declaração impede o proprietário de pedir a anulação da contribuição predial, na proporção dos meses em que o prédio esteve devoluto;

— Dentro de 15 dias a contar da data em que tiver cessado o exercício do comércio, da indústria e das profissões;

— Relação das gratificações e percentagens pagas no mês de Janeiro aos empregados no comércio, indústria, agricultura e profissões liberais, incluindo-se os gerentes das sociedades anónimas;

— No prazo de 20 dias a contar da constituição das dívidas, apresentar o respectivo documento

para ser manifestado. Nas letras comerciais o manifesto tem de fazer-se no prazo de 15 dias a contar do protesto.

RECLAMAÇÕES CONTENCIOSAS

Neste mês de Fevereiro podem ainda fazer-se reclamações por erro nos lançamentos da indevida inclusão ou exclusão nas matrizes e verbetes de prédios; da cessação do exercício do comércio, indústria e das profissões; anulação de contribuição predial urbana por o prédio ter estado devoluto, no ano de 1936 ou em parte deste ano; anulação por sinistro, cujo rendimento tem de ser apresentado no prazo de 15 dias.

Também neste mês de Fevereiro podem os proprietários de prédios rústicos requerer a avaliação por exagêro de rendimento colectável;

Podem também reclamar-se por duplicação de colecta, por mudança de nome e por qualquer outro facto que possa prejudicar o contribuinte;

As sociedades anónimas que tiverem sido colectadas pelo Grupo B da contribuição industrial, por terem tido um capital tributável não inferior a 2.000 contos, podem requerer o encontro da contribuição predial nos seus prédios, relativa ao ano de 1936, na contribuição industrial de 1937.

Nos termos do Decreto n.º 24.894, de 9 de Janeiro de 1935, devem os proprietários, directores, gerentes ou administradores de quaisquer estabelecimentos industriais, cuja fiscalização dependa da Direcção Geral das Indústrias, prestar até 15 do mês de Fevereiro, as informações que lhes forem solicitadas em impressos fornecidos pela mesma Direcção Geral.

— Na Secretaria da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, prestam-se esclarecimentos acerca de uma firma de Sevilha, que pretende receber ofertas para fornecimento de «hojas de latas», em versas dimensões.

«A Voz do Comércio»

Iniciou a sua publicação este interessante jornal que veio preencher uma notada lacuna no meio comercial. Devemos à gentileza dos seus componentes, a inserção no seu primeiro número duma entrevista com o nosso Ex.^{mo} Presidente sr. João Martins Casal.

Desejamos-lhe longas prosperidades.



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

Director e Editor:
Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

MARÇO — 1937

Ano I — N.º 7

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º
LISBOA Telefone 24114

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e o Corporativismo

Na sua já longa fôlha de serviços prestados ao País, à instrução e à beneficência, tem merecido a nossa Associação inúmeros louvores das entidades oficiais.

Em colaboração leal e sincera com o Estado, tem a A. C. L. L. vincado bem a sua utilidade como fonte de estudo e base de opinião.

Colaborando várias vezes com os Governos na promulgação das medidas reguladoras da vida da Nação, como factor representativo de um dos sectores mais importantes da Economia Nacional, tem procurado fazê-lo sempre dentro do elevado pensamento que a norteia, por forma a merecer a confiança e o aprêço, com que tem sido distinguida.

Cuidando da defesa dos interesses legítimos dos seus associados, jámais deixou de atender, acima de tudo, como lhe cumpre, aos superiores interesses do País.

Assim a A. C. L. L. certa do estudo dos diversos assuntos de interesse geral que lhe é oferecido através dos núcleos de comerciantes agrupados nas suas diversas sub-seccões e da douda opinião dos seus consultores, tem sabido marcar posição valiosa e de merecido relêvo que a vem afirmando, desde longa data, como elemento apreciável, no concôrto geral dos diversos agrupamentos representativos das forças vivas da Nação.

Acérrima defensora da Ordem e do respeito pelas leis vigentes, factor preponderante do trabalho nacional, procurando evolucionar no sentido de bem se adaptar às melhores conveniências de uma mais perfeita organização social, não podia a A. C.

L. L. allear-se da alta missão que lhe estava incumbida, cumprindo-lhe fazer conduzir para o regimen corporativo, a importante força comercial que representa.

Eis porque, surgiu o pensamento de se solicitar superiormente a promulgação das medidas necessárias que permitissem a sua realização, certos estando de que, dentro do actual regimen corporativo, continuará afirmando a A. C. L. L., a sua utilidade e o seu reconhecido valor.

Resta-nos aguardar confiadamente que, quem de direito resolva sôbre o pedido formulado, permitindo que se transporte para o sistema corporativo, um dos mais úteis elementos para a sua mais perfeita organização.

E até lá prosseguiremos nos nossos trabalhos com a mesma Fé inicial, animados pela vontade insistente de sermos úteis ao comércio que representamos e à Nação que devotadamente servimos.

Notas do Banco de Portugal

MAIS UMA VEZ chamamos a atenção dos nossos associados para o assunto «Recolha de Notas», que a partir de 15 do corrente *deixam de ter poder liberatório* as notas do Banco de Portugal sôbre as quais, por qualquer forma gráfica ou outra, tenham sido feitos desenhos, traços, números e letras ou escritos, quaisquer dizeres e bem assim as que apresentem marcas de quaisquer carimbos, rasgões, furos, descolorações ou qualquer viciação.

AGRADECENDO

Quando pensámos na confecção do número especial do nosso «Boletim», para comemoração do 67.º aniversário da nossa colectividade, estávamos preparados para as canseiras e desgostos que o mesmo ocasionasse.

Publicou-se e como compensação, verificámos o agrado que mereceu o seu acolhimento. Cumprimos o nosso dever.

A acção da nossa colectividade, o desassombro das suas intenções, demo-la a conhecer a todo o Império, desde a capital aos pontos mais distantes.

Fomos mais longe. Levámos ao estrangeiro o nome aureolado da nossa Associação.

Juntámos os nomes honrados de comerciantes a nomes honrados de dirigentes do País.

À Nação apontámos a concórdia que preconizamos necessário defender e propagar, para que o nosso País continue progredindo.

Ao estrangeiro demonstrámos a acção valorosa da nossa Associação, posta ao serviço da Nacionalidade.

Estamos satisfeitos. Mas para que o nosso desideratum fôsse resolvido a contento, tivémos a preciosa colaboração dos *anunciantes* que assim tornaram possível a publicação dêsse número especial: Para êles o nosso reconhecimento. Os colaboradores, desde o mais ilustre ao mais modesto, são credores da mais viva gratidão dêsse baluarte associativo que defendemos.

Assim, ficaríamos de mal com a nossa consciência se não agradeceremos publicamente a todos os que directa ou indirectamente tornaram possível o nosso pensamento que foi sem dúvida uma propaganda altamente valiosa e oportuna do bom nome da nossa veneranda Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

A Redacção

SINDICATO NACIONAL

DOS CAIXEIROS DO DISTRITO DE LISBOA

Por acharmos interessante tornar do conhecimento dos nossos prezados consócios, transcrevemos o Capítulo VIII do relatório da última gerência deste organismo corporativo e que nos diz respeito:

... ..
Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa

«Também com este organismo patronal mantemos as melhores relações, encontrando da parte dos seus dirigentes extrema amabilidade e grande vontade em colaborar e trabalhar na orgânica corporativa e na disciplina rigorosa do seu sector comercial.

A actual gerência da A. C. L. L. pretende mesmo converter a Associação numa União de Grémios de Retalhistas de Lisboa, e nesse sentido expôs ao Estado. No seu Boletim mensal verifica-se ultimamente belíssima doutrina corporativa e até o presidente da Direcção de 1936 nêle tem colaborado, defendendo doutrina que tem produzido apreciável efeito no campo patronal lisbonense.

Em tôdas as manifestações de actividade do S. N. C. D. L., este organismo se tem feito representar e das conversas havidas entre as duas Direcções, muito especialmente entre os seus dois presidentes, grandes planos se têm esboçado, que, depois de postos em prática, modificarão por completo as relações existentes entre caixeiros e comerciantes.

O contrato colectivo genérico a elaborar com a futura União de Lojistas de Lisboa, no caso do Governo autorizar a sua formação, será um facto e acabará por disciplinar por completo o comércio retalhista da capital, elevando consideravelmente o nível de vida do caixeiro de balcão sob todos os pontos de vista.

As cláusulas exaradas no nosso projecto de contrato colectivo genérico, da autoria da Direcção de 1935 e publicado no n.º 7 de «O Trabalho Nacional», agradam em princípio à Direcção da Associação dos Lojistas, só restando estudar profundamente, sob a égide do I. N. T. P., o seu efeito na economia nacional e a forma de as aprovar no todo ou em parte, segundo as conveniências de momento.

Quási tudo o que escrevemos no capítulo intitulado «Associação Comercial de Lisboa» poderia-

mos repetir aqui, no que diz respeito à nossa forma de encarar a solução do problema corporativo no meio comercial. Mas, se a União dos futuros Grémios de Armazenistas de Lisboa se torna necessária ao S. N. C. D. L., a *União dos Grémios do Comércio Retalhista* essa é que julgamos imprescindível, porque, sem ela, só muito tarde o S. N. C. D. L. poderá ter aquele valor positivo, sob o ponto de vista prático, na elevação do nível do caixeirato sob todos os aspectos.

O S. N. C. D. L. tem erguido o seu estandarte a alturas tais que o País o avista de todos os pontos, através das suas iniciativas arrojadas sob o ponto de vista de propaganda corporativa, nacionalista e patriótica.

Mas não pode obter no campo social resultados práticos sem a União dos Grémios Armazenistas e Retalhistas. Jámais quando existem Grémios de demorada afinação interna, que exigem comissões administrativas, e quando a constituição dos outros tem sido morosa e difficilima, sem sabermos bem porquê.

Fazemos votos para que a Associação Comercial de Lojistas se converta em breve num organismo patronal, em condições de colaborar intimamente com o S. N. C. D. L. na disciplina e no prestígio do comércio retalhista da capital.»

Despachos sobre o Horário de Trabalho

Concorrência entre estabelecimentos de venda ao público

Para os devidos efeitos se publica que, por despacho de 23 do corrente foi esclarecido que os estabelecimentos de mercearia de Lisboa não podem vender ao sábado depois das 19 horas, artigos que não sejam do ramo de mercearia propriamente dito.

Pelo mesmo despacho foi generalizado este critério a todos os estabelecimentos que têm hora especial de encerramento e que vendam artigos que pertençam ao ramo de comércio cujos estabelecimentos encerrem mais cedo.

Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, 28 de Setembro de 1936 — O Secretário (a) *Pedro Botelho Neves*.

As Sub-Secções e o «Boletim»

Criado para defesa dos interesses dos senhores associados, é sempre com prazer que recebemos artigos ou exposições que alinham os fins para que foi criado.

Assim e sem desprimor para as outras classes, sómente até hoje duas modalidades comerciais se nos dirigiram: rádio e algodões (mercador).

A ambas expressamos o nosso reconhecimento, pelo exemplo demonstrado e valia da colaboração.

Oxalá que as outras classes despertem e nesta tribuna debatam os problemas que as assoberbam, dando a conhecer as suas pretensões e facilitando a missão da Direcção da Colectividade que só pode agir depois de, com fundamento ver tratado e defendidos com critério e valor, as pretensões das classes agremiadas.

O «Boletim» é de todos e para todos e as suas colunas são sempre reservadas à defesa dos interesses das classes que se lhe dirigem.

Aguardamos que o exemplo das classes de Algodões (mercador) e Rádio, seja seguido e possamos dar ao «Boletim» a feição que sempre pretendemos, tornando-o um verdadeiro órgão duma colectividade representativa dos Lojistas da Capital.

Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)

Considerando a alta missão desempenhada por este importante organismo do Estado Corporativo Português, cuja acção tem sido acompanhada interessadamente pela A. C. L. L., resolveu a direcção submeter ao voto dos restantes corpos directivos, uma proposta para a concessão de um donativo a tão importante e meritorioso organismo.

Foi autorizada a importação da fôlha de Flandres

Um decreto publicado na fôlha oficial autoriza a importação, sob regime de draubaque, da fôlha de Flandres destinada a ser estampada no País. Por cada 100 quilogramas de fôlha de Flandres exportada serão restituídos os direitos correspondentes a 100 quilogramas de fôlha importada.

POSSE DOS NOVOS CORPOS GERENTES

Com desusada concorrência realizou-se no passado dia 29 de Janeiro a posse dos novos corpos gerentes.

Abriu o acto o Ex.^{mo} Sr. Virgílio da Fonseca que num formoso discurso pôs em destaque a valia da Associação e a esperança que mantinha no seu brilhante futuro. Saúdou os corpos gerentes cessantes, felicitando em especial a Direcção, por todos os trabalhos efectuados na intenção de integrar, no plano corporativo, a nossa Associação. Aos que tomavam posse desejou felicidades e afirmou aguardar que prosseguissem na rota encetada que será a melhor e a mais importante obra que a nova Direcção deve efectuar.

Espraiou-se em considerações judiciosas sobre corporativismo, realçando a necessidade das organizações comerciais se integrem na nova modalidade criada, base da Justiça que há de regular

tudo e todos os que ao comércio se dedicam.

Seguiu-se o sr. João Martins Casal que fez uma ardente profissão de fé colectiva, demonstrando claramente a sua disposição em conduzir a Associação para um melhor futuro que antevê brilhante. Agradeceu aos seus antigos companheiros a colaboração dispensada que bastante proveitosa foi. Aos seus novos colegas dirigiu saudações e manifestou a sua gratidão por o acompanharem num momento difícil para a colectividade, mas de que sairá certamente prestigiada.

Pediu licença para, sem melindre para ninguém, realçar o valioso trabalho dispendido em prol da Associação pelo sr. Domingos Gama Garcia, quer como secretário activo da Direcção, quer como director do «Boletim».

O sr. Aquiles Teixeira, dirigiu saudações aos novos empossados, destacou o «Boletim» que em seu entender foi a mais feliz inicia-

tiva da última gerência. Ainda os srs. António Coelho Fernandes e J. António Pereira, aludiram aos propósitos dos novos empossados e associaram-se às homenagens ao «Boletim». Usou em seguida da palavra o director do nosso «Boletim» que agradeceu as palavras de elogio que lhe foram dirigidas. Em seu entender limitou-se a cumprir o seu dever. Disse concordar que o «Boletim» serve condignamente a Associação e isso representa o melhor elogio da gerência de 1936. Está certo que os novos corpos gerentes bastante trabalharão pela colectividade. A nova Direcção está bem constituída e dos seus novos colegas espera um trabalho valioso que dignifique a colectividade e a conduza àquele grau de prestígio que entende ser necessário emprestar-lhe. Prometeu continuar trabalhando pela Associação com o mesmo afino e dedicação, e conduzir o «Boletim» pelo mesmo

(Continua na pág. 7)



ALGUNS DOS «EMPOSSADOS» PARA A GERENCIA DE 1937

Da esquerda para a direita: Artur Robert, Augusto de Araújo Branco, João Alves, António Per.^{ra} da Conceição, Ernesto Nobre, Aquiles Teixeira, Domingos Gama Garcia, Francisco Manuel da Costa, João Martins Casal, Virgílio da Fonseca, António José Coelho Fernandes, João Mota da Silva, Carlos de Quina Ribeiro, António da Cunha Rosa, Alfredo Gomes Magno, José António Perelra, e José Antunes

O justo salário e a situação das Empresas

Pelo Dr. Ramiro Seixas

O Salário Justo, deve estar na base de toda a organização Corporativa — afirma Horácio Gonçalves.

A situação das Empresas é o primeiro elemento a atender na organização corporativa — afirmamos nós.

Porquê?

É o que vamos demonstrar.

★

Porém, antes de entrarmos propriamente na matéria, queremos dizer duas palavras a respeito da pessoa com quem vamos estabelecer respeitosa polémica.

A oportunidade destas palavras deriva exactamente do facto de Horácio Gonçalves não ser já o presidente do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa.

O que vamos dizer não pode, pois, ser considerado como «louvaminha» ou desejo de captar as simpatias do principal responsável pelo S. N. C. D. L.

★

— Conhecemo-nos há poucos meses e os nossos primeiros encontros foram cheios de recíproca desconfiança.

Em posições aparentemente opostas, medimos e pesámos cada uma das atitudes que inicialmente tomámos: êle recosa de cair em qualquer armadilha, que o advogado «rábula» lhe colocasse; nós de prevenção contra as habilidades do «meneur», batido e rebatido em pugnas associativas.

Pouco a pouco, através dum contacto quasi diário, essa frieza, calculada, foi-se desfazendo e quasi sem darmos por isso, sentimos eriar-se e desenvolver-se uma amizade franca e sincera, baseada principalmente na perfeita lealdade do nosso comum procedimento.

Horácio Gonçalves passou a entrar no nosso escritório «sem bater à porta» e a gastar connosco muitas horas, em conversa sempre entusiástica.

Pela sua mão entrou o S. N. C. D. L. na Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e bem pode dizer-se que o ambiente de simpática expectativa criado em relação ao seu Sindicato se deve exclusivamente às qualidades pessoais de Horácio Gonçalves.

Colaborador valioso deste «Boletim», êle tem materializado em factos concretos a Ideia Corpora-

tiva que o domina: *a ligação íntima entre comerciantes e caixeiros.*

Naturalmente inteligente e com uma ânsia constante de «saber», dia a dia valoriza os seus conhecimentos, com um sentido práctico e objectivo que pode bem servir de lição a muitos que se taxam a si próprio de «competentes».

Horácio Gonçalves é o tipo perfeito do dirigente de um Sindicato Nacional: sabe o que quer e sabe sempre até onde pode e deve ir.

Embora afastado da Direcção do S. N. C. D. L., há-de continuar a marcar dignamente a sua posição, porque homens da sua tempera e com as suas qualidades não abundam por aí.

Que a sua modéstia nos desculpe as palavras que, muito sinceramente, lhe dirigimos.

Entremos agora na discussão.

★

Ninguém pode negar que:

A organização Corporativa só atingirá plenamente os seus fins se conseguir dar a todos os trabalhadores o — justo Salário.

Nêste ponto estamos inteiramente de acôrdo com Horácio Gonçalves.

Simplemente, o nosso desacôrdo nasce da precedência que pretende, embora veladamente, estabelecer para o problema do — Justo Salário —, collocando-o como

base de toda a Organização Corporativa.

Nós entendêmo-lo como

Um fim.

Problemas de «base» há, em nossa opinião, outros bem diferentes.

Um desses é o que respeita à

Situação das Empresas

Até sob o ponto de vista lógico, como poderá falar-se em justo Salário sem se inquirir, primeiro, *das possibilidades de quem os há-de pagar?*

Não é novidade para ninguém que a maioria das Empresas, exactamente aquelas que menores salários pagam ao seu pessoal, vive horas angustiosas, a braços com dificuldades de toda a ordem.

Essas pagam já — o que não podem — e muito difícil será impôr-lhes que paguem — ainda mais.

Por isso nós collocamos, antes de qualquer estudo respeitante à justa medida do Salário, o problema magno da

organização Corporativa das Empresas.

Só a disciplina corporativa e a defesa em princípios sólidos do — Justo Lucro —, nos permitirá fixar então e só então, o — justo Salário.

A não ser que queiramos provocar maiores ruínas e agravar ainda mais a crise de trabalho, forçando as empresas, que já difficilmente se mantêm, a liquidarem de qualquer forma para evitarem um mal maior.

O quadro que H. G. nos apresentou é verdadeiro, mas simplista, porque foca apenas o aspecto que lhe é, evidentemente, mais simpático.

Mas, infelizmente em matéria de Organização social e económica as coisas não se apresentam com essa simplicidade.

Para construir em bases sólidas é necessário assentar primeiro os alicerces de toda a construção.

Ora, H. G. pretende edificar começando pelo telhado, isto é, invertendo os termos do problema.

Coloca na «base» o que constitue exactamente *um dos fins* principais que se pretende atingir através da Organização Corporativa.

Esta tem uma dupla finalidade, social económica, e quer uma quer outra não foram estabelecidas arbitrariamente, porque são *interdependentes.*

A organização das actividades económicas é que permitirá «estabelecer uma vida colectiva de que resulte a justiça entre todos os cidadãos.» E nada mais justo do que o — Justo Salário.

Sem essa organização firmada, sem a disciplina que dela há-de necessariamente resultar; sem se removerem todas ou a maior parte das causas de perturbação económica, não nos é lícito falar em justo Salário, muito menos com a intenção de o impôr, ao acaso da vontade de cada qual.

Apresentar o problema como H. G. o apresentou; glosar esse tema por todas as formas correc-

PORTO DE LISBOA

Transcrevemos a representação dirigida ao Ex.^{mo} Sr. Administrador do Porto de Lisboa, sobre serviços do porto que motivaram reclamações de firmas nossas associadas:

Ex.^{mo} Snr.:

Tem esta Colectividade recebido várias reclamações de firmas suas associadas, no sentido de interceder junto de V. Ex.^a, solicitando as determinações necessárias, de que possa resultar a justa satisfação dos desejos manifestados pelos reclamantes, de forma a obviar-se à continuação da prática recentemente estabelecida pela Empresa de Tráfego e Estiva, no que respeita à lingagem de mercadorias, quando descarregadas das fragatas que as conduzem aos cais onde essa operação tenha de realizar-se.

Não deseja nunca esta Direcção, ao tomar o encargo de vir patrocinar justos queixumes apresentados, fazer-se éco de reclamações que possam opôr-se a medidas determinadas pela Administração Geral do Porto de Lisboa que V. Ex.^a superiormente dirige, importante organismo do Estado, merecedor do nosso maior respeito, pela alta função que exerce.

Todavia, a justiça dos queixumes até nós chegados, obrigam-

tas, só pode ser útil para convencer os poucos que ainda não estão convencidos.

Que o Salário Justo se impõe como uma finalidade imperativa, a favor da qual todos os esforços devem convergir, nenhuma pessoa, por mais rude que seja o seu entendimento, pode negar.

Que o problema do Salário esteja na «base» da Organização Corporativa, parece-nos erro perigoso, que deve ser emendado para se evitarem impaciências despropositadas.

Por isso repetimos:

a situação das empresas é o primeiro elemento a atender na Organização Corporativa.

Por empresas, entendemos todas as formas de actividade que *utilizam o trabalho*.

Só podemos exigir a quem paga, que pague — o que é justo — desde que o coloquemos em posição de — poder pagar.

-nos a vir reclamar contra o que se está praticando, porque tal prática se nos afigura contrária até, ao que por essa Ex.^{ma} Administração foi estabelecido, emquanto executou por sua conta os serviços de descarga, sem a intervenção da referida Empresa.

Assim, pela Ordem de Serviço n.º 1.415, de 15 de Novembro de 1935, foi determinado que as descargas de mercadorias em cais livres, ficaria de conta da Administração Geral do Porto de Lisboa, indicando-se, na aludida Ordem, as taxas a aplicar às diferentes mercadorias, usualmente descarregadas das fragatas nos citados cais.

Não foi sem reparos do Comércio importador que esta medida foi tomada, por vir coartar um direito de livre prática de serviços por pessoal de conta própria, encarecendo-o e sujeitando a sua execução a ser efectuada por pessoal insuficientemente adestrado para a sua boa prática, com relação a determinado número de mercadorias.

Tão justas se nos afiguraram as reclamações dos interessados que uma larga e fundamentada representação foi por esta Direcção entregue a V. Ex.^a, sem que infelizmente se lograsse conseguir qualquer solução, relegando-se a um plano contrário aos legítimos interesses do Comércio, a petição oportunamente apresentada, marcando a Administração Geral do Porto de Lisboa nesse momento uma atitude que nos permitimos considerar fora do auxílio e das facilidades que ao Comércio deve dispensar, como o fundamental missão para que foi criada.

Porque não conseguiu esta Direcção o justo deferimento que esperava, se foi executando o serviço de descargas em cais livres, mediante as taxas estabelecidas pela aludida Ordem de Serviço n.º 1.415 que presentemente se continua a aplicar, embora o serviço de descargas a que as mesmas correspondem, tenha englobado sempre, desde o seu início, não só a arrumação nos veículos, como a utilização de guindastes e lingagem das mercadorias.

De estranhar é, portanto, e daí a justiça das reclamações apresentadas, que, continuando em vigor a citada Ordem de Serviço, com a aplicação das taxas dela constantes, se permita à Empresa de Tráfego e Estiva que cobre separadamente outras taxas por pessoal empregado na lingagem

das mercadorias, contrariando assim o que pela própria Administração Geral do Porto de Lisboa foi estabelecido e ainda não revogado, porque se o tivesse sido, nenhuma razão subsistia então, para que se continuassem cobrando na sua totalidade, as taxas estabelecidas na já indicada Ordem de Serviço n.º 1.415.

Afigura-se-nos e certos estamos da concordância de V. Ex.^a, que não pôde, nem deve, o Comércio importador estar sujeito a casos como o que vimos de apontar, forçando-o a ser onerado desta forma com constantes elevações de encargos, alguns já citados em anteriores reclamações apresentadas por esta Direcção, como sejam, a aplicação de taxas de porto acima do que pelos regulamentos em vigor se acha estabelecido, a que mais tarde tivemos de acrescentar as descargas em cais livres, executados forçadamente por pessoal dessa Administração, e a que agora temos de juntar o que vimos expôr, solicitando de V. Ex.^a, as medidas necessárias para que termine a exigência que reputamos fora do que à referida Empresa pôde ser permitido, a não ser que, as taxas indicadas pela Ordem n.º 1.415, sofram a redução conveniente que permita, sem agravamento para o comércio que a nova modalidade aparecida possa subsistir.

Até lá, havendo um desdobramento nos serviços de descarga e de lingagem, com a manutenção das taxas que ainda vigoram para pagamento à Administração Geral do Porto de Lisboa dos referidos serviços em globo, parece-nos tal prática, bem merecedora dos justos reparos e queixumes até nós chegados.

Por isso, nos permitimos vir junto de V. Ex.^a expôr respeitosa-mente o que se nos ofereceu sobre os motivos em referência, esperando que, pelo acolhimento que às entidades oficiais deve merecer o nome prestigioso da veneranda Associação que há mais de meio século, representa e defende os legítimos interesses de uma grande parte do comércio, seja encontrada a solução justa que dê a devida satisfação, ao que exposto fica.

Com os nossos cumprimentos, fazemos votos

A bem da Nação

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 30 de Janeiro de 1937.

O Presidente da Direcção

João Martins Casal

UMA BELA INICIATIVA

A COOPERATIVA AUTO MECANICA DE PORTUGAL

Notável conferência do sr. Engenheiro Plínio da Silva, na Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, sobre a finalidade do seu organismo

Na noite de 17 de Fevereiro último, realizou o sr. Eng. Plínio Silva a sua anunciada conferência, na Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, sobre a criação e finalidade da Cooperativa Auto-Mecânica de Portugal, a cuja direcção preside. Essa conferência, ansiosamente esperada pelo público, fez afluir ao salão da Avenida da Liberdade uma multidão, que encheu, completamente, as salas, corredores e escadaria do edifício.

O presidente da Direcção daquela colectividade, sr. Martins Casal, ao iniciar a sessão, fez o elogio do conferente, recordando o prestígio que ficou rodeando o seu nome quando passou pelas cadeiras do poder e pela direcção suprema dum importante serviço de transportes. Terminou por convidar o sr. Almirante Afonso de Cerqueira a presidir àquela sessão, o que foi acolhido pela assistência com manifestações de simpatia.

O sr. Eng. Plínio Silva, ao fazer o enunciado da sua conferência, primeira da série que vai realizar nas associações económicas e sindicatos nacionais, começou por agradecer o apoio que a criação da Auto-Mecânica de Portugal tem encontrado por toda a parte, agradecendo às entidades oficiais a liberdade concedida para expor os objectivos da cooperativa e à imprensa o acolhimento entusiástico que lhe dispensou.

Disse o conferente que não era seu propósito fazer uma palestra sobre cooperativismo; no entanto, queria enunciar a base doutrinária em que assentava a organização, cujo mecanismo levou alguns meses a estudar. Precisava de dizer que aquela instituição não era cooperativa apenas de tabuleta, como tantas outras que tinham esse nome e se limitavam a simples intermediárias entre a produção e o consumo, sem outro objectivo que auferir um pequeno lucro. A Auto-Mecânica de Portugal estava animada dum ideal de fraternidade humana, segundo os princípios de alguns tratadistas do cooperativismo, cujas obras citou, lendo trechos de algumas delas.

Expôs o orador como surgiu a ideia de criar a cooperativa de

transporte, já ventilada pelo sr. Prof. Raúl Tamagnini, nos seus trabalhos sobre o cooperativismo. Aludiu aos estudos preparatórios que foram feitos e às diligências que efectuou, junto de entidades que trabalhavam em transportes automóveis, a fim de conseguir o concurso delas, pois a iniciativa não visava a prejudicar os que viam da camionagem. Encontrou decidido apoio nas principais empresas nacionais de transportes, algumas das quais estão representadas na direcção da cooperativa.

Por vezes interrompido, com apoiados e palmas, o sr. Eng.º Plínio Silva disse quais os objectivos da cooperativa, o primeiro dos quais é fornecer transportes automóveis aos sócios e suas famílias. Dêle toda a imprensa inferiu que poderia ser, assim, estabelecido o serviço de auto-omnibus em Lisboa, que é das poucas capitais onde esse serviço não existe. Na verdade, a cooperativa pode transportar em auto-omnibus os seus sócios. Isso assenta num princípio inatacável. Se duas podem constituir-se em sociedade, para adquirir um automóvel que as transporte aos sítios onde exercem a sua actividade, três, quatro, cem, mil, um milhão, podem fazer o mesmo, porque o que é verdade para N, é verdade para N+1.

Logo que começou a ser conhecida a criação da cooperativa, acorreram a inscrever-se como sócios numerosas pessoas, a ponto de, em alguns dias, estarem inscritos mais de 500, o que por si só representa, virtualmente, um capital de 5.000 contos. A cooperativa dispõe já de fundos para dar início ao seu empreendimento e tão pouco necessitada de dinheiro está que os depósitos que tinha à ordem, nos bancos, ficarão a prazo, por decisão do seu organismo directivo.

Acentuou o orador a circunstância de só poderem ser sócios cidadãos portugueses e frisou a importância económica, social e até militar que tem a criação dum tão vasto serviço de transportes. Aludiu ao espírito de imitação, dizendo que novas cooperativas que surjam com idêntico objectivo, num propósito de macaquear a Auto Mecânica de Portugal, co-

meçam por negar o ideal cooperativo que é ligar, reforçar actividades e não dispensar esforços.

O conferencista, ouvido no meio de religioso silêncio, expôs os benefícios que a cooperativa oferecia aos seus sócios, no que respeita ao fornecimento de óleos e carburantes, material e acessórios de automóveis, e ainda a reparação e reconstrução de veículos. Enumerou as vantagens que têm os sócios fundadores, uma das quais, consignada nos estatutos, é o direito a preferência para os cargos da cooperativa que o sócio possa desempenhar, tanto nos serviços dos escritórios como nos de movimento e oficinas. Assim, a cooperativa pôs termo à instituição nacional do empenho, pois os pretendentes a tais lugares terão de ser sócios fundadores e a sua admissão far-se-á pela rigorosa ordem de inscrição. Isso que está determinado quanto a empregos, ficou resolvido pela direcção que fôsse extensível aos fornecimentos.

Assim, quando a direcção tiver de pedir propostas para fornecimento de artigos de papelaria, de materiais de construção, etc., dirigir-se-á às casas que se tenham inscrito como associadas, pois não é justo que vá dar lucros àqueles que não se interessam pela vida da cooperativa. Quanto aos grandes fornecimentos de material, serão feitos por meio de concurso público, como é o orador sempre tem feito quando dirige serviços, recordando que como director do Sul e Sueste nunca recebeu uma reclamação sobre fornecimentos de carvão, mercadoria que enfarusca muita gente...

Depois de se ter referido à classe dos condutores de automóveis — pela qual tem muita simpatia pois serviu durante a guerra com os «chauffeurs», em África e em França, afirmando o seu propósito de ir brevemente realizar uma conferência no respectivo Sindicato Nacional — o sr. Eng.º Plínio Silva proferiu palavras de amizade para a prestigiosa Associação Comercial de Lojistas, que, desde a primeira hora, lhe dera o seu apoio moral e lhe franqueara as suas salas. Terminou, abraçando o presidente da respectiva Di-

recção, abraço que, disse, era extensivo a todos os associados.

No final, o sr. Martins Casal congratulou-se pelo êxito da conferência e agradeceu ao sr. Eng.º Plínio Silva as suas palavras. Disse que era tanta a simpatia com que a Associação Comercial de Lojistas via a criação da Auto-Mecânica de Portugal, que a respectiva direcção, na sua última reunião, resolvera inscrever-se como sócia, tendo assinado já a respectiva proposta, que tinha a honra de entregar ao sr. Eng.º Plínio Silva. Este pediu, então, aos seus colegas da direcção da cooperativa, que estavam presentes, permitissem fôsse a proposta aprovada por aclamação de toda a assembleia.

Estrepitosas salvas de palmas sublinharam estes actos e no final, quando o sr. Almirante Afonso de Cerqueira proferiu algumas palavras a encerrar a sessão, de novo a assistência se manifestou calorosamente.

(De A Voz do Comércio)

Indicações úteis

Bairros Administrativos (moradas)

- 1.º — Largo de S. Vicente — Telefone 2 3215.
- 2.º — Rua Ivens, 6, 1.º — Telefone 2 3216.
- 3.º — Rua Castilho, 19, 1.º — Telefone 4 7682.
- 4.º — Rua Presidente Arriaga, 6, 1.º — Telef. 2 3214.

Bairros Fiscais e Secções de Finanças

- 1.º — Rua da Graça, 31.
- 2.º — Largo de S. Vicente — Telefone 2 5625
- 3.º — Rua Eugénio dos Santos, 141, 1.º — Telef. 2 5589.
- 4.º — Rua Anchieta, 5, 1.º — Telefone 2 5464 — Tesouraria, Rua Ivens, 24.
- 5.º — Av. Duque Loulé, 18-C, 1.º
- 6.º — Rua Castilho, 19, 1.º.
- 7.º — Rua Presidente Arriaga, 6, 1.º — Telef. 2 3214.

«Diário da Manhã»

Cumprimos gostosamente o dever de agradecer nas colunas do nosso Boletim, as deferências dispensadas por êste precioso ornamento da Imprensa da Capital, que bastante nos auxiliou na publicação do número especial.

Aos Ex.^{mos} Srs. Drs. Pestana Reis, J. Moreira de Almeida e sr. Américo J. Coelho protestamos a nossa gratidão.

Fiscalização do Horário de trabalho

Constando que os estabelecimentos comerciais são frequentemente visitados por indivíduos que falsamente se intitulam fiscais do horário de trabalho, os quais a trôco de supostas benevolências, recebem gratificações, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência previne que os agentes da fiscalização do horário de trabalho estão munidos de bilhete de identidade, não participam das multas e facilitam todos os esclarecimentos por dever do cargo.

Publicações recebidas

Radio-Moçambique, que se publica em Lourenço Marques deu-nos o prazer da sua visita.

O seu n.º 18 de Dezembro de 1936 constitui um ferveroso hino a Portugal. Encerra óptimo noticiário e apresenta um cuidado e valioso aspecto gráfico.

A *Gazeta*, de Ponta Delgada, com quem gostosamente permutamos.

Vida Ribatejana, que felicitamos pelo seu 20.º aniversário, apresenta um primoroso número especial e em que por gentileza transcreve na íntegra o artigo «A solução corporativa», do nosso presado colaborador Sr. Dr. Ramiro Seixas. Os nossos agradecimentos.

Folha de Vila Verde, que se nos refere elogiosamente, apetece-mos-lhe inúmeras prosperidades.

Notícias de Viana, de bom aspecto gráfico e interessante colaboração.

Boletim da Direcção Geral do Comércio. Recebemos o seu número extraordinário de Janeiro de 1937 que, como sempre, encerra valiosíssimo recheio. Agradecemos a gentileza da oferta.

A *Indústria Portuguesa*, também no seu último e bem apresentado número se nos refere amavelmente. Agradecemos.

Alfândega de Lisboa

Na secretaria da nossa Associação, encontra-se patente uma nota discriminativa das importâncias pagas a mais na Alfândega de Lisboa durante o ano de 1936, por diversas casas comerciais e industriais.

As informações podem ser pedidas pelo telefone 24114 ou às horas de expediente das 10 às 12 horas, das 14 às 19 horas e das 21 às 23 horas na sede da Associação.

Posse dos novos Corpos Gerentes

(Continuação da pág. 3)

caminho que até hoje tem trilhado.

O sr. A. da Cunha Rosa em nome da Secção Comercial endereçou palavras de agradecimento aos elementos da gerência de 1936, que muito auxiliaram a sua missão e referiu-se elogiosamente à Sub-Secção de Algodões Mercador que, afirmou, sem melindre seja para quem fôr, foi das que mais trabalhou e colaborou, na defesa dos interesses dos associados.

Em nome desta Sub-Secção usou da palavra o sr. Francisco Manuel da Costa que agradeceu as referências à sua Sub-Secção e prometeu aos novos empossados a sua melhor colaboração.

Encerrou esta grande manifestação colectiva o digno Presidente da Mesa da Assembleia Geral sr. Virgílio da Fonseca que exortou novamente os empossados a trabalharem pela Associação e finalizou traçando o papel valioso que o nosso «Boletim» representa e que entende ser necessário manter e desenvolver.

No meio, pois, da mais franca amizade terminou a posse dos corpos gerentes de 1937.

Grande Exposição Agrícola, Industrial, Artística e Histórica de S. Paulo (Brasil)

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa comunica aos interessados que nos meses de Março, Abril, e Maio do corrente ano, se celebrará, em S. Paulo, o referido certame, comemorativo do cinquentenário da imigração oficial no Estado de S. Paulo.

Na Repartição do Fomento Comercial podem ser examinados o regulamento geral desta Exposição, e um gráfico com a vista panorâmica da mesma.

Os estabelecimentos de Drograria passam a fechar, aos sábados, às 19 horas

Vai ser publicado um edital da Câmara Municipal de Lisboa alterando, de acôrdo com o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, e com a aprovação do Sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, o regime de encerramento dos estabelecimentos de drograria, que passam a encerrar aos sábados, às 19 horas, como os demais estabelecimentos em regime normal de encerramento.

INFORMAÇÕES

Obrigações dos contribuintes no mês de Março

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES, IMPOSTOS E TAXAS

a) — Pode pagar-se a 1.^a prestação da contribuição predial, com o desconto de 5 % sobre a verba principal, acrescida a sua importância do juro de mora de 1,45 %;

b) — Igualmente pôde ser pago o imposto sobre a aplicação de capitais — Secção A — com o juro de mora de 1,45 %, cuja cobrança à boca do cofre teve lugar em Janeiro último;

c) — Da contribuição industrial, grupos A, B e C, e do imposto profissional dos empregados por conta de outrem e das profissões liberais, podem ainda ser pagas as duas prestações, com o juro de mora de 1,45 %, visto que, não tendo sido paga a 1.^a prestação em Janeiro, se consideram vencidas todas as outras;

d) — Paga-se o imposto sobre a aplicação de capitais — Secção B — nos juros dos depósitos e dos suprimentos que tiverem sido liquidados em Fevereiro;

e) — Pode ainda ser paga a taxa militar, mas só é recebida desde que o contribuinte pague o dóbbo.

PARTICIPAÇÕES A FAZER NAS RESPECTIVAS SECÇÕES DE FINANÇAS

a) — Dentro de 15 dias, sobre prédios ou parte de prédios que fiquem devolutos;

b) — No mesmo prazo para a cessação do exercício do comércio, da indústria e das profissões liberais;

c) — No prazo de 20 dias a contar da constituição das dívidas, deve apresentar-se o respectivo documento para ser manifestado. Nas letras comerciais o manifesto tem de fazer-se no prazo de 15 dias a contar do protesto, quando não haja intervenção dos Bancos e casas bancárias, por isso que, neste caso, o prazo corre da data da entrega da letra ao credor.

RECLAMAÇÕES CONTENCIOSAS

Neste mês podem ainda fazer-se as reclamações por quaisquer erros nos lançamentos e para anulação de colecta de contribuição predial, por os prédios terem estado devolutos em todo ou em parte do ano de 1936. Podem também reclamar-se a anulação dos trimestres, a partir do seguinte

àquele em que tiver cessado o exercício da indústria ou da profissão.

As sociedades anónimas cujo capital tributável, não fôr inferior a 2.000 contos, podem requerer o encontro da contribuição predial do ano de 1937.

Feira anual de Milão

Nos próximos dias 12 e 27 de Abril realiza-se esta importante feira tendo a Legação de Itália em Lisboa manifestado o desejo de que os meios industriais e comerciais de Portugal participem neste certame.

Exportação para Inglaterra

A Direcção Geral do Comércio enviou à Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, para conhecimento dos interessados, cópia de uma comunicação que recebeu da Embaixada de Inglaterra, acerca do regime de licenças para a importação, naquele país, de galináceos e ovos.

TELEFONES

Por estar já composto o presente número do «Boletim», não nos foi possível fazer-mos inserir neste número os ofícios da «The Anglo-Portuguese Telephone Co. Ltd.» conforme solicitação recebida o que gostosamente faremos no próximo número de Abril.



CASA HAVANEZA

FUNDADA EM 1867

O maior estabelecimento do género na Península

Agentes exclusivos dos apreciados charutos. MÉLIOR

36 marcas diferentes desde 760 ctvs. a Esc. 4700
Magníficos cigarros ingleses da

BRITISH-AMERICAN TOBACO CO. LD.
Gold Flake, Players, Capstan, Kool, Old
Gold, etc., etc.

Unicos Importadores do afamado papel ZIG-ZAG

O melhor do mundo

Double, Simples, Ramsés,

Alcatrão liso e gomado, Goudron

Ambreado, Zuavo e Dernières Cartouches

SORTIDO COMPLETO DE ARTIGOS PARA FUMADORES

Telefone 2 0340

24, LARGO DO CHIADO, 25

End. tel. HAVANEZA



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

ABRIL — 1937

Ano I — N.º 8

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

Director e Editor:

Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º

LISBOA

Telefone 24114

BOA DOUTRINA

Sub-Secções

Quantas vezes a maledicência de alguns e a descrença de outros nos feriu dolorosamente, ao sentirmos as manifestações do seu espirito derrotista, dizendo que a Associação para nada lhes servia. Vulgar era também o pedido de tratamento pela Associação, de assuntos que não tendo o cunho do interesse geral que à colectividade deve merecer sempre estudo atento e cuidadoso carinho, colocavam por vezes as direcções num ambiente de critica severa, bem imerecida. Mas, tudo isto tem desaparecido mercê do trabalho construtivo realizado pelo «Boletim» que a poucos meses do seu reaparecimento, tem procurado congrega uma massa colectiva numa comunhão de aspirações e de ideal profícuo, em notável caminho de ordeira e muito próxima realização. A nossa Associação criada com o fim de defender os legítimos interesses dos seus associados, desenvolveu sob esse aspecto, através dos tempos que vêm desde a sua já longínqua existência, uma obra notável que já mais se extinguirá e que, mercê do esforço e do perseverante trabalho de valiosos e dedicados directores, a tornou um baluarte forte e de incontestável prestígio.

Todavia à evolução natural dos sistemas que regem as sociedades, para um fim melhor e mais adaptável às suas exigências e necessidades, tem de corresponder directamente a evolução para novos moldes, do sistema associativo. O espirito de classe, fixado dentro do seu restrito ambiente, teve de evoluciona em sentido mais amplo, fazendo-se substituir por um espirito novo que, cuidando do interesse especial de cada classe, tudo subordina porém ao interesse comum e ao bem da Nação.

A A. C. L. L. pretendendo integrar-se dentro do Estado Corporativo, afirma mais uma vez a sua alta compreensão e manifesta o desejo de continuar a sua valiosa acção de utilidade em favor do Comércio e do País.

Na nova estrutura associativa porque sincera e devotadamente vimos trabalhando e que será produto das aspirações claramente expostas e acreditadas pelo prestígio da nossa veneranda e gloriosa Associação, encontrareis a melhor facilidade do vosso agrupamento, em semelhança com a orgânica interna estabelecida e praticada de há muito entre nós, através das diversas secções.

Sem perda de tempo deveis contribuir para a mais completa e rápida organização que pretendemos e que constitui a realização prática das vossas aspirações.

Fazei agrupar na nossa Associação o maior número de comerciantes do vosso ramo que à nossa colectividade ainda não pertencam.

Com eles e sob a orientação dos directores já incumbidos desta especial missão, assistidos dos nossos consultores especializados, procurai constituir sem demora a vossa secção, base do vosso futuro Grémio, facilitando assim a missão que nos está imposta, de forma a que tudo esteja preparado para a adaptação que todos nós pretendemos rapidamente efectivar.

E não vos deveis esquecer que é ainda a Associação a prestar-vos assim mais um alto e valioso serviço, procurando construir o sólido edificio onde se ajustarão fraternalmente e sem litígios, todas as justas e legítimas aspirações.

D. G.

Sendo absolutamente indispensável organizar desde já todas as Sub-Secções, de modo a cada uma delas eleger uma Comissão encarregada do estudo do respectivo Grémio, em ordem à formação do Organismo Corporativo que há-de suceder à A. C. L. L., ficam desde já prevenidos todos os nossos associados de que muito em breve as classes serão convocadas, sucessivamente, a reunir para tal fim.

Dada a importância do assunto, deve êle merecer todo o interesse aos nossos associados que não devem faltar às reuniões que vierem a ser convocadas.

Comércio com mais de cem anos

Correspondendo à solicitação da Associação Comercial de Lisboa que vai levar a efeito uma homenagem ao comércio existente há mais de cem anos, indicámos a firma nossa associada José de Sá Pereira, Ltd., que se encontra nessas condições.

Desde 1798 que a firma José de Sá Pereira Ltd. vem actuando no comércio sempre com o mesmo negócio, tornando-se assim a mais antiga no seu género.

Cumprimentamos a nossa associada e auguramos a maior felicidade na organização da homenagem projectada.

Diário da Manhã

Entrou no sétimo ano da sua publicação, este importante elemento da Imprensa da Capital, que sinceramente felicitamos desejando-lhe inúmeras felicidades.

O Acordo de Trabalho

entre a firma Pimentel & Costa e os seus empregados

No dia 11 de Março foi assinado, no gabinete do Secretário Geral do I. N. T. P., o Acôrdo de Trabalho negociado entre a firma Pimentel & Costa e os seus empregados.

A convite do S. N. C. D. L., que intervinha no acôrdo como representante dos caixeiros e empregados daquela firma, a nossa Associação fez-se representar pelo consultor técnico, Dr. Ramiro Seixas.

Essa cerimónia, na qual estiveram presentes os procuradores à Câmara Corporativa Srs. Joaquim Roque da Fonseca, Virgílio Pereira e Horácio Gonçalves e representados a maior parte dos Grémios que tem sede em Lisboa, bem como, além da nossa, as Associações Comercial, Industrial Portuguesa, dos Droguistas e dos Proprietários de Leitarias, e também numerosos funcionários superiores do Instituto, constituiu uma manifestação altamente significativa, na qual foram proferidos discursos e feitas afirmações, notáveis, de aplauso à grande obra de organização corporativa que, pouco a pouco, mas com segurança, vai caminhando.

O nosso consultor técnico, convidado por S. Ex.^a o Secretário Geral do I. N. T. e P. a usar da palavra nesse acto, gentileza essa que gostosamente agradecemos, proferiu algumas palavras, com as quais pretendeu marcar a posição assumida pela nossa Associação e que é bem conhecida desde a Assembleia Geral de 2 de Dezembro do ano findo.

De «O Trabalho Nacional», órgão do S. N. C. D. L. transcrevemos a seguinte passagem:

Segue-se no uso da palavra o Dr. Ramiro Seixas, na qualidade de representante da Associação dos Lojistas. Este nosso querido amigo, pronunciou um caloroso e aplaudido discurso. Eis algumas passagens:

O Movimento Corporativo marcha, com vigor crescente, a caminho das relações efectivas.

O acto a que assistimos é o primeiro vínculo que liga corporativamente, comerciantes retalhistas aos seus empregados.

«Por isso mesmo deve ser

destacado com merecido relevo, porque constitue um exemplo, a todos os titulos notável, cujo alcance há-de fazer-se sentir profundamente na grande obra de Cooperação e Solidariedade em que todos nos empenhamos.»

Referiu-se em seguida à sua colaboração no «Boletim da A. C. L. L.» no qual vem definindo os princípios basilares da Organização Corporativa, expondo neste importante órgão patronal doutrina paralela à que sempre temos defendido em «O Trabalho Nacional.»

Terminou fazendo votos para que muito em breve se tornasse possível a efectivação do Contrato Colectivo de Trabalho, abrangendo tôdas as categorias de Comerciantes e Empregados no Comércio, pois só assim a grande obra Corporativa preencherá inteiramente os seus fins.»

* * *

O acôrdo de trabalho a que nos vimos referindo, compõe-se de sete capítulos e nele se estipulam diversas clausulas respeitantes: a Horário de Trabalho, Categorias e Ordenados Mínimos; Deveres e Penalidades; Admissão de Pessoal e seu despedimento; Direitos especiais, que vão desde a aquisição de artigos pelo custo, ao fornecimento gratuito de fardamentos e à concessão de subsídios nos casos de doença, incapacidade para o trabalho ou morte do empregado, beneficiando, neste último caso, a viúva ou viúvo, quando incapaz, e os filhos menores de dezasseis anos.

O acôrdo é válido por um ano, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos, se qualquer das partes contratantes o não denunciar com 2 antecedença mínima de três meses.

Pode também a todo o tempo ser modificado por novo acôrdo.

* * *

Embora restrito às relações entre a firma Pimentel & Costa e os seus empregados, marca uma tendência que nunca será de mais enaltecer e encorajar.

É certo que, no futuro Contrato Colectivo, difficilmente poderão ser incluídas algumas das clausulas dêsse Acôrdo, pois ter-se-á de atender à média geral das possibilidades dos comerciantes de retalho e esta é, infelizmente, bastante inferior à da firma proprietária da «Loja das Meias».

Em todo o caso, muito se poderá aproveitar do precedente agora aberto, que constitue um valioso auxilio à obra de Organização Social e económica que todos temos em vista e à qual damos o nosso incondicional apoio.

Felicitemos os sócios da firma Pimentel & Costa e os seus empregados pelo exemplo de leal colaboração que apresentaram, não esquecendo, antes colocando em merecido relevo, a acção proficuamente desenvolvida pela Direcção do S. N. C. D. L., a que presidia o Sr. Horácio Gonçalves, valioso colaborador dêste «Boletim».

Sociedades Comerciais Verbetes Estatísticos

De 1 a 15 de Abril tôdas as sociedades comerciais existentes em 31 de Dezembro de 1936 no Continente ou Ilhas Adjacentes *devem enviar* ao Instituto Nacional de Estatística, devidamente preenchido o seu verbete estatístico.

Os verbetes vendem-se nas Tesourarias da Fazenda Pública e custam \$50 centavos cada.

O Instituto Nacional de Estatística sómente envia o recibo dos verbetes às entidades que lhe entreguem um envelope já endereçado e selado.

O Decreto n.º 16.943 de 7 de Junho de 1929 nos seus artigos 1.º e 2.º insere o quantitativo das multas aos que não enviem os verbetes no prazo respectivo, deem falsas indicações bem como, errem o seu preenchimento.

As multas pelas transgressões estatísticas variam de Esc. 20\$00 a Esc. 2.500\$00, pelas quais são responsáveis os individuos a quem as informações ou declarações tiverem sido pedidas e tratando-se de pessoas colectivas, serão estas solidariamente responsáveis.

O Salário Familiar Impõe-se

Como condição indispensável da organização corporativa e da sua alta finalidade Social e Económica

por Horácio Gonçalves

Tôda a Organização social, seja ela qual fôr, desde que não assente na instituição básica que é A FAMÍLIA, e no Dever que impende sobre todo o homem, digno dêsse nome, de a constituir, é uma organização destinada irremediavelmente a desmorronar-se por falta de alicerces.

A FAMÍLIA constitui um agregado natural, tão imprescindível à organização social, que, sem ela, os homens ficariam em breve à beira do abismo, em cujo fundo existe o estado primitivo, aquele estado semi-selvagem que a poeira dos séculos cobriu no túmulo da história.

Nem as Nações, nem o sentimento da Pátria, nem o orgulho da Raça, nem mesmo a vontade de caminhar, existiriam se não fôsse A FAMÍLIA gerar na Alma dos homens, desde a mais tenra idade, o sentimento da colectividade, consubstanciado no Amor à própria FAMÍLIA.

O sentimento familiar, afina o espírito do homem, distanciado-o cada vez mais do irracional; A FAMÍLIA bem constituída é um relicário de virtudes e uma fonte de Paz e Harmonia Social.

A FAMÍLIA, foi a propulsora e é a razão de ser da CIVILIZAÇÃO.

* * *

Nunca poderemos obter equilíbrio económico nem paz social, sem darmos condições de vida desafogada à FAMÍLIA e sem obrigarmos todos os seus membros a desempenhar dentro dela os seus verdadeiros e insubstituíveis papéis.

É impossível organizar ou reorganizar uma sociedade sem começar pelo princípio, pela base, pelos alicerces e nós não conhecemos outra base social além de A FAMÍLIA. O indivíduo, quere dizer, o homem isolado, pode ser a base da própria HUMANIDADE, pode ser o germen da inteligência, pode ser a fonte do

progresso, pode ser a origem do bem e do mal.

Mas, quando nasce já é membro de uma Família, já pertence a essa molécula social, já evoluciona económica e socialmente em torno dêsse agregado básico e indestrutível, filho das leis da natureza, aquelas leis que os homens são incapazes de revogar.

A FAMÍLIA, não mata o indivíduo, nem lhe faz parar a inteligência fazendo dêle um autómato, um objecto, uma coisa. Não. Antes pelo contrário. É precisamente por amor à Família, pelo orgulho de pertencer à FAMÍLIA, que o indivíduo, que o homem muitas vezes empreende vôos superiores às suas forças.

Morre-se pelos filhos, sofre-se pelos Paes; o sentimento da Família é o mais forte e aquele de que todos os homens se apercebem e ao qual se subordinam naturalmente.

Mesmo aqueles que, constituindo excepção, nunca conheceram Pai nem Mãe, mesmo êsses, conhecem quatro ou cinco pessoas de convívio íntimo, que lhes pegaram ao colo, que os criaram, bem ou mal e que lhes impregnaram no cérebro as primeiras impressões da vida, e as primeiras regras da educação. Essas pessoas constituem para êles uma FAMÍLIA. Não os prendem laços de sangue, mas estão ligados por laços espirituais provenientes da forma como as circunstâncias os obrigaram a viver em comum durante a infância e a adolescência, épocas em que a Alma do homem recebe com facilidade as infiltrações sentimentais.

De forma que, os primeiros deveres do homem são para A FAMÍLIA. A FAMÍLIA não extermina o indivíduo, porque não há nada que o extermine. Mas consegue refrear-lhe os ímpetos, despiando-o de quasi tôda a bestialidade.

É por isso que A FAMÍLIA é a base da sociedade, o alicerce de todo o sistema colectivo e a ra-

zão de ser de tôda a Civilização.

O TÍTULO III da Constituição Política da República Portuguesa, é todo dedicado à FAMÍLIA e lá se afirma que Ela é o fundamento da ordem política e administrativa e a base da disciplina e da harmonia social.

* * *

Sendo assim, é absolutamente necessário dar condições de vida à FAMÍLIA, robustecê-la, enfortalecê-la, torná-la um modelo de organização e de disciplina interna. Restabelecer dentro dela o regimen de autoridade e fazer dela uma unidade económica, transformando-a num factor de aquisição ou de compra.

O conjunto de famílias deve constituir a garantia de absorção dos resultados do trabalho humano. Se as famílias não absorverem os produtos do trabalho, ou seja, o valor que representa a riqueza gerada pelo trabalho, o desequilíbrio económico é um facto e a sua primeira consequência a desordem social.

O desequilíbrio económico da sociedade é filho do poder de compra das FAMÍLIAS. Êste desequilíbrio gera desordem, gera carência de Paz social e tudo isto é consequência da desorganização familiar.

Só há um remédio capaz de elevar a FAMÍLIA à altura de cumprir a sua eterna missão civilizadora. Só existe uma forma de fazer com que A FAMÍLIA volte a ser para o indivíduo o ponto de convergência de todos os seus sentimentos e de tôda a sua actividade—O SALÁRIO FAMILIAR.

O salário depositado na mão do chefe de família, que não seja o salário de um individuo mas o salário de um Pai, a quem compete a guarda e sustento do Lar.

Um salário que seja o preço do trabalho de um chefe de família, mas que simultaneamente seja o prémio de uma dona de casa e a garantia do sustento das crianças ávidas de saciar o estômago e o

espírito. Um salário que permita aos velhos morrer no seu lar, morrer no seio da sua FAMÍLIA, sem ser de fome.

O verdadeiro asilo para o velho, é o lar em que nasceu, junto dos filhos que criou com tanto amor e não o desconforto moral de uma instituição de caridade, onde a ALMA lhe cai aos pedaços, esfarrapada pela saúde pungente dos seus.

O verdadeiro hospital para o doente é o lar em que nasceu, com a Mãe, a irmã ou a esposa à cabeceira e nunca a caserna fria de uma instituição de assistência, onde às dores físicas se juntam as morais, a queimar simultaneamente a matéria e o espírito.

A verdadeira profissão da mulher, a mais difícil, a mais trabalhosa, a de maiores responsabilidades e sobretudo a mais natural e honrosa, é a de dona do seu Lar. Profissão enciclopédica que tudo exige, desde que se queira tornar perfeita.

Profissão que se exerce no lar, no seio de A FAMÍLIA e que não é mercenária, mas voluntária. Que ninguém paga, porque ninguém a pode pagar a não ser com RESPEITO E AMOR.

A verdadeira escola de virtude, da moral, da honra para as crianças, é o Lar, se elle não fôr de miséria.

Só o SALÁRIO FAMILIAR, depositado como uma obrigação natural nas mãos do chefe de família e por uma forma justa e proporcional aos seus encargos de FAMÍLIA, é que pode restabelecer o verdadeiro equilíbrio económico e a conseqüente Paz social, pela qual todos ansiamos.

* * *

Ainda há dias fui, pela vigésima vez, receber uma conta a um lojista que antigamente pagava religiosamente as suas contas no dia do vencimento. O pobre homem, ao dizer-me que ainda não podia pagar, deixava aperceber nos olhos duas lágrimas rebeldes que venceram os seus esforços, quasi sobrenaturais, em as deter.

Ao verificar que as notara, chamou-me para o interior da loja e tirou da gaveta duma velha secretária o «livro de fiados». Disse-me então, quasi soluçando, que os fiados ali exarados, somam verba muito alta que não tem meio de receber. Uma verba que, se não a cobrar será a sua ruína, pois o Passivo absorverá por completo o seu Activo.

— Que quere?... — informa êle. Os fregueses não vêm, mandam

TELEFONES

Conforme nos foi solicitado pela «The Anglo Portuguese C.^o L.^{td}» publicamos hoje os dois officios a que fizemos alusão no número anterior do nosso «Boletim».

Cumpre-nos porém acentuar que o «Boletim» nunca pretendeu fazer-se eco de *Conveniências pessoais* ou de *ignorâncias barulhentas*, pois tais designações consignadas no officio recebido da Companhia, datado de 5 de Março p. p., não só nos não podem corresponder, mas ainda muito menos às reclamações constantes que acerca de tão importante assunto, têm sido formuladas, por muitos dos nossos estimados socios.

Sem entrarmos na discussão das tarifas aprovadas, temos pretendido apenas que dentro de uma modalidade restrita ao assinante comercial, se estude a possibilidade de ser encontrada uma formula que ponha cõbro às reclamações até nós chegadas.

Temos um mandato a cumprir no «Boletim» que queremos servir fidelissimamente, procurando defender sempre interesses legítimos do Comércio que a nossa Associação

as mulheres e as crianças. O salário é pequeno. Mal chega para um quanto mais para toda A FAMÍLIA.

«E o resultado é este: sofrem êles e sofremos nós.

«Alguns, empregam as mulheres e as crianças. Mas ficam êles desempregados.

«De forma que, dia a dia, o salário diminui, mingua a vergonha e desaparecida esta, desaparece tudo e nem a honra se salva.

Retirei-me cabisbaixo, reflectindo.

Razão tínhamos nós, os do S. N. C. D. L., em distribuir os donativos de O NATAL DO CAIXEIRO DESEMPREGADO, ao domicílio. É ali que se devem concentrar todos os esforços, todas as energias, todas as boas vontades dos obreiros do corporativismo.

Ali... no LAR... na FAMÍLIA...

* * *

Por isso eu afirmo que o SALÁRIO FAMILIAR se impõe como condição indispensável da Organização Corporativa e da sua alta finalidade social e económica.

representa, não deixando de sugerir fórmulas conciliatórias que a tal desideratum possam conduzir.

Posto isto, publicamos os dois officios inicialmente citados, a que podemos acrescentar a notícia da recepção de um novo officio que nos foi recentemente dirigido, no qual se solicita a indicação de 2 ou 3 delegados da direcção da nossa colectividade, a fim de de conferenciarem com a Companhia dos Telefones, sobre o magno assunto que neste capítulo vimos tratando.

Exm.^o Sr.

Conforme V. Ex.^a já tem certamente conhecimento introduziu esta Companhia grandes modificações nas suas tarifas, após demoradas reuniões com as entidades oficiais. Instituída há dez anos a tarifa por chamadas, veio dar um extraordinário desenvolvimento aos serviços telefónicos tornando-os acessíveis a todos por barateamento das anuidades sem diferenciação de zonas — reconheceu a Companhia este ano que esse gradual desenvolvimento da sua rede lhe permitia reduzir ainda mais as diferentes taxas de instalação, anuidade e chamadas, contribuindo para um desenvolvimento das redes telefónicas de Lisboa e Porto — a bem do progresso destas duas cidades.

Sabido como é que quantos mais telefones estiverem instalados mais beneficia, cada telefone existente — por aumento imediato do seu valor e ambito de expansão — a iniciativa levada a efeito pela Companhia sob a orientação e estudo da Administração Geral dos Correios e Telegrafos, causou mais que em todos os meios dado o seu extraordinário alcance. Baratearam-se, como V. Ex.^{aa} não ignoram, as instalações para 50 % do seu custo reduziam-se as taxas de chamadas em Lisboa, Porto e arredores para preços quasi inverosímeis (pelo novo Decreto há chamadas a \$25!) e criavam-se sete categorias diferentes de assinatura, sete categorias que tornando muito mais fácil a expansão dos serviços telefónicos facilitam excepcionalmente as comunicações de todas as casas comerciais, pequenas ou grandes. Aquelas teem sistemas de pagamento que vão desde 30\$00 mensais, com chamadas \$45, estas passam a dispor dum número elevadíssimo de chamadas

conforme as necessidades do seu tráfego comercial, como, por exemplo 10.000 chamadas a 28 centavos as excedentes a \$25. É escusado encarecer a vantagem que aos grandes e pequenos comerciantes advêm desta modificação nas tabelas de preços da A. P. T.

Acontece, porém, que, como sucede a fazer-se qualquer transformação de sistemas antigos, há ainda uma certa confusão da parte de alguns comerciantes, certas dúvidas compreensíveis e que desaparecerão com o tempo e com a prática. Não pode naturalmente a Companhia dos Telefones ter conhecimento de todos os casos que surjam e que se afigurem menos claros aos interessados desde que esses casos não lhes sejam apresentados para estudo e explicação. Lembramo-nos, portanto, que podemos auxiliar muito V. Ex.^{as} na solução de certas dificuldades que a Companhia dos Telefones tem mais interesse que ninguém em aplanar, e é por isso que sugerimos, a V. Ex.^a que sempre que algum dos vossos associados individual ou colectivamente, tenha qualquer dúvida, qualquer incerteza ou dificuldade de compreensão das nossas tarifas, taxas, processos de pagamento, etc., esses casos sejam por vosso intermédio apresentados a esta Companhia. Com isso lucrarão todos os vossos associados e a Companhia tem o maior empenho em esclarecer todos que ainda tenham dúvidas sobre a reforma das suas tarifas.

É um trabalho de cooperação este que estamos certos V. Ex.^{as} acolherão com o interesse que lhe é devido — de modo a que no espírito dos Gerentes das grandes ou pequenas Empresas, casas comerciais e industriais, deixem de existir quaisquer dúvidas sobre um assunto que a todos interessa conhecer perfeitamente.

Para mais, a Companhia possui todos os elementos estatísticos necessários para uma completa comparação técnica do gasto de chamadas por Empresa, etc., de molde a poder estudar cada caso em separado e segundo as circunstâncias próprias.

Agradecendo desde já a vossa leal cooperação neste assunto que a todos interessa igualmente.

A Bem da Nação.

The Anglo Portuguese
Telephone C.^o L.^{td}

Lisboa 18 de Julho de 1936

Ex.^{mo} Sr.

Presidente da Associação dos Lojistas de Lisboa

Ex.^{mo} Sr.

Recebemos a circular que V. Ex.^a nos enviou relativa ao inquérito sobre o número de chamadas feitas pelos vossos associados assinantes da Companhia dos Telefones e apressamo-nos a vir fazer a seguinte comunicação a V. Ex.^a.

Vê com muito prazer esta Companhia que essa prestimosa Associação se acha disposta a fazer um estudo sobre as vantagens ou possíveis inconvenientes das novas tarifas.

É com a maior lealdade que vamos pôr-nos às ordens de V. Ex.^a com todos os elementos que possuímos para V. Ex.^{as} verem claramente o assunto, como viram as entidades oficiais, especializadas em serviços telefónicos, que estudaram e propuseram até à Companhia, a aceitação das novas tarifas.

Tomamos a liberdade de chamar desde já a atenção de V. Ex.^a para os seguintes pontos.

A vossa circular dirige-se a assinantes de tarifa fixa e assinantes de tarifa por chamada.

Se é certo que os assinantes de tarifa por chamada sabem pelo passado o número de chamadas que efectuam, o mesmo não sucede com os assinantes de tarifa fixa, que informam V. Ex.^a erradamente, após um mês de *premeditado serviço* para determinada finalidade.

Podemos fornecer a V. Ex.^a os números certos das chamadas efectuadas por qualquer assinante de tarifa fixa, em tempo normal de serviço, contagem mecânica feita sem o assinante ter conhecimento dessa auscultação.

Todos os elementos de informação que V. Ex.^a deseje estão às vossas ordens, como dissemos.

Aproveitamos a oportunidade para também informar V. Ex.^a do seguinte: Ao fim dum mês de vigência das novas taxas verificámos que mais de 90 % dos assinantes pagaram menos do que lhes competia pelas antigas tarifas. Que 85 assinantes de tarifa fixa optaram pelo novo regimen. As fôlhas de cobrança estão à vossa disposição para que V. Ex.^a verifique a veracidade destes factos.

A Associação dos Lojistas de Lisboa, de que nos orgulhamos de ser associados, devem pertencer principalmente, pequenos comerciantes, lojas de pequeno movimento e que até esta data não podiam ter telefone por serem ainda bastante al-

Serviço noturno na Associação

A fim de facilitar quaisquer esclarecimentos aos nossos associados encontra-se na nossa sede durante as noites de todas as semanas, das 21 às 23 horas um director de serviço.

Segunda-feira — *Francisco Manuel da Costa*.

Terça-feira — *Domingos Gama Garcia*.

Quarta-feira — *Filipe José da Fonseca Neves*.

Quinta-feira — *João Mota da Silva*.

Sexta-feira — *A. da Cunha Rosa*.

Sábado — *Carlos de Quina Ribeiro*.

As exposições como elemento de progresso

Quis o nosso valioso consócio sr. Rafael Seruya, dar-nos a honra de possuímos este interessante livro, devido à sua inteligência e muito saber.

Cuidadosamente apresentado encerra matéria digna de ser apreendida e contém ensinamentos que devem ser ponderados.

O adido comercial de França, sr. Conde Claude de Séze, faz a apresentação deste livro por forma elevada e sincera.

Cumprimentamos Rafael Seruya pelo brilhante trabalho produzido e agradecemos a gentileza da oferta.

tas as tarifas. Para estes, creia V. Ex.^a, as novas tarifas são absolutamente vantajosas. Apenas uma minoria constituída por Cafés, Restaurantes, Bancos, grandes Companhias, Jornais, irão agora pagar a verba correspondente ao seu grande serviço.

Mais do que nenhuma outra entidade a Associação dos Lojistas deve estudar o assunto para reconhecer que o Governo ao mandar estudar o presente sistema por categorias, prestou um serviço indubitável ao pequeno comércio e em geral ao público de Lisboa e Porto.

Com a mais elevada consideração nos subscrevemos,

De V. Ex.^a
M.^{to} A.^{ttos} e V.^{res}

The Anglo Portuguese
Telephone C.^o L.^{td}

Lisboa 22 de Julho de 1936

CONTRATOS E ACORDOS DE TRABALHO

UM FACTO A ASSINALAR

No passado dia 11 de Março foi assinado um Acôrdo de Trabalho celebrado entre a firma Pimentel & Costa, proprietária do estabelecimento denominado «Loja das Meias» e os seus empregados, outorgando em nome dêstes a Direcção do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, a-fim-de dar sanção corporativa a êsse acôrdo, «livremente aceite» por ambas as partes contratantes e pactuado em «boa fé», como no título respectivo expressamente se declara.

Ao facto referiu-se largamente a Imprensa diária, louvando com inteira justiça o acto em si próprio e a Ideia que o tornou possível.

Nas colunas dêste «Boletim», pelos princípios que o dominam e orientam a sua acção, o primeiro acôrdo de trabalho estabelecido entre uma firma que se dedica ao comércio retalhista e os seus empregados, merece relêvo especial, porque dêles temos necessariamente de extrair ensinamentos e estímulo para empreendimentos de maior vulto e de maior alcance social e económico.

* * *

São decorridos mais de três anos, desde a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, e só agora começam a sentir-se os seus efeitos.

Muitos acusarão de morosa a sua acção, mas, se atendermos a que o Estatuto impunha uma *mudança profunda e radical de conceitos e opiniões tidas como assentes*, não é para estranhar, antes deve provocar admiração, o facto de, em tão pouco tempo, se tornar possível a sua aplicação prática, *concretizada em actos voluntários, isentos de qualquer coacção*.

* * *

«A propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade.»

Esta definição, lapidar, que se contém no Art. 11.º do Estatuto do Trabalho Nacional, *não podia ser compreendida há três anos passados!*

Patrões e empregados eram, então, duas *classes* distintas, com interesses antagónicos, em perma-

nente hostilidade. Nem mesmo se concebia como possível um entendimento entre uma e outra

Organizadas para a *luta*, a vencedora *importa* sempre as suas condições *em prejuízo* da vencida.

O patrão servia-se do empregado no seu exclusivo interesse; o empregado odiava sistematicamente o patrão, em quem via apenas *um inimigo e um explorador*.

É claro que havia excepções e honrosíssimas, quer de um lado, quer do outro; mas, a regra geral era aquela e neste ponto estavam todos de acôrdo.

E o certo é que, a divisão em classes antagónicas, nitidamente estabelecida entre patrões e empregados, reflectia, sob o ponto de vista social, o panorama económico, tal como êle realmente se desenvolvia.

Aquilo era assim, *porque não podia deixar de ser!*

Ninguém alguma vez se preocupou com o mal alheio, convencidos todos como estávamos de que *cada um devia trabalhar para si e... os outros que fizessem o mesmo, se pudessem*.

Todavia, começava já a *sentir-se* a necessidade de modificar um estado de coisas que não satisfazia, afinal, nem os patrões nem os empregados.

O poder de compra das classes trabalhadoras decrescia a olhos vistos, arrastando consigo uma diminuição cada vez maior de negócios.

É então que surge o Estatuto do Trabalho Nacional, definindo as regras fundamentais da nova organização social e económica.

O que nos trouxe de novo êste nobilíssimo diploma?

Ideias e princípios velhos como o Mundo:

*Cooperação
Solidariedade.*

Velhos sim, mas sempre desprezados, sistematicamente esquecidos, arvorados agora em

*princípios fundamentais,
cuja infracção pode ser considerada delituosa.*

De simples *regras morais* passaram a *normas de direito público*, susceptíveis de sanção quando infringidas.

Isto e só isto, que parece tão pouco, é afinal quasi tudo.

Patrões e empregados deixaram de existir como classes distintas, porque a sua função social é idêntica.

O empregado, que fornece o *trabalho*, coopera com o patrão, que representa o *capital*.

Um e outros são *solidários* e ambos visam o mesmo fim:

«o máximo de produção e riqueza socialmente útil».

As suas relações passam a ser dominadas pelos princípios de *Justiça social*, que impõe deveres ao capital em relação ao trabalho e a êste para com aquele

Utilidade social, no domínio económico.

Justiça Social, no domínio das relações entre os indivíduos.

* * *

Destes conceitos nasceu a ideia dos

Contratos Colectivos de trabalho,

a que se referem os Arts. 32.º a 34.º do E. T. N.

São estes, verdadeiramente, os *únicos de carácter corporativo*, porque são negociados entre os Sindicatos Nacionais e os Grêmios correspondentes e destinam-se a

«regular as relações entre as respectivas categorias de patrões e de trabalhadores.»

«O contrato colectivo de trabalho consubstancia a solidariedade dos vários factores de cada ramo das actividades económicas, subordinando os interesses parciais às conveniências superiores da economia nacional».

Os *acordos de trabalho*, que posteriormente foram admitidos, embora não colidam com o princípio geral que domina toda a organização Corporativa, hão-de perder a sua autonomia numa fase mais adiantada, para se integrarem no *Contrato Colectivo* que dominar o respectivo ramo de actividade económica.

Mas, a perda de autonomia dos acordos de trabalho não significa o desaparecimento do seu valor

Letras, Livranças e Cheques

Para o conhecimento dos nossos associados transcrevemos alguns artigos do Decreto Lei n.º 23721, que mais interessa aos comerciantes e que revogaram algumas disposições respectivas do Código Comercial Português

CAPÍTULO III — Do aceite

Art. 21.º A letra pode ser apresentada, até ao vencimento, ao aceite do sacado, no seu domicílio, pelo portador ou até por um simples detentor.

Art. 22.º O sacador pode, em qualquer letra, estipular que ela será apresentada ao aceite, com ou sem fixação de prazo.

Pode proibir na própria letra a sua apresentação ao aceite, salvo se se tratar de uma letra pagável em domicílio de terceiro, ou de uma letra pagável em localidade diferente da do domicílio do sacado, ou de uma letra sacada a certo termo de vista.

O sacador pode também estipular que a apresentação ao aceite não poderá efectuar-se antes de determinada data.

Todo o endossante pode estipular que a letra deve ser apresen-

relativo, mesmo depois de negociado o *Contrato Colectivo*, obrigatório para todos.

De modo nenhum. *Continuarão a ser eficazes e de cumprir, em tudo aquilo que constitua benefício superior neles concedido ao trabalho, em relação ao estabelecido no Contrato Colectivo, de carácter geral.*

Em tudo mais passarão a subordinar-se às regras do Contrato Colectivo a que pertencerem.

★ ★ ★

O que interessa neste momento, no Acôrdo de Trabalho da «Loja das Meias», independentemente do valor das respectivas cláusulas, que bem pode qualificar-se de *notável*, é o facto de ser o primeiro, o que inicia a *marcha para a frente*, a favor da Paz, e da *Harmonia Social*.

*Cooperação!
Solidariedade!*

Quando todos compreenderem o alcance e a beleza destas duas palavras, como foram compreendidas pelos sócios da firma Pimentel & Costa, não receemos o Futuro, porque este será bem diferente do Passado e bem melhor do que o Presente.

tada ao aceite, com ou sem fixação de prazo, salvo se ela tiver sido declarada não aceitável pelo sacador.

Art. 23.º As letras a certo termo de vista devem ser apresentadas ao aceite dentro do prazo de um ano das suas datas.

O sacador pode reduzir este prazo ou estipular um prazo maior.

Esses prazos podem ser reduzidos pelos endossantes.

Art. 24.º O sacado pode pedir que a letra lhe seja apresentada *uma segunda vez no dia seguinte ao da primeira apresentação*. Os interessados sómente podem ser admitidos a pretender que não foi dada satisfação a este pedido no caso de ele figurar no protesto.

O portador não é obrigado a deixar nas mãos do aceitante a letra apresentada ao aceite.

Art. 25.º O aceite é escrito na própria letra. Exprime-se pela palavra «*aceite*» ou qualquer outra palavra equivalente; o aceite é assinado pelo sacado. Vale como aceite a simples assinatura do sacado aposta na parte anterior da letra.

Quando se trate de uma letra pagável a certo termo de vista, ou que deva ser apresentada ao aceite dentro de um prazo determinado por estipulação especial, o aceite deve ser datado do dia em que foi dado, salvo se o portador exigir que a data seja a da apresentação. À falta de data, o portador, para conservar os seus direitos de recurso contra os endossantes e contra o sacador, deve fazer constatar essa omissão por um protesto, feito em tempo útil.

Art. 26.º O aceite é puro e simples, mas o sacado pode limitá-lo a uma parte da importância sacada.

Qualquer modificação introduzida pelo aceite no enunciado da letra equivale a uma recusa de aceite. O aceitante fica, todavia, obrigado nos termos do seu aceite.

Art. 27.º Quando o sacador tiver indicado na letra um lugar de pagamento diverso do domicílio do sacado, sem designar um terceiro em cujo domicílio o pagamento se deva efectuar, o sacado pode designar no acto do aceite a pessoa que deve pagar a letra. Na falta

desta indicação, considera-se que o aceitante se obriga, ele próprio, a efectuar o pagamento no lugar indicado na letra.

Se a letra é pagável no domicílio do sacado, este pode, no acto do aceite, indicar, para ser efectuado o pagamento, um outro domicílio no mesmo lugar.

Art. 28.º O sacado obriga-se pelo aceite a pagar a letra à data do vencimento.

Na falta de pagamento, o portador, mesmo no caso de ser ele o sacador, tem contra o aceitante um direito de acção resultante da letra, em relação a tudo que pode ser exigido nos termos dos arts. 48.º e 49.º.

Art. 29.º Se o sacado, antes da restituição da letra, riscar o aceite que tiver dado, tal aceite é considerado com recusado. Salvo prova em contrário, a anulação do aceite considera-se feita antes da restituição da letra.

Se, porém, o sacado tiver informado por escrito o portador ou qualquer outro signatário da letra de que a aceita, fica obrigado para com estes, nos termos do seu aceite.

CAPÍTULO IV — Do aval

Art. 30.º O pagamento de uma letra pode ser no todo ou em parte garantido por aval.

Esta garantia é dada por um terceiro ou mesmo por um signatário da letra.

Art. 31.º O aval é escrito na própria letra ou numa fôlha anexa.

Exprime-se pelas palavras «*bom para aval*» ou por qualquer fórmula equivalente; é assinado pelo dador do aval.

O aval considera-se como resultando da simples assinatura do dador aposta na face anterior da letra, salvo se se trata das assinaturas do sacado ou do sacador.

O aval deve indicar a pessoa por quem se dá. Na falta de indicação, entender-se-á ser pelo sacador.

Art. 32.º O dador de aval é responsável da mesma maneira que a pessoa por ele afiançada.

A sua obrigação mantém-se, mesmo no caso de a obrigação que ele garantiu ser nula por qualquer razão que não seja um vício de forma.

Se o dador de aval paga a letra, fica sub-rogado nos direitos emergentes da letra contra a pessoa a favor de quem foi dado o aval e contra os obrigados para com esta em virtude da letra.

(Continúa no próximo número)

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

O "Boletim" num amplo intuito de colaborar nos progressos notáveis desta instituição da nossa classe, ouviu o Sr. ANTONIO CASANOVA, Vice-Presidente da sua Comissão de Propaganda

Não são muito numerosas as instituições nascidas de uma iniciativa particular que tenham atingido a aura que hoje disfruta **INVÁLIDOS DO COMÉRCIO**, associação surgida no momento propício e que tão bem se tem sabido desempenhar da missão a que se propôs.

Praticar assistência social, ou mais propriamente solidariedade e auxílio mútuo, não é função que se confunda com o acto comensinho e até já condenado pelos modernos métodos de assistência, da prestação da esmola ao primeiro necessitado que de nós, implorante, se abeira.

Quando se trata então de uma profissão, de homens que se encontram ligados pelas mais estreitas afinidades de trabalho, uma alta ideologia fundamentada na moral profissional, no brio da classe que a constitui, inspira e dita a prática dessa solidariedade.

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO, a simpática agremiação que se iniciou modestamente e hoje já ninguém desconhece, tão gritada tem sido, mercê de uma publicidade inteligente, a sua existência, foi a primeira e até à data a única realização de classe que vingou para este fim. Outra se esboçou em tempos por parte dos artistas dramáticos — a Casa de Gil Vicente — para abrigo dos trabalhadores de teatro, invalidados, mas essa gorou ou, pelo menos, estabilizou, o que é lamentável por se tratar de uma classe com fundas raízes na simpatia pública e na qual existem, igualmente pessoas cansadas por um trabalho exaustivo de muitos anos, vivendo precariamente e necessitadas de uma organização sólida de classe que as recatasse das privações.

Temos, portanto, que reconhecer como única realização prática desta feição, em Portugal, aquela que a classe comercial conseguiu.

O nosso «Boletim» não se tem alheado, desde o primeiro número, da existência da novel agre-



ANTÓNIO CASANOVA

miação e porque tinha o legítimo interesse de saber mais sobre os seus trabalhos, mórmente desde que outros com características novas se anunciavam, procurou alguém que, vivendo muito de perto a obra, conhecendo-a nos seus pormenores, algo de elucidativo nos dissesse.

Um nome nos ocorreu: António Casanova, nosso consócio também, antigo director-tesoureiro da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, onde marcou brilhantemente a sua passagem, comerciante viajado e conhecedor, por esse motivo, dos grandes meios europeus e do que por lá se realiza com eficácia neste capítulo de assistência, e impulsor, visto ser o Vice-Presidente da Comissão de Propaganda, de muitas das iniciativas de recente efectivação por parte de **INVÁLIDOS DO COMÉRCIO**.

— Como surgiu a Comissão de que faz parte e que é, hoje, pelo que se lê nos jornais, nos vossos impressos e noutros processos divulgadores, um organismo de vida intensa, palpitante e produtiva dentro de **INVÁLIDOS DO COMÉRCIO**?

— A Direcção de 1934 ponderou — e a meu ver ponderou mui-

to bem — a vantagem de descentralizar atribuições e que, absorvida pela parte administrativa, em outrém deveria delegar, embora sempre com seu veto, os trabalhos de propaganda e da recolha de receitas extraordinárias. Dessa ponderação e da determinante deliberativa que se lhe seguiu, resultou a Comissão de Propaganda, composta, abstraindo a minha modesta individualidade de simples trabalhador por esta causa que me entusiasma, de um escol de associados que bem tem sabido servir a sua instituição.

— Mas, adaptando-se ao vosso título, que parece ser restrito, têm-se limitado somente à propaganda oral ou escrita, não entrando noutras manifestações de actividade externa?

— Os objectivos que temos procurado atingir são, simultaneamente, de propaganda e de aproveitamento material, guiados sempre pelo pensamento de que a instituição marcará uma época inquecível para o Comércio Português.

— Têm tido sequência os vossos trabalhos, pelo que se vê. Qual foi a iniciativa que lhes mereceu primeiro a atenção?

— Foi a da realização do «Natal do Inválido», em 1934. Para a sua montagem e funcionamento adoptámos processo similar ao da Associação Comercial de Lojistas, organizando comissões de arruaamentos. Duzentas e quinze comissões trabalharam, aturadamente em Lisboa e na Província, nos seus bairros e nas localidades, com de-nodo e entusiasmo, atingindo o produto desse trabalho 167.002\$07.

Poderá não representar uma cifra de estarrecer, mas se considerarmos que é a soma de pequenas parcelas, recolhidas depois de muita argumentação convicta, vê-se a grandiosidade desse esforço. Depois lançámos os sorteios de automóveis. Fizemo-lo de uma maneira inédita, moderna, interessando não só os homens do Comércio, mas também o grande público que foi para todas as nossas empresas de uma generosidade pe-

nhorante. E só assim se justifica que a Comissão de Propaganda tivesse público comprador para o sorteio de 10 automóveis no espaço de tempo que decorreu de Junho de 1935 a Dezembro de 1936!

— Dado o fim exclusivo dos vossos trabalhos, como têm aplicado os fundos recolhidos?

— A preocupação máxima que tem dominado este grupo de sócios de *Inválidos do Comércio* é a da posse da sede própria para a Casa de Repouso. A fim de atingir tal aspiração, vimos multiplicando os nossos esforços e logramos, estou certo, os fins em vista. A primeira etapa vencemo-la já, adquirindo, em Agosto de 1935, o terreno destinado à edificação. É uma quinta vasta, em ponto muito acessível e com condições naturais que técnicos da nossa confiança asseguraram, em visitas que precederam, cautelosamente, a operação da compra. Feita essa aquisição entregámos a propriedade à instituição por meio do competente instrumento legal: escritura lavrada por notário. Nessa quinta construiremos o Pavilhão — Casa de Repouso, edificação que, sem atingir a importância do edifício cujo ante-projecto é já conhecido através da sua «maqueta», permitirá, imediatamente, não só reunir todos os actuais serviços num único local, como aumentar o número de internados e eliminar o encargo actual da renda de dois edifícios que ocupamos por aluguer.

— Mas essa construção prejudica, decerto, o projecto inicial cuja grandiosidade todos admiraram e que até alguns acharam utópico?

— De modo algum. Como já disse, a solução do Pavilhão-Casa de Repouso visa a um fim imediato, exigido pelas necessidades presentes. E tão imediato que, a-pesar-de poder admitir 100 internados, os seus autores, os ilustres arquitectos Tertuliano Marques e Luiz Cristino da Silva, nos dizem que se construirá no espaço de tempo de seis meses. Quero ainda esclarecer que essa edificação será absolutamente custeada pela Co-

missão de Propaganda, utilizando para isso a capitalização que conseguiu fazer, pelo que do Fundo Social não se distrairá um centavo.

— Ligadas as vossas atenções a essa obra, vão sobre-estar nas outras iniciativas?

— O cuidado que, de verdade, teremos que prestar ao problema da construção, não quer dizer que interrompamos a nossa actividade quanto a outros projectos em mente.

— Têm já algumas esboçadas?

— Entre outras, vamos tentar a realização de uma toirada, projecto que acalentámos durante o ano de 1936, mas que não se concretizou em consequência da guerra civil no país vizinho. A toirada é um espectáculo castiço, vibratil, que emociona e arrebatava. Tem adeptos e contraditores, mas organizado a rigor garante receita.

Outra iniciativa que lançaremos é a do sorteio, pelas lotarias extraordinárias da Misericórdia (St.º António e Natal) de uma série de habitações para uma família, de traça moderna, em local salubre, dentro da linha urbana e servido pela viação, com os propósitos de formar, concluída essa série de habitações, o Bairro Inválidos do Comércio. Contamos para a realização desse sorteio com a autorização do Estado, que tem sido sempre de uma deferência sensibilizadora para as nossas solicitações, despachando e atendendo. De resto, os nossos patrióticos intuitos estão puramente identificados com os do Governo da Nação, isto é: proporcionar habitações económicas, higiénicas e alegres pelo sol e pelo ar puro que sobre elas jorrem, às classes média e trabalhadora.

— Mas esse projecto tem um admirável alcance social. Anda na mente de toda a gente a aspiração legítima de ter uma casa própria. Quando o porão em prática?

— Logo que o Ex.º Ministro do Interior nos conceda a autorização legal iniciaremos os trabalhos de organização e funcionamento do sorteio. Depois o seu movimento

efectuar-se-á automaticamente, mercê do acolhimento do público, que esperamos seja grande, dada a honestidade que tem imposto os nossos sorteios anteriores. A propaganda vai ser feita, também, de uma forma artística, em «stand» cujo projecto é da autoria do sr. Roberto Santos, artista especializado e cujos trabalhos são bem conhecidos, principalmente do comércio que sabe reclamar os seus artigos. O «stand» funcionará em plena Avenida da Liberdade, por cativante obsequio das Companhias de Seguros «A Nacional» e dos Tabacos de Portugal.

— E trabalhos propriamente de propaganda, de captação de sócios, é atribuição que lhes esteja adstrita?

— Nessa, como em todas as outras, constituímos com a nossa Direcção, presidida por esse indefectível carácter e grande homem de bem que é Alexandre Ferreira, um corpo homogêneo ao serviço de «Inválidos do Comércio». Propaganda proveitosa tem sido aquela que há realizada quando levando de um extremo ao outro do País, os nossos «stands» rolantes, fizemos interessar milhares de profissionais do comércio nesta obra que é sua e de todos os que se invalidam ao serviço da profissão.

Dirigimos o nosso apêlo a todos os comerciantes para que se filiem e façam filiar os seus empregados e empregadas. A quota é de uma acessibilidade evidente. Os quasi vinte e oito milhares de sócios que possuímos a esta data são ainda muito poucos. Precisamos de atingir os cinquenta mil. Todos aqueles que fazem vida comercial e que neste capítulo auxiliarem a Direcção e a Comissão de Propaganda praticam o bem no mais alto grau de solidariedade.

— Verificam, pelo que se vê, a existência de muitas amizades que facilitam deveras a vossa missão, não é verdade?

— Sim, muitíssimas. A principal pela Associação Comercial de Lojistas. São vidas indissolúvelmente ligadas. O mobiliário do

quarto n.º 1 da nossa Casa de Repouso foi custeado pela vossa Direcção de 1929, presidida pelo sr. Carlos César de Oliveira Rodrigues e da qual faziam parte, também, os srs. Manuel Freire da Cruz, João Martins Casal, Eduardo Rosa e eu. Além de sócio efectivo n.º 5.983 de *Inválidos do Comércio*, a Associação Comercial de Logistas de Lisboa foi proclamada sócio benemérito pela nossa Assembleia Geral de 7 de Outubro de 1931. O seu recente donativo de 25.000\$00 mais uma vez pôs em realce a estreita camaradagem que une, num amplexo fraternal, as nossas agremiações. Outras dedicações valiosas têm estimulado os nossos trabalhos. A última relatou-a a Imprensa: o acto de um filantropo, espírito magnânimo de bemfazer, que, sob o anonimato, sem se querer revestir dos ouros da vaidade, entregou à nossa Casa a dádiva de 50.000\$00. Bem haja quem semeia em terreno tão benéfico aquilo que adquiriu numa vida inteira de trabalho honrado!

— O «Boletim» orgulha-se de poder registar declarações tão importantes e que interessam sobremaneira ao comércio retalhista, aquele que, como se verifica, maior contingente dá para a vossa população de internados.

— Como entrevistado eu é que me sinto orgulhoso, e comigo os meus queridos colegas na Comissão de Propaganda — srs. Alberto Baptista Alvares e Amador Augusto Lavadinho — pela oportunidade que se proporcionou de nos encontrarmos em contacto, por intermédio do vosso «Boletim», com os associados da Associação Comercial de Logistas, instituição com tantas e gloriosas tradições. E, rematando a nossa conversa, permita-me que relembre outros meus ilustres colegas: aqueles que constituíram, também comigo, a Comissão, que serviu em 1934-1935: José Carvalho da Fonseca Júnior, figura prestigiosa e destacante no movimento associativo da classe comercial de Lisboa, que já, merecidamente, tem ocupado o alto cargo de presidente da vossa Associação, e Eduardo Silva, igualmente um experimentado em trabalhos de gabinete com êste aspecto humanitário.

Pronunciando estas palavras, reveladoras de uma unanimidade de pontos de vista que nos foi dado verificar no decorrer da nossa troca de impressões, deu o sr. António Casanova por concluída a entrevista que lhe havíamos solicitado para o nosso «Boletim».

O novo Director da Alfândega de Lisboa



MANUEL GONÇALVES MONTEIRO

É com justificada satisfação que damos aos nossos leitores a notícia da nomeação do Ex.^{mo} Sr. Manuel Gonçalves Monteiro para o elevado cargo de Director da Alfândega de Lisboa.

Com uma brilhante fôlha de serviços que merecidamente o tem revelado como um dos funcionários mais distintos do quadro aduaneiro, não tem Sua Ex.^a pôsto a sua vasta cultura, apenas ao serviço das altas funções desempenhadas nas Alfândegas, pois alto carinho lhe têm merecido os assuntos de carácter económico que interessadamente vimos acompanhando e nos quais bem patentes se encontram os seus vastos dotes de inteligência, de saber e de estudioso.

Tendo participado em vários Congressos, são da sua autoria valiosíssimas teses tódas elas reveladoras de profundos conhecimentos, derivados de um cuidadoso estudo, de uma inteligência superior e de uma cultura apreciável.

Eis porque, ao noticiarmos a nomeação de Sua Ex.^a para o ele-

vado cargo que acaba de lhe ser conferido, o fazemos com a satisfação e certeza antecipada, de o sabermos entregar a quem reúne vastas condições para bem o desempenhar, facto que muito interessa ao Comércio, pela sua ligação constante com os serviços aduaneiros.

Cumprimentando o novo Director da Alfândega de Lisboa, expressamos a Sua Ex.^a os votos sinceros da Associação Comercial de Logistas de Lisboa pelas maiores felicidades no desempenho de tão elevado cargo.

BIBLIOTECA

Estão sofrendo uma melhor organização os serviços da Biblioteca. Valiosos são os seus elementos de consulta e para conveniência dos sócios está a nossa sala de jogos sendo adaptada a gabinete de leitura.

A sua inauguração coincidirá com o início de palestras profissionais.

O justo salário e a situação das Empresas

por **Horácio Gonçalves**

O nosso querido amigo, Sr. Doutor Ramiro Seixas, resolveu contraditar a matéria do nosso artigo, que, sob o título — O JUSTO SALÁRIO DEVE ESTAR NA BASE DE TODA A ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA — foi publicado no n.º 6 dêste «Boletim», em consequência de um requinte de amabilidades dos homens que o dirigem.

Abre, o proficiente consultor técnico da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, a sua contradita, com algumas palavras que directamente nos endereça e constituem para nós uma surpresa que nos confunde.

Ramiro Seixas, com quem temos falado muito nos últimos tempos em assuntos que interessam à organização corporativa do comércio retalhista lisbonense, é um homem digno que soube colocar a sua inteligência e o melhor da sua actividade ao serviço do corporativismo puro; daquele corporativismo que revoluciona todo um sistema social, sem consentir um atrito ou um conflito.

Se o procuramos de vez em quando é porque conscientemente lhe reconhecemos méritos e porque as suas conversas são outras tantas lições em que sempre se aprende, sempre se conquista alguma coisa de útil, para ir acumulando na nossa pequenina bagagem de conhecimentos.

Temos portanto que cumprir o Dever de exarar aqui um duplo agradecimento: o das suas palavras, que exteriorizaram uma amizade que muito nos honra e o das suas lições. E posto isto, vamos ao assunto.

* * *

Razão tínhamos nós em dizer que as divergências sobre o magno problema que abordámos no artigo acima referido, se iniciavam precisamente no momento em que, uns, pretendem primeiro equilibrar a economia colectiva e sobretudo a particular, enquanto que outros, pretendem modificar o sistema social, ou seja, as relações entre os indivíduos.

Lendo e relendo o nosso artigo publicado no n.º 6 dêste «Boletim», nele encontrámos resposta

para toda a argumentação do Dr. Ramiro Seixas.

Como quiere o Dr. Ramiro Seixas, que o SALÁRIO JUSTO seja uma finalidade, uma abóbada para a catedral corporativa, se ele constitue a base indispensável do equilíbrio económico colectivo?



Horácio Gonçalves

D. M.

Ilustre Procurador à Camara Corporativa e que obsequiosamente tem colaborado no nosso Boletim

Haverá alguma Empresa que seja capaz de equilibrar a sua economia particular se não tiver uma clientela, composta de entidades de economia equilibrada, a absorver-lhe a mercadoria que produz ou que transacciona?

Pode conceber-se, por ventura, a não ser em sonhos descuidados, a esperança de, milagrosamente, se equilibrarem as economias das Empresas, sem se criarem para elas, mercados sólidos?

O que é que faz medrar as Empresas?... O que é que faz crescer e alargar o seu raio de acção?... Não será o mercado que elas abastecem?... Não será a existência de um amplo sorvedoiro para os seus produtos?... De uma capacidade de consumo forte e crescente?...

Quando a Empresa procura apenas equilibrar a sua economia pelo sistema único da redução de despesas, é porque não tem alicerces. Falta quem lhe absorva o que fabrica ou o que vende.

Já alguém pensou na forma de equilibrar a economia das Empresas sem ser por este processo, que arruína a economia dos trabalhadores, que continua a diminuir o poder de compra e de consumo e que, por conseguinte, *agrava o mal que se pretende remediar em vez de o eliminar?*

É um erro gravíssimo pretender equilibrar a economia particular à custa da economia do próximo.

* * *

Quando os altos comandos da Agricultura, do Comércio, e da Indústria, altos comando que em Portugal não existem por enquanto, dado o estado primário da organização corporativa, pensarem em equilibrar a economia da Agricultura, da Indústria e do Comércio, não colocam, com certeza, o Salário Justo no telhado, mas sim nos alicerces de todo o edificio.

O que esses altos comandos hão-de ter em mente, antes de mais nada, e acima de tudo, é que a fonte de onde brota a receita é a Nação. A receita surge do consumo que a Nação der aos produtos da Agricultura e da Indústria, canalizados pelo Comércio. *Oitenta por cento dos indivíduos que constituem a Nação, são trabalhadores.*

Por consequência, o primeiro acto, a acção básica consiste em alimentar essa fonte de receita aumentando o poder de compra e de consumo. De que forma? Distribuindo salário justo por todos os trabalhadores. Não há outro meio de equilibrar a economia da Nação, que é a síntese de todas as economias particulares.

* * *

Esquecia-me dizer, Sr. Dr. Ramiro Seixas, que o velho João da minha terra, ao despedir-se de mim, agarrou-me um braço e sacudindo-me para me arrancar a certas meditações, disse-me: «quando quiser saber destas coisas, venha à sua aldeia e deixe os teóricos».

— «Olhe para aquele rio que corre, além, no vale distante. Vai alimentar um rio maior que por

sua vez alimenta o Mar. Mas sabe porque éle faz isso?»

— Não! — respondi com curiosidade.

O velho, com voz pausada e solene, disse:

— «É porque o Mar é um grande economista. De vez em quando envia aos ribeiros e às fontes, por intermédio das nuvens, chuvas torrenciais que distribuem água generosamente, por todos os cantos, não ficando um palmo de terra sem ser regado.

«É generoso o Mar... mas generoso porque sabe que as fontes alimentam os ribeiros, os ribeiros alimentam os rios e os rios, honestamente, devolvem a água ao Mar.»

É o velho das suíças, garrucho comprido com borla na ponta, curvado ao pêso dos anos, apontava para os lados do ocidente, rindo e dizendo ao mesmo tempo:

— «Pois quê?... O Mar, essa grande empresa, esse formidável açambarcador, cai lá alguma vez na patetice de não pagar a quem serve?...

«Caíria éle alguma vez na asneira de pretender equilibrar a sua economia particular à custa da economia dos rios, dos riachos e das fontes?...

E a seguir afastou-se.

* * *

O SALÁRIO JUSTO DEVE ESTAR NA BASE DE TODA A ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA. Cada vez me convenço mais disso, meu caro Dr. Ramiro Seixas. As Empresas deixaram secar os rios que as alimentam. Má obra! Para remediar o mal, só distribuindo pela Nação, salários, muitos salários. E não contemos com o Estado. Se o Estado tiver que acudir e forçar a nota, não nos admiremos. É da sua obrigação evitar um mal maior.

As EMPRESAS devem fazer isso voluntariamente, em sua própria defesa; em proveito de todos nós. O Estado já legislou, já deu as directrizes: **CONTRATOS COLECTIVOS DE TRABALHO!**

Diário de Lisboa

Mais um ano comemora este brilhante diário da capital.

Protestando a nossa maior simpatia desejamos-lhe longa vida repleta de felicidades.

Travessia do Atlantico

15.º aniversário

No passado dia 30 de Março realizou-se no Centro da Aviação Naval do Bom Sucesso uma singela festa patriótica comemorativa do 15.º aniversário da primeira travessia aérea do Atlântico levada a efeito por dois portugueses ilustres — Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Junto do «Santa Cruz» o minúsculo aparelho em que os dois gloriosos aviadores lusitanos chegaram ao Rio de Janeiro, Sua Ex.^a o Sr. Ministro da Marinha ouviu o discurso proferido pelo 2.º tenente aviador Sr. Manuel Barata, que exortou a seguir-se o exemplo dado.

Também Sua Ex.^a o Sr. Ministro da Marinha teve palavras de alta consagração para o feito que immortalizou os dois famosos aviadores que a nossa Associação tem a honra de contar no número dos seus SÓCIOS HONORÁRIOS.

De coração presente à justa homenagem, a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa curvase sentidamente perante a memória do malogrado aviador Sacadura Cabral e endereça as mais efusivas saudações ao heróico almirante Sr. Gago Coutinho.

Publicações recebidas

Boletim da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Cascais, O Louletano, Jornal de Lagos, Progresso da Murtosa, Notícias de Viana, O Volante, Boletim do Contribuinte, Brados do Alentejo, Folha de Vila Verde, Comércio de Portimão, Jornal da Régua, Notícias de Évora, Vida Ribatejana, O Trabalho Nacional, Povo Algarvio, O Eco de Reguengos, A Tradição, O Minhoto, O Concelho de Rio Maior, O Eco de Estremoz, Ecos do Alcoa, Gazeta (Ponta Delgada), A Indústria, Traz-os-Montes, O Concelho de Mafra e A Vida Social.

A todos os nossos agradecimentos.

«A Voz do Comércio» é os Vendedores Ambulantes

Entrevista com o Sr. Francisco Manuel da Costa vice-presidente da Direcção

Este interessante e já valioso jornal iniciou uma série de entrevistas acêrca de «Vendedores ambulantes».

Das opiniões expendidas por vários comerciantes do País, destacamos com a devida vénia, as afirmações produzidas pelo Vice-Presidente da Direcção da nossa Associação, sr. Francisco Manuel da Costa, que tem merecido o aplauso dos comerciantes de todos os pontos do País.

Colocou os «vendedores ambulantes» no lugar que lhes compete.

Entende ser humana a existência da sua profissão desde que respeite o horário estabelecido para o comércio fixo, proibição de venda nos dias considerados de descanso, e pagamento de contribuições conforme a natureza dos artigos que vendem.

Ressalva inteligentemente os vendedores de géneros alimentícios tais como varinas, padeiros, etc., etc.

Distingue o vendedor de limões, jornais, loterias, e outros, como vendedor popular de artigos que bem demonstram a razão da sua existência. Para estes preconiza umas licenças mínimas. Para os que fazem comércio idêntico ao das casas comerciais entende deverem pagar contribuições mais onerosas e terem horário de trabalho. De contrário a concorrência é desleal.

Por certo assim se evitará uns empregados à comissão que são outros tantos concorrentes.

O sr. Francisco Manuel da Costa na sua entrevista, manifesta ainda o desejo de que a fiscalização se intensifique a-fim-de se evitarem abusos que bastantes prejuízos trazem ao comércio lojista que afirma ser necessário proteger.

A exportação de sucatas de ferro ou aço é sujeita a licença prévia

O Decreto-Lei n.º 27 615 publicado no «Diário do Governo» de 1 de Abril, determina que fica sujeita à licença prévia do Ministério do Comércio a exportação de sucatas, limalhas ou aparas de ferro e suas ligas ou aço.

Condições de Desenvolvimento do Comércio de Rádio em Portugal

— Qual é o grau de expansão radiofónica portuguesa?
— Em Portugal apenas existem cerca de 50.000 radio ouvintes enquanto em países europeus da mesma população o número de radio ouvintes é de 15 a 20 vezes superior.
— Quas as razões deste nosso atraso?

por Filipe José da Fonseca Neves

O facto de em Portugal não haver por enquanto condições favoráveis para o estabelecimento duma indústria construtora de aparelhos radio-receptores deve provavelmente ser uma razão do atraso da nossa radiodifusão e um dos obstáculos que se opõem ao desenvolvimento normal do nosso comércio de Rádio. No entanto a consideração mesmo ligeira dos factos demonstra que essa é apenas uma das razões de menor importância para as dificuldades em que se debate a T. S. F. no nosso país.

Num espírito de compreensão tão justo quanto possível das realidades deve reconhecer-se que as razões principais do nosso atraso radiofónico são as seguintes:

a) Falta dum sistema eficiente e completo de radio-emissoras capaz de dominar em boas condições de recepção todo o território nacional.

b) Falta de bons programas capazes de equiparar-se pela qualidade, pelo valor artístico e pela variedade aos que transmitem as emissoras europeias de audição regular em Portugal.

c) Falta duma legislação enérgica sobre interferências e perturbações industriais de modo a proteger a radio-recepção de maneira efectiva e facilitar assim a audição dos programas das Emissoras Nacionais.

A apatia ou cepticismo que parecem ser as doenças mais características dos nossos comerciantes de Rádio tem-os afastado da discussão destes factos a-pesar-de ser geralmente reconhecido que elles determinam a própria existência deste ramo de comércio que por sua própria natureza é tão cheio de contingências, responsabilidades e encargos.

Sem querermos alongar-nos demasiado na discussão destes factos vamos no entanto fazer algumas considerações sobre cada um deles não no fácil e tão vulgar intuito de fazer crítica mas sim no bom desejo de criar os estímulos necessários para que se faça me-

lhor que em T. S. F. há ainda realmente muito caminho a andar em Portugal quando se toma como modelo o que existe realizado em todos os países adiantados da Europa.

É preciso melhorar o sistema português de Radiodifusão

Quando em Maio de 1932 se realizou o 1.º Congresso Nacional de Radiotelefonía, acontecimento dos mais notáveis na história da nossa T. S. F. e que tanto contribuiu para a coordenação das ideias e das aspirações dos radiófilos portugueses, foi entre outras apresentada uma tese pelo Ex.^{mo} Senhor Comandante Álvaro de Melo Machado, Delegado da Sociedade de Geografia, cujo conteúdo manifestava o desejo de todos os patriotas ansiosos por que duma vez para sempre em território português se ouvisse a voz de Portugal porque entre os vários meios de comunicação de que a Ciência moderna pode dispor nenhum existe tão poderoso «para sintonizar as inteligências e as almas dos portugueses que a configuração da Terra traz aparentemente afastados, lembrando-lhes constantemente a Família, a Terra onde nasceram e vigorando, enfim o sentimento da Pátria.»

«Se é muito desejável que Portugal se faça ouvir no côro que diariamente se entoa através da Europa inteira pelas emissões dos seus postos emissores de telefonía sem fios, muito importante é também que em Terras Portuguesas nenhuma voz seja mais forte do que a voz de Portugal.»

Estamos quasi a cinco anos dêsse Congresso e devemos confessar que infelizmente esse «desideratum» não foi ainda satisfeito cabalmente nem mesmo para o território metropolitano que principalmente interessa para o assunto que nos ocupa.

O próprio problema da radiodifusão continental portuguesa está ainda muito longe da sua resolução satisfatória porque os meios técnicos de que se dispõe são manifestamente insuficientes

para a larga e importantíssima missão a que se destinam.

A Radiodifusão Nacional é feita com a Emissora Nacional de Barcarena cuja potência não é em regra superior a 15 quilowatts em 629 quilociclos e com uma pequena estação no Pôrto a qual funciona na frequência de 1.411 quilociclos com potência muito escassa e que retransmite em difíceis condições os programas da Emissora Nacional.

Para um país da configuração e área do nosso é manifestamente muito pouco.

Como é que se comporta a Emissora Nacional sob o ponto de vista de regularidade e intensidade de recepção?

Que saibamos não existe publicado nenhum mapa de intensidades de campo que dê a exacta ideia da forma como são recebidas a Emissora Nacional e a Retransmissora do Pôrto no território português.

A publicação de dados numéricos rigorosos sobre a propagação da Emissora Nacional seria de grande interesse e vantagem para o estudo da nossa situação radiofónica e elucidaria o público sobre o que é necessário fazer para aperfeiçoar e actualizar os serviços nacionais de radiodifusão.

A apreciação dos factos passaria a fazer-se com maior rigor e menos adjectivos de significado mais ou menos relativo.

No entanto milhares de informações, muitas delas baseadas em receptores modernos dotados de indicadores de sintonia e medidores de intensidade de campo, são concordes em constatar que a partir da distância de 50 quilómetros de Lisboa a Emissora Nacional já é ouvida com menor intensidade do que várias emissoras estrangeiras situadas a grande distância.

Estes resultados chegam a verificar-se por vezes até de dia a-pesar-do alcance dessa estação estrangeiras ser naturalmente muito prejudicado pela luz solar. A Emissora Nacional apenas serve como estação mais forte uma área limitada aproximadamente por

um arco de círculo de 50 quilómetros de raio. Além dessa área a recepção da Emissora Nacional é feita como se se tratasse duma emissora fraca e distante que não assegura audição tão pura nem tão intensa como a que se verifica com várias emissoras estrangeiras. Este facto é atestado pela observação corrente de milhares de radio-ouvintes que vivem longe de Lisboa. Nas Beiras, em Trás-os-Montes, no Minho, no Baixo Alentejo e no Algarve a Emissora Nacional não desperta o interesse e a atenção que seriam de esperar da sua missão nem cria aquele entusiasmo pela T.S.F. que se verifica em muitos países estrangeiros sempre que a audição do próprio país é feita de maneira regular e certa por mais elementar que seja o aparelho receptor utilizado.

É um facto constatado em Inglaterra desde há vários anos que em qualquer ponto do território inglês o radio-ouvinte que apenas disponha dum receptor de galena tem sempre ao seu dispor pelo menos dois programas emanados de estações do seu país e cuja audição é feita em todas as circunstâncias de modo absolutamente seguro. Que longe que estamos em Portugal dessa admirável radiodifusão inglesa!

Situados como estamos neste canto da Europa tão distante dos centros da melhor radiodifusão europeia e não dispondo ainda de um sistema radio-emissor suficiente sob os pontos de vista de potencia e de qualidade, precisamos em Portugal de utilizar receptores de muitas válvulas, dotados de características de sensibilidade e de selecção adequadas para ouvirmos as emissoras inglesas, alemãs, francesas e italianas e para podermos, quando as condições o permitam, ouvir ainda a Emissora Nacional. A imperfeição e irregularidade relativas das audições mesmo nos melhores e mais completos receptores e por outro lado o custo forçosamente elevado dos aparelhos que estas condições tornam necessários, são obstáculos evidentes que se opõem à expansão da radiofilia portuguesa e que tornam deveras difícil a vida do nosso comércio de Rádio.

São hoje lugar comum as inúmeras vantagens da Radiodifusão para o progresso cultural de qualquer país. É fastidioso e redundante frisar de novo que a T. S. F. é actualmente um elemento formidável de propaganda e de civilização como outro se não desco-

Contratos de Trabalho

Lei n.º 1.952

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º Contrato de trabalho é toda a convenção por força da qual uma pessoa se obriga, mediante remuneração, a prestar a outra a sua actividade profissional, ficando, no exercício desta, sob as ordens, direcção ou fiscalização da pessoa servida.

§ 1.º O trabalho prestado por peça ou por tarefa, mesmo que o seja no domicilio ou estabelecimento próprio do trabalhador, fica sujeito ao regime juridico do contrato de trabalho.

§ 2.º O trabalho prestado na transformação de matérias primas fornecidas por outrém, mediante certo preço pelo produto transformado, é equiparado, para os efeitos desta lei, ao trabalho prestado por peça.

Art. 2.º As cláusulas e condições do contrato de trabalho podem constar de contratos individuais e de acordos ou contratos colectivos. As relativas aos contratos individuais podem ser estipuladas em convenção especial entre o trabalhador e a entidade patronal ou constar de regulamentos adoptados por esta para os trabalhadores ao seu serviço.

§ único. Na falta de convenção expressa ou de adesão aos mencionados regulamentos, entende-se que as partes se sujeitam ao

costume da terra e da profissão do empregado ou assalariado.

Art. 3.º Os contratos e acordos colectivos de trabalho, acompanhados do despacho da sua aprovação pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, serão publicados no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, que servirá de prova autêntica dos mesmos, mediante a apresentação do respectivo exemplar, sempre que se não exibam os próprios contratos ou acordos.

Atr. 4.º As pessoas que prestem serviços a outrem por virtude do contrato de trabalho classificam-se em empregados e assalariados.

§ 1.º São empregados aqueles cujo trabalho se caracteriza pelo predomínio do esforço intelectual sobre o fisico ou os que, pelo grau da sua hierarquia profissional, devam ser considerados colaboradores directos da entidade patronal, tais como gerentes, contabilistas ou quaisquer profissionais de escritório, caixeiros e seus auxiliares, dactilógrafos e outros que desempenhem funções similares.

§ 2.º São assalariados os operários de artes e ofícios e, em geral, os trabalhadores cujo serviço se reduza à simples prestação de mão de obra ou que, pela natureza do serviço, não possam classificar-se como empregados.

§ 3.º O Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social resolverá por despacho as dú-

briu desde os tempos de Guttenberg. Mas na consideração do valor da Rádio como factor poderoso de progresso não deve esquecer-se que a experiência de todos os dias está pondo em foco a necessidade urgente de dotar o nosso país duma radiodifusão forte, eficiente e verdadeiramente compatível com a nossa posição internacional e com as nossas responsabilidades e interesses no actual momento histórico.

Muitas nações o têm compreendido, como se verifica pelo simples manejo de qualquer receptor.

Porque razão é que em Portugal não há-de haver a mesma compreensão a tempo e horas? Quando é que a Radiodifusão Nacional poderá contar com as necessárias dotações para poder de-

sempenhar completamente a sua missão, modernizar e ampliar os seus meios técnicos, construir emissoras regionais, fazer-se ouvir em todo o país, pelo menos tão forte como qualquer emissora estrangeira? Quando é que se compreenderá que a solução deste problema tão instantâneo, não pode encontrar-se insistindo em paliativos tais como a promoção da venda de aparelhos de realização e técnica mediocres, mas sim copiando métodos experimentados com êxito nas nações de serviços radiofónicos aperfeiçoados?

Num dos próximos números do «Boletim» faremos algumas considerações acerca dos programas da Emissora Nacional e acerca do problema da filtragem de interferências.

vidas que se suscitarem na interpretação deste artigo cuja solução não esteja pendente de decisão dos tribunais.

Art. 5.º A remuneração dos empregados e assalariados denomina-se, respectivamente, ordenado e salário.

§ único. O ordenado, se fôr estabelecido por unidade de tempo e o contrato não tiver termo estipulado, entende-se fixado em relação ao mês.

Art. 6.º O ordenado ou salário, nos termos do artigo anterior, compreende a remuneração em dinheiro, fixa ou variável, a paga em géneros, alimentação ou habitação, por força do contrato de trabalho, e ainda qualquer outra retribuição acessória com carácter de regularidade ou permanência.

§ 1.º Quando a remuneração em dinheiro fôr variável, por consistir em percentagens, comissões ou qualquer forma de participação nos lucros da empresa, o respectivo montante será calculado pela média das importâncias que o empregado ou assalariado tenha recebido nos últimos três anos.

§ 2.º Antes de completado este período, em relação a determinado empregado ou assalariado, a importância da remuneração será calculada pela média do que o empregado ou assalariado tiver percebido desde que tomou conta do serviço.

§ 3.º O disposto neste artigo e parágrafos anteriores não prejudica o preceituado em regulamentos ou convenções especiais, ou estabelecido pelos usos, quanto ao pagamento de horas extraordinárias, abonos de vencimento em caso de doença e idênticas remunerações de carácter excepcional.

§ 4.º Nos transportes marítimos e ferroviários e em quaisquer outras actividades, quando a remuneração fôr variável, por depender de percentagens ou da aplicação de coeficientes diversos, tornando-se impraticável o processo de cálculo estabelecido nos parágrafos precedentes, a sua determinação será feita segundo os preceitos estabelecidos em regulamentos, acordos ou convenções aprovados pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 7.º Os empregados dos quadros permanentes das empresas comerciais ou industriais, singulares ou colectivas, que tenham normalmente ao seu serviço seis empregados, pelo menos, têm direito a um período de férias, com

remuneração, não inferior a quatro, oito ou doze dias em cada ano civil, conforme tenham mais de um, três ou cinco anos de bom e efectivo serviço.

§ 1.º As férias fixadas neste artigo não prejudicam outras maiores estabelecidas por convenção expressa ou adoptadas por certas empresas, de harmonia com os usos e costumes.

§ 2.º As férias com vencimento serão gozadas em dias seguidos, sem prejuízo do funcionamento normal da empresa. Se, para evitar este prejuízo, as férias não puderem ser gozadas dentro do ano civil, serão transferidas para o primeiro trimestre seguinte.

§ 3.º É nula toda a convenção que importe renúncia ao gozo de férias ou a substituição destas por qualquer remuneração suplementar.

§ 4.º As entidades patronais que não cumpram o disposto neste artigo e seus parágrafos pagarão a cada empregado o triplo do ordenado correspondente ao período de férias a que tinha direito, sem prejuízo da multa em que incorrerem.

Art. 8.º As empresas comerciais e industriais que empreguem normalmente vinte assalariados, pelo menos, são obrigadas a conceder aos dos quadros permanentes um período de férias, com remuneração, não inferior a três ou seis dias em cada ano civil, conforme tenham mais de três ou seis anos de bom e efectivo serviço.

§ único. A estas férias é aplicável o disposto nos parágrafos do artigo anterior.

Art. 9.º O empregado ou assalariado no gozo de férias não poderá exercer a sua actividade profissional ao serviço de qualquer entidade patronal.

Art. 10.º Não se achando acordado o prazo do contrato entre a entidade patronal e o empregado, qualquer dos contraentes pode dá-lo por acabado, independentemente de alegação de justa causa, avisando previamente por declaração inequívoca o outro contraente.

A entidade patronal avisará o empregado com a antecipação de:

- a) Um mês, se o contrato tiver durado menos de três anos;
- b) Dois meses, se o contrato tiver durado mais de três e menos de dez anos;
- c) Quatro meses, se o contrato tiver durado mais de dez e menos de quinze anos;
- d) Seis meses, se o contrato ti-

ver durado mais de quinze anos.

O empregado que se despedir avisará a entidade patronal com a antecipação correspondente a metade dos prazos das alíneas precedentes.

§ 1.º O empregado avisado da rescisão do contrato tem direito ao ordenado correspondente ao tempo por que se conservar ao serviço. Se a entidade patronal se recusar a mantê-lo ao serviço até ao fim dos prazos referidos terá de lhe pagar como se ao serviço estivesse.

§ 2.º Sendo o empregado despedido sem aviso prévio, e sem justa causa, terá direito ao ordenado correspondente ao trabalho prestado e, a título de indemnização, ao ordenado correspondente ao prazo do aviso prévio que no caso couber.

§ 3.º O empregado que, na falta de justa causa, se despedir sem aviso prévio fica sujeito a uma indemnização igual ao ordenado correspondente ao respectivo período.

§ 4.º As indemnizações provenientes da falta de aviso prévio poderão ser reduzidas por prudente arbitrio do juiz quando se prove que excedem o prejuízo efectivamente sofrido por um ou outro dos contraentes.

Art. 11.º A existência de justa causa para a rescisão ou denúncia do contrato por qualquer das partes será apreciada pelo juiz, segundo o seu prudente arbitrio, tendo sempre em atenção o carácter das relações entre dirigentes e subordinados, a condição social e o grau de educação de uns e outros e as demais circunstâncias do caso.

§ único. Considera-se justa causa qualquer facto ou circunstância grave que torne prática e imediatamente impossível a subsistência das relações que o contrato de trabalho supõe, e em especial:

1) Moléstia contagiosa ou doença prolongada do empregado que o impeça de continuar prestando o serviço ajustado;

2) Ofensas à honra, dignidade ou interesses de qualquer das partes, considerando-se como patrões, para este efeito, aqueles que os representem na direcção da empresa;

3) Falência ou insolvência civil, judicialmente verificadas, da entidade patronal ou a sua manifesta falta de recursos para promover a exploração comercial ou industrial.

(Continúa no próximo número)

O mercado regional e as festas de Maio

Continuam os preparativos da iniciativa tomada pela Emissora Nacional para a realização dum grande Cortejo Regional Folclórico, e uma feira de produtos regionais no Jardim da Estrêla.

A Comissão organizadora da Feira Regional é constituída pelos Presidentes da Associações Commercial de Lisboa, Industrial Portuguesa, dois representantes da Sociedade Propaganda de Portugal e pelo sr. João Martins Casal, Presidente da Direcção da nossa Associação.

PORTUGAL — AMERICA DO SUL em 48 horas

A Aero-Portuguesa estabeleceu um serviço de correio, entre Portugal e América do Sul em 48 horas.

A partida do trimotor efectua-se todos os domingos de Sintra às 8,15 horas.

A correspondência para Marrocos, África Ocidental Francesa e América do Sul pode ser entregue na Central dos Correios até às 6 horas da manhã de cada domingo.

A Associação Commercial de Lojistas de Lisboa cumprimenta a Aero-Portuguesa que com a sua resolução bastante contribue para a intensificação das relações comerciais entre Portugal e América do Sul.

TROCOS

Porque a nossa colectividade bastante trabalhou para conseguir debelar a insuficiência de trocos que afectava o comércio retalhista, teve o Director da Casa da Moeda a gentileza de nos comunicar em devido tempo, que iria ser publicado um Decreto que autorizava uma nova cunhagem de moedas de bronze.

Com efeito, o Decreto já foi publicado e veio dar completa satisfação ao que pedimos.

Demonstrado assim que a nossa Associação só advoga causas justas e de interesse geral, cumpre-nos apresentar a Sua Ex.^a o Director da Casa da Moeda, os nossos agradecimentos pela sua gentileza e ao Governo da Nação por ter obviado a um mal que começava a causar inquietação.

Informações

Obrigações dos contribuintes no mês de Abril

PARTICIPAÇÕES A FAZER NAS RESPECTIVAS SECÇÕES DE FINANÇAS

Sobre prédios urbanos que, ficarem devolutos dentro de 15 dias a contar do seguinte ao da saída do inquilino. Esta declaração é feita em duplicado e em papel branco de 25 linhas;

Sobre cessão do exercício do comércio, da indústria e das profissões dentro dos 15 dias seguintes ao da cessação;

Manifesto de capitais, no prazo de 20 dias contados da data da constituição da dívida. Para as letras comerciais o prazo é de 15 dias a contar da data do protesto.

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES IMPOSTOS E TAXAS

Paga-se a 1.^a prestação da contribuição predial, se o conhecimento tiver sido desdobrado em duas ou quatro prestações, com o juro de móra de 2,26 %. Ainda pode ser paga no dia 1, a mesma contribuição;

Paga-se a 2.^a prestação das contribuições industrial e predial das colectas divididas em quatro prestações;

Também ainda se pode pagar a taxa militar do ano de 1937, sendo porém a sua importância de 30 ou 50\$00, elevada ao dôbro;

Paga-se o imposto sobre a aplicação de capitais — Secção B —, devido pelos juros de depósitos que tiverem sido liquidados em Março, e dos juros das obrigações e dos dividendos atribuídos às acções de sociedades anónimas, se o pagamento tiver sido ordenado em Março;

O imposto sobre sucessões e doações e o imposto do selo, por avença, nas acções e obrigações das sociedades anónimas, deve ser pago nos 10 dias imediatos à data da entrega das guias pelas Secções de Finanças, para o que teem elas de ser solicitadas pelos associados, no prazo de 15 dias a partir da data em

que tiver sido fixada a remuneração. A inobservância desta disposição, importa o pagamento de uma multa igual ao dôbro do imposto devido e respectivos adicionais;

O fundo do desemprego até ao dia 10, com referência aos vencimentos de qualquer natureza, pagos aos empregados no mês de Março;

Paga-se o imposto de camionagem até 15, sem juro de móra, e com o juro de móra de 0,70 % até 30, em relação às carreiras efectuadas no mês de Março;

No dia 2 deste mês são relaxadas as dividas da contribuição predial e industrial, o imposto profissional, cujo pagamento devia ter sido feito por uma só vez, assim como todas as prestações desta última contribuição o imposto, quando a primeira tenha deixado de ser paga em Janeiro.

IMPOSTO PROFISSIONAL

Devem fazer-se dentro de 15 dias a contar da data em que o facto se produzir, as participações da saída de qualquer empregado ao serviço, sob pena de os **PATRÕES** ficarem solidariamente responsáveis pelo imposto que caiba pagar aos empregados.

RECLAMAÇÕES CONTENCIOSAS

Até ao dia 2 deste mês de Abril, podem ser apresentadas reclamações sobre quaisquer erros nos lançamentos, incluindo a anulação de colecta proveniente de prédios devolutos em 1936.

Podem também reclamar-se a anulação da contribuição industrial e do imposto profissional por cessação do comércio, da indústria e das profissões durante o primeiro trimestre deste ano.

AVENÇA



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

Director e Editor:

Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

MAIO — 1937

Ano I — N.º 9

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º

LISBOA

Telefone 24114

○ «Boletim» na vida da Associação

Quando nos propuzemos fazer renascer o «Boletim» dando satisfação a uma das mais instantes aspirações da massa associativa, dominou-nos o pensamento de tal executarmos dentro da mais estreita economia, procurando concentrar neste nosso desideratum, os elementos dispersos com que se costumava marcar a vida activa da Associação, tornando-o simultaneamente um precioso meio de afirmações doutrinárias, destinadas à formação de um espirito novo que pudesse traduzir unanimemente o sincero desejo do comércio retalhista, em integrar-se por nosso intermédio no Estado Corporativo.

Traçámos inicialmente o nosso plano e prudentemente o vimos executando, com a satisfação plena de nos vermos amparados carinhosamente pelos louvores dos que, a bem poucos meses desta renovação, nos afirmam por várias formas a sua inteira concordância, com a orientação e progressivo desenvolvimento com que o vimos apresentando.

Evidentemente que a circular vulgarmente oferecida, não conseguia despertar para os assuntos nela relatados, demonstrativos da constante acção das diversas gerências, aquela atenção que o «Boletim» gratuitamente distribuido, consegue despertar nos seus numerosos e sempre crescente número de leitores, por neste terem lugar próprio e de forma desenvolvida, os assuntos que uma colectividade do relêvo e do prestígio da nossa, tem de apresentar não só perante os seus associados, mas também perante as diversas entidades que dia a dia acompanham interessadamente a vida da nossa Associação.

Se tantas outras colectividades possuem hoje, como elemento averiguado de alta valia, o seu ór-

Coronation of His Majesty King-George VI of England

The Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, on going to press for their number of the «BOLETIM» for the month of May, realising that the solemn hour of the Coronation of His Majesty King GEORGE VI is at hand, express their ardent wishes for the Happiness of that Eminent Head of the great British Nation, confident that, under his wise and prudent guidance, much may be expected from the action of our esteemed Ally in this critical moment which confronts the world at large.

gão privativo, se a publicação e a distribuição de anuncios e avisos constituía encargo oneroso a que forçadamente tínhamos de nos su-

jeitar, entendemos que, sem alterarmos o respeito e os aplausos dispensados à proveitosa actuação, dos que tão cuidadosamente promoveram a capitalização de interessantes somas que constituem um valor que honra o rigor administrativo das suas gerências, mas seguindo o exemplo de velhos e dedicados pioneiros da nossa Associação, útil e oportuna seria a publicação do nosso «Boletim».

O que tem resultado da sua acção, dil-o mais do que nós, a necessidade imposta já pelo crescente aumento da sua tiragem, em virtude da satisfação correspondente a pedidos formulados por diversas entidades e o aumento excedente do número de páginas com que marcámos a sua iniciação, para que não deixem de ter oportuna publicidade os assuntos, a cada um dos seus números mensalmente distribuidos.

Mas um «Boletim» que bem possa corresponder ao valor e ao prestígio da nossa Associação, ao marcar definitivamente um período de acentuado desenvolvimento, é obra que não pode viver restrictamente da acção dos que são incumbidos de o promover e dirigir.

A sua ocupação profissional não lhes permite, bem como aos restantes associados, distrair para a Associação e para o «Boletim», a sua exclusiva atenção.

A auxiliares de reconhecido mérito os seus serviços têm de confiar-se para que a sua acção possa resultar proveitosa.

O seu merecimento é o somatório do trabalho constante e da dedicação correspondente à actividade cedida por todos os que, desde o seu início, lhe vêm empres-

tando o produto da sua acção e do seu carinho.

E dentre estes há que salientar os colaboradores dedicados e sempre obsequiosos que honrando as suas colunas com artigos de merecido relevo, têm consentido ao «Boletim» a elevada distinção de verificar, não só lisongeiros referências, mas também transcrições integrais de artigos publicados nos seus diversos números, como recentemente pudemos constatar em «O Trabalho Nacional», órgão valioso do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, em «A Vida Ribatejana», e tantos outros jornais que nos lêem e merecidamente nos apreciam.

Permutamos com algumas dezenas de jornais de todo o País, não só do Continente, mas de muitas outras regiões do Império Português, lisongeando-nos constantemente o bom acolhimento feito ao nosso modesto «Boletim» por todas as Colectividades e entidades valiosas a quem o mesmo é endereçado.

Os nossos estimados consócios, para quem éle é especialmente feito, aguardam-no interessadamente, tal como nol-o vêm afirmando, a-fim-de bem se inteirarem da vida da Associação.

Cumpra pois o «Boletim» uma altíssima missão.

Fiéis porém ao que nos propusimos e prometemos, pretendemos valorizá-lo ainda mais, para que aqueles que venham a suceder-nos na sua Direcção, encontrem já feito um órgão que bem possa corresponder ao valor da A. C. L. L., desempenhando com proveito para o Comércio e para a Nação, papel de merecido e acentuado relevo.

Fácil nos será fazê-lo sem a criação de novos encargos, bastando-nos que pensais sempre que vos seja possível, num pequeno anúncio de preço bastante acessível, cujo montante nos permitirá a necessária valorização do nosso «Boletim».

Os que o dirigem actualmente, os que nele trabalham dentro das diversas modalidades que a sua execução impõe, com o auxílio obsequioso de colaboradores dedicados, não negarão os seus melhores esforços para assim o elevarem.

As colunas do «Boletim» são vossas. Unindo a vossa à nossa acção, prosseguiremos confiadamente, certos de realizarmos uma obra útil por todos desejada e compreendida.

D. G.

Importante

Aos Srs. Associados

Pelo muito interesse que revelam chamamos a atenção dos dignos associados para os seguintes artigos:

«Concurrencia desleal atravez de certos leilões a que urge pôr cõbro» e «Situação dos estabelecimentos comerciais instalados em edificios que sejam propriedade de qualquer estabelecimento de assistência pública ou Misericordias do País».

Alfândegas

Relógios de uso pessoal.

Sua desalfandegação quando vindas pelas Encomendas Postais

Parecer do Conselho da Direcção Geral das Alfândegas:

1.º — A Direcção Geral das Alfândegas de harmonia com o artigo 140.º de regulamento de encomendas postais permitiria que as encomendas contendo relógios de uso pessoal fôsse despachadas sem o prévio exame da Contrastaria.

2.º — Depois de pagos os direitos e mais taxas postais, seriam os volumes transportados para a Contrastaria pelo guarda fiscal destacado na casa de despacho.

3.º — Havendo qualquer erro na aplicação das taxas pautais seria esse erro emendado, ou por um bilhete adicional ou por um encontro de contas.

Em sessão de hoje apreciou o Conselho este sistema que, em princípio, lhe pareceu aceitável.

É no entanto preciso acautelar os interesses do Estado na hipótese de o resultado do exame feito na Contrastaria obrigar à alteração da classificação atribuída aos relógios na verificação antes desse exame, como se diz no n.º 1.º.

De facto pode succeder que o resultado do exame leve a atribuir a alguns relógios classificação a que corresponda taxa superior à inicialmente aplicada. Tal é o caso pôsto no n.º 3.º.

Para tal fim pareceu ao Conselho suficiente adoptar o sistema de a Contrastaria não entregar os relógios aos respectivos importadores sem receber da Alfândega

Acidentes de Trabalho

Pela Inspecção de Seguros do Ministério das Finanças foi submetido à Imprensa a seguinte nota:

«Os patrões na data da publicação do decreto n.º 27.649, de 12 do corrente, conservando normalmente ao seu serviço mais de 5 indivíduos, podem no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor do mesmo decreto fazer a transferência da sua responsabilidade emergentes de accidentes de trabalho para uma sociedade de seguros nacional ou estrangeira. Quando assim não procedam, são obrigados a fazer o caucionamento prévio daquela responsabilidade durante a inspecção de seguros ou aprovar a sua capacidade económica junto do mesmo departamento do Estado.

Todos aqueles que a partir de 12 de Abril de 1937, que se encontrem nas condições acima expostas devem proceder pela forma indicada, no prazo de 60 dias, contados da data em que o facto se regista.

Acêrca das dúvidas que suscitam na execução da mencionada disposição legal, no tocante a transferências de responsabilidades para sociedade de seguros, caução ou prova de capacidade patronal, pode ser consultada a Inspeção de Seguros».

comunicação de estarem pagos os direitos correspondentes, fazendo-se sempre nessa comunicação referência à guia em que a Contrastaria informar o resultado do exame».

Depósito de Direitos Aduaneiros

A Direcção da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa, tendo apresentado em Setembro de 1936 à Comissão nomeada oficialmente para estudar a legislação aduaneira algumas considerações tendentes a modificar regras estabelecidas pelos diplomas legais vigentes, de entre as quais lhe mereceu especial atenção a exigência consignada no art. 30.º das Instruções Preliminares da Paula, acaba de verificar com justificado júbilo que, pelo decreto n.º 27.644, de 7 de Abril corrente, foi dada ampla satisfação ao que por esta Direcção fôra sugerido, passando a fazer-se os depósitos de direitos nas Alfândegas, apenas pelo valor dos mesmos *sem o agravamento* de mais o terço correspondente até então exigido por lei.

CONCORRENCIA DESLEAL

ATRAVEZ DE CERTOS LEILÕES A QUE URGE PÔR COBRO

São frequentes as queixas que nos chegam a respeito dos abusos que se vêm cometendo através a liberdade consentida para certos «leilões», com os quais, na grande maioria dos casos se pretende e consegue, por um lado iludir o público e por outro infringir as normas que regulam o exercício do comércio retalhista.

A A. C. L. L. pretende que se ponha còbro a esta deslealíssima concorrência e nêsse sentido vai representar aos Poderes Públicos.

Não se compreende nem justifica que sob o pretexto de um «leilão», porque o inquilino de uma casa vai «para ares» ou se «ausenta para o estrangeiro», se consinta a venda fora das horas normais em que o comércio é livre, ou aos domingos em que o comércio está encerrado, dos mais variados artigos, que, *propositadamente*, são colocados com fins comerciais, nas casas onde se efectua êsse pseudo leilão.

Os leiloeiros que vivem e prosperam mercê desta concorrência desleal feita ao comércio organizado, não podem nem devem mais continuar êste negócio altamente prejudicial para os comerciantes que têm os seus estabelecimentos sob o regime condicionado do Horário de Trabalho e que pagam ao Estado e ao Município avultados encargos.

É necessário que as autoridades disto se apercebam para a correcção que merece.

Deve ainda notar-se que, além do prejuízo manifesto que resulta dêstes «leilões» preparados com fins de concorrência comercial, êles servem também para desorientar o público em relação aos preços justos das mercadorias, que são vendidas «sem reserva de preços», como nos reclamos de tais negócios sempre se diz, com o fim de atrair clientela para tôda a «pacotilha» trazida a êsses simulados leilões.

O público, que se deixa levar por aparências, quasi sempre compra mau e caro, mas convence-se erradamente de que comprou bom e barato.

Esta desorientação prejudica os comerciantes honestos que difficilmente conseguem convencer os seus clientes de que as tais mercadorias dos «leilões» não passam

de autênticas fantasias, porque ou se trata de «monos» invendáveis ou são feitos de propósito para serem vendidos nos leilões, com tôda a «sucata» que os empreiteiros dêstes negócios encontraram à mão.

Ora, todas as formas de perturbação do comércio devem ser removidas, agora que se pretende organizar as actividades económicas, colocando-as entre si em perfeita igualdade de condições.

Que os leilões continuem autorizados por enquanto e até que se encontre uma melhor solução para os casos em que ainda são realmente necessários, concordamos; mas que à sombra dêles se consintam os abusos que todos conhecemos, isso é que de maneira nenhuma se admite.

Transcrevemos a seguir um artigo publicado no jornal «O Diário da Manhã», de 13 de Abril, em que, sob o título — *Leilões* — o nosso Ex.^{mo} Amigo Sr. Augusto da Costa, que pelas suas altas funções conhece estes assuntos como ninguém, diz o seguinte:

VIDA CORPORATIVA LEILÕES

Estão em moda os leilões; tanto em moda, que ainda há pouco tempo serviram de pretexto para um dichote na radiofonia, baseada num trocadilho em que entravam «trastes». Mas a verdade é que nos leilões há muita comédia...

Escrevemos, por acaso, sentados numa cadeira adquirida em leilão por 30\$00; duvidamos porém de que a cadeira fôsse pertença do dono da casa onde o leilão se realizou, porque durante alguns dias antes do leilão várias carroças transportaram mobília para o local onde o leilão ia realizar-se: dir-se-ia que, em vez dum inquilino que saía para longe, era um inquilino novo que entrava. O mesmo aliás aconteceu com outro leilão, pouco tempo depois, num outro prédio da vizinhança. De modo que, ao lermos anúncios pomposos nos jornais, em que os srs. Fulano e Beltrano aparecem como proprietários de ricas mobílias e objectos de arte, pomos sempre a dúvida de saber se as ricas mobílias e os preciosos objectos de arte

não pertenciam antes a várias pessoas que encarregaram os agentes leiloeiros de os vender na primeira oportunidade.

Esta é a comédia no seu aspecto privado. Mas há também a mesma comédia no comércio. Há estabelecimentos que anunciam leilões destinados à liquidação das suas mercadorias — ou porque a casa vai para obras, ou para permitir fornecimentos de novas mercadorias, ou porque o estabelecimento liquida definitivamente. Muito bem. Simplesmente, escolhe-se para fazer leilão a hora em que os restantes estabelecimentos do mesmo género já estão encerrados, isto é, à noite: a clientela aparece, convencida de que, tratando-se de leilão, vai comprar muito mais barato. Por outro lado, a mercadoria parece que sai dum poço sem fundo: o leilão prolonga-se, prolonga-se, prolonga-se — exactamente como se durante o dia chegassem continuamente novas mercadorias, para serem vendidas à noite. E a loja onde se faz o leilão vai vendendo o que não podem vender as suas concorrentes que encerram à hora legal...

É por ventura justo que se continue a consentir a prática de abusos desta ordem? Cremos que não.

Supomos portanto que as diligências que a A. C. L. L. vai efectuar no sentido de os mesmos serem coibidos, regulamentando-se devidamente o exercício da actividade «leiloeira», serão coroadas de pleno êxito.

SUB-SECÇÕES

Comissões Instaladoras de Grémios

Tem decorrido com grande entusiasmo as reuniões das diferentes classes associadas na nossa colectividade, que têm nomeado as comissões instaladoras dos seus futuros Grémios.

Por êste mesmo motivo, verifica-se a entrega de grande número de propostas de candidatos a sócios o que prova o grande interesse e simpatia que desperta esta iniciativa da nossa Associação.

As reuniões prosseguem, sendo os sócios avisados directamente pela Direcção, que indica o dia e hora em que deverão comparecer.

VIDA COMERCIAL

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e a sua acção moral e social.— Os problemas do pequeno comércio.— Horário do Trabalho.— Vendedores ambulantes.— Solidariedade.— Problemas de hoje e de amanhã

No âmbito das actividades económicas do país, o comércio retalhista, pela sua posição de contacto directo com o público, pela quantidade de indivíduos que a êle se dedicam, desde as grandes cidades, às mais pequenas aldeias, e, ainda e acima de tudo, pelas realizações de carácter social que dia a dia vão espalhando pelo país, concorrendo de forma notável para o seu desenvolvimento e para o seu bem estar, representa uma força que todos são obrigados a reconhecer e, conjuntamente, um índice do progresso nacional.

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa demonstra-nos bem que é assim. O papel que, desde a sua criação, vem desempenhando, na vida associativa comercial, na vida lisboeta e na vida da Nação, é deveras preponderante. E o mesmo, felizmente, acontece com as suas congéneres em relação às localidades onde actuam.

No que se refere à Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, pode-se dizer que a sua acção tem tido sempre a caracterizá-la a elevação moral e intelectual dos seus dirigentes, e que estes representam condignamente uma classe que vive a todo o momento no desejo de se valorizar pela cultura e pelo civismo e de se impor à consideração geral pelas afirmações cada vez mais evidentes de exacta compreensão dos imperativos da hora que passa.

Reconhecemo-lo mais uma vez ao ouvirmos para o «Primeiro de Janeiro» o seu ilustre vice-presidente, sr. Francisco Manuel da Costa, individualidade sempre dedicada à causa comercial e à valorização da sua importante colectividade, — que gentilmente se prontificou a transmitir aos leitores do nosso jornal o seu parecer sobre os problemas que actualmente mais interessam o pequeno comércio.

E impunha-se, na verdade, que realizássemos esta entrevista, pois certos problemas da vida comercial atingem neste momento uma acuidade melindrosa e exigem um estudo ponderado para que não



Francisco Manuel da Costa

se demorem as soluções desejadas.

A nossa primeira pergunta, contudo, referiu-se à acção do comércio lojista do Pôrto. E o sr. Francisco Manuel da Costa disse-nos:

— A acção do comércio lojista do Pôrto é absolutamente idêntica à que desenvolve o comércio lojista da Capital. Desde sempre, êle tem sabido estar à altura da sua missão, não só valorizando a sua cidade e cooperando com as autoridades para o progresso em todos os campos da actividade portuense, mas também tornando-se um dos melhores colaboradores do desenvolvimento económico do país. As suas aspirações, do mesmo modo, são idênticas às do pequeno comércio lisboeta. Quando a minha Associação consultou as

suas congéneres do país sobre alguns problemas do interesse geral, as Associações do Pôrto não faltaram com o seu carinho e a sua solidariedade. E êste facto, como é natural, desvaneceu-nos.

A seguir:

— Sendo esta a primeira vez que, através da Imprensa, comunico com os meus colegas portuenses, cumpre-me endereçar-lhes as minhas sinceras saudações, o que faço com o maior prazer...

Horário do Trabalho

O Horário do Trabalho constitui um motivo de incertezas no meio comercial. Discorda-se da forma como foi estatuido. Classifica-se de injusto e de altamente prejudicial, em alguns dos seus aspectos...

— Na generalidade — confessa o nosso entrevistado —, o horário do trabalho é bem recebido. Torna-se necessário, porém, limarem-se algumas das suas arestas.

Pretendemos pequenas alterações e estamos certos de que elas podem ser aceites por quem de direito, pois não representam exigências descabidas — mas simples pedidos de ajustamento de detalhes.

— Por exemplo?

— Nas vésperas do descanso semanal, um acréscimo de duas horas de trabalho representaria um acto de justiça e um auxilio valioso ao pequeno comércio. Tôda a gente sabe que o comerciante lojista empregava o dia antecedente ao descanso semanal para fazer a arrumação dos estabelecimentos e dos artigos e que, por característica especial, a que não é estranho o recebimento de salários e o pagamento de contas, é êste dia o que provoca maior montante de negócios. Actualmente, o pequeno comércio está inibido de demorar mais tempo do que nos outros dias com o estabelecimento

aberto ou, tendo-o fechado, com trabalho dentro d'ele.

— A alteração pedida do horário do trabalho não virá prejudicar os empregados?

— Pelo contrário: estará em concordância com os seus interesses. Os empregados lucram sempre quando as casas comerciais aumentam o seu negócio.

— Mas será possível a alteração do que foi aprovado pelos Sindicatos respectivos?

— Admita-se que o não seja. Nêsse caso, pede-se a autorização para os patrões e para o pessoal isento do horário do trabalho.

— Qual a sua opinião acêrca das disposições legais respeitantes ao não encerramento dos estabelecimentos durante as horas das refeições?

— Essas disposições, digo-o com a maior sinceridade, são pouco felizes e só servem para criar descontentamentos.

— Não concorda que elas procurem proteger o empregado contra o desemprego?

— Não! E não porque qualquer comerciante que não tenha montante de negócios que lhe permita possuir empregados não vai admiti-los pelo simples facto de ser obrigado a ter o estabelecimento aberto durante as horas do almoço. Ele passa a almoçar na «loja» e a responder ao cliente que aparece com o «não há», «não tenho», etc., de sempre.

— E não será isto que se procura cortar, em benefício do público?

— Talvez. Mas V. sabe que nem todos os estabelecimentos possuem o que os fregueses pretendem. A estes cabe sempre o recurso dos outros estabelecimentos. Ora, se a determinação da Lei com respeito ás horas das refeições tornasse o encerramento facultativo poderíamos ter a certeza de que a clientela tinha sempre onde ser servida.

Vendedores ambulantes e integração corporativa

Um outro problema que interessa de modo evidente o pequeno comércio é o provocado pelos vendedores ambulantes. A êste respeito, diz-nos o ilustre vice-presidente da Associação Comercial dos Lojistas:

— Considero humana e merecedora de carinho a profissão do vendedor ambulante, desde que nela se observem as características primitivas e se reconheçam e respeitem as obrigações que a qualquer actividade comercial

Filipe José da Fonseca Neves

Partiu no passado mês de Abril para Nova-York êste nosso querido colega da Direcção e ilustre colaborador do *Boletim*.

Filipe José da Fonseca Neves, representante da acreditada firma «A Radiófila, Ltd.ª», vai a convite



Filipe José da Fonseca Neves

da sua representada a «White Sulphur Springs» assistir ao Congresso dos Distribuidores da Casa Philco.

Novo mas competente, e muito conhecedor da especialidade do seu comércio, tem Filipe José da Fonseca Neves grangeado muitos admiradores, que muito apreciam os seus sensatos artigos sobre Rádio.

O *Boletim* regosija-se com a escolha acertada que «A Radiófila» fez nomeando Filipe José da Fonseca Neves a quem apetece uma óptima viagem e um feliz regresso.

competem. Mas, quando o vendedor ambulante trabalha nas horas em que o comércio fixo não o pode fazer, antes e depois do encerramento dos estabelecimentos e nos dias de descanso, e quando o vendedor ambulante trabalha sem encargos, — então, creio, a sua actividade só pode merecer repulsa. Ele transforma-se em concorrente desleal.

— Isto, na generalidade?

— Sim. Temos de distinguir os vendilhões ambulantes honestos dos que abusam para atingirem uma finalidade que a Lei não permite aos que pagam contribuições e salários, concorrem para o fun-

do de desemprego e constantemente valorizam as terras onde exercem a sua acção.

— Como solucionar êste caso?

— Penso que o exercício da profissão de vendedor ambulante só devia ser permitido após consulta à Associação Comercial do local em que se realize. Esta, assim, vigiaria pelo cumprimento da Lei e responderia pelas injustiças cometidas. O Estado, nestes e noutros problemas devia actuar mais intimamente com as Associações.

— Porque o não faz?

— Há quem diga que devido ao facto de estas não possuírem organização corporativa. Talvez tenham razão. No entanto, devo afirmar-lhe que a minha Associação já solicitou a sua integração corporativa. Ela, portanto, não espera a obrigação de «cumprir», mas simplesmente a oportunidade de «colaborar».

— Quanto aos contratos colectivos?

— Julgo-os necessários. Representam a base do entendimento que deve existir entre patrões e empregados. Evidentemente que estabelecidos, isolados, embora sejam de louvar, vêm colocar alguns empregados numa situação de privilégio. E eis a razão porque a integração corporativa das Associações se impôs. Serão elas quem deve estabelecer as bases para o bem estar geral de todos os que ao comércio se dedicam.

Solidariedade

— Perante os novos contratos, os empregados e patrões deixam de possuir as casas de assistência que lhes pertencem?

— Não vejo inconvenientes em que estas continuem a existir. Por exemplo: conhece V. alguma coisa mais interessante do que a instituição *Inválidos do Comércio*? Soberba demonstração de quanto vale a iniciativa particular quando bem orientada, *Inválidos do Comércio* é o refúgio dos trabalhadores de comércio, proporcionando-lhes bem estar, carinho e valioso amparo. Os trabalhadores de comércio que se acolhem a esta instituição bendizem da sua acção, que lhes permite uma velhice socegada, sem preocupações de ordem material. Seria lógico destruí-la?

— Na verdade...

— Em breve, com o novo inventário, a acção de *Inválidos do Comércio* ver-se-á valorizada mais ainda e preencherá uma lacuna há muito sentida. E todo êste bem estar é oferecido a trôco de uma

pequena quotização. Julgo, pois, necessário que, mesmo dentro da organização corporativa, subsistam as obras de assistência, criadas e sustentadas por patrões e empregados, que, como *Inválidos do Comércio*, muito dignificam uma classe.

— O que é, enfim, mais necessário para resolução dos problemas que interessam os lojistas do País?

— Antes de mais, uma união constante das colectividades que os representam. Esta união permitirá um melhor estudo desses problemas. Ao mesmo tempo, reflectindo um pensamento unânime do comércio lojista de todo o país, éles se imporão de forma mais evidente à consideração oficial. Nesta ordem de ideias, será sempre com gratidão que a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa receberá os estudos e alvitre das Associações do Porto, que certamente virão valorizar trabalhos que já temos iniciados.

E, antes de terminar:

— Precisamos de unir os lojistas de todo o país, sem rebeldia e, antes, fundamentando as suas aspirações em princípios de justiça e tolerância, a-fim-de que os interesses de patrões e empregados sejam respeitados e a-fim-de que desta comunhão de esforços resulte um bem para a Nação.

(Com a devida vénia do jornal do Porto — Primeiro de Janeiro).

Importação de ferro e aço

A Direcção Geral do Comércio resolveu convidar as entidades que necessitem de adquirir no estrangeiro ferro e suas ligas ou aço, em obra, a informarem-na por escrito, no mais curto prazo, sobre as encomendas já feitas e que não tenham obtido satisfação, e bem assim as quantidades, qualidades, etc., das mercadorias, para o efeito de se verificar se aquelas encomendas podem ser objecto de operações de compensação nos termos do § único do artigo 1.º do decreto-lei n.º 27.615.

"A GAZETA"

Este interessante jornal de Ponta Delgada quis ter a gentileza de se nos referir, apreciando a nossa acção por forma elogiosa.

Agradecemos sinceramente e testemunhamos à «Gazeta» a nossa mais viva simpatia.

Situação dos Estabelecimentos Comerciais

instalados em edificios que sejam propriedade de qualquer estabelecimento de assistência pública ou das Misericórdias do País

Tem sido um assunto pouco debatido porque interessa apenas a um número relativamente pequeno de comerciantes, as disposições contidas nos arts. 9.º e 10.º do Dec. 20.285, de 7 de Setembro de 1931, que são do teor seguinte:

Art. 9.º Os bens que sejam propriedade de qualquer estabelecimento de assistência pública e que sejam desnecessários aos respectivos serviços poderão ser dados de arrendamento, o que se fará com intervenção, como senhorio, do director geral de assistência.

Art. 10.º Os arrendamentos a que se refere o artigo anterior apresentarão sempre um direito precário e poderão em qualquer tempo ser rescindidos pelo senhorio, desde que o respectivo prédio volte a ser necessário aos serviços de assistência, podendo no entanto os respectivos arrendatários manter-se à sombra de tais arrendamentos durante um ano, a contar da data em que sejam notificados para os darem por desocupados.

§ único. É extensiva às Misericórdias de todo o País a doutrina deste artigo desde que a necessidade dos prédios seja justificada perante a Direcção Geral de Assistência, que autorizará ou não a rescisão dos respectivos arrendamentos.

Embora, como dissemos, o número de comerciantes atingidos pelas disposições citadas seja relativamente pequeno, nem por isso são menos dignos de protecção, tanto mais quanto é certo que foram lesados interesses indiscutivelmente legítimos, sem que, ao menos, lhe fôsem garantidos compensações materiais, que nem mesmo são recusados nos casos de expropriação por utilidade pública.

Todos os comerciantes que tenham a infelicidade de possuir estabelecimentos instalados em edificios propriedade da Assistência Pública ou de quaisquer Misericórdias, estão colocados numa situação melindrosíssima, dado o carácter precário dos arrendamentos, *rescindíveis pelos senhores em qualquer tempo*.

Ora, um estabelecimento representa sempre um valor obtido, principalmente, à custa do esforço e actividade do comerciante que o criou, e que de um momento para o outro se anule e ponha à margem um direito que o comerciante supunha ser comprado com o seu trabalho e não poucas vezes com um largo dispendio de capital.

É certo que a lei confere ao inquilino o prazo de um ano para a desocupação da casa arrendada, mas isto, que pouco ou nada é, não constitui compensação para os prejuizos que o comerciante desalojado possa vir a sofrer.

Todavia, pode dizer-se que, ao contratar o arrendamento o inquilino já sabia que o seu direito era precário e portanto que o não tivesse feito se não lhe convinha.

Assim é, de facto, se a lei fôr entendida apenas no sentido de que a sua aplicação só atingirá os contratos de arrendamento celebrados depois da sua publicação, o que parece realmente deduzir-se do seu conteúdo.

Mas será assim? Bom seria que se esclarecesse, para evitar que se criem situações prejudiciais para os comerciantes que possam vir a ser eventualmente lesados.

Uma coisa é certa neste regime a que estão submetidos os estabelecimentos nestas condições: a dificuldade quasi insuperável de obter pelo trespasse a sua transferência para outra entidade, visto que raro será quem se abalance a correr um risco eminente.

Dêste modo, quasi podemos afirmar ser de valor nulo um estabelecimento sobre que pese um encargo desta natureza, resultando assim em pura perda muito esforço e trabalho dispendidos pelo infeliz comerciante seu proprietário.

Como se trata de um assunto pouco discutido, pediamos aos comerciantes que se encontram nas condições referidas, que nos dissessem as suas opiniões a respeito dos seus casos particulares, pois desejamos fazer um juízo seguro que nos habilite a uma mais ampla apreciação.

O JUSTO SALÁRIO E A SITUAÇÃO DAS EMPRESAS

(CONTINUAÇÃO DUMA POLÉMICA)

Pelo Dr. Ramiro Seixas

Para Horácio Gonçalves o nosso «muito obrigado».

Mantida esta polémica na posição em que tanto nós como H. G. a colocámos, prestaríamos um mau serviço se qualquer de nós abandonasse a «liça», sem deixar suficientemente esclarecidas as pessoas que têm tido a amabilidade de nos ler.

O tema foi erguido pela parte adversa, com nobreza e elevação, embora num tom apaixonado que, para nós não constitui defeito, mas prejudica a ideia, deformando-a.

Bem haja H. G. por nos ter dado a oportunidade de discutir um assunto de verdadeiro interesse, que nunca será de mais apreciar de todas as maneiras sensatas.

O Justo Salário é um problema dos nossos dias. Uma questão actual, que, infelizmente, a bem poucas pessoas, entre nós, tem interessado.

A chamada «grande imprensa» não cura destas pequenas coisas, de modo que, o público que lê nunca viu no seu jornal a menor referência a um assunto desta ordem.

Todavia, atrevemo-nos a afirmar, o Justo Salário impõe-se não só como um indeclinável dever de Justiça Social, mas, também como um estimulante da actividade económica em todos os seus diversíssimos sectores.

Ele é, sem dúvida, a garantia mais sólida da Paz e da Harmonia entre os indivíduos.

Se a Fraternidade pode ter de alguma maneira realização prática, nenhuma forma suplanta por certo a que resulta da aplicação generalizada do Justo Salário, considerado este como um direito natural inerente à dignidade da pessoa humana.

Problemas soberanos como este mereciam, pois, a atenção interessada das pessoas que escrevem por gosto ou por profissão. Deviam ser debatidos em todos os tons; criticados de todas as formas; explicados e analisados a todas as luzes...

Os organismos especializados do Estado, ao serviço da Nação «que se pretende organizar corporativamente», deviam, por sua vez, dar ao Povo, em propaganda intensa, a justificação dos novos

princípios de Justiça Social, adaptando assim o seu espírito à percepção dos novos conceitos pelos quais a Humanidade pretende orientar-se.

Os tempos são outros, as ideias evoluíram mercê de circunstâncias da mais diversa ordem.

Temos que nos adaptar a fórmulas que melhor se ajustem às necessidades imperiosas que se foram criando quasi sem darmos por elas.

Tudo se atribui à Crise. Mas afinal o que é a crise? Apenas isto:

a rotura do equilíbrio anterior.

Para atingirmos de novo esse equilíbrio, que é condição essencial da harmonia das relações entre os indivíduos, ensaiam-se novas fórmulas e revêem-se as antigas, procurando racionalizar a Vida e orientar a Civilização no sentido humano, sobrepondo ao interesse particular o interesse geral e limitando aquele para proteger este.

A evolução é lenta mas contínua e mau será se a prejudicar o choque de forças em conflito, que apenas conseguirá provocar ruínas, atrasando a solução final que já se desenha com perfeita nitidez.

Mas, voltemos ao assunto:

Horácio Gonçalves continua a ter apenas *meia razão*, embora os argumentos de que se serve sejam apropriados. Simplesmente, as suas premissas não conduzem directamente à conclusão que delas pretende tirar. E quer ver porquê?

Aí vai a explicação.

A sua tese é esta, se bem compreendemos.

— *O equilíbrio económico das Empresas só poderá obter-se aumentando a capacidade de consumo e este aumento só se conseguirá dando salários justos a todos os trabalhadores.*

Logo, conclui:

— *Comecemos desde já e antes de mais nada, por «distribuir pela Nação, salários, muitos salários»...*

Ora vejamos:

— *Pode por ventura garantir-se, como indiscutível, que, do aumento de salários até ao limite do justo, resultará necessária e imediatamente, o equilíbrio económico das Empresas?*

Não nos parece.

Se o problema pudesse resolver-se com esta simplicidade, pode crer, Horácio Gonçalves, que há muito estaria resolvido.

Mas, não! Do aumento de salários, *imposto* a todas as actividades económicas, simultaneamente e *sem prévia preparação*, não sabemos muito bem o que resultaria, mas, o que nos parece é que não resultaria coisa boa e de maneira nenhuma

o equilíbrio económico.

Verificar-se-ia mesmo

um enorme desequilíbrio,

cujas consequências são imprevisíveis, mas não hesitamos em qualificar de catastróficas.

É que estas coisas não se resolvem aritmeticamente: aumento de salários, *igual* a aumento de consumo; aumento de consumo, *igual* a equilíbrio económico. Entre cada uma destas igualdades e *para que sejam realmente iguais*, há que resolver uma montanha de problemas que, «para simplicidade de cálculo», resumiremos em uma só palavra — *Organizar*.

E que temos razão demonstra-o Horácio Gonçalves, quando escreve que:

«Os altos comandos em Portugal não existem por enquanto, dado o *estado primitivo da organização corporativa...*»

Sendo certo, também que

hão-de ser esses «altos comandos» corporativos quem há-de estudar e resolver o problema do justo salário, colocando-o exactamente, «nos alicerces» de todo o edificio.

Como vê estamos afinal de feito acôrdo.

Temos portanto, forçosamente, de reconhecer que,

«Antes de qualquer estudo respeitante à justa medida do Salário, há que colocar e resolver o problema magno da — *Organização Corporativa das Empresas.*»

É desta Organização e da sua paralela, a dos Sindicatos Profissionais,

que hão-de sair os «Altos Comandos» Corporativos e consequentemente, as soluções para o problema do — Justo Salário.

TELEFONES Informações

Obrigações dos contribuintes no mês de Maio

Dissémos no n.º 8 do nosso «Boletim», que a C.ª dos Telefones solicitara a indicação de dois ou três delegados da nossa Associação para com ela tratarem d'este importante assunto.

A Direcção da nossa colectividade satisfazendo o desejo manifestado pela «The Anglo-Portuguese Co. Ltd.», enviou os seus delegados para o efeito indicado, os quaes se avistaram com o Ex.º Sr. Armando Ferreira, tendo sido gentilmente recebidos por S. Ex.ª que por uma forma assaz cativante, ouviu a exposição feita acêrca dos motivos que mais insistentemente têm originado as reclamações recebidas dos nossos consócios e que, após larga troca de impressões, proporcionou aos visitantes uma demorada visita às instalações dos serviços telefónicos sob a sua direcção.

Debatidos largamente os motivos de queixa apresentados que S. Ex.ª procurou sempre esclarecer, foi dito aos nossos delegados que estando a organizar-se as estatísticas referentes ao novo regime de chamadas, elas seriam postas incondicionalmente à sua disposição, logo que estivessem totalmente organizadas, o que deverá ter lugar, durante o próximo mês de Maio.

Entretanto ponderaram os nossos delegados que, independentemente do estudo que as novas tarifas podem oferecer, de inteira justiça se tornava a concessão de um benefício especial a todo o comerciante, criando-se assim por esta modalidade o que poderá chamar-se o «Telefone Comercial», defendido pelo nosso «Boletim» desde a sua iniciação.

Esta indicação foi acolhida em princípio com a atenção de poder merecer devido estudo, que gostosamente os nossos delegados procurarão continuar na próxima reunião a realizar-se.

O «Boletim» regosija-se com o curso que estão tomando as negociações iniciadas sobre tão momentoso assunto e tem o prazer de constatar que é sempre possível conciliar interesses e chegar a conclusões satisfatórias, quando as partes em litígio sabem apresentar-se correcta e sinceramente na defesa dos princípios que os seus mandatos lhe impõem.

PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES, IMPOSTOS E TAXAS

Pode pagar-se a 1.ª prestação da contribuição predial se o conhecimento tiver sido desdobrado em 2 prestações, com o juro de mora de 3,13%.

— Se o conhecimento tiver sido desdobrado em 4 prestações, também se podem pagar as 2 primeiras prestações ou só a segunda se a primeira já tiver sido paga, com o juro de mora correspondente a 4 meses para a 1.ª prestação e o correspondente a um mês para a 2.ª, ou sejam respectivamente 3,13% e 0,7%.

— Da mesma forma se pode pagar a 2.ª prestação da contribuição industrial e a do imposto profissional, se tiver sido paga a 1.ª em Janeiro, apenas com o juro de mora de 0,7%.

— Igualmente pode ser pago o imposto complementar, nas condições acima indicadas.

— Deve pagar-se o imposto sobre a aplicação de capitais — Secção B — nos juros dos depósitos e nos dos suprimentos liquidados em Abril;

— Ainda pode ser pago o mesmo imposto nos dividendos das acções das sociedades anónimas, se a respectiva autorização para recebimento d'esse dividendo ou interesses, tiver sido dada no mês de Abril.

— O fundo do emprêgo é pago até ao dia 10, com referência aos vencimentos de qualquer natureza, pagos aos empregados no mês de Abril.

— O imposto de camionagem paga-se até ao dia 15 sem juros de mora e com o juro de mora de 0,7% até 30, em relação às carreiras efectuadas no mês de Abril. Depois do dia 30 o imposto considera-se relaxado.

PARTICIPAÇÕES A FAZER NAS RESPECTIVAS SECÇÕES DE FINANÇAS

Sobre prédios ou parte de prédios urbanos que ficarem devolutos dentro de 15 dias a contar do seguinte ao da saída do inquilino.

— Sobre a cessação do exercício do comércio, da indústria e das profissões, dentro de 15 dias seguintes ao da cessação.

— Manifesto dos capitais mutuados, no prazo de 20 dias a con-

tar da data da constituição da dívida. Nas letras comerciais, o prazo para o manifesto é de 15 dias a contar do protesto.

RECLAMAÇÕES CONTENCIOSAS

Pode-se pedir a anulação da contribuição industrial ou do imposto profissional em relação a três meses, quando tenha cessado o exercício do comércio, da indústria ou das profissões durante o primeiro trimestre d'este ano.

ESTATISTICA

As sociedades coloniais ou as que tenham de aguardar do estrangeiro elementos essenciais à sua escrita, podem completar até 30 de Junho próximo, o preenchimento dos verbetes estatísticos entregues até 15 d'este mês, remetendo ao Instituto Nacional de Estatística, as informações que tenham deixado de prestar.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Deram-nos o prazer da sua visita as seguintes publicações, que connosco permutam:

Jornal de Lagos, O Fragateiro, Traz-os-Montes, Notícias de Évora, O Louletano, A Voz de Domingo, O Comércio de Viveres, O Comércio, A Tradição, A Voz dos Mercados, Progresso da Murtosa, El Eco de la Industria Alemana, O Eco de Reguengos, Notícias de Viana, O Volante, Boletim do Contribuinte, A Propaganda, Comércio de Portimão, Vida Ribatejana, Brados do Alentejo, O Eco de Extremoz, Concelho de Rio Maior, A Voz do Douro, O Povo de Penafiel, A Industria, O Minhoto, Povo Algarvio, O Concelho de Mafra, Ecos do Alcoa, Revista da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística, La Machine Moderne, A Defesa, Revista Gil Vicente, Boletim Oficial dos Correios, Telégrafos e Telefones, Die Schweiz, Jornal da Régua, Jornal de Seguros, revista Ourivesaria Portuguesa, O Intransigente, A Gazeta de Ponta Delgada, A Folha do Sul, Boletim Oficial da Colónia de Moçambique e Revista Portuguesa de Importação, Exportação e Turismo.

AVENÇA



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

Director e Editor:
Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

JUNHO — 1937

Ano I — N.º 10

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º
LISBOA Telefone 24114

Propriedade da
**Associação Comercial de
Lojistas de Lisboa**

Um discurso! Um programa!

As palavras proferidas pelo Senhor Ministro do Comércio na sessão solene dedicada pela Associação Comercial de Lisboa ao comércio centenário da capital, constituiram uma notável lição, digna das mais elogiosos comentários, quer pelo brilho e precisão dos conceitos, quer pela beleza da forma, verdadeiramente impecável.

Para nós tem ainda um merecimento especial que, justamente, desejamos pôr em relevo: mostraram-nos que temos caminhado acertadamente na senda que traçámos desde a assembleia geral de 2 de Dezembro de 1936 e da qual, desde então nunca nos afastámos, cumprindo assim o nosso dever e honrando o voto expresso e entusiástico dessa memorável assembleia.

Neste Boletim a *Ideia Corporativa* tem mantido sempre acesa a sua chama altiva...

Ao elevá-la, em propaganda constante, procurámos sempre mostrar a verdade dos seus princípios, baseados em regras da mais perfeita moralidade e a utilidade e eficiência dos seus fins de *Cooperação, de Utilidade e de Justiça Social*.

Contra a desordem — a *Organização*.

Contra a luta de classes — a *Cooperação e a Solidariedade*.

Dominando tudo — a *Justiça Social*.

Conceito abstracto dirão aqueles que não querem ver um facto que de todos afinal é conhecido: — o critério do Justo e do Injusto existem mesmo nas raças inferiores e até entre os irracionais.

O critério do Justo e do Injusto é *instintivo*.

O critério de Justiça Social res-

peita apenas uma única regra: *«tudo pela Nação; nada contra a Nação»*.

É justo tudo quanto visa o seu Bem.

É injusto tudo quanto lhe fôr contrário.

Os desvios que possa sofrer na aplicação prática não o prejudicarão fundamentalmente.

A Nação é composta de indivíduos, ligados uns aos outros através os seus agregados naturais.

A *mesma actividade funcional* solidarisa todos os indivíduos que a exercem, constituindo cada uma das *especialidades* um agrupamento à parte, com interesses particulares definidos, que não se confundem com os dos outros agrupamentos que vivem a seu lado.

Entre cada um desses agregados naturais não existem barreiras que os separem, porque dependem uns dos outros tão naturalmente como os indivíduos que respectivamente os compõem.

Convergem todos na Nação, mas, para que esta seja *um todo orgânico*, indispensável é que, por gradações sucessivas os grupos se fundam, *sem colisão*, marchando harmónicamente para o fim comum: o *Bem da Nação*.

Numa construção racional deve partir-se sempre do particular para o geral e assim, na Organização Corporativa, inteligente como nenhuma outra, se parte do Grémio ou Sindicato para a União ou Federação e desta para a Corporação.

As *actividades económicas* agrupam-se, *primariamente*, em Grémios das respectivas especialidades.

Dos Grémios iremos às Uniões e Federações e num dia que não vem longe atingiremos finalmente as Corporações.

De vagar, com cautela, mas com absoluta segurança.

A *União dos Lojistas ou Comerciantes Retalhistas de Lisboa* será um facto depois de organizados os Grémios das actividades especializadas que constituem cada um dos seus ramos.

A *afinidade retalhista* que liga os Grémios de cada uma das especialidades, explica perfeitamente a sua União.

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa viu o caminho a percorrer e lançou-se nele sem precipitações, mas com decisão e boa-vontade.

O Comércio Retalhista de Lisboa, integrado com os seus Grémios na Organização Corporativa e subordinado *voluntariamente* à sua disciplina, verá então os benefícios de toda a ordem que para si próprio poderá recolher e a obra social relevantíssima sob todos os aspectos que a Nação lhe ficará devendo.

Respeitando o princípio fundamental da especialização das actividades; defendendo e condicionando a iniciativa privada; agindo no sentido da utilidade social e economia e opondo, pela organização, um dique intransponível contra a especulação desenfreada, que não serve para ninguém e a todos ameaça subverter.

É este o nosso programa.

Foram estas as ideias que o Senhor Ministro do Comércio brilhantemente expôs na sessão solene dedicada pela Associação Comercial de Lisboa ao comércio centenário da capital.

O "Boletim,, e a Coroação de S. M. o Rei Jorge VI

Da Embaixada da Grã-Bretanha, recebemos o seguinte officio:

Sir,

His Majesty's Ambassador wishes me to thank you for your kindness in sending him the copy of the «Boletim» da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa which contained a reference to the Coronation of His Majesty King George VI.

His Excellency is deeply appreciative of this courteous expression of good will which provides further proof of the age-old friendship between our two peoples.

Traduzimos:

Sr.

Encarrega-me Sua Ex.^a o Embaixador de Sua Majestade de agradecer o envio do exemplar do Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa que inseria referências à coroação de Sua Majestade o Rei Jorge VI.

Sua Ex.^a ficou profundamente sensibilizado pela amável expressão de cordealidade, que é mais uma demonstração da velha amizade existente entre os dois povos.

Do Consulado Britânico também recebemos o seguinte amável officio:

Ex.^{mo} Sr.

Cumpre-me vir agradecer pessoalmente a V. Ex.^a a gentileza de me ter enviado um exemplar do interessante Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (N.º 9), de Maio corrente, e desejo manifestar o meu maior apreço pela publicação, na primeira página do mesmo Boletim, da mensagem amiga por motivo da Coroação de S.S. M.M Britânicas, e pelos termos cordiais em que ela vem redigida.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.^a os protestos da minha elevada consideração.

O Secretário Comercial da Embaixada e Cônsul de S. M. Britânica

O Boletim agradece as gentilezas das autoridades britânicas e repete a sua simpatia pelo grande Povo Aliado.

Camara do Comércio Britânico

De entre as festas Comemorativas da Coroação de S. M. o Rei Jorge VI, merece especial menção o banquete oferecido pela Camara de Comercio Britânico, no dia 13 de Maio, às altas individualidades do nosso Paiz e ás mais representativas figuras do meio Comercial e Industrial português.

Ao grandioso banquete que decorreu no meio da mais franca cordealidade, bem demonstrativa das amistosas relações existente entre os dois povos, velhos aliados, assistiram os seguintes srs :

João Martins Casal, Joaquim Roque da Fonseca, Manuel Gonçalves Monteiro, Eng. Luis Couto dos Santos, Eng. Pedro Augusto da Fonseca Botelho Neves, José Maria Alvares, António de Oliveira Cálem, Eng. José Bacelar Rebiano, Carlos de Barros Soares Branco, Eng. Joaquim da Costa Lima, Eng. João António Gonçalves da Cal, A. H. W. King O. B. E., Major C. E. Wakeham, J. N. Marsden, Coronel J. Maitland Edward D. S. O., S Xantho, J. B. Blair, Robert Blackburn O. B. E., R. Garland Jayne O. B. E., R. W. Frazer, G. Pinto Basto, W. M. F. Stilwell, J. C. Henriques, S. Mascarenhas, J. Rocha Leão, J. N. Rankin e I. Rankin, E. A. H. Dawson e P. E. Dausan, A. D. Lindley, M. Remus, A. P. L. Glen e A. H. Reynolds, M. P. Levy, H. G. Rumsey, W. A. Loweth, Major J. T. Montgomery O. B. E., S. Rawes, F. Abecassis, E. Empis, M. Smith, Dias Daniel, Ferin Cunha, J. Ramsay, Robert Capeland, W. Bucknall, H. A. Hinks, H. V. Harby, S. H. Williams e J. Clark.

Organização Corporativa

Têm decorrido normalmente os trabalhos das classes associadas para efeitos de nomeação das Comissões Instaladoras de Grémios. Assim, e num curto espaço de tempo, já formaram as suas comissões as seguintes actividades diferenciadas:

Adelos — Agências de Compra e Venda de Propriedades — Agências Funerárias — Algodões (mercador) — Artigos de Arame — Balanças — Bazar de Brinquedos e Quinquilharias — Borracha — Cambistas — Camisarias — Capelistas — Chapéus (para homens), Chá e Café — Cutelarias — Ferragens (usadas) e Colchoarias.

Devendo em breve ser regulada a forma da nossa Associação se integrar na Organização Corporativa, continuar-se-á a reunir diariamente as diversas actividades retalhistas para nomeação das comissões acima referidas.

Após a organização das Comissões e a publicação do diploma a que acima se alude terá lugar uma reunião conjunta a que assistirá o Ex.^{mo} Sr. Dr. Ramiro Seixas, ilustre Consultor Técnico da Associação, que explicará detalhadamente a orientação a seguir.

Disciplinadamente, continuaremos a manter a nossa orientação, que entendemos ser a mais proveitosa para os Ex.^{mos} Associados, para a Associação e para a Nação.

«TRABALHO NACIONAL»

Este valioso órgão do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, deu-nos a honra de transcrever na íntegra os nossos artigos *Salário Familiar* e *Justo Salário*.

Confessamo-nos reconhecidos pela atenção.

No final depois de trocadas efusivas saudações através dos discursos proferidos, foram oferecidas a cada um dos assistentes medalhas comemorativas do acto solene que se festejava, tendo o nosso Presidente da Direcção Ex.^{mo} Sr. João Martins Casal no fim do seu discurso, solicitado permissão para transmitir o oferecimento da Camara de Comercio Britânico, á Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, a-fim-de que, no seu salão nobre, se perpetuasse tão notavel acontecimento mundial, atitude que mereceu os melhores aplausos de todos os assistentes.

ESTUDOS CORPORATIVOS

Produção e Comércio



Dr. Pedro Teotonio Pereira
Ministro do Comércio e Indústria

O Livro «A Batalha do Futuro, que o Ilustre Ministro do Comércio, Ex.^{mo} Sr. Dr. Pedro Teotonio Pereira, acaba de lançar a publicidade, constitue um repositório valioso de doutrina corporativa em que as invulgares qualidades do seu Autor, nos afirmam eloquentemente a sua vasta inteligência e a sua mentalidade inteiramente devotada à radical transformação que a nova doutrina Corporativa impõe.

Obra de grande mérito, oferece-nos a sua atenta leitura ensinamentos preciosos, onde podem recolher-se seguras indicações que habilitem os interessados pelos estudos corporativos a robustecer a sua orientação, motivos porque o consideramos uma das melhores Obras que figuram na nossa Biblioteca.

NOVOS ASSOCIADOS

Inscreveram-se no nosso quadro associativo as seguintes acreditadas firmas:

Costa, Pinto & Santos, Ltd.
José Jacinto Nunes
Armindo Pires dos Santos
Francisco Salgado, Ltd.
Ernesto Barros

R. C. de Oliveira e Silva
Ricardo Henriques
Quinta & Rodrigues, Ltd.
Sociedade de Peles e Artigos de Viagem, Ltd.

O «Boletim» cumprimentando-as apetece-lhes as maiores prosperidades.

Pelo Conselho de Tarifas para as Ilhas Adjacentes foi deliberado, com a aprovação da Direcção da Marinha Mercante, que as cargas destinadas àquelas Ilhas sejam apresentadas à borda dos paquetes, ou nos armazéns das empresas ou nos das agências, até às 17 horas da ante-véspera do dia marcado para saída do navio, devendo as cargas susceptíveis de causar avaria, como líquidos e cargas de estiva, ser apresentadas 24 horas antes; que as cargas destinadas a navios-motores devem ser apresentadas até às 17 horas da véspera da saída do navio; que, quando por qualquer motivo tenha de ser recebida a carga depois dos prazos indicados, incidirá sobre o frete uma sobretaxa de 20% para os paquetes e de 10% para os navios-motores.

Desta sobretaxa ficam exceptuadas a fruta verde, a carga que por perigosa tenha de ser carregada em local diferente daquele onde habitualmente acostam os navios, a palha que é recebida para aproveitamento do espaço disponível nos navios-motores, por insuficiência da carga geral, e a pedra de cal carregada em vapores da Companhia dos Carregadores Aço-reanos.

Estas disposições entraram em vigor no dia 1 do mês de Maio do corrente ano.

«Boletim» da Associação Comercial e Industrial do Conselho de Cascats

Comunica-nos a Direcção desta valiosa congénere a suspensão do seu «Boletim», por motivos estranhos à sua vontade.

Lamentando tal decisão, formulamos votos pela sua breve reaparição pois com isso muito lucrará a causa comercial.

J. Martins Casal

Comissões nacionais e estrangeiras

CONTA PROPRIA

R. Almirante Passanha, 18
Telef. 24414 LISBOA

ACIDENTES DE TRABALHO

SEGURO DO PESSOAL

Tendo o «Diário do Governo» n.º 84, 1.ª Série, de 12 de Abril de 1937 publicado o Decreto n.º 27.649 que regulamenta a lei n.º 1942, de 27 de Julho de 1936 sobre a responsabilidade patronal pelos Acidentes de trabalho e doenças profissionais dos assalariados das várias profissões, resolveu a Direcção da Associação, consultar a Inspeção de Seguros a-fim-de esclarecer os Ex.ºs Srs. Associados e assim poder responder aos inúmeros officios recebidos.

Transcrevemos na íntegra a consulta e a resposta da Inspeção de Seguros para conhecimento dos dignos associados:

Ex.º Sr.

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, cuja sede social é na Avenida da Liberdade, n.º 21-1.º, vem requerer a V. Ex.ª se digne esclarecer os seguintes pontos de dúvida que a esta Associação foram propostos por alguns associados:

— As entidades patronais responderão, nos termos do Decreto n.º 27.649, de 12 de Abril de 1937, pelos acidentes no trabalho ocorridos a trabalhadores que, *em suas próprias casas* trabalham e cuja remuneração é estabelecida por peça, ou por tarefa? Ou não?

— No caso afirmativo, como deverá ser regulada a responsabilidade, dada a hipótese que frequentemente se verifica, de esses indivíduos trabalharem para diversas casas e até para os seus próprios fregueses, simples particulares, como sucede, por exemplo, com os «obreiros de calçado»?

— Aplicar-se-á, em relação a estes trabalhadores, o disposto no Art. 38.º do Dec. 27.649?

Pede deferimento.

Pela Direcção da A. C. L. L.
João Martins Casal
(Presidente)

Ex.º Sr. Presidente da Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa.

Em requerimento sem data, entrado nesta Inspeção em 6 do corrente, expõe V. Ex.ª as dúvidas

que se lhe suscitaram acerca da aplicação do Art. 38.º do decreto n.º 27.649, de 12 de Abril de 1937, pelas «pessoas que utilizem serviços de outrem, independentemente da sua autoridade, direcção ou fiscalização», ou, como ali se diz «trabalhadores que em suas próprias casas trabalham».

Como se vê no § único do Art. 6.º da Lei n.º 1942, de 27 de Julho de 1936, as pessoas naquelas condições estão isentas de responsabilidade e, consequentemente, não são obrigadas ao cumprimento do disposto no Art. 38.º citado.

A Lei n.º 1942, não dá uma definição de acidente de trabalho e, intencionalmente, assim procedeu para deixar à jurisprudência um vasto campo de acção dentro dos limites das relações nítidas de casualidade estabelecidas entre o trabalho e o acidente e tendo em atenção os laços que o contrato de trabalho cria entre patrão e trabalhador pelo qual aquele exerce uma certa autoridade e este se encontra colocado numa correlativa situação de dependência.

É essencial, para que possa responsabilizar-se a entidade patronal pelo acidente ocorrido ao operário quando em trabalho seu que este se realize sob a sua possível fiscalização, direcção ou ainda sob a sua autoridade.

E temos assim as duas hipóteses previstas nos dois números do Art. 1.º, da Lei n.º 1942, de 27 de Julho de 1936.

No primeiro caso, o trabalho é prestado no local próprio e portanto, sob a possível direcção e fiscalização do patrão ou quem o represente;

No segundo, o patrão pode já não ser senhor da direcção ou fiscalização, mas o serviço é ainda realizado sob a sua autoridade: é o que se dá, por exemplo, quando o operário, por ordem do patrão e já fora do estabelecimento ou local do trabalho, vai fazer qualquer recado e sofre, ao executá-lo, qualquer desastre.

Ora no caso da consulta, o operário que trabalha em sua casa, fá-lo sob sua única direcção, sem fiscalização alguma e sem obediência ao princípio da autoridade patronal.

Não conhece limitações ou imposições acerca do serviço a exe-

cutar, que lhe não advenham de si próprio; trabalha sob um ordenamento que lhe é imposto pela sua única vontade.

Se trabalha muito, ganha muito; se trabalha pouco ganha pouco.

Nestes termos e ainda porque outra coisa não pode inferir-se da leitura dos números 1 e 2 do Art. 1.º, n.º 1 do § único do Art. 6.º da Lei n.º 1.942 e Art. 18.º do Decreto n.º 27.649, de 12 de Abril de 1937, esta Inspeção entende que os operários nas condições da consulta não ficam abrangidos pelas regalias consignadas na Lei citada.

A bem da Nação

Inspeção de Seguros, em 26 de Maio de 1937.

Pelo Inspector-Chefe

Ass.) — *Rinaldo Campião*

O «Boletim» agradece ao Dr. Rinaldo Campião a gentileza dos esclarecimentos prestados.

Camara do Comércio Francez

Festejando o seu 50.º aniversário, realizou a Câmara de Comércio Francesa uma brilhante sessão comemorativa a que presidiu o Ex.º Sr. Ministro da França.

Tendo comparecido as mais altas individualidades comerciais portuguesas e estrangeiras, aproveitou-se o ensejo para se produzirem as mais amistosas afirmações.

As relações comerciais entre a França e Portugal, foram o motivo principal dos excelentes e agradáveis discursos feitos.

Em seguida, nos salões do Foyer dos antigos combatentes franco-belgas, foi oferecido aos convidados um «champagne» de honra, tendo-se trocado affectuosos brindes.

A nossa Associação que se fez representar pelo Ex.º Presidente da Direcção, sr. João Martins Casal, aproveita as colunas do seu «Boletim» para tornar pública a sua mais alta consideração pela Câmara de Comércio Francesa, a quem felicita e deseja prosperidades para bem das relações existentes entre as duas nações amigas.

A IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DE ITÁLIA

O «Diário do Governo» publicou o seguinte decreto-lei n.º 27.686:

«Artigo 1.º — As disposições do decreto-lei n.º 27.480, de 14 de Janeiro de 1937, não serão applicadas às mercadorias importadas da Itália cujo valor não exceda 100 liras. § único. Fica porém entendido que, se o julgar necessário para o bom funcionamento da conta especial do Banco de Portugal, o Governo português poderá exigir do importador de mercadorias italianas de um valor de 100 liras ou menos um *affidavit*, pelo qual este se obrigue a adquirir no Banco de Portugal, directa ou indirectamente, as liras necessárias ao pagamento integral da mercadoria.

Art. 2.º — Este decreto entra immediatamente em vigor».

Comércio Retalhista de Viveres

A Inspecção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas resolveu lembrar aos comerciantes retalhistas de viveres que no seu próprio interesse devem exigir dos comerciantes a amostra da garantia a que se refere o artigo 26.º do decreto n.º 20.282, de 31 de Agosto de 1931, amostra que será colhida do recipiente onde se continha o produto transaccionado e seguidamente lacrado e rubricado pelo comprador e pelo vendedor.

A apresentação desta amostra na referida Direcção Geral quando o produto que representa fôr considerado normal pela análise transfere para o comerciante vendedor a responsabilidade que pudesse caber ao retalhista, salvo quando se prove que este tinha conhecimento da anormalidade. Neste caso a responsabilidade é de ambos e solidária.

A falta de apresentação da mesma amostra faz presumir que a responsabilidade é do retalhista, excepto no caso de se provar que ambos tinham conhecimento da fraude.

A exportação das pirites ustuladas é sujeita a licença prévia

Um decreto publicado no *Diário do Governo* sujeita à licença prévia estabelecida no decreto n.º 27.615, a exportação das pirites ustuladas.

Código do Trabalho

Quem necessite de conhecer e aplicar a legislação do Trabalho, encontra nesta brilhante obra do Ex.^{mo} Sr. Augusto da Costa um valioso auxiliar.

Obra reveladora dos vastos co-



Augusto da Costa

nhcimentos e da sólida preparação do seu autor, é bem justificadamente um livro de utilíssima consulta, em que Augusto da Costa nos revela mais uma vez os seus elevados méritos em assuntos Corporativos, como já anteriormente soube afirmar noutros trabalhos, de que destacamos a «Nação Corporativa» e os «Factos e Princípios Corporativos».

O «Código do Trabalho» é valorizado pela sua excelente edição e pelas palavras contidas no seu prefácio, ditadas pelo Ilustre Professor Dr. Marcello Caetano, um dos Mestres do Corporativismo Nacional.

Enriquecendo a sua biblioteca com o «Código do Trabalho», a Associação presta um relevante serviço aos Ex.^{mos} Srs. Associados que o desejem consultar.

O «Boletim», cumprimenta sinceramente o Ex.^{mo} Sr. Augusto da Costa, por mais esta valiosa publicação da sua autoria.

Horácio Gonçalves

Por falta de espaço não podemos publicar neste número um excelente artigo intitulado «Ainda o equilibrio economico das Empresas», dêste nosso valioso colaborador, a quem apresentamos sinceras desculpas.

Publicações recebidas

Continuamos a receber os seguintes jornais a quem manifestamos o nosso reconhecimento:

Vida Ribatejana
O Concelho de Mafra
Boletim do Contribuinte
Eco de Régueiros
Noticias de Viana
Humanidade
O Comércio de Viveres
Noticias de Evora
O Povo de Penafiel
A Folha do Sul
Ourivesaria Portuguesa
O Eco de Estremoz
Povo Algarvio
Comércio de Portimão
A Indústria
Jornal da Régua
A Voz de Domingo
Gazeta de Ponta Delgada
Ecos do Alcôa
Bulletin de la chambre Belge em Portugal
Boletim do Governo do Território da Comp.^a de Moçambique
Terra Mãe
Observador
O Trabalho Nacional
A Plebe
Folha de Vila Verde
Boletim da Câmara Municipal de Lisboa
El Eco de la Industria Alemana
Norwegian Trade Review
L'Exportateur Tchecoslovaque
O «Touring» Português
O Minhoto
Traz-os-Montes
A Propaganda
O Volante
A Vida Social
A Voz dos Mercados
Progressos da Murtosa
Noticias de Mação
Tradição
A Defesa
Brados do Alentejo
Intransigente
Concelho de Rio Maior
Boletim da Associação Beneficente.

Casa David

Confecções
Tecidos de novidade
Sedas - Meias
::: Camisaria, etc.:::

TELEFONE 2 1140
259 - R. dos Fanqueiros - 261
LISBOA

Acidentes de trabalho e doenças profissionais

por Luís Costa Santos

O «Diário do Governo», de 12 de Abril último publicou o Decreto 27.649, que regulamenta a lei 1.942, de 27 de Julho de 1936, que estabelece a responsabilidade patronal pelos acidentes de trabalho e doenças profissionais dos seus assalariados.

Em a «Revista Portuguesa de Seguros», que temos a honra de dirigir, fizemos em tempo oportuno, larga apreciação da Lei 1942, que então reputámos e reputamos ainda, de uma maneira geral, francamente boa para as classes operárias, a quem beneficia consideravelmente com o aumento do quantitativo das pensões estabelecidas na legislação anterior para os casos de incapacidades permanentes e morte, que são, afinal, os de maior importância para os que no trabalho encontram o seu exclusivo rendimento.

Para as companhias de seguros, também a Lei 1.942 é francamente boa, não só porque reduz o quantitativo das indemnizações a pagar aos sinistrados nos três primeiros dias de incapacidade (o que constitui o maior encargo que resulta da aplicação da lei), mas, também, porque contribui para uma considerável diminuição dos sinistros provocados pela vontade de muitos operários, provocação agora menos de seduzir pelo enorme corte sofrido naquelas indemnizações.

Além disso, a lei é benéfica, ainda, para as Companhias de seguros porque, exigindo dos patrões que não realizem o seguro do seu pessoal o caucionamento das suas responsabilidades, torna, de facto, obrigatório o seguro e, consequentemente a realização de um grande número de contratos de riscos insignificantes e que, precisamente por o serem, não tinham sido ainda efectuados.

Escrevendo, como escrevo, em um órgão patronal, ocorre-me, naturalmente, esta observação, neste momento já feita pelos meus prezados leitores, e que é, possivelmente, a seguinte:

— Se essa lei é benéfica para operários e companhias de seguros, é-o, contudo, má para os patrões, por ela forçados a encargos que enormemente peçam nos seus orçamentos, já tão dura-

mente carregados quanto a despesas e cada vez mais aliviados quanto a receitas...

E, *aparentemente*, assim sucede, na verdade; e dizemos *aparentemente* porque, com efeito, nos tempos que correm, todos os encargos que resultam da dignificação e protecção do homem que trabalha e produz é, igualmente, benéfica para todos, quer para os que deles beneficiam de uma forma directa, quer para os que dela beneficiam de outra maneira.

E afirmamos esta verdade não como doutrina social, aliás simpática e justa mas que é incompreensível ao sentimento egoísta que ainda domina a maioria dos homens, mas, sim, como doutrina económica que urge ser seguida sem demora para que o progresso se não afunde em um mar imenso de miséria e de crime.

No problema económico, como em todos os problemas, entram factores que é preciso ter em conta quando se pensa resolvê-los.

Quando, ainda há uma escassa dezenas de anos atrás, se afirmou que a solução do problema económico estava na economia do consumo e no aumento simultâneo da produção, afirmava-se uma grande verdade, como a mesma verdade se afirma hoje, dizendo-se que a solução do problema económico está em consumir mais e, possivelmente, produzir menos, isto é, com conta, pêsos e medida.

É que então a produção não era suficiente ao consumo e era necessário produzir-se mais e consumir menos.

Nos tempos que correm, a mecânica tornou possível fazer aquilo de que o homem não era capaz e a máquina substituiu o homem em um considerável número de actividades. E o homem, substituído pela máquina, deixou de trabalhar e a abundância do número de homens sem trabalho fez baixar os salários até um limite tal que difícil é, já, encontrar, entre os trabalhadores, algum que possa suprir os encargos da vida, considerada esta sob um nível mesmo abaixo das mais insignificantes exigências do estômago, da moral, da higiene e do conforto.

E é, positivamente, isto, o gran-

de causador da crise enorme que se atravessa, quer sob o ponto de vista comercial quer sob o ponto de vista industrial e agrícola.

Resumindo: A produção que se não consome não é riqueza e para que toda a produção seja consumida, até mesmo aquela que representa menos a satisfação de uma necessidade absoluta mas que deixa, contudo, de representar o ganha-pão de muita gente, é indispensável colocar a todos na condição de a poder consumir.

Os que não têm outro rendimento que não seja o produto do seu trabalho, têm que tirar deste, tudo quanto seja necessário para suprir os encargos da sua vida e manutenção.

É preciso, pois, garantir aos trabalhos não, apenas, o direito à protecção quando vítimas de qualquer acidente de trabalho ou doença profissional, mas, também em todos os casos de doença, desemprego, velhice e invalidez.

Está nisto não só um princípio de justiça mas até e principalmente uma grande necessidade económica.

O Patronato, deve, portanto, considerar este encargo dos acidentes de trabalho como um encargo absolutamente produtivo e como a lei e a existência de Companhias de Seguros o tornam bem suportável, está naturalmente indicado que ao seguro o patronato recorra para cumprir a lei.

Mas — é bom notar — o Governo não obriga toda a gente a segurar o seu pessoal, e é este, quanto a nós, o grande *senão* desta lei.

O art. 38.º do Decreto a que nos vimos referindo é bem claro quando afirma:

«As entidades patronais que actualmente exploram qualquer indústria em estabelecimentos adequados, empregando normalmente mais de 5 trabalhadores, deverão, no prazo de 90 dias, contados da data da entrada em vigor deste regulamento (12 de Abril de 1937) ou fazer a transferência da sua responsabilidade emergente da lei 1.942 ou caucioná-la ou provar perante a Inspeção de Seguros que a sua capa-

cidade económica garante suficientemente o risco tomado, por conta própria».

E porque se não obriga todos os patrões a realizar o seguro e, principalmente aqueles que têm menos de 5 trabalhadores, para os quais o regulamento não exige nem o seguro, nem a caução, nem a prova da capacidade financeira?

Para evitar mais encargos às pequenas indústrias?

E como liquidarão elas, amanhã, um provável sinistro grave?

Arruinando-se e deixando ao abandono as vítimas de qualquer acidente?

Estou certo de que, esta anomalia da lei será suprida pelo bom senso dos patrões que, embora não obrigados, não deixarão, contudo, de pôr os seus colaboradores ao abrigo de qualquer sinistro.

Quanto ao caucionamento prévio da responsabilidade patronal é ele regulado pelos seguintes artigos e parágrafo:

Art. 41.º — A caução da responsabilidade patronal pode ser prestada por depósito de capital na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência, por afectação de imóveis ou por hipoteca.

§. único: O capital pode ser constituído por dinheiro ou por títulos da dívida pública portuguesa.

Art. 42.º — O quantitativo da

caução constará de uma parte fixa e de uma parte variável.

A parte fixa determinar-se-á do seguinte modo:

Até 20 trabalhadores 25.000\$00.

Por cada trabalhador além de vinte, 2.000\$00.

A parte variável constará de 5% sobre o montante das férias pagas.

Nas profissões em que exista o risco catastrófico a parte final (qual?) será determinada pelo dobro e em nenhum caso poderá o valor da caução exceder 200.000\$.

Supomos haver trapalhada neste artigo e afigura-se-nos que no espírito do legislador estaria fixar duas espécies de caução.

Uma para as empresas de pessoal fixo (25.000\$00 até 20 trabalhadores e 2.000\$00 por cada trabalhador além de 20).

Outra para as empresas de pessoal variável (5% sobre os salários), não excedendo, qualquer destas cauções, 200.000\$00.

É, pelo menos, mais lógico.

Evidentemente que só às grandes empresas poderá interessar o caucionamento e estas mesmo, quando as tiver a dirigir alguém que perceba de negócios, facilmente compreenderá que a missão de qualquer industrial ou comerciante não é ser segurador, que exige uma técnica especial, que a sua organização não comporta.

Resta-nos dizer que a falta de

cumprimento do art. 38.º, anteriormente transcrito, isto é, realização de seguros, caucionamento em prova de capacidade financeira, é punida com multa de Esc. 250\$00 a 500\$00.

Diário de Coimbra

No seu número de 30 de Abril próximo passado inseriu este magnífico jornal a entrevista que realizámos com o Ex.º Sr. António Casanova, antigo e ilustre Tesoureiro da nossa Associação, e membro prestimoso da Comissão de Propaganda de *Inválidos do Comércio*.

Aqui deixamos consignado ao *Diário de Coimbra* o nosso reconhecimento pela honra da transcrição.

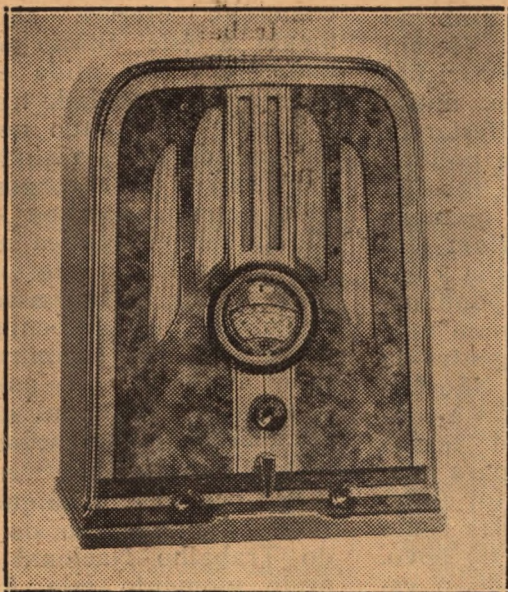
Domingos Garcia

DESPACHOS ADUANEIROS
CORRESPONDENTES NO
PAIZ E ESTRANGEIRO

TELEF. 2 5867

R. da Padaria, 7-1.º

LISBOA



PHILCO 37-650 BZ, 8 válvulas, ondas curtas e ondas médias em 3 escalas. Recepção fácil das estações mais distantes. Musicalidade perfeita e construção superior. Um receptor de classe incomparável.

UM PHILCO!

UM PHILCO É A ASPIRAÇÃO E O ENCANTO DO AMADOR DE MÚSICA EXIGENTE E CULTO. NÃO ADMIRA! PHILCO É O MELHOR EXEMPLO DO PROGRESSO CIENTÍFICO E TÉCNICO DA T. S. F.!

Não se contente com qualquer aparelho de nome desconhecido, de construção tosca e vulgar, só porque é aparentemente barato... Saiba em que gasta o seu dinheiro! Prefira um producto de reputação mundial vendido em Portugal por uma empresa sólidamente estabelecida e em condições de prestar-lhe assistência técnica completa quando fôr necessário.

COMPRE PHILCO o melhor receptor do mundo

Peça uma demonstração aos distribuidores
RADIOFILA, L.ª
Rua Nova do Almada, 80, 2.º - LISBOA - Telefone 2 6923

Comércio e m

A Associação Comercial de Lisboa levou a efeito nos passados dias 15 e 17 de Maio passado, a consagração das casas comerciais com mais de cem anos de existência.

Iniciativa a todos os títulos brilhante, mereceu os mais rasgados elogios, quer das entidades oficiais, quer dos que ao comércio se dedicam.

Foi com o maior brilhantismo que se realizou no seu salão nobre uma sessão solene presidida pelo venerando Chefe do Estado e a que compareceram altas individualidades oficiais.

Suas Ex.^{as} os Srs. Ministro do Comércio, Sub-Secretário de Estado das Corporações, Presidente da Câmara Corporativa, bem como o ilustre Embaixador do Brasil, e o Ex.^{mo} Ministro da França, Presidente da Câmara Municipal, Professor Dr. Vitorino Moreira e outros destacados elementos do meio comercial, aguardaram a chegada do Chefe de Estado que se fazia acompanhar dos Srs. General Amílcar Mota e Capitão Silva e Costa.

Depois do Presidente da Direcção da Associação Comercial de Lisboa, ter iniciado a série de discursos, seguiram-se os Ex.^{mos} Srs. José Maria Alvares pela Associação Industrial Portuguesa, Dr. José de Penha Garcia pela Associação Central da Agricultura, sendo unânimes os elogios concedidos às casas centenárias.

Em nome destas agradeceu a homenagem o Ex.^{mo} Sr. Eduardo Pinto Basto.

Sua Ex.^a o Sr. Dr. Pedro Teotónio Pereira, ilustre Ministro do Comércio, pronunciou então o seguinte discurso, que transcrevemos na íntegra para conhecimento dos nossos associados:

«Senhor Presidente da República: A homenagem que hoje se presta às firmas do comércio ou da indústria que tenham completado mais de um século de existência, é bem uma festa digna do tempo em que vivemos.

Refeita a unidade moral da Nação, sentimo-nos irresistivelmente inclinados a procurar no passado as razões mais eloquentes da confiança com que já agora olhamos o futuro. Dir-se-ia que colhemos, naquele, incentivos cada vez mais fortes, para melhor nos avaliarmos, e conhecermos o que se deve ainda exigir de nós próprios.

Compreendeu bem este facto a Associação Comercial de Lisboa quando se lembrou de render homenagem às nossas firmas centenárias. E pedindo a V. Ex.^a que viesse presidir a esta festa, imprimiu-lhe a vibração e a solenidade que poderíamos desejar e integrou-a no espírito de exaltação que hoje ilumina toda a terra

portuguesa. Melhor do que ninguém avaliará o nobre coração de V. Ex.^a o singular conjunto de virtudes que aqui se premia: o amor à profissão, e respeito pelo nome criado, o esforço de continuidade que de geração em geração conservou ou engrandeceu o património produzido pelo trabalho honrado dos que fundaram casas que venceram um século.

Releve-me a indústria—que por gentil intenção veio abrangida nesta homenagem—o facto de me referir mais especialmente ao comércio. Ao evocar a vida de este há um século, acode-me ao espírito a recordação de documentos que relatam os primeiros trabalhos da Associação Mercantil Lisbonense, a antepassada desta Associação. Não esqueci a linguagem grave e convicta dos comerciantes desse tempo. Impressionou-me o respeito com que aludiam à função comercial, o orgulho que se adivinhava nas suas referências ao valor da colectividade, traço que sem dúvida reflectia o espírito das antigas corporações que pouco antes haviam cessado de existir.

O comércio viveu a seguir as longas horas de esplendor da economia liberal, enquanto o mundo parecia suficientemente vasto para comportar a ambição do progresso indefinido. Vieram depois as dúvidas e as restrições da economia colectivista, muito antes ainda de se manifestarem os exageros da moderna política de auto-suficiência. E à medida que se despertava da quimera em que os povos se haviam embalado, o comércio perdia cada vez mais a auréola da popularidade criada pelos que viam nele um dos mais fecundos agentes da fraternidade das nações. Não faltaram então vozes eruditas a condená-lo como detentor de meras funções parasitárias. E para acabar de o comprometer, foi apon-tado às massas proletárias como um dos piores inimigos do povo. Não imagino na verdade o espanto dos bons comerciantes de há cem anos se em peregrinação por essa Europa fôsem agora ver o que resta do comércio livre, sobretudo em alguns daqueles países que se declaram paladinos da liberdade...

Na reorganização da vida nacional, tem o comércio o seu lugar assegurado. Impõe-se-lhe apenas como condição necessária que ele desempenhe uma função económica e social de indiscutível utilidade.

Assim como o Estatuto do Trabalho Nacional determina a defesa intransigente dos direitos da iniciativa privada em todas as suas manifestações e dentro dos limites que lhe são consignados, assim também pela nossa concepção económica somos levados a pôr sob reserva todas as doutrinas que sacrifiquem sem vantagem de maior a função comercial e o princípio duma concorrência equilibrada.

Ainda há pouco tive ocasião de ler num livro de Manóilescu esta observação que o comércio deve meditar:

«O novo ciclo económico e social em que a humanidade avança, deslocará o eixo da vida económica, da ideia da especulação—que constituiu o espírito do século XIX—para a ideia da organização—que constitui o espírito do século XX».

Eis como a disciplina corporativa vindo corrigir a bem do interesse geral desvios que comprometeriam a verdadeira função do comércio, oferece simultaneamente a este último o melhor meio de ver mantida e dignificada a sua actividade tradicional.

Porque fui levado nestas breves considerações a aludir ao papel decisivo que o corporativismo veio desempenhar na organização da vida económica, não quero deixar de fazer referência, embora ligeira, a um assunto que certamente tem preocupado muitos dos que se encontram nesta sala. Refiro-me à posição da Associação Comercial de Lisboa em face da organização corporativa.

São passados quasi quatro anos desde a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional e ainda neste momento esta Associação não pode ser considerada um organismo corporativo.

Com satisfação afirmo contudo que tal facto não é devido nem a falta de carinho do Governo pela mesma, nem—muito menos—a ausência de interesse ou de com-

ais de cem anos

pleta boa vontade por parte dos seus corpos directivos.

A verdade é, porém, que o sistema de organização que dimana do direito corporativo se afasta sensivelmente do conceito que levou a reunir dentro desta Associação a generalidade das entidades comerciais. Os elementos primários — os Grémios — cara-

se crê que isso venha forçosamente a acontecer — tudo indica que, mesmo no plano das iniciativas de outra ordem, esta Associação, mercê das amizades devotadas que a rodeiam e do ambiente que o seu passado justamente lhe conquistou, poderá sempre exercer um papel de aproximação e melhor conheci-

como árvores seculares que enchem de admiração quem as contempla. O melhor elogio que se lhes pode fazer, é verificar quanto concorreram para o progresso da economia nacional.

Se a tão belos esforços de continuidade se alia e sucessão de gerações de uma mesma família, sente-se na verdade que só valor material das empresas se acrescenta uma força moral do mais alto significado.

A par dos que se sucederam na chefia dessas empresas em tão longo período de tempo, desenvolve-se a longa e apagada teoria dos que nelas trabalharam quantas vezes também de geração em geração, e olhando com dedicação igual a obra donde colhiam o pão de cada dia. Recordemos uns e outros com simpatia fervorosa.

Como disse o sr. dr. Oliveira Salazar:

«Há no mundo uma grande crise de idealismo, de espiritualismo, de virtudes cívicas e morais, e não parece que sem eles possamos vencer as dificuldades do nosso tempo. Sem rectificarmos a série de valores com que lidamos — valores económicos e morais — sem outro conceito da vida, sem espírito largo de sacrifício, sem conceito diverso da civilização e do progresso humano, sem ao espírito ser dada primazia sobre a matéria e à moral sobre os instintos, a humanidade não curará os seus males e nem sequer tirará lucro do seu sofrimento».

Os tempos novos exigem, pois, que muita coisa se transforme nas instituições e nos costumes.

Mas, ao termos de escolher do passado tudo aquilo que deve ser mantido e que contém a semente fecunda donde renascem os laços que unem os homens na luta pela existência — no trabalho e na paz social — guardemos intacto o espírito que trouxe até nós estas velhas casas, que parecem remoadas pelo correr dos séculos».

Uma vibrante salva de palmas sublinhou as últimas palavras do sr. Ministro do Comércio.

Após o Chefe do Estado ter entregue a Grã-Cruz da Ordem de Cristo à Associação Comercial de Lisboa, reconhecimento oficial do seu préstimo valioso, e de ter apertado a mão aos re-



A mesa de honra do Banquete oferecido às casas comerciais centenárias

cterizam-se pela especialização das actividades interessadas, e é esse o aspecto dominante dos numerosos organismos já em funcionamento. Mas sabemos também que nos esquemas de coordenação em plano superior tendemos por sistema para a organização em profundidade das várias categorias económicas. Bastará observar que em algumas das futuras corporações encontraremos reunidas as funções da produção agrícola com as da indústria e as do comércio.

Definidas as fórmulas da organização corporativa nacional e atingida já em muitos sectores fase adiantada da respectiva construção, não tem sido até agora possível integrar nela a Associação Comercial. Mas ainda que se não pudesse torná-la elemento da organização corporativa — e não

mento entre quantos se consagram à vida comercial. A festa desta noite, reunindo nesta sala muitos dos melhores valores do comércio português, prova bem o que acabo de afirmar.

Reflectindo no que representa a existência das firmas hoje festejadas, somos levados a evocar a admirável cadeia de dedicações que explica o sucesso de cada uma delas.

Encontramos no número dessas firmas algumas que não saíram da modéstia que os seus fundadores logo de começo lhes imprimiram. Ninguém negará certa distinção a esta constante fidelidade a uma concepção de vida tão discreta como equilibrada. Outras cresceram e prosperaram,

presentantes das casas homenageadas, inaugurou-se uma interessante exposição retrospectiva, valioso documentário que a todos os assistentes muito interessou.

A Associação Comercial de Logistas de Lisboa, fez-se representar nesta memorável sessão solene pelo seu Ilustre Presidente da Direcção, sr. João Martins Casal.

O «Boletim», associa-se a tão justa consagração, publicando o nome das casas homenageadas:

CASAS COMERCIAIS CENTENARIAS

- 1635 — Casa Batalha.
- 1732 — Livraria Bertrand.
- 1756 — Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.
- 1762 — (anterior a) — Farmácia da Calçada de Sant'Ana.
- 1769 — Nacional Fábrica de Vidros.
- 1771 — (anterior a) — E. Pinto Basto & C.^a, Ltd.^a.
- 1771 — Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar.
- 1772 — (anterior a) — Companhia de Papel do Prado (Fábricas do Prado e da Lousã).
- 1777 — Braz & Braz, Ltd.^a.
- 1777 — Farmácia Azevedo, Filho.
- 1778 — Romão & C.^a.
- 1781 — J. B. Fernandes & C.^a Ltd.^a.
- 1782 — Café Martinho da Arcada.
- 1786 — (anterior a) — Estabelecimentos Jerónimo Martins & Filho.
- 1787 — (anterior a) — Garland, Laidley & C.^a, Ltd.^a.
- 1787 — (anterior a) — Estabelecimentos Herold.
- 1787 — E. A. Rodrigues & C.^a.
- 1787 — Phoenix Assurance, Company, Ltd.
- 1795 — Farmácia Avelar.
- 1797 — João Teotónio Pereira Júnior, Limitada.
- 1797 — Bento José Pereira Júnior, Sucessor Alda P. Pereira Gomes de Melo.
- 1798 — José de Sá Pereira, Limitada.
- 1799 — Leites, Sobrinhos & C.^a.
- 1800 — Cutelaria Francisco Inácio dos Santos, Sucessor.
- 1804 — Viúva Macieira & Filhos.
- 1805 — Centeno & Neves, Ltd.
- 1805 — Centeno & Neves, Ltd.
- 1807 — Levy & C.^a.
- 1808 — (anterior a) — Drogaria Azevedos.
- 1808 — Companhia de Seguros BONANÇA.
- 1808 — Guilherme Graham Júnior & C.^a.
- 1809 — Fábricas Vulcano & Colares.
- 1811 — Café Restaurante TAVARES.
- 1811 — Fabrica de Vidro e Cristal GAIVOTA, Ltd.
- 1817 — Custódio Perfeito, Ltd.
- 1817 — M. V. da Fonseca.
- 1821 — (anterior a) — Pastelaria FERRARI.
- 1821 — Banco de Portugal.
- 1821 — Farmácia FRANCO.
- 1822 — Cutelaria Policarpo.
- 1822 — Teixeira Bastos, Ltd.
- 1822 — Vaz & C.^a.
- 1823 — Antiga Casa José Alexandre.
- 1823 — Viana Coelho, Almeida & C.^a.
- 1824 — Fábrica de Porcelana da Vista Alegre.
- 1824 — The Norwich Union Insurance Society, Ltd.
- 1824 — Salão NEUPARTH.
- 1825 — Francisco José Simões, Ltd.
- 1826 — Estabelecimentos Alves Diniz & C.^a.

- 1826 — Figueiredo, Ltd.
- 1826 — Sargaria Bello.
- 1829 — Confeitaria Nacional.
- 1830 — Bensatde & C.^a.
- 1831 — (anterior a) — Bernardino, Filhos & Ribeiro.
- 1832 — Júlio Gomes Ferreira & C.^a, Ltd.
- 1832 — Restaurante IRMAOS UNIDOS.
- 1833 — Antiga Confeitaria Rosa Araújo.
- 1833 — Antiga Latoaria Maciel.
- 1833 — Sociedade Cambista José Boniz.
- 1834 — José Maria da Fonseca, Suc., Ltd.
- 1834 — Senna, Ltd.
- 1835 — Companhia de Seguros FIDELIDADE.
- 1835 — Farmácia BARRAL.
- 1835 — João de Britto, Ltd.
- 1836 — J. A. de Oliveira Braga.
- 1836 — Fábrica de Cerâmica CONSTANCIA, Ltd.
- 1836 — Verol & C.^a.
- 1837 — Confeitaria de Belém.

Na sede da Associação Comercial de Lisboa realizou-se um banquete que serviu de encerramento às festas consagradas às casas comerciais com mais de cem anos de existência.

Presidiu o sr. Henrique Monteiro de Mendonça. A sua direita sentaram-se os srs. João Saldanha Manzoni de Sequeira, representante da casa comercial mais antiga, general Daniel de Sousa, presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal; professor dr. Mosés Amzalak, director do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras; dr. José Penha Garcia, representante da Associação Central da Agricultura Portuguesa; eng. Sebastião Ramires, antigo Ministro do Comércio; e dr. Fernando Ulrich, representante do Banco de Portugal; e, à direita, os srs. Joaquim Roque da Fonseca, presidente da Associação Comercial; prof. dr. Azevedo Neves, reitor da Universidade Técnica; José Maria Alvares, presidente da Associação Industrial Portuguesa; professor Vitorino Moreira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Câmara Portuguesa do Comércio e Indústria daquela cidade; João Martins Casal, presidente da Associação Comercial de Logistas de Lisboa, e eng. Lima Bastos, presidente da delegação portuguesa da Câmara de Comércio Internacional. Em frente tomaram lugar os directores da Associação promotora do banquete. Assistiram, além dos representantes das casas homenageadas, cerca de duzentos comerciantes da capital.

Aos brindes usaram da palavra o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Direcção da Associação Comercial de Lisboa, os representantes da Associação Industrial Portuguesa, Associação Central da Agricultura, Associação Comercial de Logistas de Lisboa, Professor Dr. Azevedo Neves, Dr. Mosés Amzalak, o representante da Associação Comercial e da Câmara Portuguesa do Comércio do Rio de Janeiro, Engenheiro Fernando de Sousa, Dr. Castro e Almeida e o representante da casa Batalha que falou em nome dos homenageados.

Transcrevemos em seguida, na íntegra, o discurso pronunciado pelo Ex.^{mo} Presidente da Direcção da Associação Comercial de Logistas de Lisboa, sr. João Martins Casal, que recebeu vivos e prolongados aplausos:

Sr. Presidente.

Meus Senhores e Ilustres Colegas no Comércio e Indústria.

Na época agitada em que vivemos, olhar para o Passado constitui um estímulo para as lutas do Presente e um notável ensinamento para a construção do Futuro.

Bem haja, pois, a Associação Comercial de Lisboa pela brilhantíssima homenagem que, por sua iniciativa, foi prestada às casas comerciais com mais de cem anos de existência.

Não cabem nesta festa especulações de qualquer espécie, porque, o interesse, origem e causa da maioria dos conflitos, foi dela totalmente expurgado.

Na mesma e única homenagem se confundem as casas grandes e pequenas; as que a fortuna bafejou, alcançando-as em voo alto aos pináculos da preponderância, dentro da sua especial actividade e as que se mantiveram pouco mais ou menos ao nível da sua criação, decorridos mais de cem anos.

Um e outras são iguais, porque a todas devemos idêntico respeito pela sua vetustez secular, que constitui o mais valioso pergaminho a acreditar o grau hierárquico que pertence a todas na aristocracia comercial.

Esse respeito assemelha-se ao que os netos nutrem pelos avós, um mixto de consideração e ternura, que o coração compreende mas a palavra dificilmente sabe exprimir.

Dizer que o Comércio constitui uma grande Família passa por ser um lugar comum. Mas quem dera que esse lugar comum estivesse sempre presente em cada um de nós e que a grande Família Comercial fôsse realmente e em todas as circunstâncias, um corpo unido, estreitamente ligados, entre si os respectivos componentes, como nas Famílias, à moda antiga, se ligavam e uniam em proveito do interesse comum, os membros que as compunham.

A grande Família Comercial está em festa!

Todo o comércio se uniu para prestar homenagem aos que, mais de um século decorrido, persistem junto de nós, lutando e trabalhando incansavelmente, sem um desfalecimento, pela vitória económica, e mais cara e a mais difícil de todas.

Quantas gerações de comerciantes foram criadas e se desenvolveram à sombra dessas grandes árvores seculares para as quais olhamos hoje com respeito e veneração?

Qual a força oculta que lhes permitiu tão longa vida, feita de um remogar constante, que as faz hoje mais novas do que eram dantes? Uma só — o culto da honradez — o cumprimento rigoroso da dignidade e o respeito absoluto pelo brio profissional.

Sua Ex.^a o Senhor Presidente da República o disse, com a autoridade que possui de Supremo Magistrado da Nação.

O culto da honradez, a aplicação constante, sem uma quebra, das múltiplas facetas em que se desdobra, é a fonte da vida das antiquíssimas casas comerciais que vimos homenagear.

Há, porventura, meus senhores, exemplo mais digno de registo e ensinamento mais eficaz do que este que se nos apresenta? O culto da honra não é, como muitos supõem, incompatível com a actividade do comércio.

O comerciante não é um traficante, na acepção pejorativa da palavra.

E não é, pela decisiva razão de que, a honestidade de processos no exercício da sua actividade constitui, precisamente, a condição essencial da sua vida e até da sua duração através os séculos.

O Comércio Português é, regra geral — honrado —. Disso legitimamente nos orgulhamos.

E são exactamente os melhores membros do Comércio e todos os mais antigos e valiosos, que fazem parte das Associações Comerciais, quer se trate do grande quer do pequeno comércio.

Em Lisboa, sede de duas das mais importantes e das mais antigas Associações do País: a Associação Comercial e a Associação de Lojistas, todos os grandes movimentos e as iniciativas que marcaram por diversos títulos, partiram das suas Direcções e das suas Assembleias, algumas das quais bem podem qualificar-se de históricas.

Em volta de ambas as Associações, igualmente prestigiosas e com notáveis folhas de serviços prestados à causa do comércio, sempre se manteve unida e forte a massa associativa. Atravessaram épocas as mais diversas e sempre encontraram em si próprias os meios necessários para se adaptarem à evolução e ao progresso das ideias, que não pára, porque é condição essencial da vida humana.

No tumultuar das ideologias a que assistimos e através das quais se pretende edificar um Mundo melhor, foi dado ao facto económico uma preponderância que em tempo algum se lhe concedeu.

A sua repercussão dentro das Associações Comerciais em breve se faria sentir como realmente sucedeu.

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa a que me honro de presidir, viu desde logo o problema tal como lhe era posto e procurou estudá-lo, desapassionadamente e com o desejo sincero de acertar.

Apercebeu-se de que a Organização Corporativa ia tomando em Portugal uma significação honrosa e digna e convenceu-se de que seria possível, com bom senso e boa vontade, atingir a Harmonia e a Paz social, coordenando entre si as actividades económicas e concedendo a todos a Justiça elementar a que, todos também, têm direito.

Nesse sentido a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa na Assembleia memorável de 2 de Dezembro de 1936, votou por aclamação a sua integração na Organização Corporativa Nacional, definindo desde logo as directrizes que, em sua opinião, deviam norteá-la, dentro das regras inteligentemente estabelecidas no Estatuto do Trabalho Nacional. Como a Associação Comercial de Lisboa, sua irmã mais velha, mas como ela evolutiva e ordeira, procura servir bem a Nação e o Comércio, orientado este no bom sentido, de modo a poder ser, cada vez mais, um elemento socialmente útil, internamente disciplinado e sempre progressivo.

A Associação Comercial de Lisboa procura, junto do Estado, como nos disse S. Ex.^a o Ministro do Comércio, obter a fórmula para a sua integração corporativa. Bom será que tal se consiga, mas se isso não suceder, não lhe faltarão as simpatias com que conta e são valiosíssimas, nem o abraço amigo da Associação Comercial de

Contratos de Trabalho

LEI N.º 1.952

(Continuação do «Boletim» n.º 8)

Art. 12.º Constituem ainda justa causa para a denúncia do contrato de trabalho, independentemente de aviso prévio:

a) Por parte do empregado:

1.º A necessidade de cumprir quaisquer obrigações legais incompatíveis com a continuação do serviço;

2.º A mudança do local de trabalho para sítio que não convenha ao empregado;

3.º A falta de pagamento, na forma convencionada, do ordenado ou remuneração devidos.

b) Por parte da entidade patronal:

1.º A manifesta inaptidão

Lojistas de Lisboa, seja qual fôr, também, o futuro desta.

Tudo isto significa que as Associações não são organismos contrários à evolução das ideias e que, sejam elas quais forem, quando apresentam uma base séria e são proclamadas com sinceridade, encontram nelas o melhor acolhimento, por vezes o aplauso entusiástico, como aconteceu na memorável Assembleia Geral da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 2 de Dezembro de 1936.

Meus Senhores:

Estas considerações que fiz a propósito da evolução que se desenha com nitidez e na qual a Associação Comercial de Lisboa procura, como a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, integrar-se, parecem despropositadas numa festa dedicada aos comércios com mais de cem anos.

Parecem, mas não são!

E que, meus senhores, esses comércios de cem anos, velhos na idade, não são decrepitos no espirito. Esses mesmos Comércios assistem e aplaudem a evolução das nossas Associações, procurando ajustar-se a princípios novos, mas que se impõem já com a força das verdades assentes.

Esses comércios evoluíram também e aqui estamos a saudá-los nos seus rebentos mais novos.

O progresso é assim: sempre moço, não o assustam as ideias novas.

Por tudo isto a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa entende que hoje mas que nunca todo o comerciante deve agrupar-se nas suas respectivas Associações que são as que junto do Estado Novo sabem e podem defender melhor os seus interesses.

Bebo, pois, pela Associação Comercial de Lisboa, e pelas casas comerciais centenárias.

Terminou pois com chave de ouro a magnífica jornada levada a efeito pela Associação Comercial de Lisboa, a quem apresentamos sinceros parabéns e manifestamos o nosso reconhecimento pelas deferências recebidas.

do empregado para o serviço ajustado;

2.º Os vícios ou o mau procedimento do empregado, designadamente a inobservância das necessárias regras de disciplina no trabalho;

3.º A recusa do empregado a prestar o serviço indicado pela entidade patronal, nos limites das suas faculdades de direcção.

§ único. O despedimento do empregado antes de completar dois meses de trabalho presume-se feito por inaptidão para o serviço.

Art. 13.º O contrato celebrado por prazo determinado ou pelo tempo necessário para executar certo serviço não pode, sem justa causa, ser denunciado unilateralmente antes de expirar o prazo convencionado ou de estar concluído o serviço.

§ único. Se o trabalho ajustado nas condições deste artigo fôr interrompido por caso fortuito ou de força maior, a entidade patronal será obrigada a pagar apenas o trabalho prestado ou o serviço feito.

Art. 14.º São extensivas aos assalariados dos quadros permanentes das empresas comerciais e industriais com mais de dois anos de bom e efectivo serviço as disposições dos artigos 10.º, 11.º, 12.º e 13.º, reduzidos a semanas os meses de aviso prévio e do período de experiência a que se refere o § único do artigo 12.º.

Art. 15.º É aplicável ao contrato de serviço doméstico o disposto no § único do artigo 12.º, reduzido a um mês o período nele previsto.

Art. 16.º A prova do pagamento de trabalho extraordinário só pode ser feita mediante recibo especial. As entidades patronais organizarão um registo das horas de trabalho extraordinário prestado diariamente por cada empregado ou assalariado.

§ único. O disposto neste artigo não prejudica o que estiver ou vier a ser estabelecido em regulamentos, acordos ou convenções aprovados pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 17.º As empregadas ou assalariadas por tempo determinado ou indeterminado são dispensadas de prestar trabalho durante trinta dias, por ocasião do parto, sem que a entidade patronal possa de-

nunciar o contrato, quer com base nessa falta de prestação, quer por forma regular, e mediante o competente aviso prévio. Se houverem prestado mais de um ano de bom e efectivo serviço, terão ainda direito, durante aquele período, a um subsídio de, pelo menos, um têrço do ordenado ou salário respectivo, salvo à entidade patronal o direito de provar que a empregada ou assalariada não é digna de tal subsídio ou dêle não carece, por ter recursos próprios, receber socorros de instituições a que pertença ou por outras circunstâncias.

Art. 18.º Os empregados ou assalariados que tenham concluído o serviço militar deverão, dentro do prazo de quinze dias, notificar judicialmente ou por carta registada com aviso de recepção as entidades patronais sobre se pretendem, ou não, aproveitar-se da regalia que lhes é conferida no artigo 29.º do Estatuto do Trabalho Nacional.

§ 1.º As entidades patronais que se recusarem a readmitir ao seu serviço empregados ou assalariados nos termos dêse artigo, no prazo de quinze dias, após o recebimento da notificação, são obrigadas a pagar-lhes dois meses de ordenado ou salário, independentemente da multa em que incorrerem.

§ 2.º O tempo durante o qual o empregado ou assalariado tenha prestado o serviço militar não poderá ser descontado para o efeito de promoção, reforma ou qualquer outra regalia a que o contrato de trabalho dê direito.

§ 3.º Os empregados ou assalariados admitidos em substituição daqueles que forem chamados a prestar serviço militar poderão ser despedidos, independentemente de aviso, logo que estes retomem o trabalho.

Art. 19.º Os empregados e assa-

lariados terão direito à remuneração e indemnização referidas nos §§ 1.º e 2.º do artigo 10.º, no caso de cessação da actividade económica da entidade patronal por causa diversa das indicadas no n.º 3) do artigo 11.º, se não forem avisados dessa cessação com a antecedência preceituada no citado artigo 10.º.

Art. 20.º A transferência da exploração ou o traspasse do estabelecimento não importam a rescisão ou denúncia dos contratos dos empregados ou assalariados em efectivo serviço, desde que não sejam avisados de despedimento nos prazos estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 10.º.

§ único. Se o aviso não fôr feito com a antecedência legal, a indemnização será a fixada no § 2.º do mesmo artigo 10.º.

Art. 21.º Nenhum empregado ou assalariado pode ser despedido por exigir da entidade patronal o cumprimento das obrigações impostas pelo contrato de trabalho ou usar de direitos que o mesmo lhe confira; caso contrário, terá direito a uma indemnização de sessenta dias de ordenado ou salário, se outra maior não fôr devida nos termos desta lei.

Art. 22.º Os ordenados ou salários correspondentes às condições de trabalho existentes à data da publicação desta lei não podem ser diminuídos em virtude da aplicação das disposições nela contidas.

Art. 23.º Prescrevem no prazo de seis meses os ordenados dos empregados que vencem por mês.

Art. 24.º Os prazos de prescrição de ordenados e salários são aplicáveis à remuneração por serviços extraordinários e à indemnização devida por falta de cumprimento desta lei.

Art. 25.º A prescrição dos ordenados e salários e a das remunerações e indemnizações a que se refere o artigo anterior, devidos

a empregados ou assalariados despedidos, corre desde o dia seguinte ao da rescisão do contrato de trabalho.

Art. 26.º Os preceitos desta lei não prejudicam o que estiver ou vier a ser estabelecido em contratos ou acordos colectivos de trabalho e são imediatamente aplicáveis aos contratos de trabalho vigentes.

Art. 27.º As infracções às disposições desta lei serão punidas com multas, aplicadas segundo o prudente arbitrio do julgador, mas sem nunca exceder os limites estabelecidos nos artigos 28.º e 32.º do decreto-lei n.º 24.402, de 24 de Agosto de 1934.

Art. 28.º O regime jurídico do contrato de trabalho a bordo será regulado em diploma especial, sem prejuízo da legislação vigente.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Govêrno da República,
10 de Março de 1937. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar.*

Ans Associados Exportadores

Uma firma de S. Paulo (Brasil) deseja comprar grandes quantidades de *Anchovas* em latas de 12 quilos. Solicita preços.

A mesma firma deseja importar por conta própria e representar em S. Paulo firmas exportadoras dos seguintes produtos:

Anchovas em salmoura

Atum

Polvo fresco e sêco

Azeites finos de oliveira

Azeitonas

Amêndoas

Avelãs com casca e descascada

Frutas sêcas em geral

Conservas, etc.

Na Secretaria da Associação prestam-se todos os esclarecimentos.

TELEFONE 26744
TELEG. ROSAFOLHA

**A. DA CUNHA
ROSA**

CONSERVAS
ARCO DE FERRO
FOLHA DE FLANDRES
COBRE, ESTANHO
E CHUMBO

R. DA PRATA, 56 LISBOA

V.ª de Jacintho J. Ribeiro, L.ª

R. dos Fanqueiros, 190 a 200

LISBOA

SOLAS E CABEDAIS

O mais completo sor-

tido de todos os ar-

tigos para calçado

**FABRICA DE MALAS E
ARTIGOS DE VIAGEM**

FUNDADA EM 1876

João Martins Casal

Malas em fibra, Malas de lona, Malas de folha, Malas-Guarda Vestidos, Malas de mão de todas as qualidades, Chapeleiras para homem e senhora, Sacos de lona e oleado, Malas para colegiais, Cadeiras para viagem, Bancos de lona, 6-Largo do Carmo-7 LISBOA

LUTUOSA

Joaquim Gonzalez Garrido e António José Fernandes



Joaquim Gonzalez Garrido

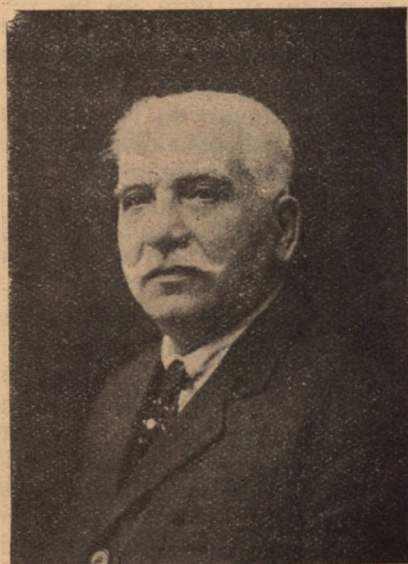
Mais um consócio dedicado e amigo prestimoso a morte ceifou, levando do nosso convívio Joaquim Gonzalez Garrido, individualidade conceituada e de merecido relêvo no meio comercial, onde soube pela sua honesta con-

duta e valorosos dotes de trabalho conquistar lugar proeminente.

Comerciante desde longa data, era actualmente sócio da importante firma Garrido & Filho, Ltd.^a nossa associada, a quem o «Boletim», apresenta a manifestação sincera da sua profunda máguia por tão infausto acontecimento.

O nosso ilustre Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral acaba de sofrer um golpe profundíssimo com a morte de seu estimado pai, o conhecido e bondoso comerciante sr. António José Fernandes.

Dotado das mais excelsas qualidades de coração, jamais conheceu inimizades ou malquerenças, motivo porque a sua morte foi vivamente sentida na praça de Lisboa. No funeral que constituiu uma grande manifestação de pesar, encorporaram-se inúmeras Associações de que o extinto fazia parte. A nossa Associação e o



António José Fernandes

«Boletim», fizeram-se representar pelo secretário da Direcção sr. Domingos Gama Garcia.

Ao nosso querido Amigo sr. An-José Coelho Fernandes, apresentamos a expressão dos nossos mais sentidos pezames.

Letras, Livranças e Cheques

Para o conhecimento dos nossos associados transcrevemos alguns artigos do Decreto Lei n.º 23721, que mais interessa aos comerciantes e que revogaram algumas disposições respectivas do Código Comercial Português

(Continuação do «Boletim» n.º 8)

Capítulo V — Do vencimento

Art. 33.º Uma letra pode ser sacada:

- À vista;
- A um certo termo de vista;
- A um certo termo de data;
- Pagável num dia fixado.

As letras, quer com vencimentos diferentes, quer com vencimentos sucessivos, são nulas.

Art. 34.º A letra à vista é pagável à apresentação. Deve ser apresentada a pagamento dentro do prazo de um ano, a contar da sua data. O sacador pode reduzir este prazo ou estipular um outro mais longo. Estes prazos podem ser encurtados pelos endossantes.

O sacador pode estipular que uma letra pagável à vista não deverá ser apresentada a pagamento antes de uma certa data. Nesse

caso, o prazo para a apresentação conta-se dessa data.

Art. 35.º O vencimento de uma letra a certo termo de vista determina-se, quer pela data do aceite, quer pela do protesto.

Na falta de protesto, o aceite não datado entende-se, no que respeita ao aceitante, como tendo sido dado no último dia do prazo para a apresentação ao aceite.

Art. 36.º O vencimento de uma letra sacada a um ou mais meses de data ou de vista será na data correspondente do mês em que o pagamento se deve efectuar. Na falta de data correspondente, o vencimento será no último dia desse mês.

Quando a letra é sacada a um ou mais meses e meio de data ou de vista, contam-se primeiro os meses inteiros.

Se o vencimento fôr fixado para o princípio, meado ou fim do mês, entende-se que a letra será vencível no primeiro, no dia quinze, ou no último dia desse mês.

As expressões «oito dias» ou «quinze dias» entendem-se não como uma ou duas semanas, mas como um prazo de oito ou quinze dias efectivos.

A expressão «meio mês» indica um prazo de quinze dias.

Art. 37.º Quando uma letra é pagável num dia fixo num lugar em que o calendário é diferente do do lugar de emissão, a data do vencimento é considerada como fixada segundo o calendário do lugar do pagamento.

Quando uma letra sacada entre duas praças que têm calendários diferentes é pagável a certo termo de vista, o dia da emissão é referido ao dia correspondente do calendário do lugar de pagamento, para o efeito da determinação da data do vencimento.

Os prazos de apresentação das letras são calculados segundo as regras da alínea precedente.

Estas regras não se aplicam se uma cláusula da letra, ou até o simples enunciado do título, in-

dicar que houve intenção de adoptar regras diferentes.

Capítulo VI — Do pagamento

Art. 38.º O portador de uma letra pagável em dia fixado ou a certo termo de data ou de vista deve apresentá-la a pagamento no dia em que ela é pagável ou num dos dois dias úteis seguintes.

A apresentação da letra a uma câmara de compensação equivale a apresentação a pagamento.

Art. 39.º O sacado que paga uma letra pode exigir que ela lhe seja entregue com a respectiva quitação.

O portador não pode recusar qualquer pagamento parcial.

No caso de pagamento parcial, o sacado pode exigir que dêse pagamento se faça menção na letra e que dêle lhe seja dada quitação.

Art. 40.º O portador de uma letra não pode ser obrigado a receber o pagamento dela antes do vencimento.

O sacado que paga uma letra antes do vencimento fá-lo sob sua responsabilidade.

Aquele que paga uma letra no vencimento fica válidamente desobrigado, salvo se da sua parte tiver havido fraude ou falta grave. É obrigado a verificar a regularidade da sucessão dos endossos, mas não a assinatura dos endossantes.

Art. 41.º Se numa letra se estipular o pagamento em moeda que não tenha curso legal no lugar do pagamento, pode a sua importância ser paga na moeda do país, segundo o seu valor no dia do vencimento. Se o devedor está em atraso, o portador pode, à sua escolha, pedir que o pagamento da importância da letra seja feito na moeda do país ao câmbio do dia do vencimento ou ao câmbio do dia do pagamento.

A determinação do valor da moeda estrangeira será feita segundo os usos do lugar de pagamento. O sacador pode, todavia, estipular que a soma a pagar seja calculada segundo um câmbio fixado na letra.

As regras acima indicadas não se aplicam ao caso em que o sacador tenha estipulado que o pagamento deverá ser efectuado numa certa moeda especificada (cláusula de pagamento efectivo numa moeda estrangeira).

Se a importância da letra fôr indicada numa moeda que tenha a mesma denominação mas valor diferente no país de emissão e no de pagamento, presume-se que se

Refutando Argumentos

por Horácio Gonçalves

Há comerciantes que me criticam e que verbalmente ou por escrito, mas sempre com elevação, fazem chegar à minha análise as suas críticas.

Alguns dêles, apoiam a minha maneira de encarar a solução dos problemas sociais e económicos, principalmente quando se trata dos que particular e objectivamente incidem sobre o comércio, nossa profissão comum.

— Outros, pelo contrário, embora fazendo Justiça à minha sinceridade e à minha vontade de acertar, procuram com argumentos sobre argumentos convencer-me de que estou em erro.

— Consequências da minha colaboração neste «Boletim», que eu não previa mas que reputo satisfatórias para a finalidade daqueles que em boa hora o fundaram, prestando com isso um alto serviço ao comércio lisbonense.

— São muitas as críticas. Não vale a pena enumerá-las aqui nem destacar nenhuma. As que me louvam, aplaudem e incitam a prosseguir merecem apenas um agradecimento que aqui quero deixar exarado. As outras, essas, contêm tódas argumentação igual e não há que distingui-las. Basta que diga que são corretíssimas no processo e na forma.

— Mas porque elas foram originadas na leitura que os seus autores fizeram e certamente continuam a fazer dêste «Boletim»... neste «Boletim», se mo permitirem, irei refutando como souber os argumentos.

— *O Estado mobiliza as energias e os valores nacionais atrofiando a economia particular ou*

fêz referência à moeda do lugar de pagamento.

Art. 42.º Se a letra não fôr apresentada a pagamento dentro do prazo fixado no art. 38.º, qualquer devedor tem a faculdade de depositar a sua importância junto da autoridade competente, à custa do portador e sob a responsabilidade dêste.

Estas informações são colhidas no livro *Letras, Livranças e Cheques* competentemente editado pela *Procural*.

privada. É por isso que as empresas não podem pagar salários justos.

— Este é um dos muitos argumentos que são comuns a tódas as críticas que tenho recebido. Argumento de efeito e que cala fundo na Alma de cada um. Inconscientemente, aqueles que se servem dêste argumento, prestam um péssimo serviço à causa colectiva, porque; ao fazê-lo, tenho a certeza de que pensam exclusivamente em si.

Srs. Comerciantes

Vamos explicar-nos...

— O Estado, tem o Dever de velar pela segurança da Nação e sobretudo de exercer o seu alto papel de coordenador de tódas as actividades nacionais por forma a estabelecer entre elas o equilíbrio.

— A Harmonia e a Paz, são sempre fruto do cumprimento dêse Dever por parte do Estado, que para isso se tem de servir dos melhores e maiores valores nacionais mobilizando-os ao seu serviço para garantia da competência, e da Justiça a exercer na alta coordenação que lhe compete sobre todos os ramos de actividade.

— Nós, nunca podemos avaliar nem criticar a forma como se solucionam os problemas genéricos, os assuntos de conjunto, pela observação feita através do nosso caso particular. A situação de cada indivíduo, de cada categoria profissional, de cada profissão ou mesmo de cada ramo de actividade, não são coisas que se sobreponham ao interesse nacional.

— Antes pelo contrário. Tódas estas situações e seus respectivos interesses particulares, se devem subordinar inteiramente ao Bem da Nação, que o Estado tem por obrigação defender. Se o Estado mobiliza tódas as energias, é para as fundir numa única energia. Se o Estado concentra os valores de toda a ordem e espécie é para os associar, habilitando-os por esta forma a cooperar e colaborar na obra erguida ao Bem Comum.

— Fica assim o Estado habilitado a redistribuir as energias e os valores que unifica, com mais equidade e com mais Justiça, fomentando o equilíbrio almejado numa manobra sábia e conscien-

te, propulsora da Harmonia e da Paz.

— Vê-se a isto obrigado o Estado, por se reconhecer que, em liberdade, nunca os sectores nacionais bafejados pela abastança e pela fortuna, cedem voluntariamente o que lhes sobra.

A liberdade irregulamentada pelo egoísmo humano, produz avareza e outros vícios incompatíveis com a verdadeira *Fraternidade*.

Concentra-se o ouro no Banco de Portugal ou os valores que o representam, para garantia da estabilidade e do equilíbrio da moeda, evitando oscilações perigosíssimas que atirem abaixo num segundo o produto do trabalho nacional. E nem por isso a agricultura, o comércio e a indústria, deixam de verificar a baixa da taxa de juros e descontos, tornando por este modo os capitais mais acessíveis e mais circulantes.

— Comanda a importação, para evitar que ela suba além do nível conveniente, evitando assim a saída do ouro sem necessidade, numa protecção útil do trabalho nacional. Pautas conscientemente elaboradas evitam a entrada de produtos fabricados, protegendo na medida do possível os que se fabricam em território nacional.

— Regula e disciplina a exportação, para que se aproveitem melhor os contingentes que os países consumidores dos nossos produtos e artigos nos atribuem, sem ser necessário abastardar os preços, sem proveito para ninguém e muito menos para a Nação.

— E o produto do chamado sacrifício da Nação, depois de administrado com honestidade raríssima, aplica-se constantemente em obras de fomento e de apetrechamento geral, que surgem, que se elevam, que se avolumam todos os dias e por tal forma que só os cegos de Alma se negam a ver e a sentir.

— São medidas de alto interesse nacional e atitudes de profundo e benéfico reflexo colectivo que o Estado não pode deixar de aplicar.

Medidas e atitudes a que todos temos de nos subordinar sem comentários, tanto mais que elas nos ergueram às esferas mais altas do prestígio.

— Há quem não beneficie destas sábias medidas e destas honestas atitudes adotadas pelo Estado Forte? Há! Estou neste ponto de acôrdo com a crítica. Quais são os que não beneficiam?... São precisamente aqueles

que não compreendem o alcance das medidas e das atitudes a que nós vimos referindo.

Olham para dentro em vez de olhar para fora. Só estudam as consequências das medidas no seu caso particular. Só lhes importa os efeitos de momento na sua vida íntima. Exige-lhes o Estado um sacrifício in prol da colectividade?... Sentem-no como que se exercessem sobre eles a maior das violências.

E no entanto através dos bairros onde campeia a miséria, sob o desprêso dos que protestam contra o sacrifício, jazem homens, mordendo a Dôr, e bebendo o salgado das lágrimas, sem um grito, sem um protesto...

Cada profissão, tem de concentrar energias e reunir valores como fez a Nação por intermédio do Estado. O Estado deu o exemplo a todos os ramos de actividade. O Estado, embora não existam corporações, já é corporativo. Trabalha como que se elas já existissem.

As actividades desorganizadas prejudicam-se e prejudicam a Nação. A concorrência desmedida dos comerciantes entre si por exemplo... É o Estado que ordena aos comerciantes que vendam a sua mercadoria por preço abaixo do custo? Não! O Estado não tem culpa disso.

Quem tem culpa é a ambição que de braço dado com o egoísmo, cegam na sua carreira a ponto de não verem que caminham para o suicídio...

A concorrência, quando desleal e desordenada, mata o irmão profissional, quando não provoca a morte daquele que a exerce. Isto evita-se por intermédio da organização corporativa.

— Assim como o Estado impôs à Nação inteira o sacrifício necessário para se desempenhar da sua missão neste momento histórico em que a Humanidade atravessa o período da sua mais profunda transição, assim cada ramo de actividade nacional, por intermédio dos seus organismos corporativos, deve automaticamente impor a si próprio, sacrifício e disciplina, para sair da situação difícil em que se encontra.

— Se os vários ramos de actividade necessitam do Estado para regular as relações entre si, como garantia do equilíbrio nacional, não é menos certo que cada um dos ramos de actividade necessita simultaneamente do seu organismo corporativo para regular e disciplinar a sua vida inter-

na, fomentando o equilíbrio das relações que devem manter entre si os respectivos componentes:... Cada ramo de actividade tem de resolver a sua situação interna, imitando o Estado na sua obra perfeitamente equilibrada, inteligente, forte e autoritária.

— Uma das críticas a que no princípio deste artigo me refiro é feita por um comerciante de sapataria. Diz êle que não ganha para pagar as contribuições, em consequência de vender pouco e sem lucro por motivo da concorrência. E chega à conclusão de que, se as contribuições lhe fossem reduzidas a metade, já podia respirar melhor e talvez pagar mais ao seu único caixeiro.

Ora, mesmo que o Estado o isentasse de contribuições, a êle e todos os comerciantes do seu ramo, a concorrência continuava desenfreada, porque é filha da indisciplina e mais nada.

— Que se prova daqui?... Prova-se que a mentalidade de alguns é tão individualista que não chegam a acôrdo, nem sequer para o seu bem colectivo. Nem na fundação do seu Grémio corporativo, nem em possíveis tabelas de lucro justo. E no entanto, se houvesse solidariedade, fraternidade, respeito pelo próximo, ganhar-se-ia para a contribuição, para o caixeiro e para o patrão. É assim mesmo como eu aqui estou escrevendo.

— O que eu posso garantir, é que, enquanto o Estado fôr forte e façamos votos para que nunca deixe de o ser, a contribuição geral do ramo de sapataria, como a de qualquer outro ramo de comércio ou de indústria, não deixará de dar entrada nos cofres públicos.

— Se falirem cinquenta por cento dos comerciantes do ramo, os outros pagarão por eles. E nem por isso deixará de haver sapatos com muita abundância à venda. Isto posso eu garantir, absolutamente.

— Os cinquenta por cento que falirem, irão aumentar a legião dos desempregados. Os restantes ficarão com altas responsabilidades em cima dos seus ombros.

E tudo se evitará organizando um Grémio e pondo-o imediatamente em contacto com o Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa.

Deste contacto nascerá um contracto colectivo, documento que passará a servir de lei e que regulamentará toda a profissão, desde o gerente da principal casa

do ramo até ao marçano mais novo da casa mais humilde do mesmo ramo.

— Esta regulamentação, absolutamente necessária, evitará grandes males.

— O comerciante de sapataria em referência, sabe que o Estado mobiliza os valores e as energias. Sabe que as contribuições, segundo a sua maneira de ver, são pesadas; mas o Estado necessita de as cobrar. Sabe que há concorrência e que se vende sem lucro.

— Mas agora deve passar a saber que o Estado, a par da mobilização a que o comerciante se refere, publicou os Decretos-leis n.ºs 23.048, 23.049, 23.050 e 24.715, além de outros. Vai fazer o favor de os ler. Ali se ensina a fórmula de grandes remédios para os males económicos e sociais.

— Poderá argumentar contra isto, como alguns dos seus colegas já fizeram em algumas críticas que tenho recebido, que o Estado em vez de legislar devia obrigar... Não tem razão!

O Estado pode mobilizar a matéria mas deixa livres os espíritos. O Estado Corporativo Português não é carcere de Almas.

Para a Organização Corporativa vai quem quere.

O Estado não impõe; aconselha e orienta.

Aos interessados compete a iniciativa e devem exercê-la quanto mais cedo melhor, para se acabar de vez com o mal estar em que todos vivemos e não convém a ninguém.

Operações comerciais com a Espanha

O «Diário do Governo» publicou, o seguinte decreto:

Convindo regularizar quanto possível as operações comerciais com a Espanha de maneira conveniente aos interesses recíprocos dos dois países:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. As mercadorias importadas de Espanha e as que se pretendam exportar para o mesmo país, exceptuadas as do tráfego habitual da zona fronteiriça, só podem ser despachadas nas alfandegas do continente e ilhas adjacentes mediante licença passada pelo Ministério do Comércio e Indústria.

INFORMAÇÕES

Obrigações dos contribuintes no mês de Junho

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

Participações, em duplicado e em papel comum de 25 linhas, dentro de 15 dias da data em que os prédios ou andares vagarem, sobre os prédios ou andares devolutos, com escritos e sem mobília.

O duplicado dessas participações, com o recibo da repartição que é entregue aos participantes, tem de juntar-se às reclamações que devem apresentar-se, desde Janeiro a Março de 1937, pedindo a anulação da contribuição referentes aos meses em que os prédios ou andares estiverem devolutos sem o que não terão seguimento tais reclamações.

Pagamento, com juros de móra, das 1.ªs prestações semestrais e das segundas trimestrais, umas e outras iguais ou superiores a 50\$00 e todas com o desconto de 4%.

Em 30 do corrente *relaxa-se toda a dívida* se não estiverem pagas, até 29, a 1.ª e 2.ª prestações trimestrais.

Quem não pagou ainda a 1.ª prestação semestral pode pagá-la com juros, até 31 de Julho.

CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL

Participações, sobre a cessação do exercício do comércio e indústria, no prazo de 15 dias a contar daquele em que o facto se dê.

Pagamento, com juros de móra, das 2.ªs prestações trimestrais, iguais ou superiores a 100\$00, se as 1.ªs foram pagas em Janeiro.

Pagas as 1.ªs e vencidas e não satisfeitas a 2.ª e 3.ª, relaxam-se estas, com a 4.ª, em 30 de Setembro.

IMPOSTO PROFISSIONAL

Participações, em duplicado e em papel de 25 linhas, no prazo de 15 dias a contar da saída de qualquer empregado, sob pena de os patrões serem solidariamente responsáveis pelo imposto que caiba pagar aos empregados.

Pagamento, com juros de móra, das 2.ªs prestações trimestrais, iguais ou superiores a 100\$00, das *profissões liberais*, se as 1.ªs foram pagas em Janeiro.

Pagas as 1.ªs e vencidas e não satisfeitas a 2.ª e 3.ª relaxam-se estas, com a 4.ª, em 30 de Setembro.

IMPOSTO COMPLEMENTAR

Pagamento, com juros de móra, das 1.ªs prestações semestrais e das 1.ª e 2.ªs trimestrais, umas e outras iguais ou superiores a 100\$.

Em 30 do corrente *relaxa-se toda a dívida* se não estiverem pagas, até 29, a 1.ª e 2.ª prestações trimestrais.

Quem não pagou ainda a 1.ª prestação semestral pode pagá-la com juros, até 31 de Julho.

Reclamações, contra o lançamento do imposto por qualquer erro no rendimento ou na colecta, principalmente se foi considerado, para o cálculo do imposto, rendimento dos prédios urbanos superiores aos das rendas anuais mencionadas nas relações dos inquilinos (decreto 25.851, de 14-9-1935, art. 2.º) — o que convém verificar, pois os lançamentos estão patentes para esse fim até 30 de Julho próximo.

FUNDO DE DESEMPREGO

Pagamento, até 11, das cotizações referentes a Maio último.

EMOLUMENTO ANUAL DE 10\$00

Pagamento, do de 1937, nos alvarás dos estabelecimentos abrangidos pelos regulamentos dos explosivos, das caldeiras e dos motores ou por quaisquer regulamentos especiais.

IMPOSTO DE CAMIONAGEM

Pagamento, até 15, sem juros, e desde 16 a 30, com juros, do referente às carreiras regulares de Abril último, relaxando em 1 de Julho.

JUROS E DIVIDENDOS DOS TÍTULOS ESTRANGEIROS

Pagamento, pelos estabelecimentos bancários e cambistas, do imposto sobre a aplicação de capitais de 1% que recai sobre os juros e dividendos dos referidos títulos, em circulação no país e negociados em Maio último (decreto 24.263, de 31-7-1934, art. 4.º).

VERBETES ESTATISTICOS

Remessa até 30, ao Instituto Nacional de Estatística (por parte das sociedades coloniais ou das que tenham de aguardar elementos do estrangeiro) das informações que deixarem de prestar nos verbetes enviados até 15 de Abril último (decreto 26.188, de 10-1-1936, art. 1.º, § único).



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

Director e Editor:

Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

JULHO — 1937

Ano I — N.º 11

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º

LISBOA

Telefone 24114

Propriedade da

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa

Distribuição gratuita

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA



Doutor António Oliveira Salazar

Presidente do Conselho de Ministros

J.M.

As Associações de Classe e o Estado Corporativo

Arredadas as Associações de Classe da sua função determinada, por força das modificações introduzidas pelo sistema Corporativo na nova orgânica social, logo pensou a Direcção da nossa Colectividade em se lançar devotadamente nos trabalhos necessários para a sua transformação, de forma a melhor exercer a sua prestante acção a bem do interesse geral.

Por mais de uma vez temos recolhido através de escritos e palavras correndo publicamente que as Associações de Classe nada representam e que, portanto, devem desaparecer.

Errado conceito nós parece este, se o lançarmos rigidamente sobre o já existente em data anterior à nova orgânica estabelecida.

A vida das Associações tem de comportar-se como à própria vida dos homens e o seu valor será tanto mais de acentuar, quanto mais forte e oportuno for o seu desejo de se adaptar à evolução natural dos novos sistemas aparecidos.

Destruir ou desprezar totalmente o que existia afigura-se-nos tão errado, como procurar manter o existente, fundado em preconceitos e tradições bolorentas.

Têm sido algumas das Associações Comerciais e Industriais, centros valiosos de divulgação, de cultura e de acção patriótica, marcando relevo bem merecido sob o aspecto de utilidade nacional.

Que assim é, provam-no os muitos delegados que em representação dessas Associações se têm encontrado disseminados por diversos organismos oficiais, a que podemos juntar os louvores e benesses concedidos a algumas delas, como preito de reconhecimento dos governos do país, pelo seu valor e pela sua acção.

Feliz pensamento é portanto o daqueles que, integrados dentro da necessidade de uma colaboração leal à nova orgânica que a evolução dos tempos instituiu e a mais clara inte-

ligência soube delinear, procuram utilizar os valores existentes adaptando-os ao sistema Corporativo.

Eis porque, numa visão correspondente às necessidades impostas pela evolução do momento, a A. C. L. L. estudou e delineou todo o seu plano de integração no Estado Corporativo, a que irá dar colaboração leal e sincera, numa compreensão exacta das realidades presentes, transformando-se num novo organismo de carácter eficiente, transportando-lhe todo o prestígio do seu passado glorioso, padrão de luta tenaz e de trabalho pródigo, em prol da Nação, do Comércio e da Ordem.

Resta apenas que o Governo a quem foi dirigida a representação ditada na memorável sessão de 2 de Dezembro de 1936, permita a sua execução, pois que, evoluçionando sempre, tudo se tem conduzido entre nós, na preparação dos elementos necessários para a rápida integração no Estado Corporativo.

Uma vez conquistada esta, que é hoje aspiração unânime de todos os que se agrupam na A. C. L. L., melhor se afirmará, disso estamos certos, o valor do sistema corporativo, pela utilização de um importante organismo, cuja enorme grandeza antevemos com a glória bem sentida de virmos esforçadamente contribuindo, para a formação de um dos esteios mais sólidos e valiosos do ideal que nos domina, porque somos apaixonadamente Corporativos, pensando tal como o seu ilustre percursor quando nos diz:

«Aqueles que procuram conhecer a doutrina da revolução no campo económico e social — os seus princípios, os seus conceitos e as suas soluções — breve se apaixonarão pela clareza e harmonia do sistema.» ⁽¹⁾

D. G.

⁽¹⁾ Do livro «A Batalha do futuro», do Doutor Pedro Teotónio Pereira, a pág. 212.

Um atentado condenável

Aos protestos unânimes de toda a Nação, condenando o vil atentado dirigido contra o Ilustre e Prestigioso Chefe do Governo, não poderia o *Boletim* da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, deixar de juntar, publicamente, a sua mais veemente repulsa, aos clamores de indignação profunda a que tão abominável acto deu motivo, certo de interpretar fielmente a sentida manifestação de protesto do Comércio, que se honra de representar.

Nada há que possa justificar a traição bombista dirigida seja contra quem for e se é crime dos mais repugnantes o atentado assim levado a efeito, há que considerá-lo no caso presente como uma monstruosidade infame, por pretender atingir a figura respeitável de um Homem que, pela sua patriótica e honrada acção nos diversos departamentos da Governação Pública, tem justíssimo direito à mais cega dedicação dos seus admiradores e até mesmo ao respeito profundo dos que, embora não concordando inteiramente com a sua acção, têm de reconhecer, sem favor e sem lisonja, o seu alto valor de Homem de Estado, o seu acrisolado patriotismo e a sua constante intenção de bem servir a Nação.

Vibrou o País inteiro de indignação contra a vileza do atentado, exultando ao mesmo tempo de alegria sincera, por dele ter saído incólume o Chefe respeitado.

A esses clamores vivos de indignação, vem, o *Boletim* da A. C. L. L., juntar os que desde a primeira hora formulou, cumprimentando o Ex.^{mo} Sr. Dr. Oliveira Salazar, prestigioso Chefe do Governo, fazendo sinceros votos pelo prolongamento da preciosa vida de Sua Ex.^a.

1.ª Exposição Bibliográfica

Comercial Portuguesa

Na nobre intenção de valorizar tudo quanto ao Comércio diga respeito, vai a simpática e conhecida instituição de ensino «Ateneu Comercial de Lisboa», promover uma Exposição Bibliográfica Comercial Portuguesa.

De fins educativos para a sua escola comercial, pretende ainda chamar a atenção sobre assuntos de publicidade comercial; desenvolver a literatura comercial e tender à expansão do livre comércio. Para atingir o seu objectivo serão organizadas, entre outras, as seguintes secções: Anuários, Arquivismo, Associações, Bancos, Cálculo Comercial, Caligrafia, Colecções particulares, Conferências, Congressos e Teses, Contabilidade, Contribuições e Impostos, Dicionários de Comércio, Direito, Economia Política, Estatística, Estenografia, Jornais e Revistas, Legislação, Línguas, Meios de Comunicação (posta aérea, correio, telefones, cabo submarino, etc.), Pleitos comerciais (publicações), Publicações oficiais e escolares, Publicidade e Propaganda (anúncios e cartazes, calendários, etiquetas de comércio, etc.), e Seguros.

Deve, pois, resultar brilhante esta iniciativa que tem a característica nacionalista, pois que não serão apresentadas traduções de livros estrangeiros e publicações referentes a artigos e produtos que não sejam portugueses.

A avaliar pelo número de adesões recebidas, tudo leva a crer que à 1.ª Exposição Bibliográfica Comercial Portuguesa está reservado um grande êxito.

No próximo número ocupar-nos-emos mais largamente sobre esta brilhante iniciativa do «Ateneu Comercial de Lisboa».

ORGANISAÇÃO CORPORATIVA

Prosseguem com regularidade as reuniões para nomeação das Comissões Instaladoras dos Grêmios das actividades associadas. Em 22 noites de reunião nomearam-se 40 Comissões. Em breve efectuar-se-á uma reunião conjunta das Comissões nomeadas, para início de trabalhos.

ANTERO LEAL MARQUES



ANTIÉRO LEAL MARQUES

A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, arquivando, com justificado júbilo nas colunas do seu Boletim, o malôgro do atentado dirigido contra o Ex.^{mo} Sr. Presidente do Conselho, manifesta também ao seu valioso e dedicado chefe de gabinete, Ex.^{mo} Sr. Antero Leal Marques, não só a repulsa veemente pelo nefando acto, mas ainda a sua viva satisfação por saber que Sua Ex.^a nada sofreu em resultado de tão criminoso intento. Precioso auxiliar de Sua Ex.^a o Sr. Doutor Oliveira Salazar, tem revelado sempre no seu elevado cargo, os maiores requisitos de competência e afabilidade, bem dispondo com o seu fino tratamento e com a sua mais perfeita atenção, todos os que são levados a dirigir-se-lhe.

Eis porque o Boletim, traduzindo o reconhecimento devido a Sua Ex.^a pelas atenções com que tem honrado a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e interpretando o sentir do Comércio que representa, manifesta jubilosamente a Sua Ex.^a a mais viva alegria, por vê-lo incólume de tão nefando crime.

Vóz do Operário

Esta benemérita instituição levou a efeito, no passado dia 19, uma linda festa escolar.

Cumprimentamos este grande baluarte da Instrução, pelo prazer espi-ritual que nos proporcionou.

TELEFONES

Recebemos da The Anglo Portuguese Telephone & C.^o o seguinte officio que para conhecimento dos Ex.^{mos} Associados transcrevemos:

Ex.^{mo} Senhor:

Acabamos de receber o número do vosso Boletim que se refere a Telefones, onde, além da cópia do officio que V. Exas. nos enviaram encontramos um interessante estudo sobre o assunto, e que temos pena não nos tivesse sido enviado simultaneamente com o vosso officio para melhor relacionamento dos casos.

Apressamo-nos a vir felicitar V. Ex.^a por esse trabalho que demonstra grande vontade de acertar neste problêma complexo de tarifas e regimen telefónico, e que, apesar do nosso officio enviado em resposta, virá certamente a ser ponderado e minuciosamente estudado e rectificado juntamente com as vossas restantes aspirações, na devida oportunidade.

Creia-nos V. Ex.^a muito gratos e sinceramente desejosos de cooperar com V. Ex.^a.

A bem da Nação

Companhia Portuguesa de Telefones

Vemos com satisfação que procura a The Anglo Portuguese Telephone & C.^o, encontrar uma solução que satisfaça as aspirações apresentadas pela Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, que procura sómente defender os interesses dos seus associados.

Acidentes no Trabalho

O «Boletim do Governo Civil de Lisboa», transcreve a resposta recebida da Inspeção de Seguros acerca de accidentes de trabalho e que publicámos no nosso n.º 10.

Ainda o Equilíbrio Económico das Empresas

por Horácio Gonçalves

Ramiro Seixas, insiste, e obriga-me a declarar que não consegue convencer-me, por enquanto, com a sua argumentação. Só noto na sua forma de contraditar que é cem por cento advogado, já pela persistência tenaz em defender o seu ponto de vista, já pelo processo de virar e revirar a posição do assunto, provocando confusão.

Eu sei que Ramiro Seixas, ou, pelo menos, calculo que o meu amável adversário nesta discussão ameníssima, pretende pôr-me à prova, movido pela sua curiosidade de ver até onde chego. Será assim?... Pois, meu caro doutor, visto que assim o quer, avancemos um pouco mais neste terreno. Até onde iremos? Às vezes, só de pensar, ou melhor, só de não saber até onde podemos chegar nas conclusões... tenho medo. Estamos em estradas paralelas. Como verdadeiro corporativista que sou e me prezo de ser, gostaria antes que as estradas que na polémica estamos trilhando deixassem de ter entre si êsse paralelismo, jamais quando a estrêla que nos guia é a mesma e por conseguinte nos obriga a caminhar no mesmo sentido. Percebe, meu caro doutor, que assim, haveria um ponto de convergência, um vértice...

Mas vamos ao caso.

Meu caro doutor e amigo, só me convenço quando V. me responder directa e insofismavelmente às perguntas que lhe vou fazer no fim deste artigo. Antes disso continuarei na minha.

É que eu, só conheço dois processos de equilibrar a economia das Empresas: ou reduzir as despesas ou aumentar as receitas. Ou a Empresa se contenta com as transações que tem e equilibra a economia mantendo-as com menos despesa; ou então procura conservar as despesas que tem obrigando-as a produzir maior rendimento, maiores transações. Ou se produz a mesma coisa com menos pessoal, e isto é a primeira hipótese, ou então produz-se o dobro com menos pessoal, e esta é a segunda hipótese.

Não conheço outros processos para equilibrar ou, simplesmente, melhorar a economia das empresas.

Mas não julgue o Dr. Ramiro Seixas que isto é de agora. Que foi inventado agora. Que é uma coisa deste século. Não, meu caro Doutor. Isto

é de todos os tempos. Foi e será de todos os tempos. O equilíbrio económico ou simplesmente a melhoria económica das Empresas está na ordem do dia. Esteve sempre na ordem de todas as horas, direi mesmo de todos os segundos.

Para evitar de se mandar um moço fazer um recado, existe o telefone. Para se evitar que um empregado demore muito tempo a fazer cálculos, existem balanças automáticas que indicam numa tabela e por intermédio de um ponteiro, o preço da mercadoria, seja qual for o seu peso. Para evitar demoras, carroceiros, sotas e outras coisas, existem camiões de dez toneladas de carga que trazem de muito longe mercadoria em abundância e em poucos minutos.

Para evitar a admissão de muitos homens na deslocação de terras, nas terraplanagens de grandes áreas, na abertura de ruas ou estradas, existem escavadeiras potentíssimas e de dia para dia se melhoram os sistemas de trabalho, sempre no sentido de melhorar a situação económica das empresas.

Antigamente carregava-se um navio por intermédio de centenas de homens que acarretavam à formiga pouco mais de sessenta quilos cada um. Hoje conhecem-se guindastes potentíssimos que voltam um vagão completamente carregado depois de o terem içado e colocado exactamente por cima do navio e do local onde se quer despejar a sua carga. Isto faz-se para equilibrar a economia das empresas, para se executar o serviço mais economicamente... para saírem os trabalhos mais baratos.

Na indústria de transportes, progride-se sempre no sentido de levar ou transportar maior peso em menos tempo. A luta é formidável neste ramo de actividade e de dia para dia os progressos são fantásticos. Ainda há bem pouco tempo, o meu Sindicato Nacional, organizou uma excursão que transportou ao Porto 4.000 pessoas em cinco horas. Quatro comboios ferroviários a mil pessoas cada, marchando em regime especial e com um horário relâmpago. Antigamente um charaban, transportava, quando muito, doze pessoas e demorava dias a chegar ao Porto. Tudo isto se faz, para equilibrar a economia das empresas. O único objectivo é saírem à Empresa as despesas mais em conta, mais baratas.

Equilibrar a economia das Empresas!? Diz o meu caro Doutor que é preciso, em primeiro lugar, equilibrar a economia das Empresas para depois se pagar salário justo. Mas como, se as Empresas só equilibram a sua economia, reduzindo despesas, e reduzir despesas significa dispensar pessoal ou reduzir salários ao pessoal!

Deve-se compreender que o facto de se verificar o pagamento de ordenados a mulheres e menores do valor de 100\$00 mensais e de muito menos nas indústrias, significa um sistema, a meu ver impróprio de equilíbrio de certas Empresas.

Há revistas de especialidade que se dedicam no estrangeiro a fazer propaganda da forma mais prática de equilibrar a economia das empresas. Ainda há pouco li uma, que vinha abrilhantada com inúmeras fotografias elucidativas dos processos aconselhados. Aconselha a revista a admitir ao serviço de escritórios, empregados que saibam andar a toda a velocidade em patins, para não gastarem tempo em deslocações. Para evitar abastardamento de preços aconselha a revista que os comerciantes se sirvam apenas de vendedores automáticos em substituição de caixeiros. Mete-se uma moeda ou uma série de moedas correspondente ao preço que está tabelado pelos Grémios e em referência a certo artigo, num aparelho e sai logo por um buraco, completamente embalado e acondicionado. O freguez não perde tempo. O comerciante não perde tempo. E os caixeiros?...

Mas isto, Sr. Dr. Ramiro Seixas, não é fantasia. A Companhia dos Telefones tem desses aparelhos espalhados pela cidade, como pela cidade existem balanças automáticas e já vão aparecendo aparelhos que vendem bombons e chocolates e outras coisas pelo sistema a que a revista acima mencionada se refere.

Claro que em Portugal, estamos neste ponto apenas em regime de experiência.

E a-pesar-de tudo a economia das Empresas não deve ficar equilibrada, porque as máquinas, depois de afastarem os trabalhadores das oficinas, travarão guerra entre si. Uma guerra feroz, horrenda, na ânsia de produzir mercadoria tão barata que ainda possa ter a possibilidade de

consumo, pelo mínimo de trabalhadores em um efectivo serviço.

Eu poderia ir muito longe nestas divagações, meu caro Dr. Ramiro Seixas. Mas julgo não ser necessário. Creio ter demonstrado, de forma evidentiíssima, que as Empresas apenas trataram, embora em seu prejuízo, da sua economia particular e é precisamente por esse facto que existem salários baixos, ordenados ínfimos, desempregados, utilização de menores, velhos e crianças e outras coisas parecidas que justificam uma Nova Ordem social e económica.

A não ser que o Dr. Ramiro Seixas pretenda equilibrar a economia das Empresas por outro sistema, que não seja este que elas verdadeiramente têm adoptado. Não sendo pelo processo de redução de despesas, repito que só conheço o de aumento de receitas. Mas as receitas só aumentam, multiplicando as transações e para as multiplicar é preciso consumo. A multiplicação de transações, encontra o obstáculo da concorrência. De resto, se analisarmos bem, verificamos que se reduzem despesas para a produção sair mais barata e que se luta pelo barateamento da produção, para multiplicar as transações que colocam a produção. Não se podem, por conseguinte, multiplicar as transações, sem a Empresa que isso pretende, produzir em condições de concorrer, isto é, sem produzir bom e barato. E para se obter produção nestas circunstâncias, tem que se adquirir máquinas que produzam mais, em menos tempo. O Dr. Ramiro Seixas tem um ciclo fechadíssimo e não encontra chave para o abrir, senão esta que eu preconizo: — SALÁRIO JUSTO É BEM DISTRIBUIDO POR TODOS OS TRABALHADORES... como base de toda a organização social e, sobretudo, da organização corporativa.

Há que dizer a verdade em toda a parte. Há que impôr a moral como método. Há que cultivar a virtude como sistema. Não se pretende matar a liberdade. Não se pretende enclausurar o pensamento, nem se pretende exterminar a iniciativa individual, fonte do progresso.

Não. O que se pretende é estrangular por completo certas práticas inconvenientes. Trata-se apenas de uma guerra entre o bem e o mal. Mais nada. Apenas isto.

Limite mínimo e justo para os salários e ordenados, por forma a garantir o pão para os trabalhadores, e a insuflar vida decente à FAMÍLIA.

SALÁRIO JUSTO não é só a base da organização corporativa. Deve ser também o alicerce da HONRA NACIONAL.

Publicações recebidas

Temos continuado a receber, com regularidade, as seguintes publicações, que agradecemos:

O Volante.
Trás-os-Montes.
Tradição.
Notícias de Viana.
Diário de Coimbra.
A Voz de Domingo.
Ecos do Alcoa.
Povo Algarvio.
Vida Ribatejana.
Comércio de Portimão.
O Povo de Penafiel.
Jornal da Régua.
O Eco de Estremoz.
Terra Mãe.
Humanidade.
Progresso da Murtosa.
Boletim do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa.
Boletim do Governo do Território da Companhia de Moçambique.
Ourivesaria Portuguesa.
O Comércio de Viveres.
Norway-Norwegian Trade Review.
Regulamento dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.
Bulletin de la Chambre de Commerce Française du Portugal.
Boletim da Câmara Municipal de Lisboa.
Gazeta de Ponta Delgada.
Revista da Câmara Portuguesa de Comércio do Rio de Janeiro.
Boletim Comercial do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Notícias de Évora.
O Eco de Reguengos.
Die Schweiz.
A Indústria.
O Concelho de Mafra.
A Plebe.
Brados do Alentejo.
Revista Gil Vicente.
L'Exportateur Tchecoslovaque.
Répertoire de la Production Suisse 1936/37.
Liceu de Macau — Correspondência Inter-Escolas.
Boletim dos Correios e Telégrafos de Macau.
Boletim do Contribuinte.
Boletim do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência.
Boletim Oficial da Colónia de Moçambique.
O Trabalho Nacional.
O Intransigente.
O Conserveiro.
Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa.
A Defesa.
A Propaganda.
Almanaque Açores para 1937.
O Courense.
Revista Portuguesa de Seguros.
Revue Commerciale Danoise.
Danish Foreign Office Journal.
Diploma Regulador da Liberdade da Imprensa nas Colónias.
Neptuno.
A Plebe.
Boletim Oficial dos Correios, Telégrafos e Telefones.

E agora, vamos às perguntas que prometi fazer-lhe no fim do artigo, meu caro Dr. Ramiro Seixas.

Está V. convencido de que as Empresas, no seu conjunto, equilibrarão a sua economia particular sem primeiro aumentarem os SALÁRIOS?...

Por que forma?... Onde vão buscar a receita?...

Não está convencido de que a receita para as Empresas só entra por intermédio da Nação, quando ela tenha poder de compra?... E não está convencido de que a Nação só tem poder de compra, quando os trabalhadores que a constituem, recebam salários mais altos?

Julga que a organização corporati-

va deve colocar na base o equilíbrio económico das Empresas?... Como, se esse equilíbrio depende do aumento de consumo?

As Empresas devem ter sempre presente que pagando bem ao seu pessoal, tratando-o com carinho e Justiça, evitam a constituição de novas Empresas. Evitar isso é anular a concorrência. Estabelece-se o caixairo que a Empresa não acarinha e não sabe conservar prestando-lhe Justiça. O caixairo com tantos anos de serviço, deve passar sempre a interessado e depois a sócio, para evitar que passe a ser um concorrente da Empresa que serviu tantos anos.

Os Grémios Patronais como garantia das Empresas

Com a devida vénia transcrevemos do jornal «A Voz do Comércio» o discurso pronunciado pelo Sr. António Gomes Régo, numa sessão corporativa promovida pelo Sindicato Nacional dos Empregados no Comércio do Distrito do Porto.

Ao iniciar as minhas ligeiras considerações, quero que V.^{as} Ex.^{as} fiquem certos de que as referências que vou fazer à situação precária do empregado comercial, não são por cortezia nem para me tornar agradável a tão desprotegida classe.

Num campo completamente oposto, o de patrão, poderão supor de embuste ou egoísmo o que vou dizer. Os que assim pensarem enganam-se. Sempre tenho manifestado a necessidade de se melhorarem as condições de vida do empregado e ao fazê-lo, apenas tenho em vista expôr a verdade, com a sinceridade com que sempre trato todos os problemas que se me depa-ram.

Julguem portanto sinceras as palavras que vou dizer, e, se alguma sombra de dúvida tiverem, lembro as afirmações que já fiz publicamente no Centro Comercial e num jornal da nossa classe.

Tem procurado, debalde, o Estado, dar vida à nossa lenta classe patronal e consequente ruína material e física do empregado no comércio, com a sua constituição em Grémios, mas as classes não o têm feito, argumentando que dessa organização não colhem os benefícios que calculavam.

Bem sei que a Organização Corporativa não resolve rapidamente a crise dos negócios e que uma ou outra imperfeição se lhe nota.

Mas tudo isso não justifica o marasmo e desinteresse, porque, por poucos benefícios que conceda, serão sempre mais do que os presentes, que são nenhuns.

A má vontade e quasi ódio, que há mais de uma dezena de anos existia, entre patrões e empregados, tende felizmente a desaparecer, mercê da melhoria cultural de uns e de outros.

A Organização Corporativa veio facilitar bastante a compreensão da necessidade de aproximar e estreitar mais a cooperação das duas classes, considerando o empregado como um colaborador e não como um inimigo.

Se, por este lado, o problema se apresenta solúvel, isto é, elevando o empregado ao nível a que tem direito, considerando-o como amigo auxiliar, põe outro: o empregado não tem a justa e relativa compensação, porque os seus vencimentos são miseráveis!

A vida hoje é mais exigente que nunca e requiere uma luta mais persistente.

Há necessidade duma estreita colaboração de trabalho e interesses entre o patrão e o empregado, mas de maneira que cada um se coloque no seu devido lugar. Para se conseguir esta perfeição, que seria o ideal, só as colectividades o poderiam fazer, não só pela elite, que, escolhida presidiria aos destinos dessas agremiações, como também pela facilidade de entendimento entre os seus corpos directivos. Temos que nos adaptar, quer patrões quer empregados, a uma vida de íntima colaboração, mas dentro do respeito mútuo, da ordem e da disciplina. A revolta, as grêves, a força e a desordem, só originam dispersão e pobreza.

Encontramo-nos, portanto, face a face com um problema de interesse mútuo. — A defesa do comerciante e do empregado.

Um nada pode fazer sem o outro, achando-se ligados como dois élos da mesma peça.

E chegamos a esta conclusão: — Para melhorar as condições miseráveis em que vivem os empregados no comércio, é necessário que os comerciantes se organizem, de forma a poder arcar com o aumento das despesas, que essa organização ocasiona.

O futuro da nossa vida como patrões e o da nossa vida como empregados, está quasi no mesmo pé de igualdade, porque nos espera a ambos um fim de miséria.

Não temos um seguro que nos defenda, nem uma reforma que nos garanta o pão na velhice.

Só por isto o Grémio teria razão de existir; só por isto os sacrifícios que tivéssemos eram bem compensados.

Tivemos pouca sorte, meus senhores, de escolher por profissão o comércio.

E digo, pouca sorte, não porque não seja uma profissão honrada, mas porque é uma profissão sem regulamento e acessível a todos.

Desta facilidade é que provêm os maiores males de que sofremos por estarem dentro dela individuos incompetentes que se arrojam a tentar o comércio, produzindo a anarquia e a desordem na compra e venda. Não há selecção, nem de competência nem de capacidade moral dos individuos, que abrem uma casa comercial como quem fuma um cigarro. Não se procura saber as possibilidades do novo comerciante, nem uma

conduta moral. E-se comerciante de um dia para o outro e para isso basta apenas abrir as portas.

Desta anomalia que podemos considerar de aventura, ressentem-se o comércio honesto e competente. Desta desorganização anárquica, prejudica-se o próprio empregado que cada vez mais dificuldade tem, nas ascensões.

Proclama-se com fundada e justa razão, o limite de abertura de mais casas de negócio, não para elevar os preços, mas para não dispersar mais ainda, o pequeno volume de transacções que se faz presentemente. Aos empregados, o que mais convém, é a melhoria dos seus ordenados, para que possam viver decentemente.

Pois bem, para isso pessa-se a obrigação do comércio se agremiar, já que ele por si só e voluntariamente, não tem iniciativa.

Resolvido este problema, os outros encontram-se automaticamente resolvidos e vós teréis o pão que vos falta, o ânimo para amanhã terdes uma personalidade na vida, mais evidente e um lar mais alegre e proveitoso à Pátria.

A bem ou a mal, temos que seguir o caminho da organização das classes, dentro dum espírito de colaboração mútua, sem lutas nem agravos, de maneira que a todos chegue o trabalho e o pão.

O Capital e Trabalho têm que chegar a acôrdo, para o bem comum. Aquele tem que abdicar do seu poder em benefício deste.

Temos que caminhar para uma harmonização económica social, de forma que em todos os lares haja o pão que a muitos falta, de maneira que o egoísmo e a ambição de uns não perturbe nem aniquile a vida dos outros.

A luta entre as classes tem que desaparecer, embora lentamente e com segurança, porque o meio é pobre de intelecto e cheio de velhos preconceitos.

Abdique cada um, um pouquinho das suas grandezas, ceda cada um uma pequena parte do que lhe sobeja e formaremos num futuro próximo uma sociedade mais nobre de sentimentos e mais compatível com a humanidade.

Em todos os sectores da vida nacional, é preciso uma reforma que transforme os velhos sistemas individualis-

tas em colectividades que salvaguardem os direitos de cada um, mas que distribua melhor o produto do trabalho.

Os extremos são sempre os males que provocam as reacções e revoltas e nós encontramos esse exagêro de extremismo, no patrão ganancioso e no empregado que não cumpre os seus deveres.

Qualquer dêles são perniciosos às nossas classes, qualquer dêles tem de se modificar, de forma que haja menos usura num e melhor cumprimento do dever no outro.

Não nos acotovelemos, não queiramos tudo para nós, que nos arriscamos a ficar sem nada.

Patrões que me ouvis, procurai a consolidação da vossa casa e a garantia do vosso futuro, organizando o vosso Grémio, não só para a vossa defesa, com dos vossos auxiliares.

O que aí existe com o nome de comércio, não é nada.

É o comércio carunchoso e antiquado, baseado nos moldes do século dezoito.

O individualismo que preside aos seus destinos é o mal que origina a confusão e a miséria em que vivemos:

É preciso orientá-lo, para que desappareça para sempre a praga maldita que o asfixia, a concorrência demasiada e a especulação insofrida.

Não queiramos um Grémio para explorar os consumidores, como alguns pretendem; não queiramos um Grémio para nos enriquecer rapidamente, como muitos pensam; não queiramos um Grémio que nos desobrigue do nosso esforço e trabalho, mas sim um Grémio que nos traga um lucro equitativo e justo, que baste; que regule as instabilidades do mercado; que acautele o consumidor, o produtor e o fabricante e que nos dê na nossa velhice o amparo que hoje não temos.

Sem que a classe patronal se organize, difícil se torna a melhoria dos vossos ordenados e portanto o nosso bem será o vosso.

Procurai ajudar-nos na nossa miséria, de forma a que dentro de breve tempo possamos assinar os contratos colectivos de trabalho, necessidade que se impõe, para que o empregado no comércio seja aquilo que deve ser e não farrapos humanos que vivem por casa de hóspedes e quartos, que se assemelham a albergues.

É da vossa classe que sai o maior número de tuberculosos, sintoma eloquente da má alimentação.

E para terminar, que já os macei demasiado, repito aquilo que há pouco disse:

Para melhorardes as condições precárias em que viveis, é necessária a nossa constituição em Grémios.

COM LICENÇA...

Considerações acerca duma polémica

Acompanhando com atenção o pleito amigável, surgido entre o Dr. Ramiro Seixas e o Ex.^{mo} Sr. Horácio Gonçalves acerca do Justo Salário e Situação das Empresas, julgo o momento asado para pedir licença aos correctos litigantes e emitir a opinião dum pequeno lojista.

Tem razão o sr. Horácio Gonçalves quando diz que é necessário dar o Justo Salário a quem trabalha, que o mesmo é que facilitar um maior poder de compra. Tem razão o Dr. Ramiro Seixas quando entende ser igualmente necessário olhar à situação das Empresas a-fim-de ver as suas possibilidades quanto ao Justo Salário.

Não têm ambos razão quando circunscrevem o problema a cada uma das partes em questão. No meio é que está a solução agradável a gregos e troianos que, neste caso, são Empregados e Patrões.

Mas com mais propriedade defenderemos o problema se quisermos beneficiar os «prejudicados» que, quer dum lado, quer do outro, sempre existem, com a adopção dum critério geral que não exclua os factos parciais mais conhecidos e mais de atender.

Começo por dizer que não sou legislador amador nem, tão pouco, enfileiro ao lado dos que resolvem todos os problemas nacionais ou internacionais, sentados à mesa do café. Estes sempre são «competências» de 1\$00 escudo. No entanto, julgo que não direi asneira se concordar com Horácio Gonçalves quando diz tornar-se inadiável o estabelecimento dos contratos de trabalho. E tanto assim penso quanto folgo que a Associação tenha tomado a iniciativa da formação de Grémios que tornem possível essa solução. É tempo do comerciante deixar de encolher os ombros e começar a organizar-se e a ver mais longe a sua missão social. Nos últimos tempos a apatia tem sido regra geral. Felizmente, que a Associação fez despertar as boas vontades animando os indecisos.

Uma vez constituídos os Grémios, têm os comerciantes de olhar a situação das Empresas de cada classe. E então se demonstrará a razão do Dr. Ramiro Seixas. Se é facto que há Empresas que não pagam convenientemente ao pessoal, a-pesar dos seus grandes lucros, não deixa de ser verdade que a maior parte dos retalhistas se arrasta sem possibilidade de fazer melhor. A grande maioria dos retalhistas são vítimas até das

chamadas grandes Empresas. Ora depois dos Grémios e Sindicatos se entenderem para uma boa harmonia social existir, é que deve aparecer a solução intermédia que a todos dê satisfação. Quanto a mim, no dia em que aparecer uma União dos Grémios Retalhistas de Lisboa, com orgânica perfeita e acção efectiva, veremos solucionar-se os problemas que tanto assoberbam o pequeno Retalhista.

Quere-me parecer que o Sindicato dos Caixeiros e a União dos Retalhistas ainda nos proporcionarão um Conselho Arbitral que ofereça o seu parecer ao Instituto Nacional de Trabalho e Previdência acerca dos casos de interesse comum, habilitando-o a decidir com equidade e por forma a evitar outros meios menos aconselháveis quando se pretende entendimento.

Não sei se me fiz compreender. Mas parece-me que sim. Existem Empresas que ganham muito e pouco pagam. Existem Empresas que pagam o que podem, porque pouco podem também. Empregados há que merecem mais e ganham menos, mas em compensação há empregados que ganham muito mais que muitos retalhistas, com dezenas e dezenas de anos de comércio.

Concorrência, desorientação, má vontade, defeitos que ainda se possam notar em certos casos, só desaparecem quando o «egoísmo desenfreado» deixar de ser o motivo que, por vezes, anima os homens: patrões e empregados.

Sr. Dr. Ramiro Seixas e Sr. Horácio Gonçalves, desculpem a intromissão. Peço vénia para me retirar. Com licença.....

Um modesto lojista

Horário de Trabalho

Como se suscitasse dúvidas acerca do quantitativo da multa a aplicar nos casos de recusa das folhas de férias ou livros de pagamento, foi esclarecido, por despacho do sr. Sub-Secretário de Estado das Corporações, no dia 14 p. p., que, quando fôr impossível aos agentes da F. H. T., para efeito do levantamento do auto, verificar o número de empregados, a multa a aplicar será pelo máximo absoluto (5.000\$00), competindo ao Tribunal do Trabalho, se fôr feita prova competente, reduzi-la ao máximo relativo ao número de pessoas ao serviço.

O Agente Comercial Independente e a sua Importância Económica na Vida das Nações

por Manuel de Castro (Meslier)

Uma Conferência

No passado dia 14 de Maio realizou, nas salas da nossa Associação, uma interessante conferência o Ex.^{mo} Sr. Manuel de Castro (Meslier), subordinada ao título «O Agente Comercial Independente e a sua importância económica na vida das Nações».

Perante grande assistência, que aplaudiu calorosamente o conferente, começou o sr. Manuel de Castro por agradecer o acolhimento feito pela nossa Associação, destacando a amizade do sr. José da Costa Pina que presidiu à sessão e do sr. João Martins Casal, digno Presidente da Direcção. Em seguida leu o seu magnífico trabalho, que transcrevemos na integra:

—Depois de ter adquirido uma educação liceal deficiente, em 1905 emigrei para o Brasil; viajei e vivi longos anos por todos os continentes, excepto Austrália.

Trabalhei praticamente e sempre como Agente Comercial Independente (sem auxílio de ninguém, nem mesmo de capital) em vários países incluindo a França, a Inglaterra, a Alemanha; alguma coisa nos Países Escandinavos e bastante na própria Rússia. E só depois de ter passado por estas oficinas ou campos experimentais, pelos bancos desta, poder-se-ia dizer, Universidade mundial é que regressei ao meu querido País onde, salvo melhor opinião, parece que ainda hoje não se sabe o que é o Agente Comercial Independente nem o que fazer lê-lo. — *On ne sait pas ce que nous sommes ni que faire de nous.*

Meus Senhores e minhas Senhoras: Tudo o que não seja fundado na experiência pouco valor prático pode ter e nós não vivemos de hipóteses nem de teorias. Estravagâncias ideológicas não podem deter a marcha dos acontecimentos ligados ao verdadeiro progresso. São perturbações que passam.

A verificação dos factos já o mostrou de sobra: O problema dominante, imperativo dos nossos dias é o domínio do homem sobre a máquina — o eixo da questão magna que hoje tanto aflige os povos.

Apenas há 10, 20 anos, digamos,

a aviação, a T. S. F., a televisão, não passavam de teorias que sucessivamente entraram no campo experimental, e enquanto passaram por essas diferentes metamorfoses em nada, poder-se-ia dizer, afectaram a vida das nações, mas hoje não é assim: hoje, os seus efeitos práticos, que o homem já não sabe evitar, transformaram o fundo numa nação. — Isto é indiscutível quanto a fenómenos que lhe dizem respeito. Hoje, de facto, vê-se através das nações, dos continentes, do espaço infinito; hoje falamos com o nosso antípoda, estando a vê-lo.

Mas a cegueira humana e o falso interesse tem-nos impedido, até agora, de ver os factos ao alcance de todos, que nós todos sentimos e cujo efeito não podemos sequer iludir. Seria necessário apenas um bocadinho de bom senso para se verem os factos à luz da realidade actual que nos é imposta pela fatalidade dos fenómenos.

Não me cansarei de repetir: quando, há anos, se aventavam teorias e hipóteses sobre a possível utilização prática da aviação, da T. S. F., da televisão, etc., as coisas continuavam na mesma porque hipóteses e teorias no domínio da aspiração não afectam a vida prática das nações, não mudam a face dos costumes.

Hoje, porém, nós vemos e sentimos os efeitos práticos de realizações científicas, industrializadas já, adaptando o homem a novas formas de actividade, criando necessidades e conceitos novos, fazendo uma autêntica revolução nos métodos de viver, orgânicos e dinâmicos.

Vivemos num novo mundo; é como se tivéssemos sido lançados num novo planeta. Estamos a braços com realidades que nos precipitam no abismo ou nos fazem enveredar pelo caminho da felicidade. De nós, da nossa vontade inteligente, depende a melhor solução. Basta que saibamos querer.

O homem criou a máquina que hoje pode produzir a abundância de tudo e para todos; a produção é praticamente ilimitada. Mas os dirigentes das nações têm querido somente atender à produção esquecendo o seu destino que é a distribuição. Ai de nós, se eles não encaram corajosamente e para além de todas as ideias preconcebidas o aspecto essencial da

questão. Soou a hora do homem dominar a máquina da qual, no mundo anterior, foi um mero escravo.

A máquina, hoje, meus senhores e minhas senhoras, pode e deve produzir mais do que o suficiente para levantar o «standard» da vida dos povos, pode e deve ajudar a criar a abundância de tudo e para todos, para que, finalmente, a humanidade possa enveredar pelo caminho que a há-de levar ao bem-estar colectivo, cujo início há-de ser o período mais interessante da vida do homem, da história da humanidade. Somos mais felizes quando realizamos uma melhoria de situação, mesmo pequena que seja, e, sobretudo, se continuamos claramente a ver, no horizonte, uma esperança de melhores dias. É uma loucura pensar-se que para a opulência existir é preciso que a miséria subsista. — Não é assim hoje, visto se poder produzir mais do que o suficiente para levantar o nível da vida dos povos, incluindo, claro está, os miseráveis, infelizes e desprotegidos da sorte.

Compreendamos os factos; queiramos apenas vê-los e os antagonismos, as lutas de classes diminuirão de furor, de intensidade, gradualmente... como nas rivalidades e falsos interesses, entre as grandes nações.

Mas, diz-se, que o interesse dos grandes senhores, donos das fábricas de armamentos, etc., são um dos grandes obstáculos. Não são, se se quiser ver as coisas na sua realidade prática; que querem esses senhores? Fortuna e honrarias? Neste mundo a que chegamos aos trambulhões tudo se pode arranjar; aqui não há ódios nem perseguições; esses potentados podem continuar detentores das suas fortunas, podem continuar a fabricação, mas daquilo que o consumidor quer e necessita. E este consumidor, incluindo o miserável de hoje, poderá criar um museu onde esses reis da produção para a guerra ou paz armada, poderão ver as suas estátuas de ouro ou outras glorificações que por ventura desejem, à sua própria escolha, sabendo que depois de mortos terão as honrarias inerentes a quem soube harmonizar em vida os seus interesses com os do semelhante. Tudo isto custaria uma soma irrisória comparada com o que custará à humanidade a utilização de toda a metralha já fabricada para manter

a paz armada e para realizar o aniquilamento das gerações vítimas da guerra.

V. Ex.^{ma} verificam que no mundo a que arribamos aos trambulhões, é mais fácil dar bodos aos ricos do que seria dá-los aos pobres no mundo de hipóteses e teorias do qual somos originários.

Mens senhores e minhas senhoras: Os problemas ou se atacam de frente ou não se resolvem; mas há máximas indestrutíveis que nem mesmo toda a inteligência humana consegue alterar e elas são de bem fácil compreensão. Por exemplo: *O que houver de ir para um lado não pode ir para outro.* Tenho a certeza de que se me fôsse dado falar (e podê-lo-ia fazer sem brilho, mas com facilidade em francês ou inglês) diante dos actuais detentores dos destinos da humanidade — os representantes do Japão, da América do Norte, da Inglaterra, da Alemanha, da França e da Itália — e se as minhas palavras fossem reproduzidas, «ipsis verbis», persistentemente, na imprensa desses países, a engrenagem mundial começaria a sua marcha lenta em sentido inverso e tudo se ajustaria, pouco a pouco, retomando-se a marcha do verdadeiro progresso para o bem-estar da humanidade.

Vimos dum mundo onde tudo anda num círculo vicioso, onde parece haver o firme propósito de se criar o descontentamento sempre aumentando: — a mais desempregados corresponde menos compradores, a menos compradores corresponde mais desempregados.

Fazendo-se o contrário (o que é bem mais fácil) obteremos resultados diametralmente opostos.

É preciso, pois, passar-se mais inteligência, capital, trabalho, prémios, etc., do lado da produção para o lado da distribuição, protegendo-se também a criação de organizações, dispositivos, etc., que permitam uma distribuição rápida, lógica e equitativa daquilo que se produz (não se ignora que a prosperidade dos povos depende essencialmente da distribuição inteligente e equitativa daquilo que se produz); torna-se necessário iniciar um incessante esforço tendente a desenvolver e a aperfeiçoar os métodos de distribuição.

A sobra de mercadorias manufacturadas ou a sua deficiente distribui-

ção só podem servir para destruir a prosperidade dos povos pela ruína da produção.

A reciprocidade de interesses é tudo o que há de mais nobre e racional. Ela tem de ser a base do ressurgimento progressivo da economia e do bem-estar da humanidade: — o ressurgimento são e progressivo da prosperidade dos povos, só se pode encontrar na reciprocidade de interesses.

O comércio nacional e internacional, levando o produto onde quer que a necessidade exista, é o principal órgão de civilizadora expansão económica. — Toda a gente sabe que o intercâmbio ou troca amigável, é a maior força missionária entre países e povos diferentes.

É um facto que a marcha da civilização tem criado muitas necessidades ao homem. É, pois, necessário, que a civilização proporcione ao homem os meios de as satisfazer e generalizar, se quisermos fugir ao descontentamento do grande número, doutra maneira inevitável.

Os métodos de produção desenvolveram-se muito mais efectiva e rapidamente que os de distribuição; criou-se assim o patente desequilíbrio entre as duas forças que tudo significam na vida dos povos.

Para a solução deste fundamental problema dos nossos dias e dentro do critério que rápida e despretensiosamente expuz, é necessário que os órgãos dirigentes da política económica compreendam que há um factor indispensável à coordenação e desenvolvimento de todos os outros que na economia intervêm desde o seu início. Esse factor é o Agente Comercial Independente, laço de ligação entre o produtor e o consumidor, estimulante enérgico da troca, observador esclarecido das necessidades e respectivas oscilações, permanente animador do consumo e conselheiro avisado da produção. Para que o Agente Comercial Independente exerça proficuamente a sua missão, é necessário, antes de tudo, organizá-lo e definir perante a lei o carácter e limite das suas funções.

É-me impossível, ainda que mais quisesse abusar da paciência deste selecto auditório, poder, em tão curto espaço de tempo resumir sequer o que há dezenas de anos está a pro-

duzir neste campo resultados positivos e práticos além fronteiras.

Na minha humilde opinião dever-se-ia desenvolver ao máximo esta profissão especial, a nova função económica do Agente Comercial Independente, verdadeiro diplomata da vida moderna; se lhe fôr dado definir a sua função na sociedade e agir de acordo virá, pouco a pouco, concorrer para se harmonizarem as duas tendências extremistas e criar um novo equilíbrio na sociedade... O consumidor é que, por meio deste diplomata da vida moderna, deveria indicar ao produtor o que este deveria fabricar, pondo a máquina ao serviço do homem e evitando o desequilíbrio entre a produção e o consumo. Pouco a pouco começar-se-ia a ver que não havia verdadeiramente obstáculo que impedisse o desenvolvimento dum comércio racional, dentro e fora das nações.

Constatar-se-ia que o único obstáculo tem sido o facto de se não ter dado *encouragement* e tudo o mais que é necessário ao desenvolvimento metódico, inteligente e lógico da distribuição do que se produz, e ainda, à indicação prática do que se deveria produzir para o bem-estar do povo e engrandecimento dos países.

Quem não vê a necessidade de se encontrarem modalidades ou medidas práticas para assegurar a paragem do actual estado de coisas, para a reorganização da vida económica pela criação de organismos distribuidores, sob bases modernas, que nos permitiriam, desta maneira, abrirem-se os mercados às actividades económicas, estabelecerem-se as trocas comerciais normais, etc.?

As leis que regem os deveres, obrigações, etc., do Agente Comercial Independente variam de país para país, principalmente de acordo com a educação e o carácter dos respectivos povos, mas, como diria o inglês «as far as my experience goes», todos procuram fazer uma justa selecção a fim de que os colegas tenham os predicados necessários para exercer esta nobre profissão duma maneira honrosa. — O título de membro de tal Associação ou Câmara, é sinónimo de estima e de capacidade, não só para as suas representadas, mas ainda para os seus respectivos clientes. É o que explica a importância do Agente Comercial Independente.

dente no mundo dos negócios e a estima que possui junto das Administrações e Poderes Públicos que não deixam de o ouvir cada vez que se apresenta um caso no qual a sua competência pode dar um conselho útil. Países há cujas leis obrigam os industriais e comerciantes a servirem-se só de agentes associados e a participar à Fazenda Pública os seus nomes e endereços; não o fazendo, não só são responsáveis pelo pagamento do imposto ou patente que lhes cabe, mas ainda ficam sujeitos a pesadas multas aplicadas aos agentes clandestinos.

Como é sabido, o movimento referente à actividade do Agente Comercial Independente tem feito grandes progressos na Alemanha; a organização dos Agentes Comerciais Independentes tomou ali um grande desenvolvimento logo a partir de 1870 (data da fundação desta nobre Associação); a lei de 1900 já trata o Agente Comercial Independente como constituindo uma profissão especial.

Passando por cima de muitos factos importantes e conclusões a que se chegou em vários congressos, conclusões que foram sucessivamente transformadas em leis por vários países, lembro apenas que o 4.º Congresso de Cologne, em 1909, se distinguiu especialmente pela resolução memorável segundo a qual, de acordo com a concepção dos Agentes Comerciais Independentes, é contrário à honra da profissão um agente solicitar uma representação sabendo que ela ainda está entregue a um colega e que o respectivo contracto não foi denunciado. O principal motivo do Congresso de Francfort s/M. em 1912 foi «A Posição Independente do Agente Comercial na Vida Pública».

Na Alemanha já em 1902 o «Centralverband» compreendia 125 associações com mais de 20.000 Agentes Comerciais Independentes.

Na Dinamarca a organização modelar dos Agentes Comerciais data de 1901. A-propósito, e porque fui instado, direi que nenhum estrangeiro ali pode tomar encomendas sem ter licença para tal fim passada pela Alfândega e para isso tem de provar que exerce tal profissão no seu país natal e pagar um imposto.

Na Suécia, desde 1914, para se ser Agente Comercial tem de se ser sueco. A Federação dos Agentes Comerciais suecos manda circulares e distribue estatutos em alemão, francês e inglês para o estrangeiro, sublinhando que ali só súbditos suecos podem trabalhar como Agentes Comerciais. A própria imprensa do país sublinha e apoia tal ponto de vista como sendo de importância nacional.

A Áustria desde 1921 tem lei pró-

pria para o Agente Comercial Independente.

Em França, desde 1926, o Agente Comercial Independente, por lei, é considerado uma entidade autónoma que exerce uma profissão com personalidade diferente da do comerciante e do fabricante, de cujos produtos ajuda a promover as vendas. O Agente Comercial Independente é submetido a leis diferentes das que regulam as relações entre os patrões e os assalariados.

A Espanha tem uma lei especial para os Agentes Comerciais Independentes desde 1926; neste país os agentes clandestinos estão sujeitos a severas penalidades e a pesadas multas, etc.

Na Itália o movimento associativo do Agente Comercial Independente tomou grande incremento já entre 1900 e 1905, criando-se finalmente a sua muito importante Federação em 1926.

Como V. Ex.ª vêm, tive ocasião de utilizar algumas lições tomadas em vários países e a prática, ainda neste caso, vale mais que a teoria.

Poderia ainda fornecer muitas mais ideias práticas, singelas, que de bom grado exporia aos directamente interessados que por ventura me queiram procurar no Hotel e que, com outros trabalhos de maior mérito, poderiam servir de base à confecção do Estatuto.

O legislador deve organizar um importante núcleo de actividade mercantil, de alta importância para a economia nacional. Limito-me aqui a afirmar que os *Agentes Comerciais Independentes exercem função nacional*. São os animadores do movimento mercantil nacional e internacional, agentes de ligação entre o produtor e o distribuidor, entidades e indivíduos autónomos que se ocupam permanentemente em preparar negócios para as suas representadas; são, pois, mandatários sem poderes para concluir negócios; apenas os preparam; são importantíssimos cooperadores da moderna actividade comercial, pioneiros do comércio e da economia. O Agente Comercial não é um comerciante, porque não compra nem vende coisa alguma de sua responsabilidade; faz do mandato uma profissão, nobre missão de preparar negócios para as suas representadas e defender os interesses dos seus respectivos clientes. Ao Agente Comercial compete, pois, organizar e cuidar da interposição entre a produção e o consumo com impecável honestidade e solidez. O Agente Comercial é, pois, um cooperador das empresas que representa, cujas relações são reguladas de acordo com um contrato bilateral de representação (não de subordinação), recebendo uma co-

missão sobre todas as operações realizadas na área onde exerce a sua actividade. O Agente Comercial é um factor importantíssimo na economia moderna, uma exigência do comércio nacional e internacional. *E o comércio internacional é o coração da economia mundial.*

Desejaria ter tempo para (procurando evitar qualquer influência ou má interpretação minha) ler algumas passagens dum relatório publicado pela Liga Internacional das Associações de Agentes Comerciais Independentes, publicado em Amsterdam em 1930, assim como trechos de cartas que recentemente recebi de tais organizações em vários países, para que se não pense que venho fantasiando coisas que não estejam a colher resultados positivos e práticos há dezenas de anos, além fronteiras.

Limito-me a lembrar algumas das simples ideias que, com trabalhos de maior mérito, poderiam servir de base à confecção do Estatuto.

Entre outros, A Câmara ou Associação dos Agentes Comerciais Independentes deveria, na minha humilde opinião, ter por fim:

a) Propagar a exportação dos produtos portugueses e fazer compreender que o comércio e a produção nacionais dependem do mercado universal, devendo-se reconhecer o trabalho do Agente Comercial e o dever consciente de o integrar na vida económica do país.

b) Procurar desenvolver ao máximo o prestígio da profissão e evitar que se venham meter nas suas fileiras pessoas que as não honrem. Esta profissão passa por ser, entre nós, a mais simples das profissões, visto que para se ingressar nela não se tem exigido conhecimentos nem bases morais, materiais ou outras. — Actualmente toda a gente se pode enfeitar com o título de Agente Comercial (embora o fim das suas actividades por vezes seja outro) desorganizando o comércio, procurando vender de conta própria ou de qualquer outra maneira, sem escrúpulo e sem consideração pelos legítimos interesses dos importadores e compradores acreditados dos respectivos artigos, que de acordo pagam as suas contribuições ao Estado, procurando fugir às collectas, mudando frequentemente de residência, etc., etc.

c) Fomentar a sua cultura e independência, que é a base da sua importância económica.

d) Divulgar a compreensão nítida de que os Agentes Comerciais são os diplomatas da vida económica procurando no seu próprio interesse a coordenação ou reciprocidade de interesses entre as suas representadas e seus respectivos clientes. Diploma-

tas êstes que não excitam os povos uns contra os outros mas antes, no seu próprio interesse procuram reuni-los coordenando os seus interesses também.

No meu fraco entender os embaixadores e cônsules deveriam, de uma maneira prática, fiscalizar superiormente a coordenação dos interesses comerciais e industriais dos respectivos países em relação aos outros onde exercem as suas funções. Os Agentes Comerciais Independentes seriam os executores activos dessas ligações práticas entre a indústria e o comércio nacional e internacional de interesse prático para o seu país.

Direi, finalmente, que se ao Agente Comercial Independente lhe fôr dado definir claramente a sua função colectiva na sociedade e agir de acordo, pela lógica das circunstâncias e dos factos imperativos, esta nobre função deve decisivamente concorrer para que se prove que o homem tem aptidões para dominar a máquina, fazendo com que produza o necessário à sua vida e não o supérfluo, e para distribuir cada vez mais equitativa e universalmente os bens da civilização — por forma a afastar das sociedades humanas todo o motivo de litígios sangrentos que envergonham o século em que vivemos.

No final o orador ouviu palavras de saudação de diversos oradores, tendo o sr. Costa Pina agradecido a lição dada e manifestado a boa impressão causada pelas afirmações produzidas. Ovacionado pela assistência o sr. Manuel de Castro recebeu ainda as felicitações da Direcção da nossa Associação.

Manzoni de Sequeira

Vitimado por uma síncope cardíaca, desapareceu uma grande figura de relêvo na Imprensa diária da Capital: — Manzoni de Sequeira.

Possuidor das mais excelentes qualidades de carácter era extraordinariamente estimado por todos os seus colegas e considerado pelos que tiveram a felicidade de com êle tratar.

Manzoni de Sequeira, que desempenhava o cargo de administrador do jornal o *Diário de Lisboa* deixa uma grande saudade em todos os seus companheiros de trabalho. Avaliando bem a perda de tão valioso elemento, endereçamos ao *Diário de Lisboa* a expressão sincera da nossa funda mágoa por tão infausto acontecimento.

Grémio Concelhio dos Comerciantes de Merceria a Retalho do Porto

Desta nôvel mas valiosa colectividade, recebemos a seguinte carta, que agradecemos:

«Pôrto, 16 de Junho de 1937.

Ex.^{ma} Direcção da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa.

Ex.^{mas} Srs.:

A comissão organizadora do Grémio Concelhio dos Comerciantes de Merceria a Retalho do Pôrto, com sede na rua Alexandre Herculano, n.º 203, 1.º, desta cidade, tendo conhecimento de que a prestimosa colectividade que V. Ex.^{ma} mui distintamente dirigem, vem editando mensalmente um boletim onde os problemas da Organização Corporativa, e assim como outros de interesse para o comércio, são versados com grande elevação de forma e profundidade de conceitos, vem solicitar a V. Ex.^{ma} que, se isso lhes não fôr desagradável, se dignem honrar-nos com um exemplar de cada um dos números a publicar, bem como dos publicados, se porventura êstes lhes não fizerem falta, visto esta comissão ter muito interesse em conhecer as doutrinas no mesmo boletim defendidas, para assim melhor se poder ir integrando na organização do Estado Novo.

Agradecendo a V. Ex.^{ma} o bom acolhimento que se dignem dispensar a êste nosso pedido, temos a honra de nos subscrever, de V. Ex.^{ma}, com subida consideração e apreço.

Pela comissão organizadora do Grémio dos Comerciantes de Merceria a Retalho do Pôrto

O presidente

ANTÓNIO LUIZ CORREIA

Tendo satisfeito imediatamente o seu pedido, muito gostosamente continuaremos a enviar-lhe o nosso modesto *Boletim*.

Trabalho e Corporações Sinistrados e entidades responsáveis

Para cumprimento das disposições do art. 75.º do decreto n.º 27.649, de 12 de Abril último (regulamento da lei n.º 1942), que determina que em todos os estabelecimentos industriais e comerciais que tenham normalmente mais de cinco empregados ou assalariados, devem estar permanentemente afixadas, em lugar bem visíveis, as disposições daqueles diplomas que se refiram às obrigações dos sinistrados e das entidades responsáveis, foram superiormente indicados, como mínimos, os artigos seguintes: lei n.º 1942 — arts. 1.º, 2.º, 6.º, 8.º, 25.º, 31.º, 44.º e 48.º; decreto número 27.649 — arts. 1.º, 6.º, 9.º, 13.º, 18.º, 27.º e 98.º.

BIBLIOTÉCA

Sob a direcção do sr. Carlos de Quina Ribeiro, está a nossa Biblioteca a ser devidamente reorganizada.

A fim de constituir um meio quer de valorização profissional, quer ainda de fonte de preciosas informações, vai a nossa Biblioteca possuir uma montagem interessante, dividindo-se as obras existentes em várias secções das quais destacamos a Profissional e Corporativa.

Esta última secção já foi iniciada com a aquisição de grande número de obras publicadas.

Pensamos em dotar a secção Corporativa da Biblioteca com o necessário, para que os nossos associados possam estudar convenientemente a nova orgânica do Estado.

Em complemento seguir-se hão palestras corporativas, que hão de causar bastante interesse no meio comercial. Têm sido inúmeras as ofertas de livros, e quer pelo número quer pelo valor das obras, destacamos o nosso prezado consócio honorário sr. Francisco Gomes de Carvalho, que acaba de ceder à Biblioteca algumas dezenas de livros.

A Direcção da Associação bastante grata ao sr. Francisco Gomes de Carvalho, aponta o seu valioso gesto digno de ser imitado por todos aqueles que pela Biblioteca demonstram carinho especial.

Após a sua organização, crear-se-há uma secção especial, destinada a facultar aos associados cópias de requerimentos, minutas de reclamações indicações fiscais, e esclarecimento a leis, etc. etc.

Completada assim, ficará a Biblioteca representando um alto valor que decerto os Ex.^{mas} associados muito apreciarão.

O Novo Governador Civil

Por motivo de grave doença do Ex.^{mo} Sr. João Luiz de Moura, ilustre Governador Civil de Lisboa, foi nomeado, interinamente, para exercer tão importante cargo o Ex.^{mo} Sr. Tenente-Coronel Lobo da Costa.

Formulamos ardentes votos pelas melhoras do Sr. Tenente Coronel João Luiz de Moura, cuja acção tem sido altamente valiosa e desejamos ao novo empossado as maiores felicidades no desempenho do espinhoso cargo.

Grupo Amigos de Lisboa Letras, Livranças e Cheques

Realisou-se a posse dos membros da Secção de Estudos de Estética e de Urbanisação

Foi bastante concorrido e brilhante o acto de posse da nova secção de Estudos de Estética e de Urbanisação do Grupo Amigos de Lisboa.

Em nome da Direcção, saudou os empossados o Ex.^{mo} Sr. Pastor de Macedo. Sobre a urbanização da capital e a hygiene citadina dissertou o sr. dr. Alberto Mac-Bride. Em nome dos eleitos falou o sr. dr. Levy Marques da Costa, que agradeceu as referências e elogiou os trabalhos já realizados pelo Grupo Amigos de Lisboa. Da nova secção fazem parte os Ex.^{mos} Srs.: Dr. Levy Marques da Costa, eng.^o José de Araújo Correia, eng.^o José da Cunha Monteiro, Gustavo de Matos Sequeira, Luiz Pastor de Macedo, dr. Arruda Furtado, dr. Vergílio Saque, dr. José da Graça de Santa Rita, António Couto, João da Silva, Jorge Lobo d'Ávila Graça, eng.^o José Perry de Sousa Gomes, eng.^o António Emidio Abrantes e os representantes da Associação Comercial de Lisboa, Associação Industrial Portuguesa e Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, esta representada pelo seu Presidente, Sr. João Martins Casal.

Cumprimentando os novos eleitos o *Boletim* felicita o Grupo dos Amigos de Lisboa, ao qual deseja as maiores venturas.

Ateneu Comercial de Lisboa

Com uma brilhante sessão solene, acaba de comemorar o seu 57.^o aniversário este prestimoso baluarte da causa comercial. Dissertou sobre a Obra do Ateneu no campo da instrução, o sr. professor Rosa Mendes, que foi calorosamente aplaudido. Foi prestada sincera homenagem ao grande amigo do Ateneu, o ilustre Director do jornal *O Século*, Ex.^{mo} Sr. João Pereira da Rosa. A Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, que conhece os trabalhos valiosos que Sua Ex.^a tem produzido em prol de tão útil instituição, associa-se gostosamente à homenagem prestada. Foram elevados à categoria de sócios de mérito diversos sócios por contarem vinte e cinco anos de inscrição. Foi uma bela festa que serviu para demonstrar, mais uma vez, o alto valor do Ateneu, a quem apetece longos anos de existência repletos de prosperidades.

Para conhecimento dos nossos associados transcrevemos alguns artigos do Decreto-Lei n.º 23721, que mais interessa aos comerciantes e que revogaram algumas disposições respectivas do Código Comercial Português

(Continuação do «Boletim» n.º 10)

CAPITULO VII

Da acção por falta de aceite e falta de pagamento

Art. 43.^o O portador de uma letra pode exercer os seus direitos de acção contra os endossantes, sacador e outros co-obrigados:

No vencimento:

Se o pagamento não foi efectuado. Mesmo antes do vencimento:

1.^o Se houve recusa total ou parcial de aceite;

2.^o Nos casos de falência do sacado, quer ele tenha aceite, quer não, de suspensão de pagamentos do mesmo, ainda que não constatada por sentença, ou de ter sido promovida, sem resultado, execução dos seus bens;

3.^o Nos casos de falência do sacador de uma letra não aceitável.

Art. 44.^o A recusa de aceite ou de pagamento deve ser comprovada por um acto formal (protesto por falta de aceite ou falta de pagamento).

O protesto por falta de aceite deve ser feito nos prazos fixados para a apresentação ao aceite. Se, no caso previsto na alínea 1.^a do art. 24.^o, a primeira apresentação da letra tiver sido feita no último dia do prazo, pode fazer-se ainda o protesto no dia seguinte.

O protesto por falta de pagamento de uma letra pagável em dia fixo ou a certo termo de data ou de vista deve ser feito num dos dois dias úteis seguintes àquele em que a letra é pagável. Se se trata de uma letra pagável à vista, o protesto deve ser feito nas condições indicadas na alínea precedente para o protesto por falta de aceite.

O protesto por falta de aceite dispensa a apresentação a pagamento e o protesto por falta de pagamento.

No caso de suspensão de pagamentos do sacado, quer seja aceitante, quer não, ou no caso de lhe ter sido promovida, sem resultado, execução dos bens, o portador da letra só pode exercer o seu direito de acção após apresentação da mesma ao sacado para pagamento e depois de feito o protesto.

No caso de falência declarada do sacado, quer seja aceitante, quer não, bem como no caso de falência declarada do sacador de uma letra não aceitável, a apresentação da sen-

tença de declaração de falência é suficiente para que o portador da letra possa exercer o seu direito de acção.

Art. 45.^o O portador deve avisar da falta de aceite ou de pagamento o seu endossante e o sacador dentro dos quatro dias úteis que se seguirem ao dia do protesto ou da apresentação, no caso de a letra conter a cláusula «sem despesas». Cada um dos endossantes deve, por sua vez, dentro dos dois dias úteis que se seguirem ao da recepção do aviso, informar o seu endossante do aviso que recebeu, indicando os nomes e endereços dos que enviaram os avisos precedentes, e assim sucessivamente até se chegar ao sacador. Os prazos acima indicados contam-se a partir da recepção do aviso precedente.

Quando, em conformidade com o disposto na alínea anterior, se avisou um signatário da letra, deve avisar-se também o seu avalista dentro do mesmo prazo de tempo.

No caso de um endossante não ter indicado o seu endereço, ou de o ter feito de maneira ilegível, basta que o aviso seja enviado ao endossante que o precede.

A pessoa que tenha de enviar um aviso pode fazê-lo por qualquer forma, mesmo pela simples devolução da letra.

Essa pessoa deverá provar que o aviso foi enviado dentro do prazo prescrito. O prazo considerar-se-á como tendo sido observado desde que a carta contendo o aviso tenha sido posta no correio dentro d'ele.

A pessoa que não der o aviso dentro do prazo acima indicado não perde os seus direitos; será responsável pelo prejuízo, se o houver, motivado pela sua negligência, sem que a responsabilidade possa exceder a importância da letra.

Art. 46.^o O sacador, um endossante ou um avalista pode, pela cláusula «sem despesa», «sem protesto», ou outra cláusula equivalente, dispensar o portador de fazer um protesto por falta de aceite ou falta de pagamento, para poder exercer os seus direitos de acção.

Essa cláusula não dispensa o portador da apresentação da letra dentro do prazo prescrito nem tampouco dos avisos a dar. A prova da inobservância do prazo incumbe àquele que dela se prevaleça contra o portador.

Se a cláusula foi escrita pelo sacador produz os seus efeitos em relação a todos os signatários da letra; se fôr inserida por um endossante ou por um avalista, só produz efeito em relação a esse endossante ou avalista. Se, a-pesar da cláusula escrita pelo sacador, o portador faz o protesto, as respectivas despesas serão de conta dêle. Quando a cláusula emanar de um endossante ou de um avalista, as despesas do protesto, se fôr feito, podem ser cobradas de todos os signatários da letra.

Art. 47.º Os sacadores, aceitantes, endossantes ou avalistas de uma letra são todos solidariamente responsáveis para com o portador.

O portador tem o direito de accionar tôdas estas pessoas, individualmente ou colectivamente, sem estar adstrito a observar a ordem por que elas se obrigaram.

O mesmo direito possui qualquer dos signatários de uma letra quando a tenha pago.

A acção intentada contra um dos co-obrigados não impede de accionar os outros, mesmo os posteriores àquele que foi accionado em primeiro lugar.

Art. 48.º O portador pode reclamar daquele contra quem exerce o seu direito de acção:

1.º O pagamento da letra não aceite ou não paga, com juros se assim fôr estipulado;

2.º Os juros à taxa de 6 por cento desde a data do vencimento;

3.º As despesas do protesto, as dos avisos dados e as outras despesas.

Se a acção foi interposta antes do vencimento da letra, a sua importância será reduzida de um desconto. Esse desconto será calculado de acordo com a taxa oficial de desconto (taxa do Banco) em vigor no lugar do domicílio do portador à data da acção.

Art. 49.º A pessoa que pagou uma letra pode reclamar dos seus garantidos:

1.º A soma integral que pagou;

2.º Os juros da dita soma, calculados à taxa de 6 por cento, desde a data em que a pagou;

3.º As despesas que tiver feito.

Art. 50.º Qualquer dos co-obrigados, contra o qual se intentou ou pode ser intentada uma acção, pode exigir, desde que pague a letra, que ela lhe seja entregue com o protesto e um recibo.

Qualquer dos endossantes que tenha pago uma letra pode riscar o seu endosso e os dos endossantes, subsequentes.

Art. 51.º No caso de acção intentada depois de um aceite parcial, a pessoa que pagar a importância pela qual a letra não foi aceite pode exigir que esse pagamento seja menciona-

do na letra e que dêle lhe seja dada quitação. O portador deve, além disso, entregar a essa pessoa uma cópia autêntica da letra e o protesto, de maneira a permitir o exercício de ulteriores direitos de acção.

Art. 52.º Qualquer pessoa que goze do direito de acção pode, salvo estipulação em contrário, embolsar-se por meio de uma nova letra (ressaque) à vista, sacada sobre um dos co-obrigados e pagável no domicílio dêste.

O ressaque inclui, além das importâncias indicadas nos arts. 48.º e 49.º, um direito de corretagem e a importância do selo do ressaque.

Se o ressaque é sacado pelo portador, a sua importância é fixada segundo a taxa para uma letra à vista, sacada do lugar onde o sacador do ressaque tem o seu domicílio sobre o lugar do domicílio do co-obrigado.

Art. 53.º Depois de expirados os prazos fixados:

para a apresentação de uma letra à vista ou a certo termo de vista; para se fazer o protesto por falta de aceite ou por falta de pagamento; para a apresentação a pagamento no caso da cláusula «sem despesas»;

o portador perdeu os seus direitos de acção contra os endossantes, contra o sacador e contra os outros co-obrigados, à excepção do aceitante.

Na falta de apresentação ao aceite no prazo estipulado pelo sacador, o portador perdeu os seus direitos de acção, tanto por falta de pagamento como por falta de aceite, a não ser que dos termos da estipulação se conclua que o sacador apenas teve em vista exonerar-se da garantia do aceite.

Se a estipulação de um prazo para a apresentação constar de um endosso, somente aproveita ao respectivo endossante.

Art. 54.º Quando a apresentação da letra ou o seu protesto não puder fazer-se dentro dos prazos indicados por motivo insuperável (prescrição legal declarada por um Estado qualquer ou outro caso de força maior), esses prazos serão prorrogados.

O portador deverá avisar imediatamente o seu endossante do caso de força maior e fazer menção dêsse aviso, datada e assinada, na letra ou numa fôlha anexa; para o demais são applicáveis as disposições do artigo 45.º.

Desde que tenha cessado o caso de força maior, o portador deve apresen-

Férias do Pessoal

Chamamos a atenção dos Ex.^{mos} Associados para o cumprimento da Lei n.º 1.952 de que transcrevemos o artigo 7.º e seus parágrafos:

Art. 7.º — Os empregados dos quadros permanentes das empresas comerciais ou industriais, singulares ou colectivas, que tenham normalmente ao seu serviço seis empregados pelo menos, têm direito a um período de férias, com remuneração, não inferior a quatro, oito ou doze dias em cada ano civil, conforme tenham mais de um, três ou cinco anos de bom e efectivo serviço.

§ 1.º — As férias fixadas neste artigo não prejudicam outras maiores estabelecidas por convenção expressa ou adoptadas por certas empresas, de harmonia com usos e costumes.

§ 2.º — As férias com vencimento serão gozadas em dias seguidos, sem prejuízo do funcionamento normal da empresa. Se, para evitar este prejuízo, as férias não puderem ser gozadas dentro do ano civil, serão transferidas para o primeiro trimestre seguinte.

§ 3.º — É nula toda a convenção que importe renúncia ao gozo de férias ou a substituição destas por qualquer remuneração suplementar.

§ 4.º — As entidades patronais que não cumpram o disposto neste artigo e seus parágrafos pagarão a cada empregado o triplo do ordenado correspondente ao período de férias a que tinha direito, sem prejuízo da multa que incorrerem.

tar sem demora a letra ao aceite ou a pagamento, e, caso haja motivo para tal, fazer o protesto.

Se o caso de força maior se prolongar além de trinta dias a contar da data do vencimento, podem promover-se acções sem que haja necessidade de apresentação ou protesto.

Para as letras à vista ou a certo termo de vista, o prazo de trinta dias conta-se da data em que o portador, mesmo antes de expirado o prazo para a apresentação, deu o aviso do caso de força maior ao seu endossante; para as letras a certo termo de vista, o prazo de trinta dias fica acrescido do prazo de vista indicado na letra.

Não são considerados casos de força maior os factos que sejam de interesse puramente pessoal do portador ou da pessoa por êle encarregada da apresentação da letra ou de fazer o protesto.

(De Letras, Livranças e Cheques edição da «Procural»)

Semana da Tuberculose

A-fim-de corresponder ao apêlo que a Assistência Nacional aos Tuberculosos nos fez, enviámos uma circular aos nossos Ex.^{mos} Associados, solicitando donativos não só para a Feira realizada no Rossio, como ainda o auxilio monetário para tão prestante instituição. Luta o comércio lojista com grandes dificuldades, mas, perante a simpática iniciativa da A. N. T., não ficou indiferente e generosamente acorreu ao apêlo que formulámos. Damos em seguida a nota das casas comerciais associadas que nos enviaram donativos e às quais expressamos os melhores agradecimentos, em nome dos infelizes que o seu gesto beneficiou.

José Dias & Dias	50\$00
Joaquim Dias Ferreira & C. ^a	50\$00
Meco, Limitada	50\$00
Jerónimo Pereira Mendes & C. ^a	25\$00
Tinturaria Portugália, Ltd. ^a	25\$00
Jerónimo Pinto Valente Coutinho	20\$00
Baptista & C. ^a	20\$00
Casa Suíça, Ltd. ^a	20\$00
João Antunes da Silva	20\$00
Viana, Limitada	20\$00
José Maria Rodrigues, Ltd. ^a	20\$00
José Rodrigues Marecos ...	20\$00
Melo & Simões, Ltd. ^a	20\$00
A. G. Magno Suc. de A. C. Magno & C. ^a Filho	20\$00
Mouras, Limitada	10\$00
José Maria Pereira	10\$00
António Tórres Pereira S. Pôrto	10\$00
Salles & Ribeiro, Ltd. ^a	10\$00
Carreira & Nogueira, Ltd. ^a	10\$00
Francisco Gonçalves Caldeira	10\$00
Manuel Orge Baquero	5\$00
José Figueiró	5\$00
A. M. Almeida, Ltd. ^a	10\$00
Severo Castor Lago Amoeiro	10\$00
António da Silva Monteiro	5\$00
Domingos Gama Garcia ...	20\$00
António Rodrigues	15\$00
J. Marques, Limitada	20\$00
Electro Reclamo, Limitada	20\$00
Total	550\$00

Carlos Ferreira, Ltd.^a
6 frascos de tinta stilográfica, 4 frascos de tinta Lansol, 5 frascos de tinta para desenho, 3 frascos de tinta para carimbo e 3 quadros aquarelados.
Miguel Buttuler
12 emblemas para lapela (sortidos)

J. Nobre, Limitada
6 dúzias de sabonetes reclame.
Grandela, Ltd.^a
14 pullovers.
Raúl de Sousa Torriais
1 relógio de movimento, 24 horas.
Ferreira & Ferreira Sucs.
2 caixas de 1 dúzia de sabonetes, 6 frascos de óleo de Avelans e 6 pacotes Alivio dos pés.
José Soanes Soares
4 frascos com mel puro.
Sousa & Ameixeira, Ltd.^a
3 cestos em rafia, para pão.
S. Madureira
6 malinhas para senhora.
Florindo & Florindo
4 malinhas para senhora.
Azevedo Rua, Limitada
12 bonés para criança.
João Antunes Baptista
20 maços de cigarros Old Gold.
Amaral & Gouveia, Ltd.^a
6 pares de peugas para homem.
Flores & Ferreira, Suc.
5 dúzias de lenços.
J. M. Coelho Braga
1 prato para um bebé.
Gabriel de Carvalho, Ltd.^a
1 máquina de barba n.º 1 e 1 pacote de lâminas.
Taça d'Ouro, Ltd.^a
1 pacote com café.
Joaquim da Silva & C.^a (Filhos)
6 malinhas de mão.
Figueirôa Rêgo, Ltd.^a
3 capachos de cortiça e tapetes de pita.
Anónimo
10 camisolas, 24 pares de peugas.
Atlas, Limitada
4 caixas com 48 tubos de creme
Atlas para calçado.
David Duarte Ramos, Ltd.^a
6 casacos de malha de lã.
Aquiles Teixeira
20 bandeirinhas.
D. Elvira Cândida de Araújo Guedes Pereira
17 boinas e 6 alfinetes pregadeiras.
Vitorino Pacheco & C.^a, Ltd.^a
1 ferro de engomar eléctrico.
Barley & Almeida
6 camisas
Alves & Teixeira da Cunha, Ltd.^a
12 gravatas.
Albano de Sousa & Barbosa, Ltd.^a
24 livros e 12 lápis.
Rafael dos Santos
12 lapiseiras.
Dunkel & Antunes, Ltd.^a
4 dúzias de borrachas para máquina de escrever.
Joaquim Pereira da Conceição & C.^a Filhos

3 latas com 250 grs. de café cada.
Sarmiento & C.^a
12 pares de luvas.
Casa Penim, Ltd.^a
1 mala para senhora.
António Barca, Ltd.^a
12 sabonetes.
Santos Matos & C.^a
1 casaco de malha, 2 pullovers, 5 pares de luvas e 1 mala para senhora.
Francisco Pereira
4 jarras de papel.
João de Araújo Morais, Ltd.^a
1 pacote com 23 livros.
Augusto Sá da Costa & C.^a
18 monografias de Portugal.
Centro de Novidade A. Seifried, Ltd.^a
50 estampas.
Raúl Pereira, Ltd.^a
3 pares de sapatos para criança.
José Alcobia
4 bonecos montados em caixas.
Joaquim Fernandes Neto
3 caixas de papel de carta.
J. M. Silva, Ltd.^a
1 colete de malha e 1 chapéu para senhora.
Dias, Limitada
10 pacotes de champoo.
Martins & Lopes, Ltd.^a
15 cintos e uma gola.
Aurélio Amaro Diniz
1 estôjo em prata, para escritório.
Casa Mimoso
6 chapéus para criança.
Mário Esteves
50 lâmpadas.
Viúva de Albino José Baptista
6 caixas para pó de arroz, 6 espe-linhos, 6 bandelletes, 2 malas para senhora e 25 dúzias de sabonetes pequenos.
J. S. Roda
2 pullovers de lã para homem e 3 bonés de lã.
Veiga & C.^a
26 bonecos de celulóide.
J. Nunes Correia & C.^a Ltd.^a
6 pares de ligas de malha e seis gravatas.
Sequeira & Sequeira
6 tijelas de marmelada.
Costa & Brito, Ltd.^a
2 aquecedores eléctricos para água.
António Augusto de Brito
1 caixa de papel de fumar.
João Romano Tórres & C.^a
50 exemplares do livro «Luzes da Cidade».
Leitão & Irmão
3 peças em louça.
Barbosa & Costa, Ltd.^a
2 abat-jours.

Os Estabelecimentos Comerciais e a sua Publicidade

Por até nós terem chegado alguns alvitres acêrca dos encargos com que são onerados os estabelecimentos comerciais devido aos anúncios e reclamações afixados nas suas fachadas, resolveu a Direcção da Associação enviar a Sua Ex.^a o sr. Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa a seguinte apresentação :

«Ex.^{ma} Sr. Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa

Ex.^{ma} Sr.

Correspondendo aos desejos que nesse sentido nos têm sido manifestados por diversos associados, pedimos licença para vir, muito respeitosamente, junto de V. Ex.^a, expôr o seguinte :

Com a crise de negócios que o Comércio atravessa, torna-se cada vez mais imprescindível atrair a clientela, dando-lhe conhecimento da existência das várias firmas, das respectivas especialidades, e das condições em que realizam as suas transacções. Para atingir êsse objectivo é costume recorrer-se, entre outros meios, aos anúncios e reclamações nas fachadas dos estabelecimentos.

Essa publicidade é, porém, de certo modo dificultada pela ilustre Edilidade, em virtude de serem bastante elevadas as taxas que a oneram, o que contribue para que os interessados se abstenham de a fazer. Afigura-se-nos, portanto, que uma redução, para uma base mais razoável, dos encargos citados, originaria uma maior receita para a Ex.^{ma} Câmara Municipal, por se tornar maior o número das licenças, e proporcionaria ao Comércio uma forma eficaz de reclamar os seus produtos.

Julgamos que o estudo dêste assunto de duplo interesse, repetimos, para a Ex.^{ma} Câmara Municipal e para o Comércio, merecerá a atenção de que é digno, pelo que antecipamos os nossos mais sinceros agradecimentos e testemunhamos a V. Ex.^a o elevado aprêço e superior estima que lhe consagramos.

A BEM DA NAÇÃO

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 6 de Março de 1937.

O Director 1.^o Secretário
a) Domingos Garcia

Para conhecimento dos Ex.^{mos} Associados transcrevemos a resposta obtida :

Ex.^{ma} Sr.

Em referência à carta de V. Ex.^a datada de 6 de Março último, tenho a honra de informar o seguinte :

Comparando o preço das taxas cobradas nesta cidade com o de outras, — o Pôrto, por exemplo, — verifica-se uma diferença sensível em desfavor do de Lisboa.

Acresce ainda que os consideráveis melhoramentos empreendidos pela Comissão Administrativa da minha presidência nos pavimentos das ruas, por processos modernos e dispendiosos, não permitem, de forma alguma, baixar as receitas do Município, não sendo, pois, possível atender a solicitação de V. Ex.^a.

A BEM DA NAÇÃO

Lisboa e Paços do Concelho, em 11 de Junho de 1937.

O Presidente da Comissão Administrativa
Daniel Rodrigues de Sousa

O nosso Suplemento

Enviaram-nos felicitações pela publicação do estudo feito ao assunto «Telefones» as seguintes entidades a quem apresentamos agradecimentos :
Grémio dos Comerciantes de Mercaria a Retalho do Pôrto.

The Anglo-Portuguese Telephone Co.

Alfredo Carneiro de Vasconcelos & Filhos.

Oscar Portela.

Orey Limitada.

Associação Comercial e Industrial de Oeiras

Comemorou o seu 16.^o aniversário esta prestimosa congénere. Inaugurou uma nova e interessante sede.

O Boletim associa-se com os maiores louvores a esta data festiva e endereça os seus cumprimentos a quantos têm tornado possível a existência valiosa da brilhante Associação.

Aos Associados

Por ser bastante importante para os «lojistas» publicamos, na íntegra, os Editais referentes aos seguros dos estabelecimentos industriais e comerciais e o referente aos recipientes para lixo :

EDITAL

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, faz saber que, em sua sessão de 3 do corrente mês, deliberou aprovar a seguinte proposta :

«Considerando que o § 1.^o do art. 604.^o do Código Administrativo em vigor, determina que os prédios urbanos e o recheio dos estabelecimentos comerciais e industriais da sede do concelho, não seguros em sociedades, legalmente autorizadas, são colectados pelas Câmaras que mantenham ou subsidiem serviços de extinção e prevenção de incêndios ;

Tenho a honra de propôr :

1.^o — Que, para cumprimento da referida disposição legal os proprietários dos prédios urbanos, existentes na área do Concelho, que não tenham os mesmos prédios, seguros em sociedades, declarem, por escrito, esta circunstância, até ao dia 30 do corrente mês de Junho, na Secção de Impostos e Licenças da Câmara.

2.^o — Que aos donos dos estabelecimentos comerciais e industriais existentes no Concelho seja exigida, na ocasião de apresentarem as petições das respectivas licenças camarárias, a declaração, por escrito, de terem ou não o recheio dos seus estabelecimentos seguro em sociedades legalmente autorizadas.

3.^o — Que os proprietários de prédios urbanos e os donos de estabelecimentos comerciais e industriais, que não façam a prova exigida no aludido § 1.^o do art. 604.^o do Código Administrativo, sejam colectados nos termos do mesmo parágrafo, a partir de 1 de Janeiro do corrente ano.

4.^o — Que a falta de declaração exigida nos números anteriores seja punida com a multa de Esc. 300\$00.»

E, para geral conhecimento, se publica o presente Edital.

Lisboa e Paços do Concelho, em 11 de Junho de 1937.

E eu, Joaquim da Silva Pinto, Chefe da Secretaria, substituto, o subcrevo.

O Presidente da Comissão Administrativa

a) Daniel Rodrigues de Sousa

EDITAL

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa faz saber que, em sua sessão de 9 do corrente mês, deliberou aprovar a seguinte proposta:

«Considerando que, de harmonia com o § 1.º da postura aprovada em sessão de 24 de Dezembro de 1936, publicada em edital de 31 do mesmo mês e ano, referente à obrigatoriedade do uso de recipientes metálicos para lixo, dos tipos e modelos fixados pela Câmara, aos moradores e estabelecidos da Rua Áurea, Rua Augusta e Rua da Prata foi a citada obrigatoriedade extensiva aos moradores e estabelecidos nos prédios de todas as artérias, paralelas e transversais, compreendidas entre aquelas ruas, por Postura aprovada em sessão de 1 de Abril último;

Considerando que, para terminar com o mau aspecto provocado pela existência, nas soleiras das portas, de caixotes de variados feitios e duvidoso estado de asseio, se impõe o uso geral de tais recipientes.

Proponho:

1.º — Que a Postura aprovada em sessão de 24 de Dezembro de 1936 se torne extensiva a todas as artérias da Cidade.

2.º — Que esta determinação entre em vigor a partir de 31 de Agosto próximo futuro.

E, para geral conhecimento, se publica o presente Edital.

Lisboa e Paços do Concelho em 18 de Junho de 1937.

O Presidente da Comissão Administrativa

a) *Daniel Rodrigues de Sousa*

Licenças Camarárias

Até 31 do corrente deve proceder-se à reforma das licenças camarárias para o presente semestre de 1937.

É necessária a apresentação dos seguintes documentos:

Licença antiga.

Últimos recibos da renda e contribuição.

Apólice de seguro e último recibo do prêmio pago quando o estabelecimento fôr segurado.

As secções de Vinhos ao lado das Mercarias têm de encerrar às 19 horas

No Governo Civil já não se passam licenças para funcionamento durante a noite, às secções de vinhos ou leitaria em comunicação com os estabelecimentos de mercearia.

As licenças cujo prazo de validade terminou em 30 de Junho findo já não foram reformadas.

Informações

Obrigações dos Contribuintes no mês de Julho:

De 1 a 10 — pagamento do fundo de desemprego.

De 1 a 15 — pagamento do imposto de camionagem. Entrega de participações de baixas de comércio e indústria e de declarações de casas que ficaram devolutas.

De 1 a 31 — pagamento da segunda prestação semestral da contribuição predial (urbana e rústica), industrial (grupos A, B, C), imposto profissional (empregados por conta de outrem e profissões liberais. Entrega das listas organizadas pelo senhorio em relação aos seus inquilinos, quando haja qualquer alteração com referência ao ano anterior. Entrega das declarações de prédios construídos de novo, nos termos do artigo 8 do decreto 16.731 de 13 de Abril de 1929.

Entrega das declarações, caso haja alteração da contribuição industrial (grupos A e C) e imposto profissional.

Em 31 — termina o prazo para a renovação das licenças camarárias que caducaram no fim do mês passado, com referência ao segundo semestre de 1937.

Aos Associados estabelecidos com Tabacarias

Informamos os Ex.^{mos} Associados da Classe de Tabacarias, de que a venda de cigarros avulso é punida com a multa de 500\$00 sendo tabaco nacional e com a de 1.000\$00 sendo de procedência estrangeira.

Só os charutos podem ser vendidos avulso, mas devem conservar-se nas próprias caixas.

A Lei só permite a existência em depósitos ou lojas e a exposição à venda a retalho, de tabaco, seja qual fôr a qualidade, acondicionado e fechado em volumes, pacotes, maços ou caixas, respectivamente, com invólucros, fechos ou cintas em que se declare a sua espécie, preço e peso, e quanto a tabaco estrangeiro quando os respectivos volumes, pacotes, maços ou caixas, se encontrem com os respectivos selos apostos na alfândega.

Tendo terminado, em 30 de Junho findo, o prazo de validade de licenças de tabaco do primeiro semestre do corrente ano, devem os contribuintes que em Janeiro não tiraram licença anual proceder à sua reforma a fim de evitar as sanções da Lei.

Serviços Públicos

prestados pelos Guardas-Nocturnos

Tendo chegado até à Direcção da nossa Associação várias reclamações acerca dos serviços prestados pelos Guarda-Nocturnos, oficiou-se ao Ex.^{mo} Sr. Comandante da Polícia de Segurança Pública solicitando providências.

Para que os Ex.^{mos} Associados tomem o devido conhecimento do estado em que se encontram as «demarches» sobre tão importante assunto transcrevemos o seguinte officio recebido do ilustre Comandante Geral da Polícia de Segurança Pública:

«Ministério do Interior.

Comando Geral da Polícia de Segurança Pública.

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Direcção da Associação Comercial de Logistas de Lisboa

Com referência ao officio dessa Direcção n.º 477, de 25 de Junho findo, encarrega-me o Ex.^{mo} Comandante Geral de informar V. Ex.^a, que já foi nomeada a Comissão encarregada de reorganizar os serviços públicos prestados pelos guardas-nocturnos, sob a presidência do Adjunto do Comando da P. S. P. de Lisboa, Sr. Capitão Porfírio Hipólito Azevedo da Fonseca, aguardando que os representantes da Associação de que V. Ex.^a é mui digno Presidente se avistem com o referido Senhor, no Comando da mesma Polícia (edifício do Governo Civil).

A BEM DA NAÇÃO

Secretaria dos Serviços de Segurança, 3 de Julho de 1937.

O Chefe de Repartição — Secretário
a) *Martinho Teixeira*

Correios e Telégrafos

Foi modificado o Regulamento das encomendas postais

No próximo número publicaremos o Decreto n.º 27.817 que modifica o regulamento para o serviço de encomendas postais, de 1911.

Na nossa Secretaria encontra-se o referido Decreto para consulta dos Ex.^{mos} Srs. Associados.

Almanaque Açores para 1937

Recebemos este interessante almanaque, que muito agradecemos.

É uma publicação bastante útil que nos fornece indicações preciosas de várias terras dos Açores.



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

Distribuição gratuita

Director e Editor:

Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Seculo, 150 — LISBOA

JULHO — 1937

Ano I — Suplemento ao n.º 11

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida da Liberdade, 21, 1.º

LISBOA

Telefone 24114

Propriedade da

**Associação Comercial de
Lojistas de Lisboa**

AVENÇA

TELEFONES

A acção da Associação Comercial de Lojistas
de Lisboa

na questão das novas tarifas telefónicas

É chegado o momento de apresentarmos aos nossos estimados consócios um relatório circunstanciado da nossa acção junto da «The Anglo-Portuguese Telephone C.º Limited» a propósito das Novas Tarifas Telefónicas, a qual, por não ter sido conduzida com barulho ou violências, nem por isso deixou de ser meticolosa, segura e supomos que inteligente.

Neste Boletim foi a questão levantada logo no número seguinte ao da sua aparição.

Efectivamente, em Outubro de 1936, no seu n.º 2, dizíamos nós:

«As novas tarifas telefónicas, embora estabelecendo aparentemente um princípio de redução, passaram todavia a constituir encargo bastante pesado para o comerciante, pelo aumento de despesas a que o obriga, comparativamente ao custo actual do telefone por anuidade.

Preciso se torna a criação do telefone comercial.

O Comércio tem sido o

principal elemento de divulgação do Telefone.

Inúmeras vezes os comerciantes, não só fazem as ligações dos seus clientes, como satisfazem ainda as respectivas chamadas. Ainda há bem pouco tempo em Londres, o Comércio foi alvo duma atenção especial por parte de quem superintende nos serviços Telefónicos. O custo das chamadas para os estabelecimentos comerciais foi reduzido e ainda facultadas um certo número de chamadas gratuitas, atendendo-se aos inestimáveis serviços que a classe comercial presta à expansão do Telefone.

Será pois ousadia pensar-se, na justiça de um tratamento idêntico ao que foi facultado inteligentemente ao Comércio de Londres?

The Anglo-Portuguese Telephone C.º Ltd., que conta valiosos cidadãos na sua gerência, certamente não deixará de pensar na necessidade de atender justos e variados queixumes dos interessados, modificando ainda algumas das

suas tarifas, como se impõe, em favor do Comércio, para quem o Telefone vai passando a representar, de uma maneira geral, um formidável encargo, impossível para muitos de suportar.»

Recebera já a nossa Associação muitas reclamações e ao facto se referiu no citado artigo.

Fomos, por consequência, nós quem, compreendendo desde logo o melindre da situação que se ia criar na data da entrada em vigor das novas tarifas telefónicas, levantou a questão, chamando para ela a atenção da Companhia interessada.

Porque não estamos habituados a esgrimir contra «moínhos de vento» e *conhecíamos os factos tais como eles são*, não nos lançámos numa campanha acesa contra princípios e regras constantes de contractos e acordos celebrados entre a Companhia e o Estado, porque isso seria rematada tolice.

Não! Procurámos, antes justificar um tratamento especial para os subscritores comerciantes, lançando a

ideia da criação do «telefone comercial», cuja legitimidade baseámos no facto que supomos indiscutível, de serem êles quem principalmente provoca o uso do telefone pelos particulares, e *êste facto não foi previsto em nenhum dos estudos que serviram de base à elaboração das tarifas telefónicas.*

É certo que as respectivas taxas são degressivas — tanto menores quanto maior fôr o número de chamadas subscritas — mas a verdade é que para a degressividade estabelecida se atendeu *sòmente* ao número de chamadas feitas e não ao das chamadas recebidas.

Ora estas não são para desprezar e foi exactamente com base na sua existência *real* que pedimos o «telefone comercial», ou seja, conforme a conclusão final a que chegámos, *uma redução apreciável, estabelecida por percentagem, sobre a taxa anual a pagar pelos telefones instalados em estabelecimentos comerciais e industriais ou suas dependências.*

Dêste modo não lutávamos contra utopias, impúnhamos, sim, à consideração de todos um facto incontestável, que não fôra previsto e não podia portanto colidir directamente com o que fôra estudado e aceite por quem de direito.

Em vez de polémicas inúteis, factos incontroversos.

Não ignorávamos também, a-pesar-de então não conhecermos como agora certos pormenores dignos de consideração, que a Companhia e o Govêrno, que haviam estudado durante cinco anos as novas tarifas, facilmente podiam responder, com elementos de que nós não dispúnhamos, aos argumentos que invocássemos contra elas, consideradas em si próprias e em opposição com o regimen de tarifa fixa que antes vigorava.

Pelas mesmas razões, a defesa do princípio da *opção*, concedido até 30 de Junho de 1937, difficilmente a poderíamos fazer, pois era logicamente impossível e moralmente indefensável. Os não optantes pelo sistema de chamadas ficariam constituídos em classe privilegiada, o que

não seria justo e por isso nos repugnava. Melhoria de condições sim, mas para todos os comerciantes, e quem diz comerciantes diz também industriais visto que, para o caso, a sua afinidade é perfeita.

Foi essa a nossa preocupação máxima e nesse sentido envidámos o melhor dos nossos esforços.

O bom senso de todos dirá se tínhamos razão e os resultados finais da nossa acção; se esta fôr, como esperamos, bem compreendida pela Companhia interessada, o comprovarão definitivamente.

A partir do n.º 2 dêste Boletim não mais abandonámos o assunto, insistindo nele nos n.ºs 3, 4, 6, 7, 8 e 9, êste último, de Maio passado.

Em Novembro levantávamos já a suspeita, que é afinal uma certeza, de que a criação dos telefones baratos, ou seja os de pequeno movimento, era feita à custa do aumento de encargos dos telefones de grande numero de chamadas, usando das expressões seguintes, que a Companhia bem compreendeu:

«Tudo quanto se destina à expansão do telefone, só louvores pode merecer-nos.

Facilitar a aquisição de telefone por particulares, merece o inteiro aplauso de todos os que desejem vêr afirmar-se continuamente, motivos de progresso e de vantagem pública.

Todavia, assim como se procura facilitar ao particular a aquisição do seu telefone, há que considerar na diferença de tratamento a que urge condicionar os diversos tipos de subscritores, dos quais com justiça devem ser destacados a tratamento bem diferente e especial, os subscritores comerciantes.»

Entretanto, em resposta ao questionário que fizéramos distribuir pelos sócios as reclamações amontoavam-se na nossa Secretaria, attingindo em curto prazo mais de quinhetas.

Era pois evidente que o número de prejudicados de facto, ou que o supunham vir a ser, excedia as previsões optimistas que a Companhia

não se cansava de proclamar nos seus anúncios de réclame.

No n.º 4, em Dezembro de 1936, três meses passados sobre o início da campanha em que nos lançáramos, visámos pela primeira vez, directamente a Companhia dos Telefones, provocando uma resposta sua que viesse ao encontro da aspiração que havíamos formulado.

«Nos nossos últimos artigos àcerca dêste magno assunto demonstrámos a necessidade do aparecimento do Telefone Comercial. Ficámos esperançados de que a Direcção da importante «The Anglo-Portuguese Telephone C.º» tomasse conhecimento da aspiração da classe comercial da capital, de que o nosso Boletim se fez porta-voz. Notámos que nem o mais leve indicio de preocupação se manifestou ainda, pelos que diàriamente se não cansam de proclamar o seu desejo de bem servir o público.

Longe de desanimarmos, entendemos ser o momento de começar a enfrentar o assunto com a atenção que o mesmo requer e de proclamar publicamente a justiça que nos assiste, quando advogámos o aparecimento do Telefone Comercial, que traga ao comerciante um melhor tratamento, compatível com a importância que o mesmo representa para as relações comerciais e para a divulgação dos serviços telefónicos.

Se é certo que a Companhia tem beneficiado os seus serviços, não é menos certo que os seus preços poderiam ser um pouco reduzidos no que diz respeito à classe comercial.»

Em Fevereiro, no n.º 6 dêste Boletim, voltámos ao assunto «Telefones» e acompanhamos de comentários dois requerimentos apresentados na Assembleia Nacional pelo deputado Ex.^{mo} Sr. Tenente Coronel Lobo da Costa, actual Governador Civil interino do distrito de Lisboa e insistimos com a Companhia para que viesse ao encontro dos nossos desejos de sincera e leal colaboração.

Terminámos esse artigo com as seguintes palavras:

Desejamos e lutamos sinceramente para que um assunto que hoje pode ser resolvido sem azedume, não constitua amanhã pomo de discordia.

Somos movidos apenas pelo interesse dos nossos associados e dêle nos não afastaremos. Por isso insistimos e razão temos para julgar que o «Telefone Commercial», virá dar satisfação a um dos mais importantes sectores das forças vitais da Nação.

Não sabemos o que pensa a Companhia dos Telefones. O que entendemos é que chegou já a altura dela se pronunciar. Aguardamos que o faça.

Começámos isolados, dando vulto às muitas reclamações que nos foram dirigidas. Prosseguimos e verificamos hoje a viva satisfação de nos vermos melhor acompanhados.

Não há em nós qualquer expressiva intenção de lutar contra o que está estabelecido, mas apenas o desejo de nos fazermos éco da justiça que se reclama e por cuja obtenção vimos pugnando.

E até lá prosseguiremos sempre, certos de que a Companhia dos Telefones, compreendendo a justiça da causa que se debate, procurará ajustar os seus interesses legítimos, sem ferir os interesses sagrados do Comércio porque lutamos.»

A Companhia dos Telefones desperta então e saído do silêncio em que se mantivera, pede-nos, aliaz em termos pouco cortezes, que publiquemos dois ofícios que enviára à nossa Associação em 18 e 22 de Junho de 1936.

Esses ofícios foram efectivamente publicados no n.º 8 dêste Bole-
tim, em Abril do ano corrente, e no comentário que os antecedia fizemos referência a um novo ofício da Companhia no qual solicitava a indicação de dois ou três delegados da Direcção da nossa colectividade, a fim de conferenciarem com a Com-

panhia dos Telefones sobre o magno assunto em discussão.

Imediatamente se procedeu à escolha dêsses delegados que, chefiados pelo Sr. Presidente da Direcção, desde logo se puzeram em contacto com os funcionários superiores da Companhia.

Desde o primeiro contacto directo que a Comissão delegada teve com a Companhia ficou em todos a impressão de que não só a ela não convinha colocar-se em posição de intransigência para com os subscritores que iam ser prejudicados pelas novas tarifas, mas também que calara no seu ânimo a justiça do tratamento especial que pediamos para o «Telefone Commercial».

A maneira cativante como fôramos recebidos e tratados numa primeira conferência de três horas; o meticuloso cuidado como nos foi explicado o funcionamento dos marca-
dores de chamadas; o exame dos gráficos do movimento e muitos outros pormenores sobre que incidiu a atenção dos delegados ao procurarem orientar-se no seu trabalho, mereceu as elogiosas referências que se lêem no número de Maio dêste Boletim.

Desde logo se aperceberam os nossos delegados de que havia pontos em que a Companhia tinha razão e outros em que a não tinha e uns e outros foram discutidos acaloradamente, mas sempre com lealdade e elevação.

Sobre dois pontos incidiu particularmente a sua atenção; o sistema de «contrôle» de chamadas e o gráfico do movimento geral.

Pela explicação detalhada do Sr. Engenheiro da Companhia que nos acompanhou, ficou-se sabendo que esse «contrôle», embora perfeito, salvo os erros da pessoa que recolhe os números, ou avaria mecânica, não é insusceptível de erro que possa determinar aumento do número de chamadas. Logo, a colocação de aparelhos idênticos ou semelhantes a estes, nos telefones em casa dos subscritores, fatalmente que ha-de resultar numa fonte de conflitos constantes.

Se é certo que os aparelhos usados

pela Companhia para «contrôle» de chamadas, apenas lhe permitem garantir, «sob palavra de honra», que registam a verdade, *porque ninguém os vai propositadamente adiantar* e êles, por si próprios, são mecânica-
mente insusceptíveis de se adeantarem, salvo avaria que é muito rara, a verdade é que, estabelecida como hipótese a desconfiança do cliente em relação à Companhia, caíamos num ciclo vicioso do qual não mais podíamos sair.

Ora nós admitimos que a Companhia não faz, nem tem interesse em consentir erros na contagem das chamadas, e acreditamos na afirmação que nos foi feita de que os fiscalizadores de chamadas a colocar nos aparelhos dos subscritores não resolvem as dificuldades.

Admitimos também, porque não temos elementos para discutir que, como a Companhia afirmou, em todo o Mundo os aparelhos de «contrôle» de chamadas se encontram na séde das empresas que exploram os serviços e não em casa dos subscritores.

Há porém um meio prático, cómodo e seguro para dar a quem paga a garantia do número de chamadas que faz — a caixa mealheiro — a que adeante nos referiremos.

Desde que seja fixado um preço módico para o seu aluguer, cremos que o maior número de dificuldades pelo que respeita à garantia a dar ao subscritor de que não paga mais do que aquilo que deve, ficará resolvido.

Insistir pela colocação dos Fiscalizadores de chamadas a que, é certo, a Companhia se obrigou pela art. 15.º do anexo ao contrato, mas que de facto, segundo declarou, não fornece, porque não pode, visto não ter sido ainda estudado o aparelho destinado a esse serviço, era crear uma nova situação de irreductibilidade, que não interessa a quem, como nós, quer de facto obter um acôrdo razoável.

Além de que, no particular desta obrigação a Companhia apoia-se, bem ou mal, para não cumprir, na Base n.º 45 do contracto de 1928, que a obriga «a satisfazer tôdas as requisições de serviço dentro das

possibilidades técnicas», o que, embora vago e impreciso, parece que basta para que a Administração Geral dos Correios e Telégrafos, a não force a colocar os tais «fiscalizadores de chamadas».

Fizemos, em face das dificuldades apontadas, incidir o nosso estudo sobre a «Caixa Mealheiro», a que na tabela III do anexo se atribuiu a taxa anual de Esc. 50\$00.

Este aparelho constitue, em nossa opinião, a forma prática de o subscritor verificar o número das chamadas que se efectuam pelo seu telefone e além disso funciona como defesa contra as pessoas que tem por hábito, sobretudo nos estabelecimentos comerciais, utilizarem-se dos telefones gratuitamente.

Mas, para que, por um lado a Companhia possa mostrar os seus bons desejos de conciliação, que verbalmente sempre nos demonstrou e por outro, para que um tal «contrôle» não se transforme num encargo elevado para o subscritor, necessário é que o seu aluguer não exceda em muito um juro razoável calculado sobre o seu custo, acrescido da compensação inerente à sua depreciação normal.

Pelo que conhecemos da «Caixa Mealheiro» podemos garantir que a

taxa de aluguer de Esc. 50\$00, anuais, deve corresponder ao que é justo que a Companhia cobre por ela.

Como acima dissémos, a Comissão fixou também a sua sua observação no «gráfico do movimento geral de chamadas», para concluir que o grande movimento telefónico se verifica exactamente às horas em que normalmente os estabelecimentos estão abertos.

E mais, *que os telefones comerciais recebem mais chamadas do que as que fazem*. Os gráficos de consumo de energia eléctrica são ilucidativos a este respeito.

Forneceu-nos a Companhia, há poucos dias, alguns números que havíamos solicitado para estudo e com base neles e portanto sob reserva da sua autenticidade, visto não os termos podido controlar por um exame que levaria meses a efectuar, observámos o seguinte:

I

a) — O número de assinantes comerciais que até fim de Maio mudaram de tarifas ascende a 6.485, dos quais 4.073 na antiga tarifa de chamadas e 2.412 no de tarifa fixa. Como faltam os assinantes que de-

vem optar em Junho, podemos fixar aquele número em 7.075.

Se notarmos que em 31-12-936 existiam em Lisboa 32.504 telefones, ou 31.000 aproximadamente se excluirmos os gratuitos do Estado, parece à primeira vista pequeno o número de assinantes comerciais.

Como adiante se verá na apreciação daqueles números, a Companhia não tinha interesse em diminuí-los, mas quando muito em alterar-lhes as proporções. No entanto, fizemos um «contrôle» indirecto e grosseiro por meio do *Guia Profissional*, e o número obtido, embora superior, é da mesma ordem de grandesa.

O número de antigos assinantes por chamadas, devidamente corrigido para 12 meses é de 4.443, ao passo que o número corrigido de assinantes de tarifa fixa não excede 2.632.

Estes números mantem-se em relações aceitáveis com a evolução do número de assinantes de 1928 para cá, pelo que não parece provável que estejam errados.

b) Antigos assinantes de tarifas por chamadas.

Os 4.073 assinantes, isto é excluindo o mês de Junho, distribuem-se por categorias da nova tarifa de acordo com o quadro seguinte, fornecido pela Companhia:

375	pagam agora	360\$00	por ano	pagavam	800\$00	redução	440\$00
529	»	»	»	»	800\$00	»	300\$00
2916	»	»	»	»	925\$00	»	150\$00
173	»	»	»	»	1.275\$00	»	75\$00
50	»	»	»	»	2.125\$00	»	295\$00
7	»	»	»	»	3.175\$00	»	795\$00
6	»	»	»	»	3.975\$00	»	1.125\$00
17	»	»	»	»	4.600\$00	»	1.500\$00

As importâncias apontadas como reduções individuais não são contestáveis, visto que correspondem precisamente às tarifas publicadas em 1928 e 1936.

Apenas se poderia impugnar a distribuição dos assinantes pelas várias categorias da tarifa.

Evidentemente, não poderemos garantir o número de assinantes incluídos em cada categoria, sem um exame directo e moroso.

Não há dúvida porém que a distribuição pelas várias categorias obe-

dece às leis de distribuição estatística, pois se os representássemos gráficamente teríamos uma das curvas assimétricas de Pearsons.

Apenas o último grupo de 17, por ser maior que os anteriores, parece fugir à distribuição habitual das frequências, mas as conclusões a tirar ao quadro não se alterariam se em vez de 17, o grupo tivesse 1 ou 2 assinantes.

Portanto: todos os antigos assinantes de regimen de chamadas ti-

veram um beneficio apreciável com as novas tarifas.

Notemos ainda que o número máximo desses assinantes está incluído na categoria C-775\$00.

O valor global aproximado das reduções atinge 960 contos anuais.

c) Antigos assinantes comerciais de tarifa fixa.

Excluindo os assinantes que teem de optar em Junho, e cujo número não alterará sensivelmente as proporções da distribuição, temos 2.412 assinantes.

A distribuição daqueles vários grupos não oferece o aspecto típico da anterior.

Não nos parece porém muito de pôr em dúvida aqueles números, visto que dêles se poderia tirar uma conclusão desfavorável à Companhia. Com efeito, pode dizer-se que enquanto 573 assinantes figuram como beneficiados, 728 são prejudicados. Em escudos, o desequilíbrio é ainda maior. A categoria D, a mais numerosa, parece ficar ligeiramente beneficiada. Nela haverá contudo alguns prejudicados.

O número, a nosso ver exagerado, de assinantes incluídos na categoria A deve resultar duma reacção contra o sistema.

316	pagam	360\$00
32	»	500\$00
225	»	775\$00
1111	»	1.200\$00
471	»	1.830\$00
44	»	2.300\$00
21	»	2.830\$00
192	»	3.000\$00

2412

Se nos fôsse possível seguir estes assinantes até ao próximo ano, certamente veríamos muitos deles incluir-se nas categorias seguintes B, C e possivelmente D. Nessa conformidade fazemos uma distribuição hipotética, mas certamente mais ajustada às realidades futuras.

No conjunto, para estes assinantes houve agravamento que grosseiramente podemos avaliar em 150 contos (1). Este agravamento não compensa a redução já verificada na outra categoria de assinantes, os que já estavam em regime de chamadas.

Nesta altura, seria legítimo duvidar do que parece filantropia da Companhia: organizar novas tari-

fas das quais resultam diminuição de receitas.

Notemos que nestes assinantes o máximo se agrupa na categoria D e passemos ao número seguinte.

d) Novos assinantes comerciais.

Até ao fim de Maio entraram 3.355 assinantes, assim distribuídos.

A	905
B	1584
C	626
D	189
E	32
F	5
G	2
H	12.

3.355

A distribuição é do mesmo tipo da dos antigos assinantes por chamadas, com o mesmo aumento na última categoria.

Apenas aqui, o máximo está no grupo B.

Em escudos teremos de nova receita 1.941 contos, sem contar as chamadas suplementares.

Dêstes assinantes, os da categoria D e seguintes teriam entrado já no anterior regimen de chamadas. O mesmo deveria suceder com a maioria da categoria C.

A entrada dos assinantes das categorias A e B é que deve atribuir-se às novas tarifas. A receita correspondente é aproximadamente 830 contos.

e) Resumo e conclusão.

Temos pois em cada categoria que o máximo de assinantes está:

antiga tarifa fixa — categoria D	
antiga tarifa de chamadas — »	C
novos assinantes de chamadas — »	B

E aqui temos esquematicamente o móbil da Companhia.

Os antigos assinantes da tarifa fixa, são os mais antigos, e como tal são em média os que mais uso davam ao telefone.

Mantendo-se este regimen, a Companhia teria apenas o aumento normal devido ao acréscimo natu-

ral das coisas. Essa percentagem de aumento normal, em relação à totalidade da rede pode determinar-se vendo o aumento anual enquanto vigorou o regimen da tarifa fixa, isto é, até 1928.

Mas a Companhia quiz aumentar as suas receitas pelo alargamento da rede, pelo que adoptou a tarifa de 1928, que fez entrar outros que só o fizeram porque para eles o telefone passaria a custar menos do que em regimen de tarifa fixa, e assim se justifica que o máximo dêstes assinantes estivesse nas anuidades de 800\$00 e 925\$00.

E, assim temos um acréscimo considerável da rede. Mas a certa altura a percentagem de aumento estabilizou ou possivelmente tendeu para o decrescimento, e então veio o novo regimen das tarifas no qual a maioria dos assinantes está nas categorias A e B isto é 360\$00 e 500\$00.

Quere dizer, o aparente prejuízo acima apontado, foi compensado total ou parcialmente pela entrada de assinantes que não entrariam mesmo com a anterior tarifa de chamadas.

Concluindo: o novo regimen representa globalmente uma redução para os antigos assinantes de tarifas por chamadas de 960 contos, um agravamento para os assinantes de tarifa fixa de cerca de 150 contos, novas receitas para a Companhia pela entrada de novos assinantes de 830 contos.

No conjunto temos um saldo a favor da Companhia de 20 contos, com relativa aproximação.

Claro que este saldo determinado um pouco arbitrariamente, não deve ser tomado em si, mas apenas como índice de que a Companhia não tem prejuízo com as novas tarifas, a-pesar das reduções efectuadas, sendo até natural, e é essa certamente a esperança da Companhia, que nos próximos exercícios se mantenha o maior ingresso de assinantes e assim os lucros subam mais rapidamente que no sistema tarifário anterior.

O estudo que fizemos, de cará-

(1) Partindo do princípio que há chamadas suplementares, que a tarifa fixa era em média 1.450\$00, e fazendo a correcção nos números das categorias A, B e C que passaram para 70, 150 e 353.

cter objectivo e com inteira imparcialidade, se contem erros não foram com certeza intencionais, porque nesta questão, como sempre, procurámos vêr sem paixão para julgar com justiça.

Outras questões secundárias provocaram o interesse da Comissão, que as estudou e discutiu com a Companhia.

As chamadas inúteis, cuja frequência chega por vezes a irritar quem necessita de se servir do telefone.

Os erros de marcação e tantas outras causas que podem conduzir a chamadas ineficazes, devem, como princípio, ser excluídas do número das chamadas pagas, por não representarem, efectivamente, ligações utilizadas por quem se serviu do telefone.

Nem pode colher a objecção de que o telefone, ligando para onde se não marcou preencheu a sua missão e a chamada consumida deve consequentemente ser contada, porquanto não é verdade que o número de chamadas seja de longe ou de perto proporcional à despesa feita pela Companhia, pois o telefone pelo qual se faça um grande número de chamadas não é muito mais oneroso para ela do que um outro que esteja inactivo. O consumo de energia electrica e a depreciação dos aparelhos pelo uso, não interessa para nada e pode desprezar-se por insignificante no confronto entre uns e outros.

Portanto, dentro do critério de justiça que, neste caso, manda pagar apenas as chamadas úteis e provado que à Companhia não deve interessar o prejuizo dos subscritores, nem alcançar benefícios que não resultem de ligações efficientes, devem, como princípio, ser excluídas da contagem as chamadas inúteis.

Mas, como a probabilidade da frequência destas não pode determinar-se de modo a estabelecer-se uma estatística sequer aproximada, da qual se extraísse o seu número, com relativa exactidão, bem pode o arbitrio decidir, fixando com certa

largueza uma compensação em percentagem do número total de chamadas subscritas que acrescerão a estas sem quaisquer encargos.

A fixação do período de cinco minutos para as chamadas locais, determinado na primeira parte do artigo 17.º do anexo ao contrato de 1928, não interessando à Companhia, como expressamente no-lo declarou, nada impede que seja pura e simplesmente anulada, pois a manter-se, ainda mesmo como direito não utilizado, continuará a ser motivo de opposição que a todos convem fazer desaparecer.

Os aparelhos «Aptofones», mais modernos, cómodos e práticos do que os antigos, ainda em uso, podem bem ser fornecidos gratuitamente aos antigos assinantes, o que representará da parte da Companhia uma gentileza para os que há mais tempo lhe compram os seus serviços, sem que tal gentileza lhe provoque uma despesa apreciável.

A forma de cobrança estabelecida na Base 38 do contrato de 1928, foi alterada pelo art.º 8.º do anexo de 23 de Junho de 1936, de modo que o pagamento das anuidades apenas pode ser feita por períodos mensais e anuais.

O aumento de preço resultante do pagamento em duodecimos atinge em certos casos 20%, o que não parece justo, dado que tal encargo é desconforme com o aumento de despesa que provoca. Tem ainda de odioso o facto de ser pago exactamente pelos subscritores menos abastados.

As Companhias de Seguros que, entre nós, exploram o Ramo-Vida, permitem também o pagamento em prestações mensais, trimestrais e semestrais, com a carga, respectivamente de 2, 4 e 6% ao ano.

O que se pediu e pede à Companhia é que, mantendo o pagamento mensal, perfilhe de novo o fraccionamento do aluguer em prestações semestrais e trimestrais, adoptando os aumentos generalizados entre as Companhias de Seguros, pois nada justifica o exageradíssimo encargo de 20% ou pouco menos, que impõe nas cobranças fraccionadas, muito

embora se apoie para o fazer no disposto da Base 38 do contrato.

O anexo mais de uma vez citado, trouxe no seu art.º 7.º a inovação que consiste em *caducarem* no fim do período anual as chamadas da assinatura que dentro dele não forem utilizadas.

Também isto não nos parece justo e que o não é prova-o o facto de, nas alterações de 27 de Agosto de 1928, se ter consignado, em nota 3.ª às alterações ao art.º 28, o seguinte princípio, que é muito mais moral do que o actualmente imposto:

«As chamadas que não tiverem sido utilizadas pelo subscritor no fim do período anual da subscrição para o qual forem comprados os respectivos verbetes pela ordem acima indicada serão creditados ao subscritor pelo seu custo, sendo a respectiva importância deduzida no preço do primeiro bloco que o mesmo subscritor adquirir no período seguinte da subscrição.»

As razões que ditaram esta nota são as mesmas que militam a favor da alteração do art.º 7.º do anexo a que acima nos referimos.

A Companhia não tem necessidade de cobrar as chamadas não efectuadas e estamos certos de que será a primeira a reconhecer a injustiça de semelhante cláusula.

Todavia, pode objectar-se que a transferência das chamadas em saldo de um ano para o outro pode dar lugar a fraudes, baixando os subscritores no ano seguinte de categoria contando com as chamadas sobrantes. Mas tal facto evitar-se-á desde que o subscritor seja obrigado a inscrever-se em categoria igual ou superior, para poder utilizar-se dessas chamadas e ainda tornando dependente a sua utilização do consumo integral das chamadas que tiver subscrito no ano seguinte:

Desta maneira manter-se-á o princípio moral que manda pagar apenas o que se consome, defendendo-se eficazmente os interesses legítimos da Companhia.

Vai longe já esta exposição, que

tinhamos o dever de apresentar aos nossos estimados consócios para aquilatarem do que foi o nosso trabalho nesta questão das novas tarifas telefónicas.

Os resultados de estudo que fizemos e as conclusões a que chegámos, foram apresentados à The Anglo Portuguese Telephone C.º Limited e constam do ofício que a seguir se transcreve:

* * *

Ex.^{mo} Senhor Administrador Geral da «The Anglo Portuguese Telephone C.º Ltd.» — Lisboa.

Ex.^{mo} Senhor:

Convidou V. Ex.^a a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, cuja Direcção tenho a honra de presidir, a concretizar o objecto dos seus reparos e aspirações no tocante às novas tarifas telefónicas que hão-de começar a vigorar no próximo dia 1 de Julho.

Muitas horas gastaram já a Comissão delegada desta Associação, à qual também presidi, e funcionários superiores da Companhia, incluindo V. Ex.^a, em longas conferências, nas quais esta questão, que a ambas as partes interessa superiormente, foi apreciada e discutida minuciosamente.

Sempre nos animou o desejo de alcançar uma plataforma de acôrdo, na qual coubessem, sem colisão, os legítimos interesses dessa Companhia e os dos subscritores que temos a honra de representar.

Nunca foi nosso propósito levantar escândalo em volta desta questão, porque tais processos estão fora das normas pelas quais inalteravelmente nos regulamos e ainda porque não ignoramos que o contrato de 3 de Janeiro de 1928 e seus anexos, foram sancionados pelo Governo Português.

Procurámos sempre, dentro das regras da mais absoluta lealdade e correcção,

defender os nossos pontos de vista tentando convencer V. Ex.^a da sua legitimidade. Cumprimos dêste modo com o dever que nos incumbe, de defender os interesses, que são legítimos, de milhares dos nossos associados, que nos apresentaram as suas queixas e receios quanto aos novos encargos que lhes vão ser impostos na utilização dos serviços telefónicos, já agora indispensáveis.

Fizemos um estudo imparcial da questão que noutro lugar desenvolveremos, e nesse propósito cumulámos de perguntas, que chegaram quasi à impertinência, não só os funcionários superiores dessa Companhia que tiveram a amabilidade de atender a nossa Comissão, mas até V. Ex.^a que se dignou também de nos atender.

Se disséssemos que tínhamos neste momento uma opinião formada sobre o assunto, mentiríamos.

Não esquecemos a resposta categórica que nos foi dada por V. Ex.^a, quando pedimos que nos fôsem mostradas as bases que serviram para o cálculo das novas tarifas. Disse-nos V. Ex.^a, se não por estas palavras, pelo menos com o seu sentido, que:

«A Companhia aceitou as tarifas que a Administração Geral dos Correios, Telegrafos e Telefones lhe propuzera, a título provisório, pois deverão ser revistas passado um ano de applicação. Estas tarifas são mais baixas do que as que a Companhia apresentou, mas o seu montante foi estabelecido empiricamente e sem base em cálculos definitivos que pudessem orientar-nos.»

Era êste, precisamente, o ponto capital e a base de todo o estudo que nos propunhamos fazer.

Mas, sem sabermos como haviam sido calculadas as novas tarifas telefónicas,

cuja base a própria Companhia ainda neste momento ignora, era-nos de todo impossível fazer a sua crítica directa, de modo a podermos chegar pelo nosso lado, a conclusões definitivas.

Assim, forçados a aceitá-las, sem discussão, como um facto consumado, orientámos a nossa acção noutra sentida, procurando justificar as nossas aspirações dentro da base incerta e vaga das novas tarifas provisórias, cujo alcance, tanto para nós como para a Companhia é ainda, por agora, desconhecido.

Em estreita ligação com o problema magno das tarifas, outras questões de por menor nos interessaram também e para elas chamámos a atenção da Companhia.

Algumas delas, parecendo de somenos importância, são todavia dignas de consideração, porque, ou tendem a resolver uma situação delicada para a Companhia (como a da Caixa Mealhinho), ou visam a limar as arestas de um sistema que, para não ser odioso, deve procurar ser justo.

Os vários pontos que a seguir focarei não necessitam para V. Ex.^a de larga justificação, porque êles foram objecto já de longa discussão entre os comissionados desta Associação e funcionários superiores dessa Companhia.

Assim, limitar-me-ei a concretisá-los, acedendo ao convite que verbalmente me foi dirigido, dando aqui como reproduzidas tôdas as razões que aduzimos em apoio dos mesmos e que, por si próprias se justificam.

1.º

Redução de 25% na taxa anual a pagar pelos telefones instalados em estabelecimentos comerciais e industriais ou suas dependências.

2.º

Fixação do preço de Esc. 50\$00, anuais, pelo aluguer

das «Caixas Mealheiros» e sua instalação gratuita para os assinantes anteriores a 30 de Junho de 1937 (alteração da tabela III do anexo de 23 de Junho de 1936, ao Dec.º de 3 de Janeiro de 1928).

3.º

Desconto geral a fixar no número total de chamadas efectuadas, para compensação das chamadas inúteis.

4.º

Ilimitação do tempo das chamadas locais (revogação da primeira parte do artigo 17 do citado anexo).

5.º

Substituição gratuita, por «Aptofones», dos aparelhos telefónicos dos assinantes anteriores a 30 de Junho de 1937.

6.º

Creação de novas tabelas que permitam também o pagamento semestral e trimestral, carregando-se a taxa anual apenas com 2, 4 e 6 %, respectivamente para os pagamentos semestrais, trimestrais e mensais, à semelhança das tabelas das Companhias de Seguros. (alteração da Base 38.ª do contrato de 1928).

7.º

Utilização no ano imediato das chamadas não gastas no ano anterior, quando tiverem sido exgotadas as subscritas naquele ano. (alteração do art.º 7.º do anexo citado).

São êstes os pontos concretos que tenho a honra de submeter à apreciação de V. Ex.ª para que, de harmonia com o disposto na Base 18 do contrato de 1928, se digne de os estudar com a Administração Geral dos Correios e Telegrafos, para que lhes seja dada imediata satisfação, conciliando dêste modo os legítimos interesses da Companhia com os não menos legítimos dos seus subscritores, que se dedicam ao comércio e à indústria e são êles com certeza, os grandes clientes da Companhia; não só pelo uso que fazem do telefone mas também pela utilização que do mesmo provocam.

Êste último benefício que conferem à Companhia não entrou até agora, que se saiba, em nenhum dos estudos que precederam a criação das novas tarifas telefónicas.

É justíssimo, portanto, que sejam olhadas de maneira especial, corrigindo-se de certo modo o encargo que indiscutivelmente suportam, em benefício dos subscritores das categorias baixas.

Nisto não damos a V. Ex.ª novidade nenhuma.

O sistema de chamadas não foi estabelecido pela razão da proporcionalidade existente entre o seu número e as despesas a que dão causa.

Um telefone que fala muito não sai mais caro à Companhia do que um telefone que fala pouco, visto que a despesa da energia consumida e a depreciação do material não são apreciáveis ao compararmos um e outro.

Ora, os telefones subscritos nas categorias mais baixas dão necessariamente à Companhia ou prejuízo ou um lucro insignificante.

Logo, a compensação vai buscá-la aos subscritores que, por necessidade fazem muito uso dos telefones e que são, simultaneamente, os que maior número de chamadas provocam.

A injustiça do sistema está exactamente em que pagam mais os que maior estímulo dão às comunicações telefónicas, sem que o maior número das chamadas que fazem provoque aumento sensível de despesa à Companhia concessionária dos serviços.

Mas, segundo parece, tal sistema generalizou-se e já agora apenas nos cumpre corrigir-lhe os defeitos mais salientes.

É justo portanto, o que se pede.

Confiado na boa atenção de V. Ex.ª ao que exposto fica, apresento-lhe os meus respeitosos cumprimentos.

Lisboa, Associação Comercial de Lojistas de Lisboa em 30 de Junho de 1937.

O Presidente da Direcção

a) João Martins Casal

Resta-nos aguardar serenamente a atitude da Companhia que, supomos, com boa vontade, bom senso e o desejo de satisfazer as justas aspirações que formulámos, procurará dar-lhes satisfação, correspondendo desta forma à confiança que deve continuar a merecer-nos, como fiel cumpridora dos seus deveres para com aqueles que lhe pagam e a fazem dia a dia progredir.

Aos nossos estimados consócios pedimos que nos desculpem as deficiências que encontrarem no nosso trabalho.

Não nos poupámos a esforços e canseiras para — Bem servir —.

Se mais não fizemos foi porque de todo em todo não pudemos.

Procurámos ser imparciais para sermos justos.

Quizemos, sobretudo, obter resultados práticos.

Conseguimo-lo?

Esperamos que sim. Para benefício de todos — da Companhia e dos seus subscritores que temos a honra de representar.

AVENÇA



BOLETIM

DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LOJISTAS DE LISBOA

Fundada em 1 de Janeiro de 1870

AGOSTO 1937

Ano 1—N.º 12

Distribuição gratuita

 Comp. na R. do Salitre, 190 e imp.
na R. do Século, 150 — LISBOA

Director e Editor

Domingos Gama Garcia

Visado pela Comissão de Censura

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

 Avenida da Liberdade 21, 1.º
LISBOA Telefone 2 4114

Propriedade da

 Associação Comercial de
Lojistas de Lisboa

Doze meses

Ao completarmos doze meses de publicação, fechando o primeiro ano dos nossos trabalhos que nos apraz constatar de utilidade Colectiva e Nacional, não podemos furtar-nos ao dever indeclinável de fazermos passar ante nós, o grato acolhimento que pela totalidade dos nossos estimados consócios tem sido sempre dispensado ao *Boletim*.

Laçados nesta empresa com a vontade firme de fortalecermos a unidade Colectiva, da qual pudesse resultar a força necessária para a mais completa afirmação do desejo, já sobejamente demonstrado, da integração da nossa Colectividade no Estado Corporativo, bem depressa pudemos recolher os resultados positivos deste nosso objectivo.

Na sua marcha ordenada e feliz, tem o *Boletim* encontrado, além do grato acolhimento dos nossos estimados consócios, a obsequiosa colaboração de amigos dedicados que tanto o têm valorizado com os seus artigos de técnica Comercial e de doutrina Corporativa.

Com a satisfação que nos absorve, pela contemplação dos felizes resultados recolhidos durante o primeiro ciclo de doze meses que com este número se completa, endereçamos a todos os que, neste árduo trabalho, tão dedicadamente nos têm acompanhado, a expressão sincera do nosso vivo reconhecimento, não esquecendo e antes procurando colocar em primeiro plano, aquele que devotadamente nos merece a Imprensa do nosso País, desde a grande Imprensa diária aos mais pequenos jornais, que a par das transcrições com que nos têm honrado, tantas provas de generoso acolhimento têm procurado sempre dispensar-nos.

Vai este *Boletim* entrar no segundo ano da sua publicação.

O próximo número, comemorativo do seu primeiro aniversário, será a

UMA INICIATIVA DO ATENEU COMERCIAL DE LISBOA

A 1.ª EXPOSIÇÃO DE BIBLIOGRAFIA COMERCIAL PORTUGUESA

Continuam activamente os trabalhos de organização deste interessante empreendimento cultural, que o Ateneu Comercial de Lisboa vai levar a efeito nos seus vastos Salões.

O empreendimento, que, conforme já dissemos, se realiza sob os auspícios do Secretariado da Propaganda Nacional, Emissora Nacional, jornal «O Século», Associação Comercial de Lisboa e da nossa Associação, está destinado a alcançar um êxito absolutamente invulgar, dado o número e valor das adesões recebidas pela Direcção do Ateneu ao empreendimento de sua iniciativa.

Assim, está já assegurada, entre outras, a colaboração das seguintes entidades: Imprensa Nacional de Lisboa; Administração Geral do Porto de Lisboa, Correios e Telégrafos. Companhia dos Telefones, Academia das Ciências de Lisboa, Escola Commercial de Rodrigues Sampaio, Ban-

co de Angola, Litografia Nacional, Livrarias Coimbra Editora, Moraes, Peninsular e Avelar Machado; Inspeção de Seguros, Companhias de Seguros Fidelidade, A Nacional, Ultramarina e Douro; Sociedade de Geografia de Lisboa, Hotel da Praia do Sol, Agência Geral das Colónias, Conselho Nacional de Turismo, Instituto Nacional de Estatística, Litografia Castro, Banco Nacional Ultramarino, e Espírito Santo; Montepio Geral, Automóvel Club de Portugal, Agência Havas e muitas outras entidades oficiais e particulares acederam ao convite que pelo Ateneu Commercial de Lisboa lhes foi dirigido.

Não só para atender vários pedidos que lhe têm sido feitos, como, também, para valorizar o êxito da Exposição, a Direcção do Ateneu resolveu que este interessante certame que estava marcado para 15 a 30 de Agosto, seja adiado para 13 a 17 de Outubro.

A Emissora Nacional colabora nesta iniciativa de uma forma particularmente interessante e patriótica e o empreendimento terá uma curiosa repercussão no Brasil se a Direcção do Ateneu conseguir, como espera, a anuência da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro, do convite que, por avião, já foi expedido àquela colectividade.

Tudo, enfim, se conjuga para que a 1.ª Exposição de Bibliografia Commercial Portuguesa resulte um empreendimento de valor, que muito aproveitará aos estudiosos e marcará uma actividade digna de nota do Ateneu Commercial de Lisboa.

iniciação de um novo período de trabalhos conduzido sob a orientação que com agrado geral lhe temos imprimido desde a primeira hora.

À confiança com que nos acolhem hoje os que o lêem e aos aplausos com que nos têm incitado a prosseguir, procuraremos nós corresponder com a sinceridade da nossa dedicação por esta causa a que nos votámos, na dupla intenção de utilidade para o Comércio que representamos e para a Nação que devotadamente servimos.

DOMINGOS GARCIA

O Espírito da Corporação

por Horácio Gonçalves

Noventa e nove por cento dos comerciantes, e caixeiros, não tem espírito corporativo e, o que é mais grave e mais desanimador para quem milita nas fileiras corporativas, que são a razão de ser da Revolução que se opera em Portugal, é que não fazem uma pequenina ideia do que seja ou do que virá a ser uma Corporação.

E, no entanto, os Grémios, as suas Uniões e Federações dão resultados absolutamente contra-producentes se os seus dirigentes não tiverem noções concretas e perfeitas do que é a Corporação e para que serve.

Por isso, e já que os homens que tão conscientemente estão à frente deste *Boletim* o desejam, vou conversar amenamente com os comerciantes de Lisboa, no intuito de, em conjunto, nós, na nossa qualidade de caixeiros e eles na sua qualidade de patrões, iniciarmos os nossos trabalhos práticos no que diz respeito à «afinação» de ideias e de pensamentos sobre tão capital assunto.

É a nós, trabalhadores do comércio, embora trabalhadores de categorias diferentes, que compete resolver o magno problema da organização corporativa do comércio, tanto mais que o Estado a não impõe e antes e muito bem, deixa esse trabalho à consciência e à mentalidade dos interessados.

O caminho mais errado que se pode seguir em Portugal em face da legislação corporativa já publicada, é pedir ao Estado que organize por nós o que nós temos o Dever imperioso, na nossa qualidade de únicos e exclusivos interessados, de organizar.

Mas, vamos ao assunto. Vamos falar, com clareza e sem subterfúgios. Vamos dizer como entendemos a Corporação e a forma de criar o seu espírito. É preciso que compreendamos que não basta criar Grémios. Os Grémios não servem de nada se pisarem o mesmo terreno das Associações de Classe. A questão não está no rótulo da agremiação. Está preci-

samente no que ela contém. No seu Espírito.

A Corporação, é o organismo que funde os interesses de todos os indivíduos e de todas as colectividades pertencentes a um mesmo ramo de actividade, colocando-os ao serviço do Interesse Nacional.

Para melhor elucidação devemos exemplificar e para isso vamos recorrer à constituição provisória da Câmara Corporativa, onde se procurou dividir a actividade nacional em secções que correspondem ou virão mais tarde a corresponder a outras tantas corporações. Exemplificando melhor:

O primeiro grande ramo de actividade nacional que corresponde a uma das corporações de ordem económica em que se há-de dividir a Nação, é actualmente representado na Câmara Corporativa pela primeira secção, intitulada — CEREAIS E PECUÁRIA. É esta composta por representantes do patronato e do trabalho agrícola; por representantes do patronato e do trabalho da indústria da moagem e por representantes do patronato e do trabalho da panificação.

Quere dizer, a Corporação solidariza todos os que trabalham no mesmo ramo, desde que se semeia e se gera na terra o pão, até que ele se vende ao consumidor na padaria, incluindo a indústria da moagem e tudo quanto a este produto, o pão, diga respeito.

Por consequência, a organização corporativa é em sentido vertical; de alto a baixo e anula toda e qualquer espécie de organização em sentido horizontal, *porque esta é a fonte da guerra de classes.*

Quem se dedica à profissão de trabalhar com o pão, seja em que fase ou em que particularidade fôr, nunca perde de vista que toda a sua vida económica, gira à volta da economia geral deste produto e que

mesmo a sua economia particular, como a economia da parte agrícola, da parte industrial e da parte comercial, não devem passar do reflexo da economia do conjunto de todas elas, ou seja, da economia da Corporação. Ter espírito corporativo, é, pois, ter a intuição de trabalhar no sentido do prestígio económico da Corporação, pois só por intermédio desse superior objectivo, poderão todos os que empregam a sua actividade neste ramo de actividade, conseguir o seu particular bem estar.

O que sucede com este sector económico da vida nacional, sucede com todos os outros.

As corporações são verdadeiras colunas do edificio corporativo. Cada coluna tem os seus alicerces, as suas bases, os seus sócios, os seus fustes, os seus capitéis, as suas cornijas, etc. Quem vir a constituição da Câmara Corporativa, encontra em cada secção uma coluna do grande edificio corporativo a que corresponderá dentro em breve uma Corporação; os lavradores na agricultura; os exploradores de minas; os armadores na indústria da pesca, etc.; constituem, em conjunto com os seus operários, as bases dessas colunas, pois dão origem aos produtos com o seu trabalho de fazer surgir as matérias primas. Depois vêm os que pegam nas matérias primas a-fim-de as transformar em produtos consumíveis. São os industriais e os seus operários que, conforme as especialidades a que se dedicam, formam no seu conjunto e dentro das suas corporações, outras partes dessas verdadeiras colunas corporativas. A seguir vêm os comerciantes dos vários produtos que, com os seus caixeiros, formam outras partes das mesmas colunas e assim sucessivamente até chegar aos capitéis.

Mas, cada coluna, ou corporação, tem potencial próprio, tem valor privativo, é independente na sua economia e não tem nada que ver com as outras colunas, a não ser através da

alta coordenação da abóbada que as liga — O ESTADO.

Em regime horizontal, a organização é por Classes e então temos a anarquia que produz a derrocada do edificio colectivo

Os agricultores, formam uma classe; os industriais outra Classe; os comerciantes outra Classe e os operários outras Classes. Não se importam de saber se nessas Classes existem profissões diferentes. Por exemplo, não se importam de estudar previamente o que faz o cultivador de bacelos, isto é, o vinhateiro, numa Associação de Classe com o cultivador de arroz. Não se importam de saber o que é que tem que fazer na mesma Associação o industrial metalúrgico e o industrial de lanifícios ou o industrial de conservas; não se importam de saber o que tem que fazer o caixeiro de livreria e o caixeiro de carvoaria na mesma Associação.

São caixeiros? São da mesma classe. São industriais? São da mesma classe. São comerciantes, embora um seja ourives e outro venda peugas para homem? São da mesma classe. São lavradores? São da mesma classe.

É a mesma coisa que se fôssemos às colunas dum edificio, dessemos Alma às pedras e fizéssemos a Associação dos «Alicerces», porque são da mesma classe; a Associação dos «Sócos», porque são da mesma classe; a Associação dos «Pedestais», porque são da mesma classe; a Associação dos «Fustes», porque são da mesma classe; a Associação dos «Capitéis», porque são da mesma classe, etc., etc.

Vinha a guerra de classes, as colunas desequilibravam-se e o edificio caia redondamente no chão, porque a Associação dos «Alicerces» votara a greve dos «braços caídos» contra os «Pedestais» que abusavam do seu peso...

As nossas corporações militares, já ultimamente tiveram uma organização parecida com esta, de sistema horizontal. Chegou a haver as Associações dos sargentos e dos jovens tenentes e não sei que mais. E o que é certo é que os sargentos obtiveram espada, galões dourados, aumento de

ordenado e coisas parecidas, além da consideração especial de certos coronéis, que bebiam de braço dado com eles às mesas dos cafés onde se combinavam as mil e uma «bernardas» de que fomos vítimas e que iam pon-do a Nação à beira do abismo.

Isto vem a talho de foice para tornar nítida a diferença entre a organização corporativa em sentido vertical e a organização social por classes, em sentido horizontal.

Portanto, os comerciantes têm de adquirir espírito corporativo e convencer-se de que as classes foram banidas de uma vez para sempre em Portugal, porque a Nação caminha no sentido da unidade indestrutível e esta é incompatível com o espírito de classe.

Ainda há dias, me dizia um guarda-livros:

— Afinal, eu estou na minha Associação de Classe — (este chama Associação de Classe ao seu Sindicato Nacional) — e as coisas por lá não vão bem. Acerca de regalias cá para a Classe, nada!... Mas, já troquei impressões com dois colegas e para o ano, na Assembleia Geral, fazemos fogo vivo contra a Direcção.

Eu desfecho-lhe esta pergunta:

— Olhe lá, onde é que está empregado o senhor?...

— Num armazém de sola. Sou guarda-livros de um armazém de sola...

— E os seus camaradas com quem trocou as tais impressões, são empregados onde?...

— Um, é guarda-livros numa fábrica de sabão e o outro, é guarda-livros numa importante livreria da Baixa.

Ramos com economias tão diferentes, técnicas tão diferentes; e que hão-de vir, possivelmente, a pertencer a Corporações tão diferentes. E lá vão para a Assembleia Geral pedir regalias para a Classe. Quere dizer: estamos em face de um Sindicato Nacional que tem filiados eivados do espírito de Classe os quais nunca poderão vir a ser bons dirigentes enquanto se não doutrinarem devidamente e não modificarem radicalmente a sua mentalidade.

Parece-me que dissemos o bastante para se compreender que os interesses dos comerciantes andam intimamente ligados aos interesses dos

LUTUOSA

D. Julieta Pôrto de Queiroz Rijo

A Direcção da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa apresenta ao seu presado consócio sr. Joaquim António Rijo, digno sócio da firma J. A. Rijo & C.^a (Filhos) as suas mais sentidas condolências pela perda de sua extremosa Espósa, Ex.^{ma} Sr.^a D. Julieta Pôrto de Queiroz Rijo.

No funeral, que constituiu uma grande manifestação de pesar, foi o nosso Boletim representado pelo nosso querido Director sr. Domingos Gama Garcia, achando-se presentes os Ex.^{mas} Srs. João Martins Casal e J. Mota da Silva, em representação da Direcção e o sr. Aquiles Teixeira, do Conselho Fiscal da nossa Associação. Os funcionários da nossa colectividade delegaram no sr. Heitor Silva a sua representação.

José Andrade Gonçalves

No trágico desastre de aviação ocorrido em frente da Praia de Santa Cruz, perdeu a vida o aviador civil sr. José Andrade Gonçalves, irmão querido do nosso prestimoso colaborador e ilustre amigo sr. Horácio Gonçalves, procurador à Câmara Corporativa e Presidente da Direcção do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa.

Nesta hora amargurada e avaliando a pungente dor que domina Horácio Gonçalves, apresentamos-lhe, em nome do Boletim e da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa as nossas mais sentidas condolências.

No funeral, que foi muito concorrido, foi a nossa Associação representada pelo nosso Director, Sr. Domingos Gama Garcia.

O Comércio de Viveres

Comemorou o seu nono aniversário este nosso presado confrade, a quem apetece longa vida.

seus empregados de todas as categorias, aos interesses dos seus fornecedores e aos interesses de todos aqueles que trabalham com o mesmo produto, desde a sua origem até que o mesmo produto chega à mão dos seus consumidores definitivos.

E dito isto ficamos por aqui, com a promessa de voltarmos ao assunto, porque ele é inesgotável.

O Espírito da Corporação só virá a existir em Portugal quando todos soubermos o que ele é, donde vem e para onde vai.

O justo salário e a situação das Empresas

Pelo Dr. Ramiro Seixas

Quando duas pessoas bem intencionadas discutem é sempre fácil chegar a um acôrdo,

Arrasta-se esta polémica ameníssima desde Fevereiro do ano corrente, mercê do facto inelutável de o *Boletim* se publicar apenas uma vez em cada mês.

É claro que dêste facto resulta o desinteresse dos leitores e, pior do que isso, o esquecimento do que leram trinta dias antes, em resposta ao que se escrevera sessenta dias atrás.

Todavia, alimentamos a «doce esperança» de que os princípios fundamentais defendidos por cada uma das partes em «litigio» se fixaram o bastante para nos dispensarem o trabalho da sua repetição, agora que vamos, se Deus quiser, procurar

— o ponto de convergência

— o vértice,

no qual as duas opiniões hão-de encontrar-se, sem o menor esforço.

É êsse precisamente o desejo de Horácio Gonçalves,

«Como verdadeiro corporativista que é e se presa de ser»

e foi exactamente o que pretendemos ao «provocá-lo» a discutir connosco, colocando-nos, aparentemente, num ponto de vista diametralmente oposto ao seu.

Devemos dizer, no entanto, que não procurámos «lográ-lo» desviando a discussão do seu verdadeiro sentido, o que seria impróprio da muita estima que a Horácio Gonçalves dedicamos.

Não! Quisemos e conseguimos pôr à prova as suas reais qualidades de inteligência, que ficaram exuberantemente demonstradas.

Provas como estas deviam ser prestadas por todos aqueles que, do lado do Capital e do Trabalho têm responsabilidades de direcção em quaisquer organismos ou corpos colectivos de carácter económico.

É discutindo com elevação e desapaixonadamente que a nossa Razão se esclarece.

Infelizmente estamos mais habituados a vêr «brigar» do que a assistir a autênticas discussões para esclarecer quem discute e quem assiste.

Raras vezes os contendores chegam a acôrdo, porque não raro optam pelas «vias de facto».

São estas últimas as polémicas que realmente apaixonam o público que lê, quando afinal servem apenas, sem

que disso se aperceba, para lhe desvirtuarem a sensibilidade, viciando-lhe a Razão

A polémica que temos mantido com Horácio Gonçalves não apaixonou ninguém, disso estamos plenamente convencidos, pela decisiva razão de nenhum de nós ter chamado ao outro «nomes feios».

Admitimos mesmo que só a nós próprios interessou e pelo nosso lado ficamos inteiramente satisfeitos.

Façamos, pois, de conta que se tratou apenas, e trata ainda, de simples «colóquio», que nem a Horácio Gonçalves nem a nós envergonha ou envergonhará quando, um dia, que não vem longe, retermos o que desde Fevereiro até agora temos escrito a propósito do

Justo Salário.

Cometemos, do nosso lado, uma omissão propositada quando deixámos por definir o que entendíamos por

Situação das Empresas

quando collocámos o problema da sua organização sob a forma Corporativa na base de todo o sistema.

Horácio Gonçalves supôs que nós pretendíamos, egoisticamente, servir-nos do Corporativismo como um meio de enriquecimento do patronato sem curar da situação angustiosa dos trabalhadores.

E partindo dêsse princípio errado ergueu os seus fundamentos, demonstrando, com brilho e clareza, que

a situação das empresas depende da situação dos consumidores, dado que é indiscutível que o mal estar económico pode derivar-se, para facilidade de compreensão, do facto evidente de

não existir equilibrio entre a produção e o consumo, pois êste diminui e aquela não pode nem deve diminuir.

A reposição do equilibrio só pode alcançar-se, portanto,

aumentando o poder de compra, ou, em última análise, aumentando os salários até ao limite «ideal» do Justo.

Por consequência,

se não nos preocuparmos com o Salário

e antes

atendemos somente à Situação das Empresas, tal como a entendeu Horácio Gonçalves, nunca nos será possível resolver o problema que nos é posto.

Colocada a questão desta maneira ficaremos eternamente empatados, até que um dia o destino a resolva pela forma conhecida da luta e pela vitória do mais forte.

Mas, o Corporativismo, puro como um Ideal de perfeição, dominado pelo princípio da

Justiça Social,

contém em si próprio as fórmulas necessárias para resolver tudo sem conflito, dando a todos o que é justo que se lhes dê.

Precisemos, pois, o que queríamos significar com a «Situação das Empresas», mandando atender a ela em primeiro lugar

e antes de pensar sequer no problema do Justo Salário.

O nosso ponto de vista é este:

Coloquemos tôdas as actividades económicas em pé de igualdade na luta económica, isto é, demos a tôdas uma organização que não permita que colidam entre si

e, depois de organizadas, ficarão devidamente preparados para enfrentarem as novas obrigações que lhe vão ser impostas em benefício do interesse comum.

A Situação das Empresas a que nos referimos é aquela que há-de resultar da Organização Corporativa e não a situação particular das actividades económicas consideradas isoladamente, boa ou má que ela seja.

Se, organizadas nos moldes Corporativos, elas não souberem adaptar-se ou não houver quem as saiba adaptar às novas necessidades que forçosamente têm de satisfazer, tanto pior para elas e tanto pior para nós.

Mas a culpa não será então do sistema, mas sim dos homens que não souberam ou não quiseram compreendê-lo. Aqui tem, pois, Horácio Gonçalves o motivo da nossa aparente divergência:

eu não penso, ao contrário do que supõe, que, para se tratar do Justo Salário seja necessário

CASA PIA DE LISBOA

Comemorou mais um aniversário esta prestimosa e beneficente instituição a todos títulos credora da mais viva simpatia por parte daqueles que bem avaliam a sua valiosa missão.

Casapianos são muitos dos nossos consócios a quem sinceramente felicitamos nesta hora de tão regozijo para os que na Casa Pia de Lisboa se preparam para as lutas árduas da vida.

E porque a nossa Associação vota imenso carinho a tão modelar instituição, julgamos cumprir um dever, arquivando nas colunas deste *Boletim*, um artigo do nosso prestigioso Presidente do Conselho Fiscal, Ex.^{ma} Sr. Aquiles Teixeira, publicado no número comemorativo «O Casapiano».

Sobre dois prémios

«Permitam-me V. Ex.^{ma} que vos dirija, neste momento solene, algumas palavras, vista a minha situação especial de antigo aluno desta benemérita Casa Pia de testamenteiro, condiscípulo e amigo de José Inácio da Silva, que doou um dos prémios a distribuir na cerimónia de hoje, e ainda na de representante dos corpos administrativos da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, que igualmente oferece um prémio.

esperar que as Empresas digam que os podem pagar, porque *entendo que basta organizá-las corporativamente, tornando-as assim apatas a defenderem-se de si próprias, para que essa obrigação do Justo Salário nasça imediatamente.*

Na base estão, pois, ambos os problemas, porque são *interdependentes.*

Não se pode mesmo falar em melhoria de situação das Empresas sem pressupor o aumento do poder de compra.

A organização corporativa
é uma só
e atende simultaneamente aos
aos interesses do Capital

e
aos interesses do Trabalho
Ou é assim — ou não é nada !

Retomada a minha personalidade, agora que a polémica findou — com honra para ambas as partes — quero deixar aqui a Horácio Gonçalves um grande abraço e o agradecimento sincero pela forma como soube, pelo seu lado, conduzir uma discussão que, contra o costume, serviu para esclarecer e não para confundir.

Como antigo aluno da Casa, eu quero afirmar, outra vez, toda a minha grande saudade da fase, já um tanto longínqua, aqui vivida ; toda a minha ternura pelas sólidas amizades que aqui firmei, com professores, empregados e condiscípulos que me acompanharam, e acompanham, pelos tempos fora ; toda a minha gratidão, enormíssima, pelo muito que devi, e devo, à Casa Pia, porque me preparou para os trabalhos da vida, pelo alimento que me deu ao espirito, pela influência que teve na formação do meu carácter.

Estou entre pessoas que bem conhecem este grandioso instituto de assistência e ensino. Julgo desnecessário, pois, encarecer a obra formidável que ele realiza há 153 anos. Não seria eu, demais, a pessoa melhor indicada, existindo casapianos de alta categoria social e mental, para o poderem fazer. Quis, apenas, exprimir a minha saudade, a minha ternura e a minha gratidão, porque um casapiano, mesmo dos menos pretensiosos, como eu sou, nunca perde ensejo de manifestar o seu reconhecimento sincero pela Casa que o educou e fez homem.

Resolveu a ex.^{ma} direcção da Casa Pia de Lisboa — e entendo que com muitíssimo acerto — imprimir solenidade a este acto da entrega de prémios, embora de insignificante valia, se os encararmos sob o aspecto monetário, mas do maior alcance, caso lhe apreciemos o aspecto moral. E é o segundo, afinal, pelos corolários de que se reveste, quasi infalíveis, que mais interessa às consciências rectas.

Um dos prémios, na importância de 250\$00 confere-o a Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, que tenho a honra de representar. Criou-o esse prestigioso organismo, por deliberação unânime dos seus associados, que assim desejaram não só distinguir esta Casa, que numerosos vultos de marca nos apresenta, havendo atingido posições notórias, dentro do meio custoso dos negócios, mas também o de proclamar os seus intuitos de esforçar-se para que ingressem, nessa carreira, valores tecnicamente instruídos, e honestos. O prémio da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa concretiza, assim, uma consagração e um estímulo.

Guardei para concluir, propositadamente, a referência aos títulos que deixou José Inácio da Silva, antigo aluno desta Casa, meu grande amigo, desde que nos juntámos aqui, e perante cuja memória me inclino, cheio de respeito. Como todos os casapianos da sua qualidade nunca esque-

ceu o nosso orfanato, — e, não obstante a escassez dos seus recursos, quando sentiu avizinhar-se a nora derradeira, lembrou-se do internato onde se adestrou para os combates cotidianos, vincando os primores do seu bom coração e os dotes do seu ânimo dadivoso. Abstenho-me de comentários, porque o querido morto nos diz tudo, nestas singelíssimas palavras, que peço licença a V. Ex.^{ma} para ler, e cuja nobreza compreendemos : — «Este modesto legado tem por fim servir de incentivo a conservar a tradição de tantos anos, naquele colégio, de serem os seus educandos quem mais se destaca em caligrafia, de todos os das casas de ensino do país, e representa além disso, o meu mais elevado sentimento de gratidão pela forma por que esta santa Casa me acolheu, tratou e preparou, tão carinhosamente, para as lutas da vida ; essa preparação durou os cinco anos que decorreram de 1883 a 1888, continuando ainda, após sair daquela exemplar casa de educação, a proteger-me desveladamente, até à minha maioridade». (1)

21-Outubro-1933.

AQUILES TEIXEIRA
(aluno 1.312)

1) — José Inácio da Silva legou á Casa Pia dez obrigações da nossa dívida externa, de três por cento (1902), primeira série. Rendem 600\$00 anuais. — Filho de António Pedro e Libânia Maria da Silva, nasceu, em Vila Franca de Xira, a 21-Fevereiro-1873. Admitido na Casa, sob o n.º 1407, aos 8-Fevereiro-1883, saíu dela em 17-Maio-1889, para caixeiro dum despachante alfandegário, com o subsídio mensal de 3\$00. Teve baixa definitiva do corpo de alunos a 22-Julho-1890, por estar nos casos de obter meios para sustentar-se. Ganhava 400 réis diários. A gratificação da Casa subira a 10\$00. — José Inácio da Silva finou-se, na vila de Azelão, em 19-Agosto-1930. Compareceu ao seu enterro um grupo de jovens casapianos.

Antero Leal Marques

No passado dia 29 de Julho, os Ex.^{mas} Srs. João Martins Casal, Domingos Gama Garcia e J. Mota da Silva, respectivamente, Presidente, Secretário e Vogal da Direcção da nossa Associação, avistaram-se com aquele alto funcionário do Estado, a quem manifestaram a repulsa que ao comércio nosso associado mereceu o infame atentado cometido contra Sua Ex.^a o Sr. Presidente do Conselho e contra um dos seus mais valiosos colaboradores.

O Sr. Antero Leal Marques agradeceu sensibilizado a deferência da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, por quem afirmou ter a maior das considerações.

CORREIOS E TELÉGRAFOS

Foi modificado o regulamento das Encomendas Postais

Com a devida vénia transcrevemos do «Diário de Lisboa» a seguinte notícia que bem merece a atenção dos nossos Ex.^{mas} Consócios:

«O regulamento para o serviço de encomendas postais, em vigor no nosso país, foi aprovado por decreto de 22 de Agosto de 1911. Encontrase, por isso, arredo das necessidades actuais, em algumas das suas disposições, especialmente no que respeita às condições de admissão das encomendas, sistema de tarifação e valor da indemnização imputável em caso de extravio. Com o presente decreto procura o governo remover esses inconvenientes, fixando normas mais adequadas às condições de vida moderna e estabelecidas de harmonia com o mais recente Acôrdo Internacional relativo ao serviço de encomendas postais. São estes os termos que antecedem o decreto n.º 27.817, publicado no «Diário do Governo», e que modifica o regulamento para o serviço de encomendas postais, de 1911.

A seguir damos algumas das disposições do novo regulamento:

Podem transitar pelo correio, sob a designação de «encomendas postais» os volumes fechados que satisfaçam às seguintes condições: peso máximo 10 quilogramas; volume máximo: das encomendas até 5 quilos, 60 decímetros cúbicos; das encomendas de peso superior a 5 até 10 quilos, 80 decímetros cúbicos; dimensões máximas: limite da maior dimensão linear: 1 metro e meio; limite da soma do comprimento com o maior perímetro (medido numa direcção diferente da do comprimento), 3 metros.

O correio aceita ainda no seu transporte, sob a denominação de «encomendas incómodas»; os volumes de qualquer peso, até ao máximo admitido, que excedam qualquer dos limites de dimensão atrás fixados; os volumes que, pela sua forma, natureza, ou fragilidade, se não prestem a ser carregados com os restantes ou exijam precauções especiais.

Não poderão ser aceites no trânsito postal os volumes cujas dimensões excedam em mais de 25 por cento os limites fixados para as dimensões.

As encomendas postais classificam-se em: registadas, com valor declarado; registadas ou com valor declarado, sujeitas à cobrança; e o máximo da declaração de valor para cada encomenda é de 2.000 escudos, sendo o valor máximo da importância a cobrar o equivalente à quantia máxima por que pode ser emitido um vale do correio pagável na localidade de origem da encomenda.

A Administração Geral aceita todas as reclamações sobre o serviço de encomendas postais, quando formuladas dentro do prazo de três meses, a contar do dia imediato ao do depósito das encomendas a que se referiram; paga por indemnização ao remetente de cada encomenda extraviada, perdida, espoliada ou totalmente inutilizada dentro dos seus serviços, excepto em circunstâncias excepcionais que o regulamento aponta, a importância correspondente ao valor real do conteúdo, até ao limite máximo de 200\$00; ao remetente de cada encomenda com valor declarado, no caso de extravio, perda ou inutilização total, a importância integral do valor declarado; no caso de perda ou inutilização, até ao limite da declaração. Os prejuízos indirectos ou lucros não realizados não serão considerados. O pagamento das indemnizações realiza-se no prazo máximo de sessenta dias, uma vez cumpridas as formalidades estabelecidas.

A tabela das tarifas aplicáveis no serviço nacional é a seguinte:

No interior do continente e no interior das ilhas: até 2 quilos, taxa-base, 2\$50; por quilo ou fracção a mais, até 8 quilos, taxa-base, \$50; de 8 a 10 quilos, taxa-base, 6\$00. Entre o continente e as ilhas e entre estas: até 2 quilos, taxa-base, 5\$00; por cada quilo ou fracção a mais, até 8 quilos, taxa-base, \$50; de 8 a 10 quilos, taxa-base, 8\$50. As encomendas incómodas têm uma sobretaxa de metade da taxa-base; as de entrega no domicílio uma sobretaxa de 20 por cento da taxa-base. Cada volume pagará de armazenagem, por dia, além do prazo regulamentar, \$20; a embalagem e a lacragem de cada volume custa 1\$00; e a simples lacragem 50c.

F. H. d'Oliveira & C.^a, L.^{da}

É com justificado júbilo que damos publicidade à sentença judicial proferida pelos tribunais belgas no pleito em que foi autor a firma F. H. de Oliveira & C.^a Ltd.^a, nossa associada, a quem apresentamos sinceras felicitações pelo justo resultado conseguido.

Reparação judicial

Sentença proferida pela 2.^a Câmara do Tribunal de 1.^a Instância de Bruxelas, em 29 de Dezembro de 1936.

Acção:

A sociedade F. H. d'Oliveira & C.^a Ltd.^a, 152, Avenida 24 de Julho, em Lisboa (registada no Tribunal de Comércio sob o n.º 6184), na qualidade de AUTORA, representada pelo advogado dr. Bihin;

contra

O ESTADO BELGA, representado pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, cujas secretarias estão situadas em Bruxelas, rua de la Loi, 8, na qualidade de RÉU, representado pelo advogado dr. Max;

Nesta causa, julgada em deliberação, o Tribunal pronuncia a seguinte sentença:

O Tribunal,

Estatuindo contraditóriamente e rejeitando como não fundadas todas as outras conclusões:

Considerando que a menção do nome da firma Autora sob a rubrica «Suspensão de pagamentos», no número de 12 de Janeiro de 1931, do BULLETIN COMMERCIAL, sob os auspícios do Departamento Comercial do Estado, constitue uma falta, cujas consequências danosas o Estado tem obrigação de reparar;

Por consequência, condeno o Estado Belga a pagar à Autora, pelas razões supra mencionadas, a soma de cinquenta mil francos, a título de perdas e danos;

Ordeno que a presente sentença seja publicada em dois jornais belgas, dois jornais portugueses e numa publicação internacional, à escolha da Autora, ficando a cargo do Réu as correspondentes despesas, cujo montante será recuperado mediante a simples apresentação do recibo dos jornais que publicarem a notícia.

Condeno o Réu nas despesas judiciais e nas custas liquidadas até agora pelo dr. Bihin no valor de oitocentos e setenta francos e cinco centimos, e pelo dr. Max, no valor de setecentos e três francos.

Reconhecido não haver lugar para execução provisória da presente sentença.

(a) Loppens Verbays.

REUNIÕES DA DIRECÇÃO

Súmula das sessões realizadas no mês de Julho de 1937

Houve, no mês de Julho, 4 reuniões ordinárias da Direcção, a 1, 7, 19 e 29.

Na sessão ordinária de 1 foi lida uma carta da Comissão Organizadora do Grémio dos Proprietários de Farmácia, agradecendo a cedência de uma sala, em 20 de Junho findo, para uma reunião da respectiva classe.

Tomou-se conhecimento de uma carta do Ex.^{mo} Sr. António Costa Pinto, comunicando as démarches feitas junto dos seus amigos indicados para a Comissão Instaladora do Grémio da sua classe.

O Sr. Domingos Garcia, 1.^o Secretário, comunicou que já se entregaram à Assistência Nacional aos Tuberculosos os donativos em dinheiro e em artigos, que foram recebidos na Secretaria Associativa com êsse destino.

Nesta reunião, o Sr. Presidente da Direcção, afirma-se muito esperando de que se obterá da The Anglo Portuguese Telephone Cy. o máximo do que lhe foi pedido pela colectividade. Foram os próprios altos funcionários da Companhia, entre os quais o Administrador, que indicaram os pontos em que a referida entidade podia transigir, e aqueles em que não era possível discussão, porque, neste caso, convidava a Direcção a dirigir-se ao Administrador Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones. Depois de aludir ao contracto assinado em 1928 e ao anexo de 1936, o Sr. Presidente lê a exposição hoje entregue à Companhia dos Telefones concretizando várias reclamações. Essa exposição foi publicada neste mês em suplemento ao *Boletim* n.º 11.

Na sessão de 7 de Julho foi apreciada uma carta do associado A. G. Neves pedindo providências contra o facto do seu estabelecimento ter sido assaltado pelos gatunos, por a polícia não exercer uma eficaz vigilância, e solicitando que o horário de serviço dos guarda-nocturnos seja extensivo até ao amanhecer. Foi deliberado responder que foi nomeada pelo Sr. Comandante da Polícia de Segurança Pública, uma Comissão da qual fazem parte representantes da colectividade, para se estudar a actuação dos guarda-nocturnos.

Foi lido um officio do Chefe da Repartição dos Serviços de Segurança Pública comunicando que foi nomeada a Comissão encarregada de reorganizar os serviços públicos prestados pelos guarda-nocturnos, sob a presidência do adjunto do Comando

da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, Ex.^{mo} Sr. Porfírio Hipólito Azevedo da Fonseca, que aguarda que os representantes da colectividade se avistem com êle no Comando da mesma.

Tomou-se conhecimento do texto de um telegrama de protesto que foi enviado ao Sr. Dr. Oliveira Salazar por ocasião do atentado praticado contra S. Ex.^a, e foi deliberado apresentar ao Ex.^{mo} Sr. Leal Marques, Chefe do Gabinete do Sr. Ministro das Finanças, cumprimentos por tanto um como outro terem saído ilesos do atentado referido.

Tratou-se da representação da colectividade no «Tê-Deum» em acção de graças por o Sr. Dr. Oliveira Salazar ter escapado do atentado contra êle cometido.

Acordou-se em aceder aos desejos manifestados pelas firmas Sebastião M. dos Santos, Camisaria Tivoli Barley & Almeida, etc., no sentido de ser entregue pela Associação o objecto de arte que as mesmas adquiriram, para com êle ser constituido um prémio a oferecer ao Rancho Cançãoiro dos Pastores e Pastoras de Folgozinho, em consagração e reconhecimento do seu valor, distinta apresentação e real merecimento.

Na sessão de 19 de Julho foi aprovada a admissão dos seguintes associados: Custódio Júnior e B. Freire, Ltd.^a e foi deliberado solicitar da firma Castanheiro Freire Ltd.^a que desista do pedido de demissão que apresentou. Tratou-se do expediente geral, e tomou-se conhecimento de cartas e memoranduns de diversas entidades elogiando a acção da colectividade junto da The Anglo Portuguese Telephone Cy. para que sejam tomados na devida consideração, relativamente às tarifas telefónicas, os interesses do Comércio.

Foi tomado em consideração um officio da Secção de Publicidade e Propaganda da Administração Geral dos Correios e Telégrafos anunciando a remessa de uma colecção de bilhetes postais ilustrados para se verificar a possibilidade das Papelarias e Tabacarias da cidade virem a adquirir, com desconto a fixar oportunamente, os referidos bilhetes postais, para revenda ao público pelo seu valor facial.

Tomou-se conhecimento da comunicação do Ex.^{mo} Sr. Comandante da Polícia de Segurança Pública, de que receberia a Comissão delegada da colectividade para tratar do assunto

dos guarda-nocturnos no passado dia 15, às 15 horas

Resolveu-se agradecer muito especialmente à firma Radiófila, Ltd.^a, o convite dirigido ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Direcção para assistir ao banquete que se realizou a bordo do «Strathmore», fretado pelo Philco Rádio & Television Corporation of Great Britain para um cruzeiro a Lisboa, oferecido por aquela empresa a 1.100 comerciantes de rádio ingleses, revendedores Philco em toda a Inglaterra.

Foi alvitrada a alta conveniência de, junto dos Correios e Telégrafos, se iniciarem os trabalhos referentes à Companhia dos Telefones.

Registou-se que o Sr. Domingos Garcia, Cunha Rosa e Mota da Silva respectivamente 1.^o Secretário, Fesoureiro e Vogal da Direcção assistiram ao «Tê-Deum» realizado na igreja de S. Domingos em acção de graças do Chefe do Governo ter saído ileso do atentado contra êle perpetrado.

Foi proposto pelo Sr. Presidente da Direcção que se agradeça ao Director do «Jornal do Comércio e das Colónias» a honrosa transcrição que se dignou fazer, no seu número de 17 do corrente, do trabalho entregue à The Anglo Portuguese Cy. acerca das tarifas telefónicas

Na sessão de 29 de Julho foi lida uma carta do Ex.^{mo} Sr. Administrador Delegado do «Jornal do Comércio e das Colónias» acusando a recepção do nosso officio n.º 521 de 20 do corrente, e assegurando que podemos contar com a colaboração da sua Empresa.

Tomou-se conhecimento do pedido da firma Garage Monumental, Ltd.^a no sentido que intercedamos junto de quem de direito para que a Companhia dos Telefones mande colocar as caixas-mealheiros. Foi resolvido responder que vamos ocupar-nos do caso junto da Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

A uma carta das Companhias Refinadas Gás e Electricidade, na qual nos participavam que êste ano vão efectuar a Campanha da Luz e perguntavam se as firmas constantes de uma lista que em tempo lhes enviámos são susceptíveis de beneficiar do seu plano de colaboração, foi deliberado responder afirmativamente.

O Sr. Presidente da Direcção diz que de harmonia com a sugestão apresentada na sessão de 19 do corrente, ficou assente que a Direcção se avis-

Publicações recebidas

Continuam a dar-nos a honra de permuta as seguintes publicações, às quais desejamos longas prosperidades:

Boletins

do Contribuinte
Mensal do Instituto Nacional de Estatística
do Governo Civil de Lisboa
do Commissariado do Desemprego
Comercial do Ministério dos Negócios Estrangeiros
Industrial
do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
da Câmara Municipal de Lisboa
da Ipsofi
da Associação Central da Agricultura Portuguesa
Oficial dos Correios, Telégrafos e Telefones
da Propriedade Industrial
da Sociedade de Geografia de Lisboa

Revistas e Jornais

Indústria Portuguesa
O Povo da Murtosa
A Indústria
Brados do Alentejo
O Comércio (edição mensal de O Comércio do Porto)
Tradição
Progresso da Murtosa
Ourivesaria Portuguesa
A Voz de Domingo
O Mensageiro

tasse, em 30 do corrente, às 15 horas, com o Sr. Administrador Geral dos Correios e Telégrafos para se ocupar do caso em referência, convidando os seus colegas que estejam disponíveis a acompanhá-lo nessa «démarche».

Também informou, que acompanhado dos seus colegas foi, na passada segunda-feira, felicitar o Sr. Leal Marques, Chefe do Gabinete do Sr. Ministro das Finanças, por tanto êle, como o seu Ilustre Ministro terem saído ilesos do atentado de que foram alvo.

O sr. Quina Ribeiro chamou a atenção dos seus colegas da Direcção para o facto de a eleição dos delegados à distribuição dos contingentes da contribuição industrial, Grupo C, começar no próximo dia 1 de Agosto e terminar no dia 14.

Nesta sessão foi resolvido felicitar a firma nossa associada F. H. de Oliveira & C.^a Ltd.^a, pela justiça que lhe foi feita pelo Tribunal Belga em referência a uma indemnização de 50.000 francos por ter sido injustamente acusada de suspensão de pagamentos.

O Concelho de Mafru
Terra Mãe
Povo Algarvio
O Eco de Extremoz
Vida Ribatejana
O Volante
Ecos do Alcôa
Noticias de Viana
Jornal da Régua
O Comércio de Viveres
A Propriedade Urbana
O Eco de Reguengos
O Minhoto
Comércio de Portimão
A Propaganda
O Touring Português
Revista Ford
Trás-os-Montes
O Casapiano
O Intransigente
Ordem Nova
Jornal de Lagos
Montemor-o-Novo
O Trabalho Nacional
A Voz dos Mercados
Noticias de Mação
A Plebe
Gil Vicente

Publicações das Colónias e Ilhas

Boletim do Governo do Território da Companhia de Moçambique
Boletim Oficial da Colónia de Moçambique
Boletim Económico e Estatístico da Colónia de Moçambique
Gazeta de Ponta Delgada
Actividade Económica de Angola
Boletim da Associação Beneficente dos Empregados do Comércio de Luanda

Publicações Estrangeiras

Revue de Informations Franco-Portugaises
Boletim da Câmara de Comércio e Indústria do Brasil
La machine moderne
Norway-Norwegian Trade Review
Die Schweiz
Bulletin de la Chambre de Commerce Belge en Portugal

Dr. Mário Cais Esteves

Registamos, com justificado júbilo, nas colunas do nosso Boletim, a merecida homenagem que no passado dia 5 foi prestada, na cidade de Setúbal, ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Cais Esteves, ilustre director geral da Administração Política e Civil.

Porque se trata de uma alta individualidade que pelos seus invulgaes dotes de inteligência, saber e fino trato, se tem imposto à admiração sincera de todos os cidadãos, não podíamos deixar de publicamente manifestar o nosso regozijo, pela justa homenagem prestada a Sua Ex.^a, a quem endereçamos os nossos respeitosos cumprimentos.

GENERAL DANIEL DE SOUSA

Passou à situação de reforma, por ter atingido o limite de idade como militar, o Ilustre Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. General Daniel de Sousa.

Da sua fôlha de militar exemplaríssimo destaca-se a sua acção em França quando da Grande Guerra.

Nesta hora em que lhe são devidas as felicitações que a sua devoção à Pátria criou jus, vem a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, por quem Sua Ex.^a nutre uma bem conhecida consideração apresentar-lhe as suas melhores saudações e o desejo que formula para que continui por dilatados anos a sua acção valiosa como Presidente do primeiro Município do País.

BOLETIM DA IPSOFI

Entrou no 7.^o ano de existência este brilhante Boletim, cuja valia é desnecessário encarecer.

Ao nosso ilustre consócio, Ex.^{mo} Sr. José Pais Borges, apresentamos os nossos cumprimentos e os votos que formulamos pelas suas prosperidades.

INFORMAÇÕES

Obrigações dos contribuintes no mês de Abril

Contribuição Predial

Dentro dos primeiros quinze dias a contar da data em que os prédios ou andares vagarem fazem-se as participações referentes aos prédios ou andares devolutos, com escritos e sem mobília. Pagamento com juros de mora das 1.^{as} e 2.^{as} prestações semestrais e das 3.^{as} trimestrais, umas e outras iguais ou superiores a 50\$00 e todas com o desconto de 4 %.

Contribuição Industrial

Participações sobre a cessação do exercício do comércio e indústria no prazo de 15 dias, a contar daquele em que o facto se dê.

Pagamento com juros de mora das 2.^{as} prestações semestrais e das 3.^{as} trimestrais iguais ou superiores a 100\$00 se as anteriores estiverem pagas.

Imposto Profissional

Participações no prazo de 15 dias a contar da saída de qualquer empregado, sob pena de os patrões serem solidariamente responsáveis pelo imposto que caiba pagar aos empregados.

Fundo do Desemprego

Pagamento de 1 a 10 das cotizações referentes a Julho último.

A

r

o

o

a

t-

r-

m

s

à

o

r

r-

s

o

i-

o

o

=

te

s-

no

os

os

i-

=

es

a

ou

ri-

n-

m

de

s-

u-

e

do

no

ele

as

an

a

a-

as

e-

em

n-

a-

a-

